



ARQUIVOS E O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE NO MUNDO DOS TRABALHADORES



Organizadores
Antonio José Marques
Inez Terezinha Stampa



Antonio José Marques - Inez Terezinha Stampa
Organizadores

**ARQUIVOS E O DIREITO
À MEMÓRIA E À VERDADE
NO MUNDO DOS TRABALHADORES**

Coletânea do 3º Seminário Internacional
o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos

São Paulo - Rio de Janeiro
2015

Copyright © 2015 Arquivo Nacional - Central Única dos Trabalhadores

Arquivo Nacional

Praça da República, 173 - 20211-350, Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Telefone: (21) 2179-1273

E-mail: pi@arquivonacional.gov.br

www.arquivonacional.gov.br

Central Única dos Trabalhadores

Rua Caetano Pinto, 575 - 03041-000, São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (11) 2108-9200

E-mail: cut@cut.org.br

www.cut.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores: coletânea do 3º seminário internacional o mundo dos trabalhadores e seus arquivos / Organizadores Antonio José Marques e Inez Terezinha Stampa. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015. 312 p.

ISBN 978-85-60207-73-2 - ISBN 978-85-89210-52-2

1. Trabalhadores - Memória. 2. Trabalhadores - História.
3. Trabalhadores - Arquivo. 4. Documentos - Preservação.
5. Movimentos sociais. 6. Sindicalismo. I. Marques, Antonio José.
II. Stampa, Ines Terezinha. III. Série.

CDU 323.33.(091)

CDD 331.09

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

Jaime Antunes da Silva

Centro de Referência Memórias Reveladas

Inez Terezinha Stampa (Coordenadora)

Vicente Arruda Câmara Rodrigues (Coordenador)

Carla Machado Lopes

Rodrigo de Sá Netto

Rosanda da Silva Ribeiro

Presidente da Central Única dos Trabalhadores

Vagner Freitas de Moraes

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Godói de Faria

Centro de Documentação e Memória Sindical

Antonio José Marques (Coordenador)

Adalto da Silva Carvalho

Dinalva Alexandrina de Oliveira Botasoli

Marcus Vinicius Alves

Tatiani Carmona Regos

Organizadores

Antonio José Marques e Inez Terezinha Stampa

Supervisão Editorial

Antonio José Marques

Tradução

Cristian Marcelo Alarcon Bravo e Eiko Lúcia Itioka

Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação

MGiora Comunicação

Fotografia da capa

Cortejo do operário Santos Dias da Silva: Acervo IIEP

Arte: Maria Alzira Reis e Silva - Arquivo Nacional

SUMÁRIO

PRÓLOGO

Resgatar a história é combater a nostalgia de um tempo ruim

Vagner Freitas 11

Arquivos como instrumento para a (re)construção da memória e da verdade no mundo dos trabalhadores

Jaime Antunes da Silva 13

APRESENTAÇÃO

Direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores e seus arquivos

Antonio José Marques e Inez Stampa 19

PARTE I

A Confederação Operária Brasileira no centenário do seu segundo congresso: 1913-2013

Michael M. Hall 37

Ação e Trajetória, o acervo da Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro (Rio de Janeiro, 1913)

Beatriz Kushnir 51

A Confederação Operária Brasileira e sua militância

Cláudio H. M. Batalha 71

A repressão na primeira República e os militantes operários

Beatriz Ana Loner 91

Parte II

Direito à Memória e à Verdade. Conferência inaugural do 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos

Rosa Maria Cardoso da Cunha 109

Repressão, arquivo e memória dos trabalhadores na Argentina

Mariana Nazar 117

A constituição de um acervo com processos da Justiça do Trabalho no e sobre o interior da Paraíba

Tiago Bernardon de Oliveira 139

Uma aproximação aos arquivos históricos do movimento sindical e das organizações sociais no Uruguai

Rodolfo Porrini 159

Os arquivos sindicais e dos movimentos sociais na Itália

Marco Scavino 181

Arquivos dos trabalhadores no México: um patrimônio em perigo

Elvira Concheiro Bórquez 193

Fontes alternativas de preservação da memória: história oral de vida dos trabalhadores

Michel Marie Le Ven 209

O patrimônio imaterial nas políticas de preservação do patrimônio e o papel do pesquisador

Célia Maria Corsino 227

Entre a intenção do registro, a serendipidade da busca e a seletividade da memória: o dilema documental na era digital

Ricardo Medeiros Pimenta 243

Desafios em projetos de descrição e digitalização massiva

Augusto Cesar Lunasco Cusi 257

A preservação de registros trabalhistas digitais: desafios

Vanderlei Batista dos Santos 281

Programa do seminário 297

PRÓLOGO

RESGATAR A HISTÓRIA É COMBATER A NOSTALGIA DE UM TEMPO RUIM

A preservação da memória é absolutamente fundamental para fortalecer a sensação de pertencimento de uma sociedade e a identidade de um povo com sua comunidade, seu município, seu estado, seu País. É também essencial para que todos aprendam com os erros do passado e lutem para impedir que sejam repetidos. Mais que isso, para que encontrem caminhos alternativos que garantam mais justiça social, igualdade de direitos, democracia e liberdade.

O resgate da história, no entanto, é tarefa árdua, que exige coragem. Não tem nada de singelo em muitas das histórias que nos ensinaram e ensinam até hoje nas escolas. Há histórias de heróis que, na verdade, foram carrascos; fatos contados como notáveis feitos de determinados atores sociais que destruíram vidas e deixaram famílias destroçadas. A ditadura militar no Brasil é um exemplo das mais diversas formas de manipulação da história de um País.

Por desinformação e também porque a história foi contada de maneira distorcida, algumas pessoas acreditam que o Regime Militar foi bom para o país. Argumentam que trouxe crescimento, segurança e acabou com a corrupção. Ignoram que as notícias ruins eram proibidas, que jornais e revistas eram censurados, que torturavam, matavam e desapareciam com os corpos de quem discordava das políticas e práticas dos militares, que manipulavam dados de inflação e aumentaram assustadoramente o número de pessoas pobres, miseráveis que não tinham nenhuma oportunidade na vida.

O 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, cujo tema foi “Direito à Memória e à Verdade”, é parte do esforço de um grupo de instituições e pessoas determinadas, que se dedicam à preservação da documentação e da memória, em especial, a história da classe trabalhadora brasileira, um dos pilares da luta pela redemocratização e pelas liberdades civis no Brasil. Essa luta, inclusive, permite que todos, até os que reproduzem mentiras, entre eles grande parte da mídia nacional, possam ir às ruas protestar e até atacar de maneira vil o governo eleito pela maioria dos brasileiros.

O seminário debateu temas relacionados à documentação guardada por entidades sindicais, movimentos sociais, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, sindicalistas e instituições acadêmicas. Discutiu a importância de

recuperar e preservar esses arquivos e também o tratamento adequado que deve ser dado aos acervos.

Este livro com o resultado do encontro, feito pela CUT em parceria com o Arquivo Nacional do Brasil, por meio do Centro de Referência Memórias Reveladas, é um importante instrumento não apenas de resgate e preservação da história, mas também de referência para lutas futuras, pela consolidação da democracia brasileira, ampliação das liberdades civis e direitos da classe trabalhadora e de toda a sociedade.

É a CUT fazendo história e contribuindo para recuperar e preservar a memória do povo brasileiro.

Vagner Freitas
Presidente Nacional da CUT

ARQUIVOS COMO INSTRUMENTO PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE NO MUNDO DOS TRABALHADORES

O Brasil, a partir de lei sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2011 instalou oficialmente, no dia 16 de maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujos trabalhos foram encerrados em 16 de dezembro de 2014, com a entrega do seu relatório final. Esta comissão foi criada para investigar violações de direitos humanos praticadas por motivos políticos entre os anos de 1946 e 1988, com destaque para as violações ocorridas no período da ditadura estabelecida em 1964.

A instalação da Comissão da Verdade, apesar das muitas polêmicas que gerou, em termos de forma e conteúdo, era um passo já apontado por diversos setores sociais no sentido de abrir espaços para que os ataques contra os direitos humanos, perpetrados por agentes do Estado ou a seu mando, principalmente no período de 1964-1985, não ficassem sem tratamento, como que esquecidos forçosamente sob o manto de uma auto anistia, ou de uma história oficial que apontasse esses crimes como necessários e justificáveis. Contra tais processos de velamento do passado instituiu-se a ideia de que a sociedade tem direito à justiça e à memória, bem como de lutar “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

A história dos trabalhadores brasileiros e de suas organizações têm sido alvo, em seus mais diferentes períodos, de análises diversas, consubstanciadas em farta literatura. Contudo, deve-se dizer que muito ainda há para ser feito quando trata-se das análises dos movimentos dos trabalhadores no período da ditadura militar, sejam eles os mais subterrâneos até aqueles de maior aparição na cena pública.

Reconhecendo e reiterando a necessidade de se aprofundar o conhecimento do tema, a CNV instituiu um Grupo de Trabalho específico para tratar dos impactos do regime militar no mundo do trabalho, buscando investigar as formas pelas quais os trabalhadores e suas organizações foram atingidos pelas ações repressivas do regime militar, o GT Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical.

Neste sentido, em consonância com a proposta do GT Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical, o 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos” teve como objetivo realizar debates sobre os documentos reunidos pelos arquivos operários, rurais, sindicais e populares, e sobre as particularidades que envolvem o tratamento desses acervos, constituindo-se em um fórum privilegiado para a transferência de informações e o incentivo à recuperação e preservação dos arquivos dos trabalhadores e suas organizações, em especial no que se refere aos arquivos dos trabalhadores da cidade e do campo, com destaque para as ações de recuperação da trajetória dos trabalhadores durante a ditadura brasileira de 1964-1985.

O seminário também homenageou a Confederação Operária Brasileira (COB), primeira central sindical do país, no centenário do seu 2º congresso. A COB legou-nos um dos mais importantes conjuntos documentais produzidos pelos trabalhadores brasileiros na etapa inicial de sua organização sindical.

Em sua terceira edição, o Seminário adotou como tema o “Direito à Memória e à Verdade”, compreendido como um direito transindividual que ultrapassa a formulação por meio dos atores políticos tradicionais, alcançando os mais diversos grupos da sociedade civil e experimentando as mais diferentes formas de reivindicação e concretização.

Destaca-se, nesse contexto, que a adoção de políticas de memória específicas para enfrentar o legado histórico de violações sistemáticas dos direitos humanos, como aquelas que ocorreram no período do regime militar brasileiro, tem por objetivo não somente garantir a compreensão do que ocorreu, mas, também, reforçar o entendimento coletivo de que são necessárias (re)formas para combater as violações em tempo presente.

Diante do exposto, o direito à memória e à verdade requer que reconheçamos a memória como um bem público que está na base do processo de construção da identidade de um povo, é a capacidade que esse mesmo povo tem de reter ideias, impressões e conhecimentos. Leva ao reconhecimento do que esse próprio povo é, e de como chegou a sê-lo. A memória é composta de fatos selecionados de forma deliberada ou acidental.

Por seu turno, a verdade é aqui compreendida como o produto da relação que a mente humana estabelece com a realidade a partir de um conjunto de regras (lógicas) por intermédio das quais se busca o conhecimento. A aplicação desse conjunto de regras nos conduzirá, na maior parte dos casos, a uma opinião provável sobre o fato, uma vez que não existe uma teoria ideal que possa nos conduzir, com absoluta certeza, à verdade.

Portanto, é por meio da relação estabelecida entre memória e verdade que esta se qualifica como verdadeira e pode ser reconhecida como tal. Ou seja, ao falarmos de um “direito à memória e à verdade”, tratamos aqui de um direito cujo todo (“à memória e à verdade”) é mais do que a soma de suas partes individualmente consideradas (“à memória” e “à verdade”).

O Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos” é um evento bienal, promovido pela Central Única dos Trabalhadores e, no âmbito do Arquivo Nacional, pelo Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, em uma parceria que vem se mostrando muito profícua, produtora e indutora de importantes iniciativas na área dos arquivos do mundo dos trabalhadores. Dentre tais iniciativas, a publicação da coletânea “Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores: coletânea do 3º seminário internacional o mundo dos trabalhadores e seus arquivos” é um verdadeiro testemunho da importância dos arquivos para a compreensão da história de lutas da classe trabalhadora. Nesse sentido, é leitura recomendada para todos os que se interessam pelo assunto.

Jaime Antunes da Silva
Diretor-Geral do Arquivo Nacional

APRESENTAÇÃO

DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE NO MUNDO DOS TRABALHADORES E SEUS ARQUIVOS

Antonio José Marques¹

Inez Stampa²

Passados cinquenta anos do golpe de Estado de 1964, e pouco menos de três décadas do fim do último governo militar brasileiro, o debate público sobre os direitos humanos³, no Brasil, experimenta um momento singular e estimulante, com a crescente pressão da sociedade civil visando ao esclarecimento de casos de graves violações de direitos humanos e por maior transparência pública.

Contudo, persiste, ainda, a necessidade de reforçar o entendimento coletivo de que o período da ditadura militar, que vai de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985, foi marcado, na história política e social brasileira, por violações sistemáticas de direitos humanos - inclusive assassinatos, desaparecimentos forçados e pela prática da tortura por motivos políticos -, bem como pela negação de valores democráticos e pelo arbítrio do Estado. De acordo com pesquisa publicada, em março de 2014, pelo Datafolha, para 16% da população brasileira tanto faz se o governo é democrático ou uma ditadura, 14% defendem que em certas circunstâncias é melhor uma ditadura do que um regime democrático, e 8% que não souberam responder.⁵

¹ Coordenador do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT. Especialista em Organização de Arquivos e Mestre em História Social.

² Graduada em Ciências Sociais e em Serviço Social pela UERJ, é doutora em Serviço Social pela PUC-Rio, onde é professora do Departamento de Serviço Social com inserção na graduação e na pós-graduação. É servidora do Arquivo Nacional, atuando na coordenação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas.

³ A expressão “direitos humanos” é aqui compreendida, de forma geral, como um grupo de direitos historicamente construídos que têm como destinatários todos os seres humanos. Isto é, representa posições jurídicas ativas de direitos comuns a todas as pessoas, pelo simples fato de serem humanas (Comparato, 2010).

⁴ Exemplo disso foi a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, mas cujas atividades se iniciaram apenas em 2012, e a entrada em vigor da nova Lei de Acesso às informações (Lei 12.527, de 18/11/2011/).

⁵ Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/03/1433561-brasileiros-preferem-democracia-mas-sao-criticos-com-seu-funcionamento.shtml>>. Acesso em 12 jun. 2015.

Esse quadro de desconhecimento ou negação dos valores democráticos, associado a não responsabilização de perpetradores de violações de direitos humanos, traz impactos diretos para a atuação dos órgãos de segurança, como é evidenciado pelo fato de que a polícia brasileira mata mais e comete mais abusos hoje do que no período da ditadura, conforme reconhecido pelo próprio governo federal (SDH, 2010, p.37). Assim, sem memória e sem justiça, reproduzem-se e multiplicam-se práticas, usos e costumes lastreados na impunidade e no esquecimento.

Nesse contexto, a adoção de políticas específicas de memória para enfrentar esse passado está no centro da chamada “justiça de transição”. Cabe lembrar que a justiça de transição tem por função não somente garantir o entendimento do que ocorreu, mas, também, reforçar a compreensão de que não é possível a um povo (re)conhecer a si próprio sem entender o legado de sua história política e social. Nesse processo, as iniciativas voltadas para a recuperação e difusão de informações contidas nos arquivos da repressão e da resistência assumem posição de destaque, em meio a tensões e disputas pela memória.

“Defender que a memória é um bem público não significa deixar de reconhecer que ela mesma é resultado dos contextos e dos agentes que a constroem” (Carbonari, 2010). Assim, a memória pode ser apropriada e transformada para cumprir diferentes objetivos e agendas. Sobre este aspecto, cabe lembrar a afirmação de Marx & Engels (1998, p.41) de que as “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que tem a força material na sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força intelectual dominante”. Extrapolando a afirmação, é possível afirmar que a memória de uma época também é a memória da classe dominante, daí a importância de disputá-la.

Da mesma forma, é importante observar que a memória pode ser construída e reconstruída a partir de fontes diversas, como, por exemplo, os documentos recolhidos aos arquivos brasileiros, os livros de uma determinada biblioteca pública, os registros audiovisuais de um colecionador particular, os documentos sob a guarda de organismos sindicais ou, ainda, os relatos orais de pessoas que viveram determinadas situações. Isto é, a multiplicidade de fontes encerra desafios e possibilidades.

O Brasil, assim como outros países sul-americanos, passou pela experiência de um regime ditatorial, com protagonismo das Forças Armadas, na segunda metade do século XX, como a Argentina (1976-1983), o Uruguai (1973-1985) e o Chile (1973-1990). Mas, ao contrário do Brasil, esses países aplicaram, logo após o restabelecimento de eleições diretas, mecanismos de justiça de transição com o objetivo de averiguar violações de direitos humanos praticadas no período ditatorial, incluindo mecanismos judiciais voltados à punição de torturadores e assassinos.

Em sentido contrário, os primeiros mecanismos brasileiros foram estabelecidos apenas na segunda metade da década de 1990, isto é, quase uma década após a transição política, e sem que ocorresse a responsabilização criminal ou mesmo cível de perpetradores de violações, o que pode ser explicado, pelo menos em parte, a partir das diferentes circunstâncias históricas que condicionaram as transições do Brasil e de outros países da América do Sul.⁶

Portanto, é possível afirmar que a experiência brasileira de justiça de transição é excepcionalmente tardia⁷, ainda que o seu ritmo tenha se acelerado nos últimos anos, com a criação, em 2009, do Centro de Referência Memórias Reveladas e, em 2011, com o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade - CNV e com a promulgação da Lei de Acesso às Informações - LAI.⁸

Nesse sentido, o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade e das demais comissões estaduais, municipais, universitárias e sindicais que foram criadas nesse processo, representou uma oportunidade ímpar para a localização de importantes registros da repressão política no Brasil, bem como para que seja favorecida a alocação de recursos necessários ao tratamento arquivístico de acervos que foram localizados, mas que permanecem em geral inacessíveis por falta de tratamento técnico. Ou seja, não obstante a importância de tais iniciativas é necessário torná-las políticas de Estado para garantir a continuidade e o aprimoramento dessas ações.

O relatório divulgado pela Comissão Nacional da Verdade (2014) tornou ainda mais evidente a importância de iniciativas que busquem a localização, identificação, tratamento e divulgação desses acervos, uma vez que os arquivos são fundamentais para que se possa promover a recuperação da história de um povo, sobretudo quando essa história se refere a um passado no qual ocorreram graves violações de direitos humanos perpetradas por motivos políticos.

Ainda sobre esse aspecto, cabe apontar que a importância dos acervos da repressão, sobretudo aqueles relacionados à polícia política, não reside no fato de

⁶ Na Argentina, por exemplo, as eleições diretas foram restabelecidas em 1983, mesmo ano no qual se encerrou o governo militar e foi instalada a comissão da verdade daquele país, denominada de Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep). Tal rapidez derivou, em grande parte, da desmoralização do regime militar argentino em virtude da derrota na Guerra das Malvinas (1982). Sem tempo para organizar a transição, a maior parte dos líderes da ditadura argentina terminou na cadeia, incluindo o último presidente da ditadura, Reynaldo Bignone, condenado, em 2011, aos 83 anos, à prisão perpétua por crime de lesa humanidade.

⁷ A experiência internacional no campo da justiça de transição não registra nenhum outro caso no qual uma Comissão da Verdade foi estabelecida mais de duas décadas depois do fim do período de exceção ou conflito.

⁸ A Comissão Nacional da Verdade foi estabelecida pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, mesma data de promulgação da Lei de Acesso às Informações (Lei 12.527/2011). A LAI é às vezes referida também pelo nome de Lei de Acesso a Informações ou, ainda, Lei de Acesso às Informações Públicas.

conterem “verdades”. Conforme alertou Marx, no volume VI de *O Capital*, “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (1981, p.939). Nesse sentido, os acervos esclarecem menos a respeito da verdade sobre os “fatos” que os agentes da ditadura pretendiam registrar, e mais sobre a forma como se produzia e se controlava a informação durante o regime autoritário.

Igual realidade se percebe nos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Comissão de Anistia, órgão do Ministério da Justiça que promove políticas de reparação, e cujos processos são, normalmente, instruídos por depoimentos de vítimas e de testemunhas de graves violações de direitos humanos e, também, por documentos públicos, que funcionam como elemento de corroboração indireta dos relatos (documentos de polícia política, em regra, não confirmam diretamente a versão da vítima. Mas a partir das omissões e deturpações desses registros, ou do mero descuido do agente da repressão, que registrou “o que não deveria”, ou aquilo que não parecia tão importante à época, é que frequentemente se pode chegar à verdade).

É importante registrar, também, que a ditadura militar, que vigorou de 1964 a 1985, redefiniu e limitou as ações mais avançadas do movimento organizado dos trabalhadores brasileiros, tanto na cidade quanto no campo. Contudo, essa estratégia da ditadura não imobilizou a classe trabalhadora, que combateu o patronato identificado com o regime militar, mesmo sob a ameaça da repressão.

Entre 1964 e 1985 a ditadura militar interferiu, ora de forma velada, ora de forma brutal, na vida social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira, como foi possível constatar pelas experiências e estudos disponíveis na coleção *Arquivos e o direito à memória e à verdade. Comunicações do 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*, publicada em parceria pelo Arquivo Nacional, por intermédio do Centro de Referência Memórias Reveladas, e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), por meio do Centro de Documentação e Memória Sindical, contendo artigos resultantes de trabalhos apresentados durante o 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos - Direito à Memória e à Verdade” nas quatro sessões de comunicações orais⁹ de trabalhos com temáticas de interesse do seminário.

⁹ Nas duas primeiras sessões, ambas denominadas “Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo”, foram apresentadas comunicações relacionadas a projetos e trabalhos de recuperação, organização, preservação e disponibilização de fundos, coleções e demais documentos de tipo, gênero e suportes diversos vinculados ao mundo dos trabalhadores. As comunicações sobre políticas de implantação de arquivos e centros de documentação em entidades sindicais, entidades dos movimentos sociais, organizações políticas e partidárias e em entidades públicas e privadas tiveram a participação de instituições que dão acesso público à documentação de valor histórico e

Cabe lembrar que o golpe de 1964 estabeleceu, no Brasil, uma ditadura que permaneceu até 1985. Esse é um aspecto interessante, pois há uma geração, principalmente nascida após a década de 1990 que, de forma geral, tem poucas informações sobre a ditadura militar, e outra, que passou pelo período da ditadura, e olha para a nossa democracia como um processo em construção.

Nesse período, muitos trabalhadores, estudantes, intelectuais, artistas, religiosos, militares progressistas e pessoas de vários outros setores da sociedade civil lutaram pelo restabelecimento da democracia.

Durante a luta, milhares de pessoas foram presas e torturadas, centenas foram mortas e muitas delas, até hoje, continuam desaparecidas. Para sobreviver, inúmeros brasileiros foram obrigados a se exilar.

Torna-se de grande importância conhecer mais sobre o golpe militar perpetrado contra o estado democrático brasileiro, para assim compreender relevantes aspectos do contexto histórico que levaram ao golpe, bem como seus impactos no Brasil e no cenário latino-americano, de forma que a comunidade acadêmica e a sociedade, a partir de diferentes perspectivas, possam refletir sobre a construção sócio histórica do país. Nessa direção, torna-se relevante compreender, por exemplo, que o golpe de 1964 não foi levado a cabo apenas por forças militares. Ele contou com a participação relevante de classes oligárquicas e de poderosos grupos econômicos nacionais e transnacionais, podendo ser classificado como um golpe de classe com uso de força militar.

Identificar a participação de relevantes atores para além dos militares no golpe de 64 permite afirmar que a alegação de que o golpe traduziu uma guerra civil entre um lado comunista/"terrorista" e outro que defendia uma ordem democrática não se sustenta. Pelo contrário, pode-se perceber que o Estado foi agente de

cultural. Na terceira sessão, denominada "Ditadura e repressão aos trabalhadores da cidade e do campo", as comunicações resultaram de pesquisas sobre atos de violação de direitos, perseguição, tortura, desaparecimento e assassinato de trabalhadores durante períodos de ditadura militar no Brasil e/ou em outros países da América Latina. Também analisaram mecanismos de controle do movimento sindical e das formas de resistência e luta dos trabalhadores, sindicalizados ou não, contra o autoritarismo e a repressão. A quarta sessão, intitulada "Direito à memória e à verdade", versou sobre o direito à memória e à verdade, tendo em vista a importância da relação estabelecida entre memória e verdade, ainda que de forma conflitiva e disputada, para o processo de construção da identidade política, cultural e social de um povo. Os trabalhos contemplam a temática no que se refere ao período dos regimes de exceção e aos mecanismos de justiça de transição atualmente utilizados no Brasil e/ou em outros países da América Latina, na perspectiva de debater iniciativas de recuperação da nossa história recente e de aperfeiçoamento do processo democrático. A coleção Arquivos e o direito à memória e à verdade, Comunicações do 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos foi publicada em meio eletrônico está disponível nos sites do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT - <http://cedoc.cut.org.br> - e no Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas www.memoriasreveladas.gov.br

repressão e do terror aplicados por meios institucionais e extra institucionais, que sufocaram lideranças políticas e sindicais e ensejaram a valorização de personagens destituídos de ética e de civilidade, bem como o surgimento ou fortalecimento de grupos econômicos nacionais e transnacionais.

Analisar o papel dos movimentos sociais, artísticos, sindicais, estudantis, religiosos e de trabalhadores torna-se igualmente relevante, uma vez que a participação civil em regimes ditatoriais é percebida na maioria dos processos históricos contemporâneos. Fato esse que permite uma visão complexa do ocorrido, seus antecedentes e consequências, contribuindo de forma efetiva ao resgate da memória e ao entendimento do Brasil e seu contexto na atualidade.

No contexto das lutas políticas no Brasil entre 1964 e 1985, a documentação - tanto a que ostenta o timbre estatal, como aquela outra, muitas vezes clandestina, saída dos mimeógrafos da resistência - aparece como requisito para a recuperação de parte da memória coletiva que se pretendeu censurar, desaparecer, isto é, se apagar da história.

A memória é um meio de significação social e temporal de grupos e instituições, o que implica em reconhecer sua importância para a geração do senso comum, ou seja, para a compreensão coletiva da sociedade sobre determinados eventos do passado. Dessa forma, a memória joga papel fundamental no processo de auto reconhecimento de um povo, ao embasar o processo de construção de sua identidade.

Dessa forma, a adoção de políticas de memória específicas para enfrentar o legado histórico de violações sistemáticas dos direitos humanos, como as que ocorreram entre 1964 a 1985, tem por objetivo não somente garantir a compreensão do que ocorreu, mas, também, reforçar o entendimento coletivo de que são necessárias estratégias para combater, no presente, essas violações, que teimam em persistir como parte da realidade social brasileira.

Esse “dever cívico” ganha urgência no que se refere à memória de períodos nos quais ocorreram violações maciças dos direitos humanos, seja porque se trata de uma memória disputada entre vítimas e perpetradores de graves violações dos direitos humanos, seja porque se trata de uma memória em risco, pelo interesse que determinados grupos têm no aniquilamento dos registros históricos da época.

Contudo, se a recente ditadura brasileira deixou-nos, como sombrio legado, o maior acervo documental entre suas congêneres no Cone Sul, é verdade também, que a abertura e divulgação destes documentos deram-se de maneira tardia, principalmente a partir da entrada em vigor, em 2012, da Lei de Acesso às Informações. Muitas pesquisas já estão sendo realizadas, além do trabalho

desenvolvido pela CNV e pelas CV estaduais, de universidades, centrais sindicais, conforme já mencionado.

Mas deixou-nos também, e as pesquisas têm demonstrado isso, um importante legado de registros de lutas e resistência, na busca de alternativas ao regime e de uma sociedade mais justa e igualitária.

É possível afirmar que os trabalhadores contribuíram de forma decisiva para a resistência ao regime militar, o que levou ao seu fim, e, posteriormente, ao processo de redemocratização do nosso País. Em grande parte, é possível encontrar a memória dessas lutas em acervos de trabalhadores e de organizações sindicais, políticas e sociais.

Mas esse importante trabalho de recuperação dos acervos exige alguns cuidados especiais. Em primeiro lugar, ele deve ser de seus trabalhadores, de todos os seus trabalhadores, tanto na cidade como no campo, o que o tornará mais completo e interessante. A memória do mundo dos trabalhadores não pode ser trabalhada como uma memória institucional ou de grupos, mas sim como a memória de uma classe.

Por outro lado, deve-se evitar idealizar ou aviltar grupos e pessoas durante o processo de construção ou recuperação dessa memória. Não basta o alerta genérico de que a história é composta por versões ou relatos embasados em visões seletivas e particulares. É preciso trabalhar essa seletividade e particularidade. Longe de negar o conflito e as disputas em torno da construção do direito à memória e à verdade, cabe encontrar formas de trabalhar o conflito.

Com esse intuito, foi realizado o 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos - Direito à Memória e à Verdade”.

O seminário, promovido pelo Arquivo Nacional e pela CUT-Brasil, foi realizado nos dias 16 a 20 de setembro 2013, na cidade do Rio de Janeiro, com o apoio do Centro de Documentação e Informação Científica “Professor Casemiro dos Reis Filho” - Cedic/PUC-SP, do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - DSS/PUC-Rio, do International Institute of Social History - IISH, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-Americanos - Programa Adai e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA).

A organização do evento esteve a cargo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Amorj/UFRJ, do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT - Cedoc/CUT, do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas - MR/NA, do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” da

Universidade Estadual Paulista - Unesp/Cemosi, do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - LHIST/Uesb, e do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ.

O Seminário promoveu conferências, palestras e reflexões sobre os arquivos dos trabalhadores e dos movimentos sociais da cidade e do campo, discutindo suas ações, histórias e memórias. Outras questões abordadas dizem respeito às fontes alternativas da memória e a preservação digital. Esta terceira edição do evento, adotando como tema central o “Direito à Verdade e à Memória”, destacou os arquivos e documentos dos trabalhadores e a importância da recuperação, organização e divulgação destas fontes fundamentais para o direito à verdade, à memória e à justiça, em um momento em que a Comissão Nacional da Verdade intensificava suas atividades.

O evento contou com a participação de conferencistas e especialistas de diferentes nacionalidades que debateram, a partir de múltiplas perspectivas disciplinares, questões relacionadas ao universo dos arquivos, da história e da memória dos trabalhadores da cidade e do campo. Constituiu-se, assim, em um fórum privilegiado para a troca de informações, incentivando a recuperação e a preservação dos arquivos e da memória dos trabalhadores e de suas organizações.

O seminário também homenageou a Confederação Operária Brasileira (COB), primeira central sindical do país, no centenário do seu 2º congresso. A COB nos legou um dos mais importantes conjuntos documentais produzidos pelos trabalhadores brasileiros na etapa inicial de sua organização sindical.

Durante o evento foram proferidas dezesseis palestras por convidados nacionais e internacionais e foram realizadas quatro sessões de comunicações orais de trabalhos com temáticas de interesse do seminário.

Esta coletânea, que publica os artigos resultantes das palestras proferidas durante o evento, em razão do formato definido para o mesmo e pela qualidade dos palestrantes convidados, constitui-se em um importante registro das reflexões desses temas e para a divulgação de informações, bem como para o incentivo à recuperação e à preservação dos arquivos dos trabalhadores e de suas organizações, sobretudo no que se refere ao direito à memória e à verdade sobre o período da ditadura militar brasileira.

Dessa forma, o livro está estruturado em duas partes. A primeira parte traz os quatro artigos referentes à homenagem realizada à Confederação Operária Brasileira (COB) no centenário do seu segundo congresso: 1913-2013.

O primeiro artigo, do historiador Michael Hall, denominado “A Confederação Operária Brasileira (COB) no centenário do seu segundo congresso: 1913-2013”, parte de uma afirmação da COB publicada no jornal *A Voz do Trabalhador*, seu órgão oficial, de que esta “adotará e usará o Sindicalismo Revolucionário” para discorrer sobre essa corrente e sua relação com o anarquismo. Modestamente reconhece que muito do vai dizer é assumidamente “paulistocêntrico”. Objetiva mostrar o sindicalismo revolucionário como parte de um fenômeno internacional e sugere algumas especificidades da história desse movimento. Trata da imigração, da atuação de alguns militantes e da influência dos sindicalistas revolucionários em algumas greves no início do século XX.

O artigo de Beatriz Kushnir, intitulado “Ação e Trajetória, o acervo da Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro (Rio de Janeiro, 1913)”, busca recuperar a experiência do congresso a partir da história de constituição do acervo, envolvendo, ainda, a atuação de seus membros e os debates realizados no âmbito do movimento sindical brasileiro no início do século XX. Como segundo tema, não relacionado ao congresso o artigo traz, ainda, um desabafo da autora, que é diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, no qual faz críticas a projetos de digitalização apoiados pelo Centro de Referência Memórias Reveladas, administrado pelo Arquivo Nacional. Em particular, reclama que sua instituição não foi contemplada com recursos desses projetos, muito embora possua “um dos maiores acervos de *Imprensa Alternativa*”.

Em benefício do leitor que eventualmente não esteja acompanhando o assunto de perto, e sem deixar de reconhecer a importância de acervos de imprensa alternativa e de outros conjuntos documentais privados, algumas informações adicionais podem ser oportunas. O primeiro projeto de digitalização desenvolvido com apoio do Memórias Reveladas, em 2009, visou à preservação de acervos dos extintos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), órgãos estaduais de vigilância e repressão durante a ditadura militar. Muitos desses acervos públicos encontravam-se em situação de risco, razão pela qual foram considerados prioritários pelo Memórias Reveladas. Da mesma forma, o Arquivo Nacional digitalizou, aproximadamente, 12 milhões de páginas de documentos textuais produzidos ou acumulados por órgãos federais, incluindo o acervo do SNI - Serviço Nacional de Informações, de forma a atender diretamente à Comissão Nacional da Verdade (CNV), que considerou esses acervos prioritários. Essas ações transformaram o Brasil em detentor do maior acervo organizado relacionado à repressão política na América Latina, no século XX, o que valeu seu reconhecimento como patrimônio mundial da humanidade, no âmbito do Programa Memória do Mundo, da Unesco. Cabe destacar, por fim, que esses documentos estão abertos ao público, de acordo com o disposto na nova Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011).

No que toca ao acervo da Comissão Organizadora do 2º Congresso Operário Brasileiro, informações sobre a parceria realizada entre o Arquivo Nacional, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) para a salvaguarda desses documentos, incluindo toda a memória técnica dos procedimentos adotados, estão registradas no processo nº 00320.000473/2003-DV (AN), de 04 de novembro de 2003, acessível a qualquer cidadão.

Na sequência, Claudio Batalha, no artigo “A Confederação Operária Brasileira e sua militância”, apresenta o demorado processo de organização da COB após o seu primeiro congresso em 1906, e quais foram as entidades e militantes que estiveram envolvidos até o seu primeiro fechamento em 1909. Analisando as informações publicadas no jornal *A Voz do Trabalhador*, órgão da COB, mostra suas orientações, dificuldades e identifica os colaboradores mais frequentes durante a primeira fase da publicação. A partir do encerramento das atividades da COB nos relata brevemente sobre o movimento sindical até o retorno da Confederação em 1913. A partir daí volta a analisar a COB e o seu jornal, que havia sido retomado, suas posições e os embates com outras correntes, comparando os dois períodos. Também identificou os colaboradores mais frequentes na segunda fase de *A Voz do Trabalhador* e relata os esforços dos militantes para intervir nas lutas sociais.

Esta primeira parte da coletânea é finalizada com o texto “A repressão na primeira República e os militantes operários”, de Beatriz Ana Loner, que utiliza um critério amplo de repressão para discutir como esta interferia no modo de vida dos militantes e daqueles próximos a eles, moldando suas condutas, fechando possibilidades e oportunidades de inserção social e trabalho, bem como dificultando a difusão das suas ideias. Detém-se nas suas consequências para os militantes, enfocando principalmente os anarquistas, mas também menciona alguns casos de comunistas.

A segunda parte da obra é composta por artigos resultantes das conferências e palestras realizadas pelos demais convidados nacionais e estrangeiros que apresentaram reflexões durante as mesas temáticas do Seminário.

O artigo da professora e advogada Rosa Cardoso, na época integrante da Comissão Nacional da Verdade, foi sobre a temática central do evento, “direito à memória e à verdade”, onde justifica historicamente o seu reconhecimento e inclusão na categoria do direito internacional dos direitos humanos. Também expõe as atividades que devem ser desenvolvidas por uma comissão da verdade durante investigações sobre graves violações dos direitos humanos praticadas por ditaduras e regimes autoritários. Apresenta o Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical e a contribuição que o mesmo dará a Comissão Nacional da Verdade, na medida em que recontar a história da repressão

e da resistência na perspectiva dos trabalhadores é uma tarefa imprescindível para a consolidação do Estado democrático de Direito.

A arquivista argentina Mariana Nazar, no texto “Repressão, arquivos e memória dos trabalhadores na Argentina”, reconhece as limitações de acesso às fontes sobre o movimento operário no seu país, sendo a repressão estatal a grande responsável pela destruição dos documentos. Ela faz uma apresentação geral das possibilidades que existem atualmente para pesquisar a história dos trabalhadores argentinos. Também realiza uma diferenciação entre os diversos tipos de registros deixados pelos trabalhadores em suas ações, apresentando alguns lugares onde estão custodiados. Por fim, conclui mostrando algumas experiências que tiveram como finalidade contribuir na preservação da memória dos movimentos sociais e dos trabalhadores.

O artigo de Tiago Bernardon de Oliveira, “A constituição de um acervo com processos da Justiça do Trabalho no e sobre o interior da Paraíba”, parte da constatação que a documentação produzida no âmbito desse ramo da justiça era secundarizada pela historiografia. Mostra que na última década iniciativas de preservação de acervos trabalhistas foram levadas a cabo em alguns lugares do país, experiência estendida à Universidade Estadual da Paraíba, campus de Guarabira, com a proposta de criação do Núcleo de Documentação Histórica, que custodiará a documentação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Em seguida apresenta o potencial analítico das fontes da Justiça do Trabalho, discorre sobre as lutas sociais em Guarabira e região e o quanto é importante preservar essa documentação e torná-la acessível à comunidade que a produziu.

O professor uruguaio Rodolfo Porrini, no artigo “Uma aproximação aos arquivos históricos do movimento sindical e das organizações sociais no Uruguai”, relata sobre a situação de arquivos e coleções sindicais naquele país, assim como o papel do sindicalismo em relação aos temas “Verdade e Justiça”. Também apresenta arquivos e coleções das organizações sociais e faz reflexões sobre os desafios na conformação de arquivos dos trabalhadores e dos movimentos populares.

Marco Scavino, professor da Universidade de Turim, apresenta o tema “Os arquivos sindicais e dos movimentos sociais na Itália”, em texto onde constata que a documentação das organizações sindicais e dos trabalhadores italianos é muito consistente, mesmo considerando sua dispersão e que muito se perdeu após a unificação nacional e no início do século XX. Faz um breve histórico sobre a primeira metade daquele século mostrando que o movimento operário italiano passou por dificuldades na construção de seus arquivos. Essa situação se alterou no início dos anos 1980 quando as centrais sindicais começaram a atuar concretamente com sua documentação. Também nos mostra que a o clima cultural no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 fez com que se multiplicasse em toda Itália institutos e centros de documentação sobre o movimento operário.

O artigo da professora mexicana Elvira Concheiro “Arquivos dos trabalhadores no México: um patrimônio em perigo” mostra que esse país tem uma história cheia de revoluções, rebeliões e reviravolta de diversos alcances, sendo que o Estado patrimonialista e autoritário que se conformou terminou por apropriar-se da memória histórica. Relata que o país não tem uma política que zele pela preservação da memória, trata com arbitrariedade sua documentação e a legislação de arquivos é recente e limitada. Também apresenta o Centro de Estudos do Movimento Operário e Socialista (CEMOS) e o seu papel na discussão e compilação documental das lutas partidárias e sindicais da esquerda mexicana. Por fim, discute os desafios a ser enfrentados pela esquerda que vive uma profunda crise. Como anexo relaciona os conjuntos documentais históricos do CEMOS, suas datas-limite assim como o volume.

O professor aposentado da UFMG, Michel Le Ven, no artigo “Fontes alternativas de preservação da memória: história oral de vida dos trabalhadores”, relata sua experiência de vida, trabalho e de opções teóricas como professor e pesquisador em história oral. O tema da mesa que participou tinha como título “*Fontes alternativas de preservação da memória*” e ele parte perguntando se a história oral está realmente entre essas. Discute o lugar do “eu” na escrita da história e também “história e memória”, dialogando com a chamada “Nova História”. Conclui relatando algumas das pesquisas desenvolvidas nos últimos anos e fazendo algumas considerações sobre os arquivos dos trabalhadores.

A museóloga Célia Maria Corsino, diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN, no texto intitulado “O patrimônio imaterial nas políticas de preservação do patrimônio e o papel do pesquisador” discute o conceito desse tema e relata alguns aspectos associados a sua permanência e salvaguarda. Também trata da relação entre os agentes envolvidos no processo de identificação e documentação do patrimônio imaterial. Discorre sobre políticas de preservação da memória promovidas por órgãos governamentais assim como a metodologia que adotaram. Conclui expondo o trabalho que o IPHAN desenvolve na execução da política do Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro.

Ricardo Medeiros Pimenta, historiador e pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), traz a discussão sobre o “dilema documental na era digital”. Começa afirmando que vivemos em um período no qual a cultura informacional nos faz crer que podemos arquivar e preservar tudo. Discorre sobre o registro e a pesquisa na rede mundial de computadores, os suportes de informação e a organização e disponibilização da informação. Também apresenta algumas experiências de preservação e divulgação de acervos sindicais por meio de sítios eletrônicos. Aponta que é necessário iniciar um debate sobre as formas de se gerir a documentação digital. Conclui ressaltando o papel do Estado, no âmbito público, na preservação dos documentos digitais e o papel dos sindicatos e organizações da sociedade civil na circulação e acesso à informação.

O artigo de Augusto Cesar Lunasco Cusi, cientista da computação e administrador de arquivos, de La Paz, Bolívia, denominado “Desafios em projetos de descrição e digitalização massiva”, sistematiza a experiência levada a cabo diante do projeto “*Trabalhadores (as): suas vozes e análise da sua história (1982-1997)*” Esse projeto foi desenvolvido junto a uma coleção de fitas cassetes com mais de 1.830 horas de gravação realizada em mais de 30 anos em congressos regionais e nacionais de trabalhadores da Bolívia. O autor relata sobre a formação da equipe, os desafios de trabalhar com material sonoro, o uso das normas de descrição internacionais, além de informar quais softwares e equipamentos utilizou. Apresenta ainda o software que desenvolveu denominado Sistema de Descrição e Acesso (SISDA).

A obra conta, ainda, com o texto de Vanderlei Batista dos Santos, arquivista e cientista da informação, que encerra a coletânea com o artigo “A preservação de registros trabalhistas digitais: desafios”, onde apresenta o conceito de documento arquivístico digital e uma proposta de classificação da documentação trabalhista e de interesse dos trabalhadores produzida no âmbito das empresas. Também exemplifica com alguns documentos produzidos digitalmente e apresenta normas para o seu gerenciamento. Por fim, mostra que a preservação dos documentos digitais deve estar amparada em um conjunto de ações levadas a cabo desde a produção documental até a destinação final.

A leitura dos artigos e as reflexões suscitadas pelos autores permitem compreender que a ditadura brasileira, que vigorou de 1964 a 1985, redefiniu e limitou as ações mais avançadas do movimento organizado dos trabalhadores brasileiros, tanto na cidade quanto no campo. Contudo, essa estratégia não imobilizou de todo a classe trabalhadora, sendo possível afirmar que os trabalhadores contribuíram de forma decisiva para o processo de redemocratização do nosso país.

De forma geral, a análise das ações coletivas de trabalhadores durante as décadas de 1960 a 1980 permite demonstrar uma série de mudanças que ocorreram no período. Observa-se a redefinição do capitalismo no país, com as mudanças adotadas na produção, o que teve reflexos diretos no “mundo do trabalho”¹⁰, sobretudo no que se refere aos trabalhadores. Tal cenário trouxe, por exemplo, profundas modificações para a composição e organização das classes trabalhadoras. Destaca-se, ainda, o fato de a ditadura ter empreendido consideráveis esforços para a repressão e desarticulação das ações opositoras ao regime.

¹⁰ A expressão “mundo do trabalho” refere-se aos processos sociais que vem levando às mais diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho desde o fim do século XX e neste início do século XXI, pautando-se na submissão cada vez maior do processo de trabalho e da produção aos movimentos do capital em todo o mundo, compreendendo a questão social e o movimento da classe trabalhadora. Sobre o tema ver Ianni (1994).

Cabe referir, ainda, que no período imediatamente anterior ao golpe de 1964, mais precisamente nos anos de 1950, os trabalhadores brasileiros e os seus sindicatos, estes liderados pela aliança dos militantes comunistas e trabalhistas, obtiveram avanços substantivos quanto à organização, mobilização e participação na vida política nacional. Por essa razão, o aparato repressivo do regime foi especialmente vigilante em relação aos trabalhadores, obtendo sucesso quando a vigilância e a tentativa de redefinição das ações coletivas dos trabalhadores da cidade e do campo se tornaram mais contundentes e brutais. Mas nem mesmo o enorme aparato repressor engendrado foi capaz de estancar as lutas sociais como pretendia o regime.

Não obstante as grandes dificuldades enfrentadas, as organizações de trabalhadores resistiram como puderam, com avanços e recuos. A luta constante contra as duras condições impostas, em resistência às investidas de patrões e militares, mostrou-se afinal um poderoso instrumento de luta contra a ditadura civil-militar no Brasil.

Nesse sentido, a preservação e a difusão das informações contidas nos arquivos do mundo dos trabalhadores é elemento integrante e fundamental da luta pela defesa e valorização do patrimônio histórico-documental brasileiro - e, portanto, da nossa memória -, visando-se, nesse caso, o conhecimento das formas de resistência e de conquista de direitos e garantias pelos trabalhadores brasileiros.

Com a publicação desta coletânea, concretiza-se mais um dos objetivos propostos pela terceira edição do Seminário “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos” que, com o tema “Direito à Memória e à Verdade” compreendido como um direito transindividual que ultrapassa a formulação por meio dos atores políticos tradicionais, alcançando os mais diversos grupos da sociedade civil e experimentando as mais diferentes formas de reivindicação e concretização, contou com a participação de conferencistas e especialistas nacionais e internacionais, que debateram, a partir de diversas perspectivas disciplinares, assuntos de interesse relacionados aos arquivos dos trabalhadores da cidade e do campo, com destaque para as ações de recuperação da trajetória dos trabalhadores durante a ditadura brasileira de 1964-1985.

Importante registrar que os artigos apresentam uma pluralidade de visões, interesses e objetos de estudo, o que demonstra a riqueza dos acervos do mundo dos trabalhadores. O que une esses textos, além da qualidade das investigações realizadas, é a temática do direito à memória e à verdade por parte dos trabalhadores que resistiram e foram vítimas de graves violações de direitos durante o regime exceção, analisada neste livro a partir da compreensão de que estes são sujeitos essenciais da história recente do país.

Por fim, cabe um agradecimento a todos os autores que se dispuseram a converter suas apresentações orais nos textos que ora compõem a presente

coletânea. Dirigida a arquivistas, historiadores, documentalistas, bibliotecários, cientistas sociais, bem como a outros profissionais, pesquisadores e estudantes com atuação na área dos arquivos operários, rurais e sindicais, esta obra é um verdadeiro testemunho da importância dos arquivos para a compreensão da história de lutas da classe trabalhadora. E, nesse sentido, é leitura recomendada para todos os que se interessam pelo assunto.

Referências bibliográficas

BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em 18 mai. 2015.

_____. *Decreto 7724, de 18 de novembro de 2011*. Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm>. Acesso em 18 mai. 2015.

_____. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em 18 mai. 2015.

_____. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório*. Recurso eletrônico Brasília: CNV, 2014. Disponível em <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em 25 jun. 2015.

CARBONARI, P. C. *PNDH 3: Por que mudar?* Portal Carta Maior. Disponível em <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/PNDH-3-Por-que-mudar-/4/15252>>. Acesso em 17 jun.2015.

COMPARATO, F. K. *Afirmção histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

CONADEP. *Report of Conadep (National Commission on the Disappearance of Persons)-1984*. Disponível em <http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/english/library/nevagain/nevagain_001.htm>. Acesso em 19 jun. 2015.

IANNI, O. O mundo do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, 8(11): 2, janeiro/março 1994.

MARX, K. (1894) O processo global da produção capitalista. In: *O capital*. (Crítica da economia política). Trad. Reginaldo Sant'Anna. 3.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Livro Terceiro, Vol. VI.

MARX, K.; ENGELS F. *A Ideologia Alemã*. Introdução de Jacob Gorender. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 1ª Edição publicada na íntegra: 1933.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SDH). *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3)*. Brasília: SDH, 2010.

PARTE I

A CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA NO CENTENÁRIO DO SEU SEGUNDO CONGRESSO: 1913-2013

Michael M. Hall
Universidade Estadual de Campinas
Campinas - SP - Brasil

Quando os redatores do jornal *A Voz do Trabalhador*, publicação oficial da Confederação Operária Brasileira, afirmaram na primeira página do seu primeiro número, em julho de 1908, que na sua luta pela emancipação dos trabalhadores o jornal “adotará e usará o sindicalismo revolucionário”, o que é que eles queriam dizer?

A doutrina que apoiavam dominava os movimentos revolucionários em muitos países no começo do século XX e privilegiava a ação direta, entendida sobretudo como greves, sabotagem e boicotes, em detrimento da política socialista, que visava mudanças sociais por meio de participação eleitoral e reformas aprovadas em parlamentos. Segundo a doutrina apoiada pelo jornal, os sindicatos seriam a base da sociedade futura, alcançada depois da destruição do Estado por uma greve geral revolucionária.

Muito do que vou dizer daqui em diante vai ser assumidamente “paulistocêntrico”, mas não é por causa de algum bairrismo adotado...é ignorância mesmo e o desejo de não constranger várias pessoas aqui presentes no seminário que conhecem bem melhor do que eu a história do movimento operário carioca. Ao mesmo tempo, meu objetivo é considerar o movimento brasileiro do período como parte de um fenômeno internacional e tentar sugerir algumas das especificidades da história do sindicalismo revolucionário paulista (e, quem sabe, brasileiro).

São Paulo no começo do século XX pode não parecer um lugar muito promissor para um movimento operário radical. Uma classe trabalhadora, composta em grande parte de estrangeiros, tinha que lidar com um mercado de trabalho inundado por imigração subsidiada e enfrentava um Estado e uma burguesia unidos e altamente intransigentes ao encarar as reivindicações operárias. Entretanto, muitos dos elementos que limitavam as possibilidades de um partido socialista

efetivo ou de sindicatos reformistas bem sucedidos em São Paulo se mostravam obstáculos menos sérios, talvez até vantagens, para um movimento inspirado pelos princípios do sindicalismo revolucionário. O resultado foi a existência de um movimento radical importante, cuja história tem sido perdida, em grande parte, pelo peso da derrota e pela hegemonia em vários momentos do leninismo e da herança política e cultural associada aos governos de Getúlio Vargas.

Observadores, durante o decorrer do último século, têm estado bastante preocupados pela questão de como caracterizar o sindicalismo revolucionário e especialmente sua relação com o anarquismo.¹ As opiniões variam, desde os que veem as origens do sindicalismo revolucionário em Bakunin e o consideram como simplesmente uma das variações do anarquismo, até, no outro extremo, os que encaram o sindicalismo revolucionário como uma doutrina autônoma, com apenas algumas semelhanças superficiais com o anarquismo. Certamente, o conteúdo preciso do sindicalismo revolucionário variou no decorrer do tempo e de um lugar para outro, em parte por falta de uma Inquisição ou Politburo, com os aparelhos repressivos concomitantes, para atestar e reforçar a ortodoxia.

Talvez seja melhor imaginar um espectro, com várias posições identificáveis e misturas possíveis, às vezes instáveis, do anarquismo individualista em um extremo e do sindicalismo revolucionário no outro. E a influência de militantes e doutrinas anarquistas dentro dos movimentos do sindicalismo revolucionário também mostra variações consideráveis, estendendo-se da CNT espanhola, onde o papel anarquista foi muito grande, até o caso da IWW norte-americana, no qual a influência anarquista permaneceu bastante limitada. A COB e as centrais sindicais de vários outros países, como a CGT francesa, ocuparam posições intermediárias.

¹ Uma formulação clássica é o debate de 1907, no Congresso Internacional Anarquista, entre Pierre Monatte e Errico Malatesta, disponível em Ariane Mieville e Maurizio Antonioli (orgs.) *Anarchisme et syndicalisme: le Congrès anarchiste international d'Amsterdam (1907)* (Rennes: Nautilus, 1997). Um exemplo recente e claro é Ralph Darlington, "Syndicalism and the Influence of Anarchism in France, Italy and Spain", *Anarchist Studies*, vol. 17 nº 2 (2009), onde o autor distingue o sindicalismo revolucionário do anarquismo e mostra as relações variáveis que existiam entre as duas correntes em países diferentes. Ao responder, Iain McKay, "Another View: Syndicalism, Anarchism and Marxism", *Anarchist Studies*, vol. 20 nº 1 (2012), argumenta que o sindicalismo revolucionário é meramente uma entre várias formas do anarquismo. Michael Schmidt e Lucien van der Walt, *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism* (Oakland, CA & Edinburgh: AK Press, 2009), alegam que o sindicalismo revolucionário simplesmente formou parte da "ampla tradição anarquista"; entretanto, a confiança do leitor nas suas pesquisas fica um pouco abalada quando, no espaço de quatro páginas (150-153), os autores confundem Antonio Labriola e Arturo Labriola, assim como a sua afirmação de que a concordância de Lewis Lorwin com Louis Levine sobre a emergência do sindicalismo revolucionário do anarquismo na França seja uma comprovação significativa do argumento - sem perceber, neste caso, que Levine e Lorwin eram a mesma pessoa, que mudou de nome, provavelmente por causa do antissemitismo nos Estados Unidos no começo do século XX.

As questões que dividiram os militantes eram disputas sobre, por exemplo, quem seria o agente principal da revolução: para os sindicalistas revolucionários, a classe operária; para os anarquistas, a população em geral. Os sindicatos seriam a base da sociedade futura? Poucos anarquistas aceitavam essa noção. A greve geral revolucionária seria violenta ou não? Seria suficiente em si para destruir o Estado? Os militantes deveriam apoiar (ou instigar) greves limitadas para tentar conseguir pequenas melhorias nas condições dos trabalhadores? Os sindicatos deveriam englobar o maior número possível de membros, ou se restringir a minorias militantes? Essas e outras questões similares de táticas e estratégias provocaram disputas intensas entre militantes no mundo inteiro no começo do século XX, e suas manifestações no Brasil se mostraram igualmente acaloradas.

Entretanto, essas distinções se revelaram bastantes fluidas no Brasil e os militantes nem sempre delinearão as fronteiras doutrinárias com grande rigidez. Por exemplo, o jornal anarquista *La Battaglia*, em São Paulo, que geralmente criticou os sindicatos como não revolucionários e potencialmente autoritários, na prática abriu suas páginas aos anarquistas como Malatesta, que instigaram seus simpatizantes a participar nos sindicatos, pelo menos para fins de propaganda e recrutamento. Do outro lado, *A Voz do Trabalhador*, da COB, formalmente comprometida com o sindicalismo revolucionário, publicou vários artigos do anarquista português Neno Vasco, que defendeu posições parecidas com as de Malatesta e demonstrou um ceticismo considerável em relação aos princípios formais da COB.

Ao mesmo tempo, muitos sindicalistas revolucionários encaravam o anarquismo com certo desprezo. As afirmações regulares da parte dos sindicalistas revolucionários em relação à necessidade da autonomia sindical e da sua neutralidade política invocou muitas vezes a declaração da CGT francesa em Amiens, em 1906, que ia nesse sentido, mas em São Paulo, ao contrário da França e muitos outros países, as ameaças ao sindicalismo revolucionário pelo socialismo parlamentarista ou pelo sindicalismo reformista permaneceram efetivamente nulas (por motivos que vou tentar explicar daqui a pouco). O que os sindicalistas revolucionários de São Paulo criticaram nessas ocasiões, quando defenderam a neutralidade política dos sindicatos, era a presença de propaganda anarquista, que achavam uma causa de desunião nos sindicatos.²

Em geral, os militantes em São Paulo tomaram o que parecia relevante para as suas necessidades no amplo repertório do sindicalismo revolucionário que

²Há bastante informação sobre o sindicalismo revolucionário brasileiro nos debates e resoluções dos Congressos Operários de 1906 e 1913, assim como do Congresso Operário de São Paulo, transcritos em Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall (orgs.), *A Classe Operária no Brasil: 1889-1930, documentos* (São Paulo: Alfa-Ômega, 1979), vol. 1

dominava o pensamento e a prática da esquerda em uma grande parte do mundo no começo do século XX. Embora repetindo em uma ocasião ou outra versão da maior parte da doutrina do sindicalismo revolucionário, era suficientemente realista para reconhecer a improbabilidade em curto prazo dos sindicatos frágeis de São Paulo desenvolverem a força necessária para levar a cabo uma greve geral revolucionária, apoderar-se da economia e assim destruir o capitalismo e o Estado. O que tomaram do sindicalismo revolucionário foi sobretudo uma estratégia militante de ação econômica sindical.

Como praticamente todos os líderes do anarquismo e do sindicalismo revolucionário em São Paulo, os trabalhadores que estes tentaram mobilizar tinham nascido no exterior, sobretudo na Itália, mas também com contingentes significativos da Espanha e de Portugal. Da década de 1880 até o fim da década de 1920, o Estado manteve um programa enorme de imigração subsidiada para fornecer trabalhadores baratos e supostamente dóceis para os fazendeiros de café. O regime de trabalho nas fazendas permitiu aos trabalhadores insatisfeitos a saída no fim dos seus contratos anuais e embora quase a metade deixasse o país, muitos acabaram na capital do Estado, em rápida expansão.³

A origem imigrante da classe trabalhadora colocou vários problemas para a organização sindical. Em primeiro lugar, o sistema de imigração subsidiada pelo Estado continuou a inundar o mercado de trabalho, inclusive nas cidades, o que tornou relativamente fácil a substituição de trabalhadores no caso de greves, que era a arma principal do sindicalismo revolucionário. Em diversas publicações, o movimento operário dedicou um certo esforço para desaconselhar à emigração para São Paulo, ao descrever as condições desanimadoras que prevaleciam no Estado, embora sem muito efeito aparente. Além do mais, os trabalhadores se encontraram seriamente divididos por hostilidades étnicas de vários tipos, e a enraizada má vontade mútua entre italianos vindos de regiões diferentes do seu precariamente unificado país colocou obstáculos graves a ações em comum.⁴

Além disso, os militantes muitas vezes reclamaram com amargura que os trabalhadores em São Paulo, como imigrantes, procuravam apenas vantagens econômicas imediatas para eles e para suas famílias em vez de mudanças sociais permanentes no Brasil, ou, em outras palavras, que tinham sido pré-selecionados até certo ponto como pessoas cujas aspirações corriam na direção de benefícios econômicos de curto prazo. De qualquer forma, ninguém considerava grande

³Detalhes em Michael M. Hall, "Os fazendeiros paulistas e a imigração" em Fernando Teixeira da Silva et al. (orgs.) *República, Liberalismo, Cidadania* (Piracicaba: Editora Unimep, 2003).

⁴Veja-se Michael M. Hall, "Entre a etnicidade e a classe em São Paulo", em Maria Luiza Tucci Carneiro, Federico Croci e Emilio Franzina (orgs.), *História do trabalho e histórias da imigração* (São Paulo: Edusp, 2010).

a experiência industrial ou política dos imigrantes antes da sua saída do seu país de origem, o que não é nada surpreendente no caso de uma imigração induzida e sustentada para fornecer trabalhadores à agricultura, mas que não facilitou, para dizer o mínimo, sua mobilização política ou sindical depois da sua chegada a São Paulo. Além do mais, como imigrantes, os trabalhadores ficavam vulneráveis a ataques nacionalistas e a expulsão de militantes nascidos no exterior colocaram problemas adicionais. Também, pode ser que as origens estrangeiras dos trabalhadores impossibilitaram alianças com outros grupos na sociedade brasileiras, embora não seja fácil imaginar quem esses aliados poderiam ter sido.

Por outro lado, as origens imigrantes ofereceram algumas vantagens para a militância política e econômica. Os trabalhadores socializados no exterior, por exemplo, escaparam das sanções costumeiras reforçadas por figuras como padres e grandes proprietários de terras nos seus países de origem, e o restabelecimento de formas parecidas de controle em São Paulo não foi fácil nem rápido.

Embora as tentativas de especificar quais grupos de trabalhadores tendiam a apoiar o sindicalismo revolucionário em várias partes do mundo não parecem-me ter sido especialmente bem sucedidas, entretanto uma das categorias identificadas - trabalhadores casuais, sazonais ou empregados apenas por um projeto específico - tiveram um papel importante em São Paulo.⁵ O argumento é que as greves e as outras formas de ação direta colocaram poucos riscos para tais trabalhadores, que mudavam de emprego com frequência e não dependiam de ligações de longa duração com um dado patrão. Certamente, um dos aspectos que mais impressionava os observadores da classe trabalhadora em São Paulo era sua instabilidade e a alta incidência de mobilidade geográfica, características geralmente atribuídas à sua origem imigrante. A outra categoria frequentemente encontrada entre os sindicalistas revolucionários em outras partes do mundo - trabalhadores qualificados, mas ameaçados pela mecanização - também mostrou bastante militância em São Paulo, especialmente entre os chapeleiros e os sapateiros.

⁵ Veja-se Marcel van der Linden e Wayne Thorpe, "The Rise and Fall of Revolutionary Syndicalism" em *Revolutionary Syndicalism: an International Perspective* (Aldershot: Scholar Press, 1990) e Marcel van der Linden, "Second Thoughts on Revolutionary Syndicalism", *Labor History Review*, vol. 63 nº 2 (1998). Entre os vários historiadores que indicaram dificuldades nas tentativas de identificar certos grupos como demonstrando tendências consistentes na direção do sindicalismo revolucionário, veja-se Darlington, pp. 40-43, no artigo citado na nota 1; Bert Altena, "Analysing Revolutionary Syndicalism: the Importance of Community" em David Berry e Constance Bantman (orgs.), *New Perspectives on Anarchism, Labour and Syndicalism* (Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2010); J. Romero Maura, "The Spanish Case", em David Apter e James Joll (orgs.), *Anarchism Today* (London: Macmillan, 1971), nota 9.

De qualquer forma, embora o grosso dos trabalhadores em São Paulo possa ter tido pouca experiência política antes de emigrar, este não era o caso de muitos dos militantes mais ativos. Entre os italianos, mais de 30 tinham sido suficientemente ativos politicamente para ter fichas na polícia política, em alguns casos extensas,⁶ antes de sair (às vezes fugindo) da Itália. Entre os sindicalistas revolucionários, Alceste De Ambris trabalhou primeiro como socialista em São Paulo entre 1898 e 1903, em certo momento como redator da edição local do jornal *Avanti!*. Depois de fugir da Itália em 1908 por causa da sua liderança de uma famosa greve de trabalhadores agrícolas em Parma, De Ambris editou o jornal sindicalista revolucionário *La Scure* em São Paulo e desempenhou um papel importante no movimento sindical da cidade. Depois da sua volta à Itália em 1911, De Ambris teve uma carreira controversa como líder intervencionista na Primeira Guerra Mundial, e servindo como *capo di gabinetto* de D'Annunzio em Fiume, onde redigiu o influente documento corporativista, a Carta del Carnaro. Entretanto, deve-se notar que De Ambris evitou a colaboração com o regime de Mussolini e morreu como exilado antifascista na França.⁷ Edmondo Rossoni, líder importante entre os sindicalistas revolucionários em São Paulo em 1911, teve uma carreira parecida, embora muito mais sórdida. Depois da sua expulsão do Brasil por causa da sua militância sindical, Rossoni acabou ocupando altos cargos no governo de Mussolini e escapou da punição após a guerra, fugindo prudentemente para o Canadá.⁸ De Ambris, Rossoni, e muitos outros dos seus colegas em São Paulo, incluindo anarquistas e socialistas, claramente se consideravam membros de um movimento revolucionário internacional.

O agente policial encarregado pelo governo italiano da vigilância dos subversivos entre seus súditos em São Paulo descreveu aos seus superiores em Roma em 1909 as atividades dos militantes locais com certa ironia e desdém. Segundo o agente, os anarquistas e os sindicalistas revolucionários restringiram suas atividades “à manutenção de uma ativa correspondência epistolar com seus colegas na Itália”, exigindo deles maior militância, o que ele considerou “um sistema fácil e confortável de longe”. Também notou seu êxito limitado em organizar sindicatos em São Paulo, resultado que atribuiu ao “proletariado internacional” da cidade, atormentado por instabilidade e hostilidades mútuas.⁹

⁶ Edilene Toledo, *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)* (Campinas: Editora da Unicamp, 2004), pp 193-194, lista 34 deles.

⁷ Além de Edilene Toledo, *Travessias revolucionárias*, capítulo 2, sobre De Ambris, veja-se também Enrico Seventi Longhi, *Alceste De Ambris: l'utopia concreta di un rivoluzionario sindacalista* (Milão: FrancoAngeli, 2011) e Gian Biagio Furiozzi, *Alceste De Ambris e il sindacalismo rivoluzionario* (Milão: FrancoAngeli, 2002).

⁸ Sobre Rossoni, veja-se Toledo, *Travessias revolucionárias*, capítulo 4.

Vale a pena notar que o transnacionalismo da militância não operou em apenas uma direção, a de ideias, experiências e líderes europeus influenciando os acontecimentos no Brasil. Rossoni, por exemplo, disse que abandonou o sindicalismo revolucionário porque aprendeu na imigração que o internacionalismo proletário era mito e que só os italianos defenderiam os italianos. Donde sua conversão ao nacionalismo extremo, ao intervencionismo e, por fim, ao fascismo. (Deve ser notado que Rossoni provavelmente chegou a esta conclusão mais por causa das suas experiências com a IWW nos Estados Unidos, onde ficou por muito mais tempo do que no Brasil).¹⁰

Uma outra maneira em que a origem imigrante da classe trabalhadora favoreceu a militância foi o notável isolamento social no qual a maior parte dos trabalhadores vivia, que reforçou uma mentalidade de “nós” contra “eles”, propícia ao sindicalismo revolucionário. Morando em bairros homoganeamente operários, os imigrantes raramente encontraram instituições que facilitassem sua integração na sociedade brasileira. Uma situação tão polarizada, com poucas categorias intermediárias, parece ter ajudado a tornar noções de autonomia operária e de ação direta uma resposta plausível por muitos trabalhadores.

Sobretudo, os trabalhadores enfrentaram um bloco coeso no poder em São Paulo. A intransigência notória dos empregadores na cidade em relação aos seus trabalhadores provavelmente resultou, em parte, do fato dos salários terem representado uma alta porcentagem dos seus custos, e as condições competitivas que prevaleciam em muitas indústrias tornou difícil a repassagem de aumentos aos seus fregueses. Os empregadores impuseram controles draconianos sobre sua força de trabalho e asseguraram níveis de violência da parte do Estado tão altos que até chocaram os observadores policiais estrangeiros, não normalmente suspeitos de simpatias excessivas em relação ao movimento operário. Como notou o agente policial já citado, nas greves muitas vezes violentas do período, “é necessário reconhecer que, com algumas exceções, as provocações vêm mais da polícia local do que dos grevistas”.¹¹ O cônsul italiano em São Paulo notou que os policiais na cidade eram “violentos e agressivos, o que não surpreende quando se considera

⁹ Não está claro que o agente tivesse acesso à correspondência dos militantes; ele reclama que as autoridades brasileiras não o ajudavam em seu trabalho. Cesare Allia-Bronner, Commissario di Polizia, São Paulo, a Luigi Bruno, R. Ministro d'Italia, Petrópolis, Rio de Janeiro, 30 Junho de 1909. Archivio Centrale dello Stato (Roma), Ministero dell'Interno, Direzione Generale di Pubblica Sicurezza, Ufficio Riservato (1879-1912) buste 13, fascicolo 41, sotto fascicolo 13.

¹⁰ John Tinghino, *Edmondo Rossoni: from Revolutionary Syndicalism to Fascism* (New York: P. Lang, 1991). Tinghino apresenta bastante informação sobre as atividades de Rossoni nos Estados Unidos, embora seu breve tratamento do período que Rossoni passou no Brasil seja seriamente confuso.

¹¹ Allia-Bronner, como citado na nota 9.

que seu chefe e, em geral, pessoas bastante cultas e tranquilas aqui quase não fazem nenhuma distinção entre greves e revoltas”.¹²

O sistema político ofereceu poucas possibilidades para responder às reivindicações dos trabalhadores. As eleições funcionavam com um sufrágio altamente restrito e os resultados carregavam um forte ar de farsa. Como notou, em um despacho confidencial em 1909, o Ministro da Itália no Brasil, as eleições eram controladas por uma “oligarquia restrita” e, em geral, conduzidas “com perfeito desprezo pelas aparências mais elementares”, uma vez que as oligarquias “determinam de antemão qual deve ser o resultado do voto popular”.¹³

Em uma situação dessas, na qual faltava à burguesia paulista mecanismos eleitorais plausíveis ou outros instrumentos de legitimação e controle social, havia, de fato, poucas alternativas para a manutenção do seu poder além da violência aberta, patrocinada pelo Estado ou não, que impressionou tanto os observadores estrangeiros. Quando o Estado significava pouco aos trabalhadores além da repressão policial, o objetivo ostensivo de destruí-lo atraiu muitos. Além do mais, o desprezo realmente profundo que muitos escritores na imprensa operária demonstraram pelo Estado e pela classe dominante do Brasil certamente deve ter reforçado tais atitudes. Um artigo no jornal *La Barricata*, provavelmente escrito pelo anarquista Gigi Damiani, argumentou que, embora “cause repugnância fazer o jogo dos diversos nativismos aqui negociados”, “estamos em um país sem passado, sem tradições, com uma história recente e vulgar, um país conquistado por bandidos poucos séculos atrás...[onde] duzentas famílias são o estado.” Após referências aos brasileiros como filhos de “traficantes de escravos, de patifes da conquista e de jovens negras estupradas ao longo dos cafezais”, conclui que “o perfeito tipo nacional” é alguém que “desdenha o trabalho e despreza o trabalhador”.¹⁴

Sindicatos reformistas ou um Partido Socialista significativo não podiam operar em tais condições. (Aliás, mereceria alguma consideração dos historiadores entender porque nunca houve um Partido Socialista consequente no Brasil, mas esta seria uma outra questão). Na São Paulo do começo do século, com as vias políticas fechadas, e mesmo contratos de trabalho legalmente válidos fora de questão, para nem falar da impossibilidade de negociações coletivas, a ação direta

¹² Ministero degli Affari Esteri (Roma), Serie Política, Brasile, Rapporti Politici, 282, 21 de Outubro de 1909. O Cônsul da Itália fascista escreveu em 1927 sobre a “repressão absoluta pelas autoridades brasileiras de qualquer tentativa de organização sindical, mesmo a mais pacífica”. A observação encontra-se no fichário de Alessandro Cerciai, com data de 19 de janeiro de 1927, no Archivio Centrale dello Stato (Roma), Casellario Politico Centrale.

¹³ Ministero degli Affari Esteri (Roma), Archivio Storico, Principe di Cariati ao Ministério, 25 de janeiro de 1902, Serie Política: Brasile, Rapporti Politici, 283.

¹⁴ *La Barricata*, 28 de Dezembro de 1912.

econômica defendida pelos sindicalistas revolucionários parecia um caminho promissor. Portanto, e ao contrário da situação em muitos países onde a desilusão com as políticas socialistas e a frustração com os sindicatos reformistas forneciam muito do ímpeto ao sindicalismo revolucionário, em São Paulo uma realidade social altamente polarizada e uma forma dramática da luta de classes tornaram as doutrinas do sindicalismo revolucionário - durante um certo tempo - uma estratégia plausível para muitos trabalhadores.

Embora haja lugar para debate sobre o quanto as declarações de congressos operários e os estatutos de sindicatos influenciaram (ou refletiram) a prática dos trabalhadores, certas greves mostraram evidentes influências do sindicalismo revolucionário, incluindo pelo menos uma greve generalizada e bem organizada a favor do regime de oito horas de trabalho em 1907. Os sindicalistas revolucionários em vários países privilegiavam esta reivindicação e o movimento em São Paulo, organizado em um momento econômico favorável, demonstrou planejamento cuidadoso. A greve foi organizada em cadeia, parando certos setores e certas firmas em sequência. Uma vez vitorioso em um lugar, os grevistas voltavam ao trabalho e destinavam uma porção dos seus salários para sustentar colegas em firmas ainda paradas. Apesar da repressão costumeira, os trabalhadores conseguiram a jornada de oito horas em várias firmas e a redução de horários em outras. Entretanto, o movimento de 1907 se restringiu principalmente a trabalhadores qualificados, que tinham um poder de barganha razoável na ocasião, embora com o ressurgimento do desemprego nos meses seguintes, a maior parte dos trabalhadores fosse forçada a voltar aos horários antigos.

A grande greve geral de 1917 em São Paulo, apesar da presença de anarquistas e sindicalistas revolucionários na comissão que negociou seu término, teve pouco a ver com essas correntes, claramente surpreendidas pelo movimento. Os grevistas responderam a uma alta dramática do custo de vida nos primeiros meses de 1917 e se beneficiaram da interrupção na imigração causada pela Primeira Guerra Mundial, assim como de uma retomada da produção na indústria têxtil. Depois do fim da greve geral, ao avaliar os acontecimentos, o jornal anarquista *La Guerra Sociale* concluiu que o movimento tinha sido muito mais uma “greve ligada à fome do que ao trabalho”.¹⁵

No dia 9 de junho, trabalhadores da Cotonifício Crespi, a maior fábrica têxtil da cidade, pararam de trabalhar, protestando contra um aumento do seu horário de trabalho e exigindo melhoria salarial. Após várias peripécias envolvendo, entre outras coisas, o uso da polícia em esforços - aliás, infrutíferos - para obrigar grevistas

¹⁵ *La Guerra Sociale*, 26 de julho de 1917.

a retornarem ao trabalho, e malsucedidas tentativas de recrutar fura-greves, a direção da firma decretou um *lockout* parcial e demitiu 40 supostos líderes do movimento.

Enquanto isso, as greves se espalharam, os industriais se mantiveram intransigentes, e houve escaramuças entre grevistas e a polícia. Perto da fábrica Mariângela, no Brás, a polícia abriu fogo contra manifestantes e matou um jovem anarquista espanhol, José Martinez. Seu enterro, no dia 11 de julho, forneceu a faísca que acendeu a greve geral. Segundo a estimativa do Departamento Estadual do Trabalho, entre 50 e 70.000 trabalhadores entraram em greve.¹⁶ O governo efetivamente perdeu o controle da capital durante três dias. Houve lutas nas ruas, tiroteios, saques, barricadas em alguns bairros, e ataques a manifestantes pela cavalaria da força pública.

Os grevistas perceberam com lucidez que a situação em São Paulo estava longe de ser revolucionária e apresentaram um conjunto de reivindicações bastante brandas, algumas das quais pediam que as autoridades de São Paulo simplesmente cumprissem as funções mínimas de um Estado burguês decente, como, por exemplo, medidas para impedir a adulteração dos gêneros alimentícios vendidos nos mercados da cidade. O que mais impressiona na lista de reivindicações, cuidadosamente preparada para assegurar o mais amplo apoio possível, é a ausência de traços das doutrinas do anarquismo ou do sindicalismo revolucionário. Como *A Plebe* observou, o que os supostos subversivos exigiram na ocasião estaria em outros países “já proposto pelas próprias classes conservadoras como medida de defesa dos próprios interesses”.¹⁷ O anarquista Gigi Damiani, após sua expulsão do Brasil, escreveu da Itália, em 1920, que as reivindicações nas greves de São Paulo seriam consideradas reacionárias na Itália e tão limitadas que “nem o Partido Católico moveria um só sacristão na sua defesa”.¹⁸

De fato, certas das reivindicações de 1917 simplesmente pediam que o Estado aplicasse a legislação existente. Houve momentos tragicômicos como, por exemplo, quando o presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes, declarou diante um grupo de jornalistas “não estar bem lembrado” se as reclamações sobre o trabalho noturno dos menores já tinham apoio em lei. (Tinha, aliás, desde 1911). O jornal que narrou o episódio, *O Combate*, nunca muito simpático ao anarquismo, embora crítico em relação ao governo do estado, comentou: “Pela primeira vez no mundo, os Kropotkines do Brás e os Ravachols da Barra Funda - esses

¹⁶ *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, 1917, p. 577;

¹⁷ *A Plebe*, 21 de julho de 1917.

¹⁸ Gigi Damiani, *La questione sociale nel Brasile: i paesi nel quali non si deve emigrare* (Milão: Umanità Nuova, 1920), p. 11.

homens perigosos que ‘não reconhecem as leis e querem subverter o princípio da autoridade’, reclamam, em um programa escrito e apresentado como o mínimo de suas aspirações, o cumprimento da lei do Estado”.¹⁹

Embora ativos no movimento, e, em alguns casos, ocupassem lugares de destaque nos acontecimentos, os anarquistas e os sindicalistas revolucionários nunca alegaram terem sido responsáveis pela greve geral de 1917. As reivindicações reformistas da greve até contradiziam princípios que estes militantes defenderam durante longos anos. Edgard Leuenroth, um dos líderes da comissão que negociou o fim da greve, escrevendo 50 anos após os acontecimentos, foi enfático: “a greve geral de 1917 foi um movimento espontâneo do proletariado sem a interferência, direta ou indireta, de quem quer que seja. Foi uma manifestação explosiva, consequente de um longo período de vida tormentosa que então levava a classe trabalhadora”.²⁰ O jornal anarquista, *La Guerra Sociale*, concluiu, na ocasião, que “o proletariado paulistano encontrou na luta sua própria consciência” e que ninguém esperava nem acreditava na capacidade revolucionário que os grevistas acabaram demonstrando. “Do governo aos subversivos, todos estavam convencidos de que desse amálgama de desprezíveis imigrantes somente se poderia esperar, quando não resignação, pelo menos vileza”.²¹

A maior parte das greves em São Paulo na Primeira República estourou por razões defensivas e os sindicatos muitas vezes emergiram durante a luta só para desaparecer na repressão que geralmente veio logo depois. A fragilidade dos sindicatos tinham várias causas, mas as doutrinas do sindicalismo revolucionário têm aí alguma responsabilidade. O medo da burocratização e da emergência de uma liderança sindical interessada sobretudo na defesa dos seus cargos resultou em tentativas de evitar a existência de funcionários pagos nos sindicatos ou a criação de fundos de greve, mas estas e outras medidas no mesmo sentido acabaram colocando obstáculos graves ao desenvolvimento de estruturas sindicais fortes e duradouras. Ao depender tanto da militância mais ou menos espontânea dos trabalhadores, o sindicalismo revolucionário às vezes conseguiu mobilizações impressionantes, mas deixou os trabalhadores altamente vulneráveis a contra-ataques dos patrões e do Estado. Sem estruturas fortes, os sindicatos muitas vezes desapareceram após derrotas ou em conjunturas econômicas desfavoráveis. Sua incapacidade de ganhar até mesmo melhorias materiais de curto prazo a favor dos seus membros acabou limitando tais sindicatos a pequenos grupos de trabalhadores dedicados.

¹⁹ *O Combate*, 20 de julho de 1917.

²⁰ Edgard Leuenroth, “A Greve de 1917”, *O Estado de S. Paulo*, 27 de março de 1966.

²¹ *La Guerra Sociale*, 26 de julho de 1917.

O declínio do sindicalismo revolucionário em São Paulo seria assunto para uma outra comunicação. Resumindo drasticamente: a repressão modernizada e severa da década de 1920 pesou bastante, provavelmente mais do que a competição do Partido Comunista, relativamente fraca em São Paulo no período. Um problema mais grave poderia ter sido a emergência de uma geração de trabalhadores nascidos no Brasil (embora de pais estrangeiros) que se sentia menos isolada da sociedade dominante e que considerou o sindicalismo revolucionário - derrotado em todos os países, exceto Espanha e talvez Argentina - menos atraente do que tinha sido o caso com seus pais. Mesmo assim, no começo dos anos 1930, os sindicalistas revolucionários mantinham uma presença importante no movimento operário de São Paulo. O que acabou com o sindicalismo revolucionário foi a política de Getúlio Vargas, combinando a repressão severa aos seus oponentes com os tímidos e incompletos começos de um Estado de bem estar social, muitas das suas medidas disponíveis apenas aos membros dos recém-criados sindicatos oficiais. O regime impôs um sistema que prometia alguma segurança aos sindicatos e aos seus membros em troca de controle forte pelo governo. Muitas das medidas do período parecem-me fordistas nas suas intenções, apesar da sua “implementação” precária, e isso provavelmente selou o destino do sindicalismo revolucionário, mais do que a derrota na Espanha.

Ao concluir, quero reconhecer que posso ter exagerado o papel decisivo de estruturas e estratégias sindicais. Embora seja plausível argumentar que o sindicalismo revolucionário fracassou em parte por causa da sua visão de como deveria ser a organização sindical, seria importante evitar exageros. Certamente, a história recente do Brasil mostrou que trabalhadores em conjunturas favoráveis e com líderes hábeis, mesmo operando sob as restrições do sistema corporativista herdado do período getulista, planejado para restringir a militância, possam ganhar vitórias extraordinárias. As greves de São Bernardo do fim dos anos 1970 mudaram a cultura política do país para sempre, e seus resultados estão evidentes em várias formas até hoje. É difícil imaginar o que os sindicalistas revolucionários da COB do começo do século XX teriam achado disso.

Referências bibliográficas

Bert Altena, “Analysing Revolutionary Syndicalism: the Importance of Community” em David Berry e Constance Bantman (orgs.), *New Perspectives on Anarchism, Labour and Syndicalism*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2010

Gigi Damiani, *La questione sociale nel Brasile: i paesi nel quali non si deve emigrare*. Milan: Umanità Nuova, 1920

Ralph Darlington, "Syndicalism and the Influence of Anarchism in France, Italy and Spain", *Anarchist Studies*, vol. 17 nº 2, 2009

Gian Biagio Furiuzzi, Alceste De Ambris e il sindacalismo rivoluzionario. Milan: FrancoAngeli, 2002

Michael M. Hall, "Os fazendeiros paulistas e a imigração" em Fernando Teixeira da Silva et al.(orgs.) *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003

Michael M. Hall, "Entre a etnicidade e a classe em São Paulo", em Maria Luiza Tucci Carneiro, Federico Croci e Emilio Franzina (orgs.), *História do trabalho e histórias da imigração*. São Paulo: Edusp, 2010

Edgard Leuenroth, "A Greve de 1917", *O Estado de S. Paulo*, 27 de março de 1966

Enrico Seventi Longhi, Alceste De Ambris: l'utopia concreta di un rivoluzionario sindacalista. Milan: FrancoAngeli, 2011.

Iain McKay, "Another View: Syndicalism, Anarchism and Marxism", *Anarchist Studies*, vol. 20 nº 1, 2012

Ariane Mieville e Maurizio Antonioli (orgs.) *Anarchisme et syndicalisme: le Congrès anarchiste international d'Amsterdam (1907)*. Rennes: Nautilus, 1997

Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall (orgs.), *A Classe Operária no Brasil: 1889-1930, documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, vol. 1.

J. Romero Maura, "The Spanish Case", em David Apter e James Joll (orgs.), *Anarchism Today*. London: Macmillan, 1971

Michael Schmidt and Lucien van der Walt, *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism*. Oakland, CA & Edinburgh: AK Press, 2009

John Tinghino, Edmondo Rossoni: from Revolutionary Syndicalism to Fascism. New York: P. Lang, 1991

Edilene Toledo, *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004

Marcel van der Linden e Wayne Thorpe, "The Rise and Fall of Revolutionary Syndicalism" em *Revolutionary Syndicalism: an International Perspective*. Aldershot: Scholar Press, 1990

Marcel van der Linden, "Second Thoughts on Revolutionary Syndicalism", *Labor History Review*, vol. 63 nº 2, 1998

AÇÃO E TRAJETÓRIA, O ACERVO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO SEGUNDO CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO (RIO DE JANEIRO, 1913)

Beatriz Kushnir¹

**Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro - Brasil**

Se determos a história em um determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observamos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, está é sua única definição.²

Foi com enorme prazer que recebi - como já ocorrera em 2005 e novamente aceitei - o convite para a mesa que, na presente ocasião, inaugura os trabalhos do “3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, e propõe uma “Homenagem à Confederação Operária Brasileira (COB) no centenário do seu 2º congresso: 1913-2013”.

¹ Doutora em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (2001), professora convidada do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) junto à Escola de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Desde abril de 2005, é Diretora-Geral do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, com experiência na área de Gestão Pública. Autora, entre outros, de *Cães de guarda: jornalistas e censores - do AI-5 à Constituição de 1988* (2ª Ed. São Paulo, Boitempo, 2012).

² E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa*. RJ, Paz e Terra, 1987, pp. 11-2.

Minha responsabilidade torna-se ainda maior, já que esta exposição inicia-se posteriormente à do Professor Michael Hall - este sim o especialista no tema. Gostaria, então, de solicitar a vocês que apreendessem esta minha comunicação como uma homenagem ao Professor Michael Hall.³

Nesta oportunidade, objetivo dimensionar a reflexão adicionando à temática dos arquivos o universo do mundo do trabalho. Apresentarei aos que ainda não conhecem um conjunto documental em depósito no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Mas não só isto, desejo igualmente pontuar algumas questões que delineiam os limites - problemas e impasses - do acesso aos documentos e, por conseguinte, às informações. Certamente, minha análise é diversa da que realizei no ano de 2005, dias após tomar posse como Diretora do AGCRJ e conhecer o processo de tratamento que o acervo recebeu. Temática esta que comentarei mais adiante.⁴

O acervo da “Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro”, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1913, foi originalmente doado, em 1968, à então Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA) do Estado da Guanabara pelo Prof. Maurício Vinhas de Queiroz⁵, do Instituto de Ciências Sociais da UFRJ. Por solicitação dele, a documentação foi encaminhada ao Arquivo Histórico do Estado da Guanabara, à época subordinado à DPHA e sob a direção do historiador José Luís Werneck da Silva. Uma vez depositado no Arquivo, procedeu-se à identificação, à descrição, à codificação e à encadernação dos documentos, em dois volumes.

Este é um acervo de caráter privado, portanto, fora da lógica e dos controles da gestão de documentos públicos.⁶ Mas gostaria de sublinhar uma preocupação

³ O Prof. Dr. Michael Hall compôs tanto a banca de seleção para o ingresso no Doutorado em História, na Unicamp, no tórrido verão de Campinas, em 1996, como a minha banca de defesa de Tese, em outubro de 2001. Recebeu-me no CEMI - Centro de Estudos de Migrações Internacionais - como meu supervisor de Pós-doutoramento Júnior, em 2003, além de gentilmente apresentar meu livro, fruto da tese, na sua quarta capa. Não me formei como historiadora na Unicamp, mas certamente vivenciei ali o que eu e muitos consideramos as condições ideais para se exercer o trabalho acadêmico. Não pude estar presente na homenagem aos seus setenta anos, realizada pelo GT “Mundos do Trabalho”, na UFSC. Mesmo estando em outro evento, nos mesmos dias, na mesma universidade. Faço aqui esta declaração pelo imenso respeito intelectual que lhe tenho, agradecendo-lhe a delicadeza do convívio que tivemos, a delícia de receber seus papéis amarelos com dicas de livros - muitos deles adquiridos por ele para a biblioteca do IFCH, porque sabia que nos ajudaria. Talvez o que nos tenha aproximado foi a sua intuição, concretizada como verdadeira, de que eu sou, como ele, uma historiadora “rato de arquivo”.

⁴ Refiro-me ao “Seminário Estrutura Sindical no Brasil: memória, atualidade e perspectivas”, em que expus algumas reflexões iniciais sobre o acervo do AGCRJ, e que ocorreu na sede da CUT, em São Paulo, no dia 23 de maio de 2005.

⁵ Maurício Vinhas de Queiroz, sociólogo, nascido em 1921, foi Professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autor de livros importantes para a historiografia brasileira, tais como

utilizando-me do processo de incorporação deste acervo como exemplo, mesmo que esgarçando as suas características intrínsecas, se o leitor me permitir.

Ao fazer este exercício, espero que o arquétipo possibilite vislumbrar temas pertinentes e presentes até os dias atuais, no tocante às fontes. Por um lado, a ausência de políticas públicas efetivamente consolidadas quanto à gestão de documentos - o controle e a seleção do que será definido como documentação permanente - inquieta por não assegurar ao consulente quanto do conjunto original se está consultando. Não se esquecendo igualmente, do quanto à ausência de informações impede a comprovação de direitos.

Neste sentido, e para a melhor apreensão de um leitor leigo às temáticas da Arquivologia, sublinho que se compreende por *gestão de documentos*, tendo por base a legislação federal (a Lei 8.159/1991, denominada “Lei de Arquivos”), um “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes às atividades de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.

Feito este parêntese, no caso da “Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro” - uma documentação privada de indubitável interesse público -, só a doação permitiu que adentrássemos a este universo. Jamais saberemos, contudo, quanto - que porcentagem - da documentação do Executivo nas três esferas de governo que com ela poderia dialogar ao estarem em depósito nos arquivos públicos, caso o processo de gestão documental estivesse se efetivado.

Um Delicado Equilíbrio: o Capital Internacional..., em coautoria com Peter Evans, *Paixão e Morte de Silva Jardim e Messianismo e Conflito Social - a Guerra Sertaneja* (1966). Nesse último, aborda a Guerra do Contestado; para escrevê-lo, empreendeu, entre 1953/61, inúmeras viagens ao Paraná e à Santa Catarina, colhendo depoimentos de velhos moradores da região onde ocorreu o conflito, sendo considerado o autor com a maior pesquisa empírica sobre o episódio. Pesquisou, ainda, imensa bibliografia, documentos, livros, revistas e jornais da época, resultando em um trabalho que é considerada uma competente obra sobre esse movimento. Nela, ressalta o clima de tensão social existente na região, questão fundamental para sua análise de cunho marxista. Na *Revista do Povo*, ponderou sobre o *Jornal dos Tipógrafos* (1858), primeiro periódico operário publicado no Brasil, cuja importância foi ser o porta-voz de trabalhadores em greve. Maurício Vinhas de Queiroz debruçou-se sobre o estudo do Movimento Operário, acumulando material significativo durante pesquisas sobre o movimento sindical no Brasil. Assim sendo, doou, em 23/05/1968, ao então Arquivo Histórico do Estado da Guanabara (atual AGCRJ), na época dirigido por José Luiz Werneck da Silva, uma série de manuscritos referentes ao Segundo Congresso Operário Brasileiro, que se realizou no Rio de Janeiro, em setembro de 1913.

⁶ No Brasil, em 1991, a promulgação da Lei 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e estabelece as suas competências, vem reforçar a necessidade de implantação de políticas públicas para a gestão dos arquivos correntes, já que a referida lei estabelece que a gestão dos documentos públicos correntes são de competência das instituições arquivistas.

Lacunas documentais são dilemas frequentes para a pesquisa do passado, mas que podemos e devemos minimizar no presente para o futuro. Ao não sabermos que dados do passado *conversariam* com este acervo em foco, como exemplo, privamo-nos de questões que estes documentos poderiam ajudar-nos a pensar e contribuir na reflexão do período.

A incorporação de massas documentais que ocorrem em eventos esporádicos de doação alegra ao mesmo tempo em que preocupa. Tornam o olhar possível sobre o passado no acesso às parcelas documentais recolhidas sem critérios definidos, que são resgatadas e acauteladas nos arquivos públicos por “recolhimentos selvagens”, ou por entregas particulares. Estes momentos demonstram e confirmam que os expedientes de salvaguarda continuada não se efetivaram. Consultamos, assim, o que se conservou/salvou e que (milagrosamente) conseguiu chegar até nós. São muitas vezes séries incompletas e descontinuas, que ferem os pilares básicos da Arquivologia, ao não garantirem ao conjunto, o arranjo original e a procedência. A incorporação destes conjuntos se constitui, sem dúvida, uma *dádiva* e um obstáculo ao ofício do pesquisador. São nossos limites atuais, e isto precisa ficar claro se queremos alterar este quadro.

Focando especificamente na problemática das fontes, e no caso particular, mas não necessariamente singular do movimento operário, os acervos apresentam-se, sempre, como um problema. Ou “O” problema. A historiografia até o início da década de 1980, portanto, só tinha acesso à fala das classes trabalhadoras pela via das fontes das classes dominantes.

Paulo Sérgio Pinheiro sublinhou a escassez de estudos sobre os operários no Brasil da Primeira República e ressaltou a importância desses sujeitos para a compreensão da história política nas décadas de 1920 e 1930.⁷ Nesta direção, Emília Viotti da Costa sublinhou a importância da compilação de fontes primárias. Demonstrando que

(...) pouco a pouco vemos surgir uma literatura que enriquece a nossa visão dando-nos um quadro cada vez mais complexo e variado. Infelizmente muitas destas novas pesquisas permanecem ignoradas

⁷ Paulo Sérgio Pinheiro, *Política e trabalho no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. Alguns trabalhos acadêmicos sobre o movimento operário foram publicados anteriormente, como: Leôncio Martins Rodrigues (*Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966); José Albertino Rodrigues (*Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel, 1968) e Azis Simão (*Sindicato e Estado. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo, USP/ Dominus, 1966).

do público, perdidas em teses de mestrado e doutoramento que jamais chegam a ser publicadas - um dos absurdos da vida acadêmica brasileira. Recentemente, no entanto, vieram à luz duas coleções de documentos que, pela sua riqueza de informações, constituem importante contribuição para a revisão deste campo. A primeira é a coleção publicada por Edgard Carone, sob o título: **Movimento Operário Brasileiro, 1877-1944**, a segunda os dois volumes editados por Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall: **A classe operária no Brasil, 1889-1930**.

A leitura dessas obras que juntas contem mais de mil páginas de documentos, levam-nos a por em questão algumas das afirmações correntes sobre o movimento operário”.⁸

Naquele momento, fins da década de 1970, pela via do exercício arqueológico de prospecção, localização e constituição de um inventário das fontes, foi possível redimensionar o foco. A publicidade destes documentos reunidos permitiu refletir sobre como a classe operária respondeu ao exercício da hegemonia das classes dominantes, no processo político brasileiro da virada do século 19 para o 20. A publicação e a difusão desses documentos apontavam, como sublinhou Viotti da Costa, para o reposicionamento dos estudos pautando-os nas demandas do poder e da ordem e, por isso, o destaque aos trabalhos de Edgard Carone, Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall. Foi, portanto, nos volumes organizados por Pinheiro e Hall que um público maior pôde conhecer, entre outros documentos, o acervo da “Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro”.⁹

⁸ Emília Viotti da Costa, “A nova face do movimento operário na Primeira República”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2 (4): 217-32, set. 1982. p. 218.

⁹ Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, *A classe operária no Brasil, 1889-1930. Documentos*, São Paulo, Alfa Ômega, 1979. Vol. 1: O movimento operário.

-----, *A classe operária no Brasil, 1889-1930. Documentos*, São Paulo, Brasiliense, 1981. Vol. 2: Condições de vida e de trabalho, relações com os empregados e o Estado.

O Segundo Congresso Operário Brasileiro aconteceu no Rio de Janeiro entre os dias 8 e 13 de setembro de 1913, organizado pela Confederação Operária Brasileira (COB) - central sindical inspirada na CGT francesa - e pela Federação Operária Regional do Rio de Janeiro. Os participantes reuniram-se no Centro Cosmopolita, localizado à Rua do Senado número 215. Ao todo, os trabalhadores realizaram doze sessões e debateram 24 temas, com a presença de 63 entidades e de 117 delegados de oito Estados (SP, RJ, AL, RS, PA, AM e MG), sendo duas federações estaduais, cinco federações locais, 52 sindicatos e quatro *jornais*: *A Voz do Trabalhador* - Rio de Janeiro -, *A Lanterna e Germinal* - São Paulo - e *O Trabalho* - de Bagé, RS.

Esse congresso sucedeu a um período de represália à crescente organização dos trabalhadores. Adveio a outro, ocorrido em 1912, com 187 delegados e cerca de setenta entidades. Tal atividade, considerada de oposição, incluiu o financiamento de passagens na Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e nos navios da Companhia Lloyd Brasileiro. Tais auxílios evidentemente, beneficiava apenas uma parte dos delegados, já que a rede da EFCB abrangia de modo parcial, os estados do Rio de Janeiro, sul de Minas Gerais e leste de São Paulo. Os que se deslocaram pelo Lloyd teriam que estar em cidades costeiras.

A iniciativa deste encontro foi da Liga do Operariado do Distrito Federal, a partir da entrevista publicada no *Jornal do Brasil*, com o deputado Mário Hermes da Fonseca - filho do então Presidente da República. Publicada no dia de 1º de agosto de 1912, o deputado aventou a possibilidade de que ocorressem reuniões de operários para definir reivindicações. Na ocasião, se comprometeu a apresentá-las ao Congresso Nacional.¹⁰ A Liga do Operariado do Distrito Federal aproveitou a sugestão e empreendeu a organização do congresso de 1912, que não se limitou a discutir reivindicações de caráter imediato.

Este outro *congresso operário* foi realizado no Palácio Monroe¹¹ e objetivou arregimentar uma parte dos dirigentes sindicais, prometendo alterações nas condições de trabalhos. Ocorreu em um ano e talvez por isto, de extrema agitação do movimento operário, com várias greves e a retomada da luta por 8 horas de trabalho diário.

¹⁰ A matéria pode ser lida no site da Biblioteca Digital da BN Brasil: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_03&PagFis=8188&Pesq=M%C3%A1rio%20Hermes%20da%20Fonseca (acessado em 17/3/2015).

¹¹ Projetado para ser o Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de 1904, na cidade de Saint Louis (EUA), foi desmontado e reinstalado no Rio em 1906, na Cinelândia, para sediar a Terceira Conferência Pan-Americana. Entre 1914 e 1922, foi a sede provisória da Câmara dos Deputados. A partir daí, tornou-se a sede do Senado Federal, até a sua destruição, em 1976, por ordem expressa do general-presidente Geisel (1974-9).

Aconteceu durante um governo que, como ressalta Cláudio Batalha, sublinhou durante o processo eleitoral um caráter inovador. Isto porque,

“a eleição do Marechal Hermes da Fonseca, em 1910, trouxe algumas novidades ao quadro político tradicional e às relações entre Estado e movimento operário [já que foi este] o primeiro candidato à presidência a mencionar em sua plataforma a existência de um problema operário a ser resolvido e a se referir à vida difícil dos pobres, mesmo que não propusesse nada de concreto para solucionar tais questões”.¹²

E anterior a este de 1912, ocorreu o Congresso Operário de 1906 - que talvez pudesse ser considerado o primeiro.¹³ Todos estes encontros são frutos dos agitados momentos - como, por exemplo, a grande greve dos cocheiros e carroceiros, em 1903, amplamente divulgada e criticada pela imprensa da época -, e fomentado pelo emergente movimento operário. Deste modo, como largamente vem sendo analisado pela historiografia brasileira a partir de meados da década de 1970, o início do século 20 sublinhou um ciclo de mobilização operária no Brasil - vivenciado por greves e conflitos.

As reivindicações de oito horas de jornada, de incremento de salários e melhores condições de trabalho foram um dos motes de inúmeras paralisações, marcadas por vitórias e fracassos. O crescimento da organização operária e suas lutas mostraram a necessidade de articulação do movimento operário, para além das sociedades de ofício e alguma federação operária existente em centros urbanos do país.

Fomentada por alguns dos promotores do jornal *O Amigo do Povo*, de São Paulo - entre eles, o português Neno Vasco, o italiano Augusto Donati,

¹² Cláudio Batalha, *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000, p. 44 (Gostaria de agradecer ao professor Cláudio Batalha pela leitura atenta e diversas sugestões quanto ao histórico dos Congressos Operários no Brasil).

¹³ Gostaria de agradecer e incorporar aqui a observação do professor Marcelo Mac Cord, ao mencionar que em 1892, ocorreu a organização do Congresso Operário, no Rio de Janeiro entre 1º de agosto e 5 de setembro. Por mais que não tenha perdurado, o Partido Operário Nacional foi criado na oportunidade. Em 1902, teve lugar o 2º Congresso Socialista, que buscou elos com o anterior. Para mais, é oportuna a leitura de Marcos Vinícius Pansardi (“Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889-1903)”. Dissertação de mestrado em Ciência Política - IFCH-Unicamp, 1993).

ambos anarquistas, e o galego Juan Bautista Pérez, forjaram, em 1902, a ideia de um congresso operário na cidade paulista. Há o registro de que ocorreu sim um congresso naquele ano e naquela cidade de cunho socialista que resultou na criação de um partido socialista. Na sequência desta iniciativa e outras semelhantes, diversas sociedades operárias do Rio de Janeiro decidiram em 1906, retomar a ideia de um congresso operário no Brasil.

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro ocorreu em os dias 15 e 20 de abril de 1906, nos salões do Centro Galego, na Rua Constituição número 30-2, na cidade de Rio de Janeiro. Uma possibilidade de conhecer os debates ali ocorridos veio à tona no artigo de Eric Gordon, Michael Hall e Hobart A. Spalding.¹⁴ Ao arrolarem o material brasileiro em depósito no Internationaal Instituut Voor Sociale Geschiedenis (IISG), de Amsterdam,¹⁵ foi localizado, entre outros, cópia das

“Resoluções do 1º Congresso Operario Brasileiro effectuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de abril de 1906 na séde do Centro Gallego à rua da Constituição, 30 e 32, no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Villas Boas, 1906. 24 p.”¹⁶

Neste sentido, como os autores destacam,

“(...) acadêmicos e pesquisadores têm, em sua maioria, negligenciado a extraordinária coleção de materiais latino-americanos do Instituto. [Sendo] propósito (...) descrever os dois maiores corpos

¹⁴ Eric Gordon, Michael Hall e Hobart A. Spalding, “Um levantamento dos materiais brasileiros e argentinos no Internationaal Instituut Voor Sociale Geschiedenis de Amsterdã”. *Cadernos AEL*, Campinas, n. 5/6, 1996/1997, pp. 73-168 (Originalmente publicado na *Latin American Research Review* 8/3, 1973 (cuja separata se encontra no AEL como folheto F/2675), esta é uma versão revista e atualizada por Michael Hall e Tradução de Claudio H. M. Batalha).

¹⁵ Eric Gordon, Michael Hall e Hobart A. Spalding sublinham que o Internationaal Instituut Voor Sociale Geschiedenis (IISG), de Amsterdam é um dos principais centros mundiais para a pesquisa sobre a história do movimento operário e dos partidos políticos de esquerda. É também um grande depositário de material arquivístico. Fundado em 1935, em grande parte para salvar e preservar os materiais da Alemanha pertencentes basicamente ao Partido Social Democrata Alemão, o Instituto gradualmente adquiriu um conjunto impressionante de documentos e arquivos privados, bem como periódicos e livros.

¹⁶ *Op. Cit.*, nota 12, p. 93.

dos fundos latino-americanos, aqueles relativos ao Brasil e à Argentina. Em virtude das limitações de espaço, reduzimos as anotações ao mínimo e incluímos apenas os materiais produzidos antes de 1940, já que constituem de longe a parte mais significativa desta coleção”.¹⁷

Assim, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro contou com a presença de quarenta e três delegados representando vinte e oito federações e sociedades operárias de todo o Brasil, como: Pernambuco, Ceará, Alagoas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Niterói, Juiz de Fora, Santos, Ribeirão Preto, Campinas e Rio de Janeiro.

É relevante destacar, para se apreender o clima do momento, que entre os anos de 1906 e 1907 há intensas manifestações e greves em setores estratégicos da economia da Primeira República. E é neste contexto que o Primeiro Congresso Operário Brasileiro foi promovido pela Federação Operária Regional do Rio de Janeiro. Reuniu-se com a participação de delegados de numerosos sindicatos dos Estados, principalmente, de São Paulo.

A Federação Operária Regional do Rio de Janeiro “funcionou por um breve período em 1906, quando foi criada; voltou a ser organizada em 1907 e funcionou até 1910; novamente reorganizada em 1912, ficou em atividade até 1917, quando foi fechada pela polícia”.¹⁸ Seu legado foi o de constituir as bases da COB, organização sindical de âmbito nacional; como também, “o funcionamento prático do sindicato desburocratizado, autônomo, e voltado primordialmente para a resistência, ou seja, para a luta econômica”.¹⁹

A COB se estruturou efetivamente em 1908 e era composta por cerca de 50 associações sindicais do Rio, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, etc., concentrando a sua atividade nas agitações populares de ordem geral. Nos fins de 1912, por iniciativa da Federação Operária do Rio de Janeiro, constitui-se uma comissão reorganizadora da COB, com o objetivo de convocar um novo congresso sindical nacional.

Dentro deste espírito e como difusor da preparação do congresso, a comissão organizadora fez reaparecer, a 1.º de janeiro de 1913, o órgão da COB

¹⁷ *Op. Cit.*, nota 12, p. 73.

¹⁸ *Op. Cit.*, nota 11, p. 19.

¹⁹ *Op. Cit.*, nota 11, p. 30.

fundado no congresso de 1906. *A Voz do Trabalhador*, de circulação quinzenal entre 1908 e 1915, sob a direção do gráfico espanhol Manuel Moscoso, e que chegou a atingir a tiragem até 4.000 exemplares, cifra considerável para a época.

O hiato ocorrido entre a realização dos dois congressos também pode ser explicado pela forte repressão ao movimento operário a partir de 1908, impedindo novas organizações e atividades como estas. Entre o Primeiro e o Segundo Congresso Operário, e no contexto das ações disciplinadoras características do Estado republicano brasileiro do período, em relação às manifestações dos trabalhadores, foi promulgada, em janeiro de 1907, a Lei de Expulsão dos Estrangeiros, conhecida como Lei Adolfo Gordo, que legislava sobre o banimento de estrangeiros do território nacional.²⁰

Para compreender os impactos desta Lei é importante sublinhar que na Constituição Federal de 1891,

“(...) o artigo 72, [foi] incumbido de disciplinar os direitos dos cidadãos na nascente República. [Assim]: a ‘Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade’, abolindo, com isso, por seu parágrafo 20, ‘a pena [...] de banimento judicial’, tanto aos nacionais como aos estrangeiros residentes.

(...) a partir de 1891, passaram a existir juridicamente três tipos de pessoas no Brasil: os nacionais, os estrangeiros e os estrangeiros residentes. (...) O problema das expulsões de estrangeiros ficou pautado pela questão da residência, mais propriamente em sua conceituação, que poderia

²⁰ A Lei Adolfo Gordo foi um ato de repressão aos movimentos operários de São Paulo no início do século XX. Propunha, entre outras medidas, a expulsão de estrangeiros envolvidos em greves. Aprovada no ano de 1907, legitimou a expulsão de 132 estrangeiros somente naquele ano, número bastante expressivo quando considerado que entre 1908 e 1921 houve apenas 556 expulsões (*Op.Cit.*,p.43).

definir se um banimento era ou não constitucional. Com esse propósito, diversas opiniões surgiram, como a do deputado paulista Adolpho Gordo, defensor da corrente que afirmava que o referido texto de 1891 não explicitava de forma clara e irrefutável o que era residência e quais os requisitos para ser um imigrante residente, ficando a critério da polícia e do poder executivo defini-los, sempre em prol da soberania e conservação nacional.”²¹

O *estrangeiro* adentrou ao universo de conceitos da época como uma *planta exótica*, o único responsável por todas as mazelas do país. Nesta estratégia de culpabilidade, como Lená Medeiros de Menezes analisou, instituiu-se aos imigrantes a responsabilidade por inúmeros problemas sociais e, assim, buscava-se “ocultar as contradições postas pela existência de um regime oligárquico que conduzia a modernização, negando a incorporação das massas ao processo de mudança social”.²²

Narrada como uma exigência ao Governo Federal pelos responsáveis pela Doca de Santos, devido às constantes greves que ali ocorriam, a Lei Adolfo Gordo provocou a expulsão, entre outros, de operários, na sua maioria líderes sindicais.²³ Determinava que,

²¹ Rogério Luis Giampietro Bonfá, “‘Com Lei ou Sem Lei’: as expulsões de estrangeiros na Primeira República”. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, 2009, pp. 185-6.

²² Lená Medeiros de Menezes, *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade - protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro, Ed. da UERJ, 1996.

²³ Dessa forma, pessoas consideradas como vadios, mendigos, anarquistas, comunistas, jogadores, prostitutas e caftens tornaram-se imigrantes indesejáveis, sujeitos à expulsão. Pela leitura do governo, tal medida se configurava como fundamental para a garantia da segurança pública. Assim como deficientes físicos ou mentais, tracomatosos e idosos eram impedidos de entrar como medida de saúde pública. O decreto n. 4247, de 6 de janeiro de 1921, regulou a entrada de estrangeiros em território nacional, proibindo a admissão de mutilados, aleijados, cegos, loucos, mendigos, portadores de moléstias incuráveis ou de moléstias contagiosas graves. O imigrante considerado como indesejável, dependendo de cada caso, poderia ser reembarcado, ou obter habeas-corpus, normalmente no caso de caftens e prostitutas. Quando diagnosticados como portadores de deficiências físicas ou mentais, eram entregues à saúde pública (BRASIL, Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, RMAIC. Relatório anual do MAIC, 1927, 1928. p. 341).

Art. 1º O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional.

Art. 2º São também causas bastantes para a expulsão:

1ª, a condenação ou processo pelos tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum;

2ª, duas condenações, pelo menos, pelos tribunais brasileiros, por crimes ou delitos de natureza comum;

3ª, a vagabundagem, a mendicidade e o lenocínio competentemente verificados.

Art. 3º Não pôde ser expulso o estrangeiro que residir no território da República por dois anos contínuos, ou por menos tempo, quando:

a) casado com brasileira;

b) viúvo com filho brasileiro.

(...)

Parágrafo único. O recurso ao Poder Judiciário Federal consistirá na justificação da falsidade do motivo alegado, feita perante o juízo seccional, com audiência do ministério público.

Art. 9º O estrangeiro que regressar ao território de onde tiver sido expulso será punido com a pena de um a três anos de prisão, em processo preparado e julgado pelo juiz seccional e, depois de cumprida a pena, novamente expulso.

Art. 10. O Poder Executivo pode revogar a expulsão, si cessarem as causas que a determinaram.

Indignadas, parcelas dos operários iniciaram a campanha contra a Lei Adolfo Gordo, que se tornou o ponto para o retorno à publicação do jornal *A Voz*

do *Trabalhador* e, por consequência, para a convocação do Segundo Congresso Operário Brasileiro. Por iniciativa da Federação Operária foi nomeada a Comissão Reorganizadora da COB, objetivando a coordenação do evento.

Antes da concretização do Segundo Congresso, a COB conclamou um comício para o dia 20 de maio de 1913, que se realizou concomitantemente no Rio, em São Paulo, Santos e várias outras cidades de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Sucederam-se os atos públicos em que ficava patente o descontentamento popular com o custo de vida, com as condições de trabalho e com a crise que se avizinhava. Preparava-se, assim, o ambiente para a realização do Segundo Congresso Operário.

É importante pontuar que, até a década de 1920, duas concepções definiam as práticas sindicais: o *sindicalismo de ação direta* e o *sindicalismo reformista*. Durante o Congresso de 1906, tal divisão já era bastante clara. O *sindicalismo de ação direta* ou *sindicalismo revolucionário*, influenciado pela CGT francesa

“fundava-se na rejeição de intermediários no conflito entre trabalhadores e patrões, na condenação da organização partidária e da política parlamentar; na proibição de funcionários pagos nos sindicatos; na adoção de direções colegiada e não hierárquias; na reprovação dos serviços de assistências nos sindicatos; na recusa das lutas por conquistas parciais; na defesa da greve como principal forma de luta, apontando para a greve geral”.²⁴

Iniciado o Segundo Congresso, ainda com maioria de correntes anarquistas e anarcossindicalistas, os debates centraram-se nos meios para a aplicação do *socialismo revolucionário*. O Segundo Congresso reconheceu novamente a ação direta como método de luta, e discutiu as questões relacionadas com a organização, o papel da imprensa operária e a importância da ação sindical. Foi aprovada também uma campanha pela criação de um salário mínimo nacional e contra a participação do Brasil em conflitos beligerantes internacionais.

Além disso, as propostas do Congresso de 1913 foram aceitas, na sua maior parte, pelas plenárias que se seguiram, mas segundo Pinheiro e Hall “a linguagem

²⁴ *Op. Cit.*, nota 11, pp. 28-9.

é algumas vezes mais militante do que a do congresso anterior”. Elegeram, entre outros, como temas de destaque a carga horária diária de trabalho e o cooperativismo.

Mesmo após o fim do congresso, a COB continuou a advogar as suas bandeiras, ou seja, a defesa dos interesses acima descritos como pactuados para o operariado brasileiro. Teve também atuação marcada contra a Primeira Guerra Mundial, por intermédio de seu principal informativo - *Voz do Trabalhador* -, ratificando suas posições a favor da paz e do internacionalismo.

Tais diretrizes perduraram igualmente no Terceiro Congresso, em 1920, e como pondera Batalha, as concepções de *sindicalismo revolucionário*, acima descritas, em graus diferenciados, dominaram as resoluções dos três congressos operários do início do século 20, no Brasil. “Sem constituir uma teoria coerente, foi antes de tudo uma prática sindical adotada, por exemplo, pelas federações operárias do Rio de Janeiro e de São Paulo, e pela Confederação Operária Brasileira”.²⁵

Os documentos gerados no Segundo Congresso Operário Brasileiro e doados ao AGCRJ constituem-se de correspondências, credenciais, recortes de jornais, relatórios de entidades coletivas - sindicatos, associações, uniões, sociedades - participantes. Trata-se do registro do credenciamento dos delegados dessas entidades, dos temas a serem discutidos, dos históricos dessas organizações operárias e da colaboração financeira para a realização do Segundo Congresso.

Esse acervo formalmente incorporado ao AGCRJ, em 1968, sublinha a possibilidade de acesso aos documentos privados. Isto porque só tivemos ingresso a esse conjunto de documentos porque um professor, ao pesquisar o assunto, localizou-o e teve o bom senso de encaminhá-lo a um arquivo público. Trata-se de prática cada vez mais rara.

Trâmites dessa acumulação, contudo, permanecem nebulosos, já que não aconteceu a coleta de um depoimento do doador - atividade pouco usual naquele momento. Assim, como esta documentação chegou às mãos do professor Maurício Vinhas de Queiroz, jamais saberemos. Não houve, na época, a preocupação em fazer uma anotação do percurso do acervo. Nossa perplexidade, infelizmente, precisa ser arrefecida, pois será constante, permanente e atual. Mas antes de tocar nesta árdua questão, creio ser importante compreender como o conjunto documental foi organizado no AGCRJ.

Aqui temos uma lacuna, pois não localizamos imagens do estado do acervo até 2003, apenas relatos de antigos funcionários demarcando que ao chegar, em

²⁵ *Op. Cit.*, nota 11, pp. 29.

1968, foi higienizado, acondicionado, e encadernado. Após esses procedimentos, elaborado um instrumento de pesquisa.

Em 2003, por um acordo, no meu entender, pouco ortodoxo,²⁶ o acervo - bastante pequeno, com cerca de 0,20 metros lineares -, foi encaminhado para o Arquivo Nacional, que estabeleceu um convênio com a CUT (Central Única dos Trabalhadores) para realizar o tratamento. O conjunto foi desencadernado e reorganizado pelo Arquivo Nacional, embora naquele momento o AGCRJ não carecesse de mão-de-obra para executar a tarefa, já que possuía três arquivistas em seu quadro - duas delas concursadas. O quanto da versão anterior e do instrumento existente foi aproveitado, não sabemos. Em 2013, reeditamos o Instrumento de Pesquisa, digitalizando-o e colocando-o no Portal da instituição (www.rio.rj.gov.br/arquivo), com base na NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística).

O acordo Arquivo Nacional/CUT previa também a microfilmagem e a produção de três microfimes de acesso e nenhum de preservação: um para a CUT, outro para o AGCRJ - ambos para dar acesso ao acervo -, e um terceiro para o Arquivo Nacional, que também seria de acesso. Renegocieei esta questão, já que o AGCRJ possuía, como ainda dispõe, de todas as condições de dar acesso à leitura dos microfimes no interior da instituição. No Arquivo Nacional, fixou-se, portanto, que o microfilme de acesso se tornaria de segurança - exemplo que deveria ser incentivado em uma campanha nacional de guarda de microfimes de segurança espalhados por diversas instituições, dentro e fora do país.

Diante do panorama complexo ora exposto, que compõe a trajetória irregular/acidentada desse conjunto documental, o centenário do Segundo Congresso Operário Brasileiro pode ser uma oportunidade para refletirmos acerca das possibilidades das lutas dos trabalhadores ao longo da história brasileira, destacando-se, assim, a acuidade na preservação de acervos, como o pertencente ao AGCRJ, que fornecem pistas e dados para a reflexão histórica.

Mesmo se tratando de um acervo de caráter privado, peço que ampliemos estas fronteiras. Focando no movimento que o trouxe a um arquivo público, algo é inquestionável: poderia ter-se perdido para sempre. Como tantos outros, que não são privados e compõem o Executivo, Legislativo e o Judiciário e a que jamais teremos acesso sem a implantação de programas de gestão documental nas três esferas de governo. Estes programas necessitam ser constante e ininterruptamente fomentados. Só assim garantiremos mais do que rápidos *flashes* do passado.²⁷

²⁶ Utilizei-me desta expressão, já que não foi constituído um processo, não há imagens ou outros registros do acervo, como igualmente nenhum parecer da Procuradoria Geral do Município (PGM).

²⁷ José Maria Jardim, *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói, EdUFF, 1999.

Tendo em vista a importância desse acervo e o fato de que o Segundo Congresso Operário Brasileiro completa seu centenário em 2013, o AGCRJ inscreveu-o no Programa Memória do Mundo, Brasil, da UNESCO.²⁸ Dentre as dezessete candidaturas apresentadas por ilustres instituições, o AGCRJ consagrou-se como uma das oito entidades propositoras agraciadas com a nomeação no Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, no ano de 2013.

Finalizo tentando reproduzir um pouco o desabafo que perpetrei quando da apresentação desta reflexão. Gostaria que, ao propor esta consideração acerca do porque do estado atual de nossos acervos públicos, fosse compreendida não como que “colocando o dedo na ferida dos outros”. A ferida é de todos nós: ora gestores públicos, ora pesquisadores. Trata-se, portanto, de uma breve introdução ao tema, bastante complexo, a fim de complementar um comentário crítico proferido no início da minha apresentação.

Neste sentido, urge que coletivamente - gestores, pesquisadores, servidores, etc. - arregacemos as mãos e construamos redes coletivas - entre as instituições -, como também estratégias políticas que nos permitam o desenvolvimento e a instalação de políticas públicas nacionais. Estas devem plasmar aos arquivos públicos uma dose de poder - no sentido de conseguir fazer -, permitindo o incremento e a implementação de políticas de gestão de documentos nos seus âmbitos de atuação.

Mesmo que tenhamos uma Lei de Arquivos desde 1991, o campo arquivístico ainda não conseguiu constituir forças capazes de impedir que, nos depósitos dos acervos públicos, a grande maioria dos documentos seja composta de algo diferente do “lixão”, do que sobrou. Ou destes lampejos de cidadania, como foi o caso do Prof. Mauricio Vinhas de Queiroz e do Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos - que informou ao Prof. Michael Hall sobre o conjunto aqui apresentado.

Assim, a maioria dos acervos sob a guarda pública não é constituída de conjuntos documentais a partir do que foi planejado desde o seu nascedouro, com o objetivo ulterior de compor esta memória coletiva. Nesta direção, como aponta José Maria Jardim

²⁸ O Programa Memória do Mundo, sob a égide da UNESCO, reconhece como patrimônios documentais de significância regional, nacional e internacional, mantém o seu registro e lhes confere um certificado que os identifica. O programa facilita também a preservação e o acesso a este Patrimônio, além de trabalhar para despertar a consciência coletiva sobre a importância do patrimônio documental da humanidade.

os acervos dos arquivos públicos sinalizam, portanto, um processo de constituição de um patrimônio documental que resulta e, em alguns casos, ressalta a opacidade informacional do Estado. Por outro lado, privilegiam a sua transparência informacional mediante escassos conjuntos documentais que, monumentalizados, são disponibilizados para o cidadão. E o fazem sob a perspectiva de exercitarem uma função pública tomada como neutra a partir de práticas informacionais que tendem a ser consideradas não menos neutras pelos seus agentes. A própria memória “resgatada” é visualizada como neutra.²⁹

Igualmente, centrando-nos nos acervos do Poder Executivo, as demandas de Estado e governo são o foco principal, mas não único, de observação possível. Foi para sair deste olhar que o encontro com a documentação do Segundo Congresso Operário permitiu. Tais demandas sintonizam-se com as premissas, no final dos anos 1970, que Hall e Pinheiro tinham, ao coletarem esses documentos. Isto é, desejavam fomentar uma reflexão sobre o movimento operário pela voz destes e não de terceiros. No entanto, ainda continuamos, sem dúvida, à semelhança da imagem de Carlo Ginszburg:

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas.³⁰

²⁹ José Maria Jardim, “A invenção da memória nos arquivos públicos”. *Revista Ciência da Informação* - Vol 25, número 2, 1995.

³⁰ Carlo Ginszburg, “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: -----, *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 151.

As tramas desta ausência de uma política pública de Gestão Documental de forma clara, regular e efetiva, nas diferentes esferas, se complicam agora, quando norteariam as entranhas do poder. E neste momento, mais do que de gestora pública, pondero como pesquisadora que, procurando contribuir para a reflexão da mais recente ditadura do país, tomei como foco tanto o funcionamento interior e profundo do Estado e daqueles governos, como o papel da mídia nesse período. Possibilitei uma inflexão da historiografia, por meio da minha análise, ao demonstrar que mais - muito mais - do que resistente, a grande imprensa foi colaboracionista.

Exemplificando o meu raciocínio acerca das lacunas, exaustivamente pontuadas nesta análise, focalizo, por fim, a documentação do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Consultada por mim no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, foi resgatada dos depósitos insalubres do Departamento de Polícia Federal (DPF). Ou seja, estava no caminho para desaparecer.

Assim, a meu juízo, muito menos problemas teria enfrentando a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com relação à busca das fontes, se a proposta original do Projeto Memórias Reveladas tivesse sido cumprida. Quando a atual presidenta era Ministra da Casa Civil, o Projeto Memórias Reveladas foi concebido como estratégia inicial para o tratamento dos acervos dos extintos Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgãos centrais no aparato repressor da ditadura civil-militar iniciada em 1964.

Os recursos, patrocinados por intermédio da Lei Rouanet, foram dimensionados para serem utilizados na contratação e no treinamento de equipes e na aquisição de equipamentos e materiais de consumo, de forma a caracterizar o “Memórias Reveladas” como um investimento na preservação do patrimônio documental. O objetivo seguinte consistiria na constituição de uma base de dados em três etapas, para as quais o AGCRJ chegou a ser convidado a participar, já que é detentor de um dos maiores acervos de Imprensa Alternativa. Nunca nos foi informado, todavia, quando e como aconteceria o processo de digitalização, mesmo que técnicos da equipe tenham recebido treinamento para alimentar a base de dados.

O projeto tornou-se um portal construído como um repositório informativo de acervos coletivos, e jamais chegou ao seu objetivo principal: difundir as fontes tratadas a partir de uma rede entre os arquivos. Pelo contrário, as atividades de treinamento e outras medidas de tratamento técnico e arquivístico dos conjuntos documentais não são compartilhadas entre os parceiros envolvidos no projeto.

Deparamo-nos, então, com a recorrência e a continuidade de uma caótica situação destinada a estes conjuntos documentais de caráter “sensível”, característica existente desde meados da década de 1990: a falta de tratamento

continuado e a opacidade da documentação pública no Brasil. E isso ocorre em plena vigência da Lei de Acesso à Informação, instituída no mesmo dia que a CNV.

Neste sentido, e para concluir, gostaria de lhes apresentar o que foi proposto na Plenária da I CNARQ - Conferência Nacional de Arquivos -, ocorrida em dezembro de 2011. Nessa ocasião, sugeriu-se que fosse incluído no relatório final a seguinte definição sobre a Política Nacional de Arquivos:

A Política Nacional de Arquivos, a ser definida pelo CONARQ, será o conjunto de premissas, decisões e ações produzidas, implementadas e avaliadas em benefício do Estado e da Sociedade com os objetivos de favorecer a gestão dos arquivos, a democratização do acesso à informação, assim como o fortalecimento dos arquivos públicos e privados do Brasil.

Imbuída deste espírito, enquanto escrevia esta apresentação, um importante historiador - pelo menos para a geração que se formou na década de 1980 - falecia. Concluo com as palavras dele, esta reflexão.

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista as quais tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz. Dir-se-ia que para ser inteiramente moderno é preciso ser antimoderno. [...] O processo de modernização, ao mesmo tempo que nos explora e nos atormenta, impele-nos a apreender e a enfrentar o mundo que a modernização constrói e a lutar por torná-lo o

nosso mundo. Creio que nós e aqueles que virão depois de nós continuarão lutando para fazer com que nos sintamos em casa neste mundo, mesmo que os lares que construímos, a rua moderna, o espírito moderno continuem a desmanchar no ar.³¹

³¹ Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar*. SP, Companhia das Letras, 1986.

A CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA E SUA MILITÂNCIA

Claudio H. M. Batalha
Universidade Estadual de Campinas
Campinas - Brasil

Durante o 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1906, no Rio de Janeiro, então capital federal, quando da votação do tema 3 das resoluções sobre a organização que tratava da necessidade de uma confederação geral das organizações operárias do Brasil, é improvável que os delegados, reunidos no Centro Galego, que aprovaram a criação da Confederação Operária Brasileira (COB) imaginassem que isso apenas tornar-se-ia realidade dois anos mais tarde, quando o início de seu funcionamento estava previsto para 1º de junho de 1906¹. A central sindical iniciou suas atividades em março de 1908, por meio de convocação da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) para que delegados de todas as sociedades federadas comparecessem à reunião na qual serão empossados nas suas funções os representantes junto à COB². Seu primeiro secretário-geral foi Ramiro Moreira Lobo³, entretanto, passados poucos meses quem aparecia no exercício da função era o marmorista anarquista João Arzua Santos⁴.

A demora na organização da COB deveu-se, aparentemente, às dificuldades enfrentadas pela Federação Operária do Rio de Janeiro, de cujos quadros e estrutura a Confederação dependia. Pouco se sabe sobre o funcionamento interno da Confederação no seu primeiro período de existência (1908-1909). A COB, seguindo a orientação do 1º Congresso Operário Brasileiro sobre a forma de estruturação das sociedades operárias, era dirigida não por uma diretoria hierarquizada, mas por uma comissão executiva que contava com um secretário-geral. Talvez por temor da repressão, as informações publicadas no seu órgão oficial, *A Voz do Trabalhador*, que tem início em julho de 1908, alguns meses depois de iniciado o

¹“O Primeiro Congresso Operário (1906)” in: Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall (orgs.), *A classe operária no Brasil: documentos*, vol. 1, *O movimento operário*, São Paulo: Alfa-Omega, 1979, pp. 42-49.

²“Operariado”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 34 (66), 6/03/1908, p. 3.

³John W. F. Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*, 2ª ed. rev. e amp., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977, p. 42 nº 66; Edgar Rodrigues, *Os companheiros*, Florianópolis: Insular, 1998, v. 5, p. 133.

⁴“Pela Paz dos Povos - Guerra á Guerra!: A manifestação do dia 1º de dezembro, 5.000 manifestantes, o triunfo da Confederação”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro 1 (7), 6/12/1908, p. 1.

funcionamento da COB, são vagas e limitadas; em nenhum momento aparece de modo transparente a composição da comissão confederal que deveria administrá-la, em tese composta por delegados das associações filiadas, e mesmo a chegada de João Arzua à condição de secretário é revelada apenas por meio de notícias indiretas em que figura como signatário de correspondência em nome da Confederação ou presidindo os trabalhos.

A mesma lógica impera no jornal, que não traz no seu cabeçalho o nome do diretor responsável e tampouco de seu administrador. Porém, notas esparsas publicadas nos números do jornal e a participação maior do que a outros colaboradores com artigos assinados, revelam que a função de diretor coube ao tipógrafo espanhol Manoel Moscoso. O jornal, ao longo dos seus 21 números da primeira fase, contou com cerca de quatro dezenas de colaboradores com artigos assinados (deixando de lado os pseudônimos, os artigos assinados apenas com iniciais e aqueles que aparecem assinados pelo ofício do articulista, como “um padeiro”). Todavia, se eliminarmos aqueles que colaboram uma única vez com o jornal, bem como aqueles que assinam suas colaborações por meio de iniciais ou pseudônimos não identificados, o número de colaboradores com mais de um artigo publicado se reduz para 13.

COLABORADORES MAIS FREQUENTES NA 1ª FASE DE *A VOZ DO TRABALHADOR*

NOME	OFÍCIO/PROFISSÃO	NÚMERO DE COLABORAÇÕES
Amaro de Matos	?	6
Antonio Barão	Canteiro	3
Antonio Moreira	Alfaiate	4
Artur Torres	?	2
Joaquim de Matos	Canteiro	6
José Comezanha	Alfaiate	3
José Martins	?	5
M. Domingues	?	2
Manoel Moscoso	Tipógrafo	12

NOME	OFÍCIO/PROFISSÃO	NÚMERO DE COLABORAÇÕES
Mota Assunção	Tipógrafo/Linotipista	2
Neno Vasco	Jornalista	3
Rozendo dos Santos	Tipógrafo	3
Ulisses Martins	Tipógrafo	3

A contribuição de Moscoso certamente vai além dos artigos publicados com sua assinatura. Muitas das notícias publicadas sem assinatura deviam ser de sua responsabilidade, além disso, há diversos artigos publicados sob o pseudônimo de Ivan (usado por Moscoso).⁵

Há, ainda, vários nomes de militantes que promovem atividades relacionadas à COB, ainda que a responsabilidade exata deles na estrutura da Confederação não fique clara, caso de Ulisses Martins, envolvido diretamente com a campanha antimilitarista promovida pela central e do italiano Luigi Magrassi.

No editorial do primeiro número da *Voz do Trabalhador* ficam evidenciadas as intenções tanto do jornal, quanto da Confederação:

“Iniciamos com o presente número a publicação periódica de *A Voz do Trabalhador*, órgão de uma coletividade formada com a intenção de agremiar e reunir as associações que tenham uma orientação revolucionária, e com um programa claro e preciso, elaborado no Congresso Operário, exposto e difundido sempre que se apresentou oportunidade e não faltaram meios.

(...)

De há muito fazia-se sentir de forma evidente, a falta de um órgão da classe oprimida que fosse o porta-voz das suas reivindicações, órgão combatente, donde se agitassem questões de suma importância

⁵ E. Rodrigues, *Os companheiros*, Florianópolis: Insular, 1997, v. 4, p. 92.

para nós, de onde se fizesse, enfim, contínua propaganda dos métodos de luta revolucionária. A obra que um jornal nestas condições realizaria, seria de grandes benefícios para o movimento operário. Retiraria da indiferença alguns camaradas, fortaleceria convicções, interessaria aos tímidos e simpatizantes assim como daria impulso ao movimento associativo. A sua publicação impunha-se como uma necessidade inadiável e nós nesse sentido trabalhamos certos de que auxílios e encorajamentos receberíamos dos companheiros que se interessam pelo movimento operário. Da nossa parte não mediremos esforços, nem pouparemos sacrifícios para manter este jornal. É demasiada intensa a fé na justiça da nossa causa para que nos arredemos quaisquer que sejam os obstáculos que se nos antepõem”.⁶

O que chama a atenção nesse editorial são pequenas alterações do vocabulário com respeito àquilo que havia sido aprovado no 1º Congresso Operário Brasileiro. Nem nas Bases do Acordo da Confederação Operária Brasileira, nem tampouco nas Resoluções do Congresso, existe qualquer menção explícita à “orientação revolucionária” ou a “métodos de luta revolucionários”. Aliás, a palavra “revolucionário”, como substantivo ou adjetivo, nem sequer aparece naqueles documentos. Pelo contrário, o que o congresso almejava com a COB era a unidade do operariado em torno dos interesses econômicos comuns e adotando como forma de atuação a ação direta. O resultado do congresso foi fruto de um delicado equilíbrio obtido pelos anarquistas que mesmo em minoria conseguiram, com auxílio de sindicalistas voltados para as lutas econômicas, derrotar a tentativa de aprovar a moção pela criação de um partido operário e pela participação eleitoral. Prevaleceu nas resoluções uma versão mais sindicalista do que revolucionária do sindicalismo revolucionário francês.

Parece improvável, que por conta própria, Moscoso e os demais colaboradores da *Voz do Trabalhador* decidissem conferir uma flexão mais radical à política da COB, meu palpite é que essa radicalização tem relação direta com a conjuntura em

⁶ A ortografia e a acentuação das fontes foram atualizadas a fim de facilitar a leitura. “A Voz do Trabalhador”, *A Voz do Trabalhador*, 1 (1), Rio de Janeiro, 1º/07/1908, p. 1.

mudança na qual a Confederação é criada e as dificuldades enfrentadas por seus militantes. Convém lembrar que o movimento operário carioca, em 1908, já não está no processo de mobilização de dois anos antes. Os levantamentos de greves mostram um declínio acentuado no número de greves em 1907 e 1908 com relação a 1906, no então Distrito Federal, ao passo que em São Paulo, o ano de 1908 conta com mais greves que nos anos precedentes, só ocorrendo um declínio acentuado em 1909.⁷

A COB para instalar-se na capital federal dependia diretamente do vigor do movimento operário no Rio de Janeiro e particularmente da FORJ. Esta, por sua vez, de acordo com relatório preparado para ser apresentado ao 2º Congresso Operário Brasileiro de 1913, passou por diversas crises e momentos de inatividade, a começar pelo período imediatamente posterior à realização do congresso de 1906.⁸ Não há dúvidas sobre as dificuldades da base de sustentação da COB no artigo do número de estreia da *Voz do Trabalhador*, no qual a demora no cumprimento da resolução do 1º Congresso Operário Brasileiro é justificada:

“Como todos os que acompanham a marcha do movimento operário no Brasil devem saber, ficou fundada na ocasião da realização do 1º Congresso Operário Brasileiro, a CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA. Mas como o movimento operário do Rio de Janeiro não teve até agora uma orientação definida nem as associações, salvo poucas exceções, tinha [sic] existência segura, não foi possível pôr em atividade a Confederação.

Os companheiros que com a sua atividade poderiam ter dado vida à Confederação, viram-se obrigados a dedicar todas as suas energias e todo o seu tempo a revigorar as associações existentes, quase todas em decadência e submergidas na apatia, pois compreenderam bem que sem este trabalho de reorganização a Confederação nasceria raquítica

⁷ Para o levantamento de greves na cidade do Rio de Janeiro, ver Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Eduardo N. Stotz, “Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário”, *Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1 (1), dez. 1985, p. 86; para São Paulo ver Azis Simão, *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*, 2ª ed., São Paulo: Ática (col. “Ensaio”, 78), 1981, pp. 125-127.

⁸ “A Federação Operária do Rio de Janeiro (1913)” in: Pinheiro e Hall (orgs.), *op. cit.*, pp. 160-165.

e sem probabilidades de existência, ao menos por enquanto.

Agora que o movimento toma rumo novo e que a Federação Operária local conta com um regular número de associações, é oportuno e necessário dar vida e atividade à Confederação. Com isso dá-se o primeiro passo para o despertar do proletariado do Brasil e lançam-se os alicerces de uma organização futura, feita de comum acordo e com um fim determinado”.⁹

No momento de seu lançamento a COB contava entre seus filiados somente com oito associações operárias na cidade do Rio de Janeiro (marmoristas; carpinteiros, pedreiros e anexos; trabalhadores em ladrilhos e mosaicos; operários em pedreiras; pintores; sapateiros; e o Sindicato Operário de Ofícios Vários); com vinte e duas do Estado de São Paulo e com uma de Porto Alegre.¹⁰ Em outras palavras, sua base na localidade em que dependia mais diretamente da organização existente estava praticamente reduzida a setores da construção civil e ofícios a ela relacionados. O Sindicato Operário dos Ofícios Vários era uma forma de organizar trabalhadores que não contavam com número suficiente para constituir organizações próprias por ofício ou por setor de atividade. Todas as associações cariocas filiadas à Confederação, nesse primeiro momento, compartilhavam com a COB e com a Federação Operária do Rio de Janeiro a sede situada na Rua Hospício, 156, endereço que também abrigava o jornal, e no qual, semanalmente, as associações realizavam reuniões. Em novembro de 1908, a sede coletiva muda para o sobrado do número 144 da mesma Rua do Hospício. Em setembro de 1909, nova mudança do endereço coletivo, desta feita para o sobrado do número 166, sempre da mesma rua.

É esse quadro de dificuldades no qual a COB, apenas pode contar com um punhado de militantes, que talvez ajude a explicar a radicalização do discurso, que não se endereça a uma audiência mais ampla, mas àqueles poucos que estão mais próximos. Mesmo a adesão de novas associações não muda substancialmente a situação de dificuldades materiais e de quadros militantes.

No jornal, em outubro de 1908, a prisão, devido fazer propaganda contra o sorteio militar, por dois meses de Manoel Domingues, tesoureiro e administrador do

⁹ “Confederação Operaria Brasileira”, *A Voz do Trabalhador*, loc. cit.

¹⁰ *Ibid.*

órgão confederal, faz com que recaiam sobre Moscoso tanto as tarefas da redação quanto das finanças do periódico.¹¹ O acúmulo de funções estava longe de ser a única dificuldade do jornal, são constantes às queixas de dificuldades financeiras e de falta de colaboradores, particularmente de fora do Rio de Janeiro. Em abril de 1909, ao retomar a publicação após três meses de interrupção e na tentativa de contornar parte das dificuldades, o jornal diminui o tamanho da página e abre a subscrição voluntária, visando obter recursos dos “amigos e companheiros”.¹² Em seguida, a comissão confederal recebe queixas da União dos Sindicatos de São Paulo de que o órgão apenas dava conta do movimento operário no Rio de Janeiro sem incluir informações dos estados. Moscoso, que responde às críticas em nome da redação, considera-as corretas, mas joga a culpa nas próprias sociedades filiadas nos estados por não enviarem notícias e colaborações a despeito das várias correspondências a elas endereçadas apelando para que o fizessem.¹³ Passados alguns meses, em agosto de 1909, é anunciada por meio de uma pequena nota na última página do jornal a saída de Manoel Moscoso da comissão de redação, com a desculpa de que ele já não era delegado junto à Confederação por ter sido dissolvida a Liga Operária de Jundiá.¹⁴ Parece pouco plausível, que se Moscoso desejasse continuar na função, não seria possível encontrar uma solução que não ferisse as bases de acordo da COB. Já no número seguinte, é a vez de Manoel Domingues queixar-se das dificuldades financeiras do jornal e da falta de colaboradores de outras unidades da federação. Havia um único colaborador regular de fora da cidade do Rio de Janeiro, Amaro de Matos, que escrevia de Campos (RJ), além de algumas colaborações de Neno Vasco (Gregório Nazianzeno de Vasconcelos)¹⁵, cunhado de Moscoso, que escrevia de São Paulo. Domingues lança então apelo para que os amigos dissessem com quem o jornal podia contar.¹⁶ No mesmo número, é anunciado o lançamento do jornal *Liberdade! periódico libertario* dirigido por Moscoso, cuja redação ficava na Rua Camerino, 140. É possível que a colaboração de Rozendo dos Santos, que aumenta nos números seguintes, indique que tenha assumido o lugar de Moscoso, mas as informações disponíveis não permitem ter nenhuma certeza. De qualquer modo, os problemas enfrentados pelo jornal são reflexos daqueles da COB, que enfrenta dívidas não pagas pelas associações filiadas, inatividade das associações, falta de quadros. Uma nota melancólica publicada no último número da primeira

¹¹ “A Justiça...” e “Atenção”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 (6), 29/11/1908, p. 3; “Manoel Domingues”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 (8), 13/01/1909, p. 3.

¹² “Aos amigos”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 (9), 17/04/1909, p. 1.

¹³ Manoel Moscoso, “O Órgão da Confederação”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 (10), 1^o/05/1909, p. 3.

¹⁴ *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 2 (16), 3/08/1909, p. 4.

¹⁵ Sobre Neno Vasco ver Alexandre Samis, *Minha pátria é o mundo inteiro. Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*, Lisboa: Letra Livre, 2009.

¹⁶ M. Domingues, “Muito necessário”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 2 (17), 30/08/1909, pp. 2-3.

fase do jornal é reveladora da crise atravessada pela COB, quando anuncia que “devido à falta de correspondência das associações confederadas nestes últimos meses” deixou de ser realizada a programada manifestação pró-paz na América do Sul.¹⁷ Em seguida a confederação também fecharia suas portas.

O período de recessão econômica, que marca a passagem entre as duas primeiras décadas do século XX, caracterizou-se pela desmobilização do movimento operário e sindical, o fechamento de associações operárias e crises ideológicas dos militantes. Para muitos anarquistas a crise fez aflorar as críticas ao sindicalismo como forma de luta, que nunca deixara de existir e tinha como principal expressão, desde 1904, o jornal paulistano, *La Battaglia*, dirigido por Oreste Ristori.¹⁸ Para outros, foi o momento em que divergências latentes tornaram-se explícitas, o tipógrafo português Joaquim Mota Assunção, fundador de diversos periódicos, um dos raros anarquistas individualistas a atuar no movimento sindical no Brasil, rompe definitivamente com a liderança anarco-comunista da FORJ, em 1909, em virtude da greve com sabotagem em uma fábrica têxtil de Vila Isabel e da desastrosa greve dos operários de gás, culpando a orientação dos dirigentes sindicais pelo fracasso dos dois movimentos.¹⁹ Dois anos depois, Mota Assunção funda *A Vanguarda: jornal socialista de combate* e é signatário do manifesto de lançamento do Partido Socialista Radical, cujo programa não difere substancialmente de outros partidos socialistas do período. Essa atitude será acompanhada por outros ex-militantes anarquistas da COB, como o também tipógrafo Ulisses Martins e o alfaiate Antonio Moreira.²⁰

Há ainda aqueles que continuam a defender as mesmas posições, mas deixam o Rio de Janeiro. Luigi Magrassi mudou-se para Buenos Aires, onde Manoel Moscoso decide visita-lo em 1911. Uma vez lá, Moscoso prolonga sua estada e passa a colaborar no jornal anarquista *La Protesta*. Apaixona-se por uma mulher casada e juntos planejam fugir. Porém, a mulher ao revelar suas intenções ao marido, provoca um drama familiar e termina por suicidar-se em março de 1912. Passados alguns dias, Moscoso segue os passos de sua amada e tira sua própria vida.²¹

¹⁷ “Movimento Associativo”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 2 (21), 9/12/1909, pp. 3-4.

¹⁸ Sobre *La Battaglia* ver, por exemplo, Luigi Biondi, “Os anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista *La Battaglia* e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos”, *Cadernos AEL*, Campinas, (8/9) “Anarquismo e anarquistas”, 1998, pp. 117-147; sobre Ristori ver Carlo Romani, *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*, São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

¹⁹ Mota Assunção, “Palavras do coração”, *A Vanguarda*, Rio de Janeiro, 1 (7), 17/06/1911, p. 1.

²⁰ “Partido Socialista Radical - Manifesto e Programa”, *A Vanguarda*, Rio de Janeiro, 1 (1), 1º/05/1911, p. 1.

²¹ E. Rodrigues, *Os companheiros... op. cit.*, vol. 4, p. 93.

Entre aqueles que permanecem na cidade e com as mesmas posições, João Arzua, ex-secretário-geral da COB, funda o periódico anarquista, *A Guerra Social*, que entre 1911 e 1912 dedica-se a denunciar a exploração e as péssimas condições de trabalho, acompanhando as greves e o processo de reorganização do movimento operário, e combatendo o sindicalismo reformista. Suas páginas anunciam, em janeiro de 1912, o ressurgimento da FORJ “de há tempos quase em abandono”²² e, em outubro do mesmo ano, publica como “1ª Circular da COB” (que nem reorganizada estava) um ataque ao congresso operário em preparação por iniciativa dos sindicatos reformistas.²³

No Rio de Janeiro, entre 1911 e 1913, há um novo pico de movimentos grevistas, processo idêntico e no mesmo período ocorre no Estado de São Paulo.²⁴ Acompanhando o novo processo de ascensão do movimento operário, associações que estavam fechadas são reorganizadas e ao mesmo tempo surgem novas organizações. É dentro desse quadro que o deputado federal pela Bahia, tenente Mário Hermes, filho do presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, concede uma entrevista ao *Jornal do Brasil* em 1º de agosto de 1912 sobre sua intenção de propor medidas no legislativo “que possam minorar os sofrimentos dessa nobre classe [o operariado]” e a maneira que propõe para encaminhamento da questão é a realização de um congresso que levantasse as principais “necessidades da classe” para que servissem de subsídio aos seus projetos.²⁵ Com o pretexto da entrevista, a Liga do Operariado do Distrito Federal (LODF) encarrega Antonio Augusto Pinto Machado, que liderara a posição derrotada no Congresso de 1906 de criação de um partido operário, de redigir um manifesto em seu nome e que conta com a adesão de alguns dos expoentes do sindicalismo reformista. O manifesto da LODF propõe a convocação do 4º Congresso Operário Brasileiro (iniciando a contagem com o congresso socialista de 1892, ficando como segundo o congresso socialista de 1902 e considerando o congresso de 1906 como terceiro) e lista seis questões principais a serem tratadas, a começar pela criação de um partido político operário, indo, portanto, muito além daquilo que pretendia o deputado pela Bahia.²⁶

A divisão do movimento operário no Rio de Janeiro não era uma novidade, havia sido consolidada com a realização do 1º Congresso Operário Brasileiro, com a divisão em duas correntes: de um lado, o sindicalismo de ação direta ou sindicalismo

²² “O Brazil Proletario - O Grande Movimento do Rio”, *A Guerra Social*, Rio de Janeiro, 1 (10), 18/01/1912, p. 2.

²³ “Crônica Operaria - 1ª Circular da COB”, *A Guerra Social*, Rio de Janeiro, 2 (30), 5/10/1912, p. 2.

²⁴ Lobo e Stotz, *op. cit.*; Simão, *op. cit.*

²⁵ Confederação Brasileira do Trabalho (Partido Político), *Conclusões do 4º Congresso Operario Brasileiro, realizado no Palácio Monroe no Rio de Janeiro de 7 a 15 de Novembro de 1912*, Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1913, pp. 9-13.

²⁶ *Ibid.*, pp. 14-18.

revolucionário sustentado pelos militantes da FORJ e da COB, com suas associações filiadas; do outro, o heterogêneo campo do sindicalismo reformista que dominava setores como os portuários, os marítimos, os transportes terrestres, os operários do Estado e que também tinha presença entre trabalhadores industriais. A realização em novembro de 1912 do 4º Congresso com um número mais significativo de adesões e uma representação mais nacional que a alcançada pelo congresso precedente de 1906, lançava um desafio para os partidários do sindicalismo revolucionário. Para piorar as coisas, apesar dos organizadores do congresso terem rejeitado as credenciais de Cecílio Vilar (pseudônimo do tipógrafo Henrique Augusto Martins) da Federação Operária do Rio Grande do Sul por considerar que seu intuito era o de tumultuar os trabalhos, o que conduziu parte dos delegados daquela federação a abandonarem o congresso, tomaram assento como delegados notórios anarquistas e ex-anarquistas, como José Sarmiento Marques, Caralampio Trilles, Demetrio Minhana (provavelmente a grafia correta é Miñana) e Donato Donati. Em outras palavras, a realização do congresso exigia da corrente sindicalista revolucionária uma resposta urgente.

A única resposta à altura do desafio lançado pelo sindicalismo reformista seria a realização do 2º Congresso Operário Brasileiro. As bases do acordo da COB aprovadas durante o 1º Congresso previam a realização de congressos anuais, mas na prática a intenção se mostrara inviável.²⁷ Ainda em agosto de 1909, a COB anunciara às sociedades confederadas um comunicado para breve sobre o 2º Congresso e decidira em reunião dar início aos preparativos do congresso, desapareceu, porém, antes que seu intento se transformasse em realidade.²⁸ Quando do relançamento do jornal *A Voz do Trabalhador* em 1º de janeiro de 1913, a COB ainda não estava definitivamente reorganizada, havia apenas uma comissão provisória instaurada, encabeçada por Rozendo dos Santos. Porém, em 21 de janeiro de 1913 é nomeada a comissão executiva da COB, que deveria permanecer em atividade até a realização do 2º congresso. Rozendo dos Santos torna-se secretário-geral, tendo como auxiliares, Raul Gomes, Luiz A. Lourenço e Francisco Bueno e como tesoureiro João Leuenroth, irmão do dirigente anarquista Edgard Leuenroth, como ele tipógrafo.²⁹ Todavia, o caráter constantemente lembrado da necessidade urgente do congresso,³⁰ faz com que a FORJ, antes da reorganização da COB, se lance em uma atividade frenética de criação ou recriação de associações operárias. Entre outubro de 1912 e julho de 1913, são formados 13 sindicatos dos quais apenas 5 permanecem em

²⁷ Pinheiro e Hall (orgs.), *op. cit.*, p. 43.

²⁸ "Segundo Congresso Operario Brasileiro", *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 2 (16) 3/08/1909, p. 1; "Movimento Associativo - Confederação O. Brasileira", *Ibid.*, p. 4.

²⁹ "Em torno do ideal - Confederação Operaria Brasileira - O 2º Congresso Operario", *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 6 (24) 1º/02/1913, p. 2.

³⁰ "Confederação Operaria Brasileira", ³, Rio de Janeiro, 6 (23), 15/01/1913, p. 2.

atividade até o 2º congresso realizado em setembro, o que denota a fragilidade das organizações criadas.³¹

Sob vários aspectos há semelhanças entre a primeira e a segunda fase da COB e do seu jornal, como o compartilhamento de um mesmo endereço entre a FORJ, a COB, as organizações afiliadas e a administração do jornal. Dessa vez, o endereço compartilhado ficava na Rua General Câmara, 335, mas já no mês de setembro de 1913 mudaria para instalações mais amplas na Rua dos Andradas, 87³² e lá permaneceria até o final. Entre as diferenças, é notável a mudança de linguagem do jornal com relação à sua primeira fase. Não há no editorial do primeiro número da segunda fase qualquer menção aos “revolucionários”, o jornal dirige-se aos operários e às associações, cujo escopo seja a luta econômica.³³ Nesse sentido, no caminho oposto do que ocorrera na primeira fase, a linguagem dos editoriais do jornal tende a ser mais moderada, pelo menos até o momento de realização do 2º Congresso Operário Brasileiro, em setembro de 1913, do que aquela empregada nas resoluções saídas do congresso nas quais há referência explícita à greve geral revolucionária.

Outra diferença significativa é o controle muito mais próximo da comissão executiva da COB sobre o jornal. Quem fala em nome do jornal sempre é um membro da comissão. Isso, a despeito do aumento considerável de colaboradores na segunda fase, que mais que dobra com relação ao período precedente.

Uma das principais dificuldades apontadas na primeira fase da *Voz do Trabalhador* que era o pouco espaço dedicado ao movimento operário fora da capital federal é em grande parte superada na sua segunda fase. Não muda o fato de que a COB permanecesse uma organização essencialmente carioca, sem presença efetiva em outras unidades da federação. Todavia, no que diz respeito ao jornal as colaborações provenientes de outras localidades são significativamente ampliadas, com a consequente melhoria da cobertura sobre a situação do operariado e das lutas desenvolvidas em diversas partes do país: Edgard Leuenroth e Zeferino Oliva de São Paulo; João Crispim, Fernandes Casal e Ricardo Fontanela da cidade de Santos; Joaquim Florencio de Pernambuco; Honoré Cémeli de Alagoas; e, a partir de 1914, Cecílio Vilar do Rio Grande do Sul.

³¹ Claudio H. de Moraes Batalha, *Le syndicalisme “amarelo” à Rio de Janeiro, 1906-1930*, tese de doutorado em História, Paris: Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), 1986, vol. 2, p.260.

³² “A nossa nova sede”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 6 (38), 1º/09/1913, p. 1.

³³ “Aqui estamos”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 6 (22), 1º/01/1913, p. 1.

COLABORADORES MAIS FREQUENTES NA 2ª FASE DE A VOZ DO TRABALHADOR

NOME	OFÍCIO/PROFISSÃO	NÚMERO DE COLABORAÇÕES
Albino Moreira	Operário têxtil	8
Antonio Moreira	Alfaiate	5
Astrojildo Pereira	Jornalista	4
Augusto da Fonseca	?	2
C. V./Cecílio Vilar	Tipógrafo	16
Elvira Fernandes	Operária	3
H. M. (Henrique Martins?)	Tipógrafo	5
Honoré Cémeli	Gráfico	2
João Crispim	?	5
João Leuenroth	Tipógrafo	3
Joaquim Antonio dos Santos	?	4
Joaquim Florencio	?	5
Joel Persil	?	3
José Alodio	?	4
José Borobio	?	5
José Elias da Silva	Funcionário	2
Lino Garrido	Trabalhador da Construção Civil	2
Luiz Antonio Lourenço	?	4
Manoel Fernandez Casal	Operário	4
Manoel F. Franco	?	2

NOME	OFÍCIO/PROFISSÃO	NÚMERO DE COLABORAÇÕES
Mauro Vinicio	?	2
Minervino de Oliveira	Marmorista	7
Myer Feldman	Alfaiate?	5
Neno Vasco	Jornalista	7
Pascoal Gravina	Funileiro	5
Ricardo Fontanela	?	2
Rozendo dos Santos	Tipógrafo	25
Santos Barbosa	Pintor	14
Sebastião Guerreiro	?	2
Zeferino Oliva	Mecânico/pintor/ gráfico	5
Zenon de Almeida	Sapateiro/químico	5

A reorganização da COB em 1913 ocorre em um contexto em que deveria simultaneamente enfrentar o desafio do sindicalismo reformista e buscar mobilizar contra a nova Lei de expulsão de estrangeiros (dec. nº 2741 de 8 de janeiro de 1913), que ampliava a Lei Adolfo Gordo de 1907 (dec. nº 1641 de 7 de janeiro de 1907), com a supressão dos artigos referentes ao tempo de residência e dos estrangeiros casados com brasileiros ou viúvos com filhos nascidos no Brasil que constituíam salvaguardas contra a expulsão.³⁴ Uma das decisões tomadas pela Confederação foi de iniciar uma campanha contra a imigração internacionalmente, como modo de pressionar tanto o governo brasileiro com relação à nova lei, como alertar a opinião pública europeia sobre as condições dos imigrantes no Brasil. Nesse sentido, envia para realizar conferências em Portugal e na Espanha, o militante Antonio F. Vieites que embarca para Europa no final de janeiro de 1913.³⁵ A lei

³⁴Lená Medeiros de Menezes, *Os indesejáveis: Desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 210.

³⁵“No país da liberdade: Em torno duma monstruosidade”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 6 (24), 1º/02/1913, p. 1.

ameaçava todos os militantes estrangeiros, mas na prática atingiu particularmente os de São Paulo, na qual havia um nítido predomínio de imigrantes italianos, de longe a nacionalidade mais atingida pelas expulsões de 1913.³⁶ No início de 1914, o novo decreto foi considerado inconstitucional, o que em tese significa um retorno à legislação de 1907, todavia, em 1915 o militante santista Manuel Campos, nascido na Espanha, mas residente há 18 anos no Brasil, foi expulso depois de três meses preso arbitrariamente, em claro descumprimento aos artigos sobre o tempo de residência da lei de 1907.³⁷ Em 1915, Campos voltaria ao Brasil, mas passaria por novas prisões e tentativas de expulsão nos anos seguintes.³⁸

O embate da COB e do seu jornal com outras correntes atuantes no movimento operário se dá especialmente com os socialistas reformistas que estiveram à frente do congresso de 1912, mas não se limita ao período do congresso, já que ocorrem desde a primeira fase da COB. Essas críticas aos rivais frequentemente extrapolam o campo da luta política para se transformarem em ataques pessoais, insultos e ironias. Rozendo dos Santos, Cecílio Vilar (Henrique Martins) e Astrojildo Pereira (que mesmo mais maduro, na década seguinte, não renunciaria a esse estilo) se destacam por adotar esse tipo de postura nos artigos que publicam. Nesse caso não se trata de uma postura que decorre da escolha ideológica, mas bem pode ser atribuída à personalidade de alguns militantes. Não faltam críticas acirradas às posições dos socialistas da parte de Leuenroth, Neno Vasco, Santos Barbosa e outros, mas sem que resvalam para ataques de cunho pessoal. A despeito disso, Rozendo dos Santos concede entrevista tratando da COB e do 2º Congresso à “Columna Operaria” do jornal diário *A Epoca*, redigida pelo cigarereiro socialista Mariano Garcia, alvo de vários dos seus ataques pessoais, e reconhece, mais tarde, que a entrevista fora fielmente reproduzida.³⁹ A entrevista de Rozendo foi publicada, por ocasião do 1º de maio de 1913, em uma edição especial de quatro páginas da coluna, que contou ainda com artigos de vários militantes da COB e colaboradores da *Voz do Trabalhador*: Antonio Moreira; Elvira Fernandes; Zenon de Almeida; Joaquim Santos Barbosa.⁴⁰ Na sessão solene promovida pela reformista Liga do Operariado do Distrito Federal, por ocasião da data, Elvira Fernandes fez uso da palavra, tendo na plateia Edgard Leuenroth que viera de São Paulo, para o comício promovido pela FORJ naquele mesmo dia.⁴¹ As divergências entre os

³⁶ Sheldon Leslie Maram, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 43.

³⁷ “O caso Manuel Campos”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 7 (65), 1º/12/1914, p. 1.

³⁸ Rodrigues, *Os companheiros... op. cit.*, vol. 4, pp. 131-136.

³⁹ Rozendo dos Santos, “Não mistificamos” *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 6 (38), 1º/09/1913, p. 1.

⁴⁰ “Columna Operaria”, *A Epoca*, Rio de Janeiro, 1º/05/1913, pp. 5-8.

⁴¹ Mariano Garcia, “Liga do Operariado do Distrito Federal”, *A Epoca*, Rio de Janeiro, 4/05/1913, p. 11.

dirigentes da COB e aqueles a quem acusavam de querer atrelar o proletariado à política parlamentar, não impediam, portanto, que eventualmente os dois grupos assumissem posições comuns, mesmo Rozendo dos Santos reconhecia esse fato, quando escreve: “O operariado, particularizado o do Rio de Janeiro, dividido em duas grandes correntes de ação, mas com o mesmo ideal, luta em campos opostos”.⁴² O mesmo ideal, mencionado por Rozendo, era capaz de fazer com que ambas as correntes compartilhassem datas comemorativas como o 1º de Maio, malgrado as diferenças de concepção; divulgassem as ações da Liga Anticlerical; ou, se unissem em lutas comuns, como ocorre de modo inusitado em abril de 1915, quando associações operárias dos dois campos solicitam conjuntamente ao prefeito do, então, Distrito Federal a proibição de um carnaval (os ataques nas páginas da *Voz do Trabalhador* às celebrações carnavalescas eram sistemáticos) no 1º de Maio promovido pelo Clube dos Fenianos em “homenagem aos homens do trabalho” e, por incrível que pareça, logram êxito.⁴³

Divergências também ocorriam nas fileiras dos militantes da COB e transpareciam nas páginas de seu jornal. Nenhuma, porém, ganhou o destaque do debate opondo Neno Vasco, já vivendo em Portugal nesse momento, e João Crispim, da Federação Operária Local de Santos (FOLS), que ocupa diversos números do jornal entre 1913 e 1914. Vasco sustenta a posição que prevalece nos congressos (de 1906, 1913 e, depois, novamente, em 1920) de sindicatos organizados em torno de questões econômicas que deixassem de lado questões de ordem política e filosófica, ao passo que Crispim sustenta a adoção programática do anarquismo pelos sindicatos, seguindo o posicionamento dito *forista*, em virtude da resolução do 5º Congresso, de agosto de 1905, da Federação Operária Regional Argentina (FORA), que recomendava a todas as suas afiliadas a propaganda do “comunismo anárquico”.⁴⁴ Não fosse pela denúncia explícita inicial por parte de Vasco da postura da Federação Operária Local de Santos (FOLS) como estando em contradição “não só com as bases e necessidades da organização de classe do proletariado, mas ainda - poderia dizer: *e sobretudo* - com o anarquismo”⁴⁵, a polêmica dificilmente teria prosperado. Afinal, não faltavam posicionamentos contraditórios nas páginas do jornal da COB, tanto com respeito à atuação sindical, como com relação a outros temas. Entretanto, a forma escolhida por Vasco exigia dos santistas uma resposta

⁴² Rozendo dos Santos, “A ação operária”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 6 (23), 15/01/1913, p. 1.

⁴³ “A festança dos fenianos”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 8 (70), 1º/05/1915, p. 1; “A festança dos fenianos - O fracasso dos fenianos: mais uma vitória dos operários que ajem por si próprios”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 8 (71), 8/06/1915, p. 2.

⁴⁴ Juan Suriano, *Auge y caída del anarquismo: Argentina, 1880-1930*, Buenos Aires: Capital Intelectual, 2009, p. 32.

⁴⁵ Neno Vasco, “O anarquismo no sindicato”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 6 (38), 1º/09/1913, p. 1.

imediate, que já aparece no número seguinte do jornal em artigo assinado por Crispim com o mesmo título do texto precedente. No entanto, o artigo recebe pouco destaque na distante página 7 do número duplo (com 8 páginas ao invés das 4 habituais) dedicado quase que integralmente à cobertura do 2º Congresso Operário Brasileiro.⁴⁶ Vários meses depois, Crispim volta a responder o artigo inicial de Vasco, que fora republicado no jornal anarquista *Aurora* do Porto acompanhado de algumas notas, sustentado dessa vez que a ausência de propaganda anarquista nos sindicatos em que esses constituem a corrente dominante conduz o operariado ao corporativismo.⁴⁷ Ao invés de treplicar nas páginas do jornal da COB, Vasco escreve no *Aurora* novo artigo, fazendo com que os editores da *Voz do Trabalhador* se vejam na obrigação de reproduzi-lo, com um estranho título provavelmente decorrente de um erro na composição da página “O anarquismo ou sindicato”.⁴⁸ O tom é respeitoso e o anarquista português tenta destacar os aspectos comuns nas duas posições. Segue-se nova resposta de Crispim, que por sua vez será respondido por Vasco, dessa vez na própria *Voz do Trabalhador*.⁴⁹ A polêmica parece chegar ao fim, em novembro de 1914, com mais uma intervenção de Crispim.⁵⁰ Entretanto, um mês mais tarde, Vasco volta ao tema sem fazer qualquer referência ao adversário, ao reproduzir um documento português sobre o assunto, muito provavelmente escrito por ele ou com sua colaboração.⁵¹ Ele continuaria a preocupar-se em tornar clara sua posição sobre a relação do anarquismo com os sindicatos, deixando ao falecer, em 1920, a obra inacabada *Concepção anarquista do sindicalismo*, publicada postumamente em 1923.⁵²

A polêmica Vasco-Crispim ajuda a entender outra, aquela que opõe diferentes historiadores no momento de classificar a COB e sua política. Para alguns a confederação seria anarquista, outros preferem anarco-sindicalista e, mais recentemente, há aqueles que a definem como sindicalista revolucionária. Parte da confusão acerca da classificação provém do fato incontestável, que uma parte significativa e possivelmente majoritária dos dirigentes da COB era anarquista,

⁴⁶ João Crispim, “O anarquismo no sindicato”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 6 (39-40), 1º/10/1913, p. 7.

⁴⁷ João Crispim, “O anarquismo no sindicato”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 7 (50), 1º/03/1914, p. 3.

⁴⁸ Neno Vasco, “O anarquismo ou sindicato” [sic], *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 7 (53-54), 1º/05/1914, p. 2.

⁴⁹ João Crispim, “O anarquismo no sindicato”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 7 (57), 20/06/1914, p. 1; Neno Vasco, “O anarquismo no sindicato”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 7 (61), 20/08/1914, p. 2.

⁵⁰ João Crispim, “O anarquismo no sindicato”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 7 (64), 1º/11/1914, p. 2.

⁵¹ Neno Vasco, “Os anarquistas no movimento operário. Tese apresentada pelo grupo editor da ‘Brochura Social’ á Confederação Anarquista da Rejião do Sul, reunida em Lisboa, em 27 e 28 de junho de 1914”, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 8 (66), 1º/01/1915, pp. 3-4.

⁵² Ver João Freire, “Estudo introdutório”, in: Neno Vasco, *Concepção anarquista do sindicalismo*, Porto: Afrontamento, 1984, pp. 7-8

no entanto, as resoluções dos congressos e a política da central espelhavam-se no sindicalismo revolucionário francês, que, mesmo guardando vários pontos em comum com o anarquismo, constituía um fenômeno autônomo e distinto. Se tanto Vasco, como Crispim tentavam defender suas posições com base em exemplos práticos, ambos também recorriam a diferentes passagens do anarco-comunista italiano Errico Malatesta para legitimar suas interpretações. Em suma, a posição de Vasco, que prevaleceu na COB, propunha uma adoção “tática” do sindicalismo revolucionário pelos anarquistas atuando nos sindicatos.

Passado menos de um ano da realização do 2º Congresso, as dificuldades começam a aparecer para a manutenção da *Voz do Trabalhador*, o tesoureiro da COB, João Leuenroth atribui a falta de recursos financeiros à perda de interesse das associações e de seus membros uma vez o congresso realizado.⁵³ Os problemas se traduzem na impossibilidade de assegurar a periodicidade quinzenal do jornal, fazendo com que o jornal se torne irregular. Uma série de fatores conjunturais, inteiramente alheios à vontade da COB, colabora decisivamente para essa situação, entre os quais: o fim da retomada da atividade industrial e do emprego esboçada em 1911-1913 que é seguida por um quadro recessivo, agravado com o início da 1ª Guerra Mundial; e o estado de sítio instaurado de março a outubro de 1914 que implica no aumento da repressão e da desorganização do movimento operário. Assim, debatendo-se contra um quadro extremamente desfavorável o último número da segunda fase da *Voz do Trabalhador* sai em 8 de junho de 1915. Foram 47 números nessa segunda fase, três deles duplos, distribuídos gratuitamente graças a contribuições das associações operárias e de militantes individualmente. Ainda, que não se saiba com exatidão quando ocorre a segunda morte da COB, é certo que o fim a confederação tenha ocorrido ainda em 1915.

A COB, ao longo de sua existência, contou com poucos recursos, funcionou em sedes improvisadas, primou pela informalidade organizacional, foram, sobretudo, os esforços de seus militantes que asseguraram sua capacidade de intervir nas lutas sociais. Esses militantes provinham não só do próprio movimento operário do Distrito Federal, que assegurava a precária infraestrutura da confederação, mas também de outros estados da federação, deixando para trás os empregos e até a família para servir o ideal comum. Enfrentando conjunturas adversas, esses militantes buscaram ampliar a organização dos trabalhadores até mesmo fora dos centros em que o sindicalismo revolucionário estava assentado, como fizeram José Elias da Silva e João Crispim nas excursões de propaganda que realizaram, em nome da COB na primeira metade de 1914, respectivamente no “norte” do país (leia-se, no caso, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Alagoas) e no leste e nordeste do Estado de São Paulo, além de localidades do sudoeste de Minas Gerais.⁵⁴ Essas excursões, além de reiterarem a dedicação da militância, servem para evidenciar a dificuldade de implantação nacional da COB, o que, aliás, não foi uma particularidade sua, já

que foi uma característica de todas as centrais sindicais e organizações políticas da Primeira República. Se a COB acabou vencida pelos obstáculos encontrados, a crença de seus militantes de que nada seria capaz de deter a sua vontade de transformação permaneceu viva para enfrentar novos combates.

Fontes e Referências

Fontes

Jornais

A Epoca, Rio de Janeiro, 1912-1913.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 34 (66), 6/03/1908.

A Guerra Social, Rio de Janeiro, 1912.

A Vanguarda, Rio de Janeiro, 1911.

A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, 1908-1909; 1913-1915.

Referências bibliográficas

BATALHA, Claudio H. de Moraes. *Le syndicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro, 1906-1930*, tese de doutorado em História, Paris: Université de Paris I (Panthéon Sorbonne), 1986, 2 vols.

BIONDI, Luigi. "Os anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista *La Battaglia* e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos", *Cadernos AEL*, Campinas, (8/9) "Anarquismo e anarquistas", 1998.

CONFEDERAÇÃO BRAZILEIRA DO TRABALHO (PARTIDO POLITICO). *Conclusões do 4º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Palácio Monroe no Rio de Janeiro de 7 a 15 de Novembro de 1912*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1913.

DULLES, John W. F. Dulles. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2ª ed. rev. e amp., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

FREIRE, João. "Estudo introdutório", in: VASCO, Neno. *Concepção anarquista do sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer e STOTZ, Eduardo N. Stotz. “Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário”, *Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1 (1), dez. 1985.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: Desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

PINHEIRO, Paulo Sérgio Pinheiro e HALL, Michael (orgs.). *A classe operária no Brasil: documentos*, vol. 1, *O movimento operário*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

RODRIGUES, Edgar. *Os companheiros*. Florianópolis: Insular, 1997, v. 4.

_____. *Os companheiros*. Florianópolis: Insular, 1998, v. 5.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro. Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*, 2ª ed., São Paulo: Ática (col. “Ensaaios”, 78), 1981.

SURIANO, Juan. *Auge y caída del anarquismo: Argentina, 1880-1930*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2009.

A REPRESSÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA E OS MILITANTES OPERÁRIOS

Beatriz Ana Loner
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria - Brasil

Utilizando-se de um critério amplo de repressão, como todos os fatores que incidiam no isolamento, estigmatização, perseguição e prisão de pessoas ou fechamento de associações que fossem identificadas como pertencentes a anarquistas ou designações similares (subversivos, revolucionários, terroristas) pretende-se discutir como esta situação interferia no modo de vida dos libertários e daqueles próximos a eles, moldando suas condutas, fechando possibilidades e oportunidades de inserção social e trabalho, bem como dificultando a difusão das suas ideias.

A repressão aos trabalhadores ou aos movimentos populares, sempre atuou sobre práticas, condutas ou manifestações de inconformidade que contrariassem o *status quo*. Ao final do Império, devido às imensas transformações porque passava a sociedade com o fim da escravidão e o início da República, a repressão tomou novas formas, tornando-se mais organizada e intensa, mais focada sobre alguns movimentos e pessoas, instrumentalizando-se para atuar contra o que vários setores (patrões, polícia, políticos, imprensa) viam como “classes perigosas”, ou seja, os trabalhadores manuais pobres, fossem livres, libertos ou ainda escravizados.

O impacto da repressão sobre o movimento frequentemente definia suas possibilidades de existência, pois as prisões, invasões, cerceamentos da liberdade de expressão, circulação e associação, bem como a repressão às greves, eram um dos principais fatores que levavam ao término das atividades de associações e, especialmente das mobilizações, pelas consequências que trazia não apenas sobre os militantes, mas também sobre o conjunto da população, provocando temor e retraimento, afastando e isolando as pessoas, provocando demissões e até fugas ou afastamento dos atingidos por elas.

Vou me deter nas consequências da repressão para o militante e não apenas sobre o movimento em geral, por entender que este último ponto já é bem conhecido através dos vários estudos e relatos das principais atividades e mobilizações daquele período. Vou focar principalmente os anarquistas embora também faça menção a alguns casos de comunistas, por entender que estes dois

tipos de sindicalistas encarnaram os piores temores da burguesia e das autoridades brasileiras na primeira República e, desta forma, foram brindados com seus maiores cuidados e com a maior violência pela repressão.

Os rótulos, com todas as suas variações - anarquistas, comunistas, bolcheviques, maximalistas, leninistas - eram aplicados gratuitamente, sem levar em conta seus reais significados, que vinham do século XIX. Embora na maioria das vezes esses rótulos fossem pouco adequados ao perfil dos agraciados, funcionavam com perfeição para o objetivo de distinguir, isolar e desmoralizar ou criminalizar as atitudes ou ideias dos indivíduos assim rotulados.

O próprio uso destes termos pela polícia, patrões e governo, já provocava a identificação e estigmatização do indivíduo como perigoso e subversor da ordem. Deste modo, qualquer um com ideias diferenciadas era exposto, perante seus colegas de trabalho, sindicato ou vizinhança como diferente e perigoso e poderia estar sujeito a uma política de isolamento em relação aos demais. A prática da rotulação era usada cotidianamente, não só pelos patrões, como por rivais dentro do próprio movimento ou em locais de convivência. O estigma que pesava sobre o militante e os radicais em geral, terminava por desqualificar suas ideias e práticas e, por sua vez, levava quase que a conformação de um padrão de comportamento: jovem, solteiro e não confiável, visto como criador de casos e intolerante, em suma, estranho e diferente. Aliás, nos princípios da República, a simpatia por ideias ditas anarquistas poderia ser visto como sintoma de loucura. Este era um dos temores de Lima Barreto, que, em suas internações devido à bebida, tinha cuidado em não deixar transparecer sua simpatia pelas ideias libertárias.

A repressão não incidia apenas sobre o movimento operário ou libertário, mas sobre o modo de vida dos militantes e a possibilidade de expressão de suas ideias, até em suas próprias profissões, pois era frequente terem que mudar de emprego e/ou de ofício, devido a integrarem as chamadas listas negras dos patrões, ou devido à perseguição policial. Com isso, terminavam não ficando muito tempo em um só lugar, o que acentuava seu isolamento e a estranheza de sua figura e ideias ante os demais, conformando-os em parte, ao imaginário construído pela própria imprensa e polícia sobre eles.

Por militante anarquista, convém esclarecer, se está falando do elemento que compartilhava algumas ideias do pensamento socialista não autoritário da época entre 1880 e 1930 no Brasil e lutava por suas ideias, através de tentativas em várias frentes, como participação em sindicatos, associações, colônias rurais, ou ainda dedicando-se a educação, literatura, teatro, música e outras manifestações culturais. Vai-se dar especial atenção àqueles indivíduos que centraram sua atuação dentro dos sindicatos e do movimento operário, por ver em sua mobilização e organização, um dos elementos de transformação do mundo

ao seu redor. Estes libertários tiveram influência variável, mas conseguiram, pelo poder de convencimento, pela prática organizativa e dedicação aos sindicatos, criar um círculo mais amplo de simpatizantes e aderentes, os quais, em conjunto, ficaram conhecidos como “anarquistas” ou “anarco-sindicalistas”. Alguns eram estrangeiros, muitos mais eram nacionais, o que só se acentuou com o decorrer dos anos. Todos compartilhavam as atividades nos sindicatos, a desconfiança frente à atuação político-partidária e o antagonismo com a burguesia e a ideia de que esta se utilizava dos meios estatais a seu bel prazer. Outros tinham ainda uma profunda aversão à intervenção estatal e a Igreja católica, mas estes dois últimos elementos não eram compartilhados por todos.

O estudo dos arquivos da polícia de São Paulo levou ao encontro de nova documentação, anexadas aos processos e fichas dos presos (Parra, 2003) e tornou evidentes os amplos e vagos critérios que poderiam ser usados para incriminar alguém como perigoso à ordem pública. Muitos eram os agentes policiais, além dos meros denunciadores civis e havia ainda aqueles infiltrados nos próprios movimentos, com o sentido de provocar dissensão e desarticulação nos meios organizados ou sabotar propostas mobilizatórias.

Este conjunto de situações levava frequentemente a um abreviamento do tempo de militância, pois o custo cobrado por esta era muito caro e, na maioria das vezes, não trazia resultados positivos permanentes. O trabalho organizativo em sindicatos, associações e mobilizações, costumava manter-se apenas durante o fluxo ascendente do movimento operário e apenas os grupos de pensamento e aqueles nucleados em torno a periódicos tinham independência deste ciclo, pois não são baseados nele. Mesmo assim, como era comum que o refluxo fosse instalado pela repressão policial ao movimento dos trabalhadores, esta terminava interferindo também na duração dos periódicos e grupos teatrais ou educacionais, pois sua ação incidia sobre as ideias libertárias como um todo e não só sobre a prática sindical radical.

Toda militância, se tem um alto preço, também tem um limite individual, que é variável segundo as condições em que ela se desenvolve e a conjuntura política e social em que o militante está envolto. O tempo e a intensidade da militância são variáveis, ontem como hoje e é condicionado por muitas coisas, como oportunidade, local, grau de fervor pelas ideias, existência ou não de laços familiares e também pela repressão. Claro está que o resultado concreto das atividades empreendidas também importava para que o tempo de militância fosse maior ou menor. Mas, na maioria das vezes, vinha um momento em que o cansaço e o desencantamento com o ônus da militância ou a impossibilidade de manutenção das atividades, levava o indivíduo a compreender que a luta seria muito longa e sem resolução rápida, nem no campo das ideias, nem no campo da atividade sindical. Então o peso dos anos, a marca das prisões ou a situação familiar, fazia com que o indivíduo resolvesse

encerrar a fase da militância ativa, o que na maioria das vezes, não significava mudar suas posições, mas guardá-las para si ou expressá-las de forma mais discreta e menos visada. Essa é, normalmente, uma etapa ainda existente hoje, mas com as modificações e avanços político sociais, a fase da militância pode ser mais longa que naqueles anos. Entretanto, para aqueles militantes que construíram a Confederação Operária Brasileira (COB) e participaram do movimento operário naqueles anos, nada era muito fácil.

Embora o movimento operário da primeira República fosse marcado pela predominância da orientação anarco-sindicalista ou sindicalista revolucionária, palavras que, no Brasil, muitas vezes foram tomadas por sinônimos (embora tivessem profunda diferenciação em outros países, como a Argentina, por exemplo), a maioria dos operários que participavam de manifestações ou associações sindicais simplesmente não possuíam definição ideológica nenhuma, ou eram ambivalentes em relação a elas. Entretanto, por força do trabalho realizado e da própria presença no movimento, os poucos militantes realmente comprometidos com as ideias libertárias, alcançavam uma difusão de suas principais práticas e orientações para o movimento mais abrangente e terminavam por orientar outros sindicalistas em locais bem distantes de sua base de atuação, através da difusão das resoluções dos Congressos, das práticas da COB, da leitura de um jornal libertário ou, até mesmo, de notícias que, embora sujeitas às interpretações tendenciosas, vinham através dos jornais diários.

Em vários locais do país, operários que tentassem se mobilizar, mesmo sem o saber, repetiam *slogans* e palavras de ordem oriundas da prática e ideologia anarquista e isso contribuiu para dar uma feição especial ao único momento da sociedade brasileira em que nossos sindicatos não estiveram sujeitos à orientação do Estado. Isso expõe uma face da importância da militância, especialmente na primeira República: em um momento em que as organizações eram tão frágeis que dependiam intrinsecamente da mobilização para se manter, o fato do conhecimento das práticas organizativas e do *como fazer* mobilizações estarem em mãos de indivíduos com experiências anteriores, impedia que todos os passos tivessem que ser dados novamente, fazendo com que, houvesse algum acúmulo, ou pelo menos, uma memória organizativa se mantivesse.

Por outro lado, muito da proximidade entre os militantes dos diversos países sul americanos era forçada pela repressão, que obrigava os libertários a buscarem refúgio em outros países, em uma via de mão dupla, na qual militantes de países europeus ou latino americanos vinham ao Brasil buscar refúgio em momentos de perseguições ou crises, bem como alguns participantes do movimento operário brasileiro, iam para Argentina, Uruguai ou países europeus, como deportados ou fugindo de situações difíceis aqui encontradas. A extensa costa brasileira e seus

numerosos portos levavam a que se pudesse considerar o país como uma alternativa, porta de entrada ou de saída do continente sul americano para perseguidos políticos.

A entrada de ideias socialistas ou libertárias, trazidas por imigrantes ou perseguidos políticos, começou mais cedo nos países platinos. Ainda no século XIX, a Argentina abrigou, por algum tempo, libertários como Errico Malatesta, José Pratt, Pietro Gori e outros, os quais auxiliaram o desenvolvimento do pensamento e organização libertária naquele país.¹

No Uruguai, franceses exilados da Comuna de Paris e alguns espanhóis, também exilados por revoltas, constituíram em 1875 a primeira associação uruguaia filiada a *Asociación Internacional de Trabajadores* de tendência bakunista, com sede na Suíça.² O trabalho ativo dos socialistas e anarquistas nestes países, são anteriores em pelo menos uma década aquele desenvolvido no Brasil. Como resultado, a organização operária (e também socialista e anarquista) esteve mais fortalecida nestes países, sendo grande o intercâmbio com o Brasil, via imigração, forçada ou voluntária, de militantes entre os três países. Este, a meu ver, seria um dos poucos resultados indiretos, mas positivos da repressão: ao expulsar um militante de um país ou região, ela não tinha meios de impedir que este mesmo indivíduo contribuísse para a propaganda e divulgação das ideias libertárias em outro local.

Em termos cronológicos, houve uma primeira onda repressiva na Argentina em 1902, a que se seguiu outra em 1910, que se prolongou por anos. Em 1902, muitos militantes expulsos da Argentina, se instalaram por algum tempo no Uruguai, que mantinha um governo de menor repressão. Contudo, em 1910, houve uma “limpeza prévia” para que nada atrapalhasse a realização do centenário da independência da Argentina, e, naquele momento, a situação do Uruguai também estava complicada, o que fez com que uma onda maior de militantes se dirigisse ao Brasil.

Essa situação perdurou por um bom tempo, bem como houve deportados que saíram do Brasil para os países do Prata, engrossando o trânsito, voluntário ou não na região platina. Mas também havia uma migração voluntária de lideranças, as quais vinham para a América do Sul, ou se moviam entre os países sul-americanos, ao sabor das condições de segurança e da maior ou menor repressão encontrada. Se muitos dos militantes retornavam a Europa, outros terminavam se aclimatando

¹SANTILLAN, Diego Abad. *La Forja*. Ideología Y trayectoria del movimiento obrero revolucionario en la Argentina. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2005.

²D'ELIA, German e MIRALDI, Armando. *Historia del Movimiento Obrero en el Uruguay*. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1984.

e participando do movimento local. Isso implicava em conhecimentos, rede de amizades e articulações entre os diversos centros urbanos e servia para levar notícias, novas práticas e informações entre os movimentos sociais e suas lideranças.

Uma situação que também auxiliava a formação de redes articuladas de auxílio e difusão de ideias era a prática das deportações internas, quando a polícia promovia a expulsão de uma liderança de um Estado para outro. Um dos principais destinos era o Rio Grande do Sul e era notada a presença de militantes do centro do país em algumas cidades gaúchas, como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, especialmente nesta última, porto marítimo e local de desembarque das lideranças.³ Muitos participaram do movimento operário destas cidades, especialmente na década de 1920 e terminaram estabelecendo-se em território gaúcho, em cidades próximas à fronteira com o Uruguai e Argentina, nos anos 1920, ao mesmo tempo protegendo-se da repressão e tecendo uma rede, fraca, mas existente, de solidariedade e informações com os viajantes libertários que cruzavam as fronteiras entre aqueles países.

A experiência e articulação destes militantes deportados, internamente ou entre diversos países, é fundamental para que se possa compreender melhor alguns surtos de organização libertária nos vários países. Assim, se no Uruguai, a deportação de vários militantes da Argentina em 1902, permitiu um saldo organizacional⁴, no Brasil houve a coincidência de momentos de maior mobilização posteriormente ao aumento das deportações na Argentina e Uruguai. Por exemplo, até 1900, os relatos e pesquisas dão conta de uma movimentação anarquista no Brasil ainda restrita a grupos de imigrantes italianos, ou a decorrente do fim da Colônia Cecília no Paraná, que espalhou libertários pelos estados do sul e sudeste. Mas poucos anos depois, os anarquistas já estarão influenciando o cenário nacional a ponto de imprimir as principais orientações a serem seguidas pelas organizações operárias no Congresso de 1906. Em 1912 e 1913, temos uma verdadeira explosão das atividades libertárias, com vários grupos teatrais e musicais, projetos educacionais, o retorno da COB e seu jornal, a Voz do Trabalhador, a realização do Congresso de

³ Há muitos sinais disso: No jornal *Spartacus*, do Rio de Janeiro, do dia 03/01/1920, tem uma carta com a descrição da viagem e horríveis maus tratos sofridos em prisão paulista, por José Righetti e João da Costa Pimenta, dois presos enviados de navio à Rio Grande e que escrevem desta última cidade. Atas de associações riograndinas, como da Sociedade União Operária, trazem o nome de novos participantes, já conhecidos em São Paulo. Por fim, jornais de Pelotas e Rio Grande (especialmente durante mobilizações) tem várias referências sobre “agitadores” ou “estrangeiros” entre os operários mobilizados, claro está que com tom de denúncia. Na década de 1920, em jornais operários surgem também indicações da presença de militantes do centro do país nas festas de 1º de Maio e congressos operários.

⁴ Sobre o movimento uruguaio veja-se D’Elia, D’ELIA, German e MIRALDI, Armando. Historia del Movimiento Obrero en el Uruguay. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1984.

1913 e um trabalho sindical e cultural difundindo-se em vários estados e cidades de todo o Brasil.

Mas deve-se ter cuidado com generalizações ou conclusões apressadas, com pouca base nas fontes. Até agora, o estudo detalhado dos militantes daquelas décadas mostraram uma maioria de militantes nacionais no movimento, embora citando alguns não nacionais. Porém, mesmo que esse desenvolvimento das propostas libertárias no país na década de 1910 e 1920, seja, como parece ter sido, resultado de um processo de maturação do trabalho interno, isso não quer dizer que não se beneficiou de um incremento na militância com os recém-chegados.

As pesquisas que tem por foco a circulação operária e libertária estão apenas no início no Brasil e muito ainda deve ser conhecido a respeito. De todo modo, deve-se levar em conta que o marco das fronteiras nacionais não necessariamente circunscrevia a atuação daqueles que, como os libertários, tinham uma visão internacionalista muito mais forte que qualquer outra corrente. O intercâmbio de ideias e militantes era muito forte, como apenas recentemente estamos começando a descobrir.⁵ Nisso, os pesquisadores estão mais atrasados do que os órgãos repressivos de cada nação, que já desde aquele tempo, tentavam articularem-se internacionalmente para coibir a atividade dos chamados “agitadores” anarquistas.

As leis e a repressão às atividades politicamente criminalizadas

No final do século XIX, havia-se disseminado a ideia, nos meios letrados e oficiais, de que o Brasil não precisaria enfrentar os graves problemas sociais que atravessavam outros continentes, porque aqui não havia falta de trabalho, nem condições que gerassem o forte enfrentamento social que marcava as relações entre as classes sociais, especialmente na Europa. Considerava-se que, na América Latina tudo estava por ser feito, havia emprego para todos e aqueles com maiores capacidades poderiam facilmente se destacar entre seus iguais e tornarem-se capitalistas ou comerciantes abonados, no pensamento de muitos políticos e da imprensa. Essa visão inclusive era respaldada pelos socialistas europeus que se instalavam na América Latina. Por exemplo, em 1873, Raymond Wilmart, dirigente da Primeira Internacional na Argentina, ao ser convocado por Karl Marx a organizar o movimento portenho, respondeu: *Hay demasiadas posibilidades de hacerse*

⁵ Entre os autores que primeiro trabalharam com esta questão, cita-se Silvia Petersen e Vitor Oliveira.

*pequeño patrón y de explorar a los obreros recién desembarcados como para que se piense actuar de alguna manera”.*⁶

Em relação aos nacionais considerava-se que o ânimo das pessoas era dócil e pouco afeiçoado aos conflitos de classe, e assim o trabalhador nacional não chegaria por si próprio as ideias de luta entre classes, pois, ou não havia motivo para isso, ou ele não alcançaria este patamar de consciência. Dessa forma, como disseminadores das ideias sobre ódio de classes, restariam os “maus elementos”, que por inclinação para a discórdia e o conflito ou por inveja e preguiça, não aceitavam trabalhar duro como os demais e sempre estavam inclinados a provocar tumultos e mobilizações. Reduzido o conflito entre trabalho e capital, na visão das autoridades e elites, a obra de “bandos de revoltados”, “delinquentes internacionais que para cá se dirigiam como meio de escapar às consequências dos atos criminosos que já haviam feito na Europa”, como eram frequentemente chamados pelos jornais, a solução mais óbvia era o controle da entrada no país. Isso se reflete na preferência que passou a ter, na política imigratória, a entrada de famílias inteiras e não homens solteiros, claramente identificados como um dos principais vetores dos pensamentos subversivos. Outro reflexo foi a tentativa de uma ação coordenada das polícias internacionalmente.

Pois desde o século XIX havia formas de comunicação entre as polícias de vários países voltadas para o controle das manifestações e segurança nas cidades entre si. Um dos focos principais de ação era a circulação dos estrangeiros. Segundo Cancelli:

A nova sistemática de relações internacionais das instituições de controle e repressão baseava-se não mais apenas em acordos bilaterais de expulsão, e sim na troca de informações, na assinatura de tratados e na organização e reorganização policial, troca de informações isoladas entre as polícias sobre crimes, criminosos e organizações políticas.⁷

⁶ Carta de Wilmart a Marx de 27/5/1873. I.I.S.G. Correspondência Karl Marx, D. 4604, citado em FALCON, Ricardo - La primeira Internacional y los origenes del movimiento obrero en Argentina (1857-1879) , p 14. *Estudos* n.º 5, Revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, FFLCH - USP, São Paulo, novembro 1986.

⁷ CANCELLI, Elisabeth. De sociedade policiada a estado policial. *Revista Brasileira de Política Internacional*. V.6, n.1, 1993, p.67/86.

Em 1906, o estado de São Paulo recebeu a chamada “missão Francesa” cujo objetivo era instruir a Força Pública daquele estado no combate a elementos perigosos em sociedade. Em 1905 e 1920, o Brasil assinou convênios internacionais com as polícias sul-americanas do Peru, Paraguai, Argentina e Bolívia. O objetivo dos convênios era a troca de informações sobre os considerados subversivos. Principalmente Uruguai, Argentina e Brasil, que tinham recebido muitos imigrantes e nos quais havia numeroso trânsito entre suas fronteiras eram os países mais preocupados ainda segundo Cancelli. A saída seria internacionalizar as polícias, e, conseqüentemente, a repressão.

A preocupação aumentou ainda mais com a eclosão da revolução russa, o período de greves gerais no Brasil e fortes conflitos sociais na Argentina. Assim, já em 1923, o Brasil fez parte da Comissão Internacional de Polícia Criminal, da qual uma das funções era identificar, através de foto e dados biográficos, os criminosos que atentassem contra a “segurança nacional”.

Quanto à segurança interna, além da reestruturação da polícia no início do século com a definição de uma “polícia política”, na década de 1920 houve uma reorganização que culminou com a criação em 1923 e 1924, de secretarias especiais de repressão política nas principais cidades brasileiras e seus portos, como Santos.⁸ A polícia atuava de várias formas, desde vigilância, infiltração, até prisões, encarceramentos, castigos e demais métodos de tortura, como espancamentos, estupros, confinamento em locais inadequados, destacando-se que, no centro do país, muitas cadeias eram locais tão insalubres que uma detenção ali por si só equivalia à tortura física, conforme depoimentos de muitos ex-prisioneiros.⁹

Em 1907, foi promulgada a Lei 1641 de 07 de janeiro de 1907, conhecida como lei Adolfo Gordo, que permitia a expulsão/extradição de estrangeiros com ideias e condutas consideradas inaceitáveis pelas autoridades. Antes dela, todavia, o Brasil já vinha expulsando indesejáveis, recorrendo para tanto há vários meios. A lei brasileira, entretanto, fazia distinção entre os estrangeiros, assim aqueles com residência legal no país há muitos anos, que tivessem dependentes, ou casados com naturais do país não poderiam ser expulsos. Mais tarde, a lei sofreu reformulações e passou a permitir a expulsão mesmo de pessoas com vários anos de residência no país ou com famílias e filhos brasileiros. O caso mais famoso foi aquele acontecido com Everardo Dias, que chegou ao Brasil ainda criança e foi expulso com outros 22 militantes no navio Benevente. No caso dele, uma campanha pública auxiliou que

⁸ COSTA, B. e FREITAS, G. Greves e polícia política na década de 1920. IN: MATTOS, M.(Coord.) *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*. Rio de Janeiro, Bom Tempo, 2004, p. 137-160.

⁹ DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

voltasse ao país, mas muitos outros expulsos nos anos 20 não o conseguiram.¹⁰ Nos anos 30, estes episódios diminuíram de intensidade, mas continuaram acontecendo, com o agravante que mesmo famílias compostas integralmente de brasileiros poderiam ser exiladas, como prova o caso de Octavio e Laura Brandão e suas três filhas¹¹, ele ex-anarquista e liderança comunista, enviados para o exterior por Vargas em 1931.

Muitos autores apontam que a repressão se intensificou e ampliou suas práticas de controle do movimento operário nos anos 1920, como resposta ao acirramento da questão social. Afinal, nos anos imediatamente seguintes ao final da Primeira Guerra, a ideia de revolução estava em pauta, havia um clima favorável a manifestações e mobilizações representativas do grande descontentamento popular e dos trabalhadores com as condições políticas e de vida em diversos países, o que colocava os chamados mantenedores da ordem em alerta e apreensão. O exemplo do triunfo da Revolução Russa, acendeu muitos sonhos, também trouxe pesadelos ao redor do mundo. Depois de 1917, tanto a direita quanto a esquerda passaram a contar como possibilidade efetiva de que insurreições populares e/ou operárias poderiam ocorrer, mesmo em regiões não completamente industrializadas do mundo.

Contudo, a reação da burguesia e do aparato estatal de cada nação foi muito maior do que as possíveis ações dos trabalhadores organizados, e assim, os órgãos repressivos se prepararam para agir com um ímpeto desproporcional às ameaças presentes. Como exemplos, podemos citar a Semana Sangrenta de janeiro de 1919, na Argentina, a qual, além de vários mortos, teve cerca de 55.000 presos em todo o país.¹² No mesmo mês e ano, na Alemanha, o levante espartaquista foi derrotado e Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht assassinados, com vários outros militantes. A mesma Argentina viria a ser cenário, em 1921, de movimentos grevistas e mobilizações de trabalhadores que terminaram com massacres no Chaco e na Patagônia, e uma profunda repressão sobre o movimento organizado de Buenos Aires, com muitas prisões e deportações.¹³

No Brasil, os anos finais da década de 1910, viram algumas tentativas anarquistas de provocar insurreições em 1918 e 1919 como recentemente está se demonstrando para o Rio de Janeiro e Porto Alegre em trabalhos em andamento.¹⁴

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas*, 1º volume. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, p. 405.

¹² Dados de Santillan, *op.cit.* p. 253.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 266 e seguintes.

Embora reprimidos, os libertários ainda tiveram força para realizar o 3º Congresso Operário Nacional em 1920, mas a partir de 1921 a repressão desencadeou-se com força máxima, apoiada ainda por campanha xenofóbica e antilibertária nos meios da imprensa e elites letradas, incluindo os intelectuais.

Pela denúncia de alguns estudiosos, com amplo trânsito entre os antigos militantes, nos anos 20 a tática da polícia passou do enfoque na desarticulação do movimento e desagregação dos núcleos de militantes para a eliminação da organização operária radical, incluindo seus integrantes. Esse processo centrou-se especialmente sobre os anarquistas, pois eles eram os que mais haviam se destacado nos anos anteriores, embora também houvesse prisões de comunistas e outros elementos. Na verdade, como incidia sobre a militância, buscava enquadrar aqueles que se destacassem entre os demais, como o demonstra a prática de prender oradores pós-comícios, por exemplo. Também aumentaram os casos de empastelamento e fechamento de associações operárias, bem como de detenções e prisões por tempo indeterminado de elementos considerados incitadores de desordem.

Especialmente no centro do país, a prisão dificilmente vinha sozinha, era frequentemente acompanhada de maus-tratos, privação alimentar e agressões físicas diversas, dentro da prisão, no pátio das delegacias ou nos momentos de transporte, como a formação de “corredor polonês” em que o prisioneiro era espancado por vários ao passar. No Rio de Janeiro ocorreu à prisão em um navio sucateado, o “Campos” no qual, além de espancados, maltratados e mal alimentados, os trabalhadores eram forçados a picar ferrugem e passar zarcão, conforme notícias de várias fontes.¹⁵ Segundo Dias e Brandão, a maioria dos sujeitos a esta provação, depois foram enviados a Clevelândia, da qual se falará a seguir. Havia diferenciações também, na repressão. Os militantes mais conhecidos eram tratados de forma pior, bem como acontecia com os trabalhadores afrodescendentes presos.¹⁶

Por outro lado, a repressão também incorporava características regionais, que ainda precisam ser mais exploradas e que, normalmente, estavam ligados à

¹⁴ OLIVEIRA, Tiago B. Para além do sindicalismo: novos instrumentos e aliados para uma revolução anarquista no Brasil. *Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Anpuh*, São Paulo, julho de 2011- site acessado em 20 de agosto de 2013: BARTZ, Frederico. *O Horizonte vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul: 1917-1920*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, 2008.

¹⁵ Entre eles, Everardo Dias, op. cit.; Brandão, op. cit. e RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Mundo Livre, s.d.

¹⁶ BRANDÃO, Otávio. Entrevista com Otávio Brandão, realizada em 1979. *História em Revista*. Pelotas, v. 2, (1996) p. 209-254.

política local. Assim, ela podia ser menor em estados como Rio Grande do Sul¹⁷ ou Pernambuco, mas se acirrou muito nos centros urbanos do sudeste.

Quanto à deportação, ela aconteceu em todos os momentos. Já foi citada a prática da deportação dos estrangeiros indesejáveis, que também ficou mais intensa na década de 1920. Entretanto, com relação aos nacionais, utilizou-se muito da prática de retirar um militante que estivesse incomodando demasiadamente em algum local, e enviá-lo para outro. Isso era feito especialmente pelos portos e os trabalhadores portuários frequentemente ficavam sabendo e procuravam prestar ajuda aos indivíduos nesta situação, levando notícias ou auxiliando na fuga. Rio Grande do Sul, Pernambuco ou Bahia, eram alguns dos locais nos quais mais se ‘exilava’ internamente militantes. Às vezes, os nacionais também poderiam ser levados até a fronteira com as repúblicas platinas e lá libertados e abandonados, mas isso foi mais comum depois de 1930.

Os órgãos repressivos utilizavam esta prática na expectativa de que o atingido perdesse o protagonismo que demonstrava nas mobilizações e tivesse embaraçado seu trabalho de militância, por estar fora de seu ambiente. Esta medida era apenas a etapa final de uma sequência de prisões, maus-tratos, ameaças e intimidações físicas que acompanhavam a deportação em todas as décadas. Entretanto, na década de 1920, a prática tomou contornos muito mais sombrios, com a deportação interna também passando a ser feita para campos de concentração, como a colônia penal do rio Oiapoque, na divisa do Brasil com a Guiana Francesa, uma internação forçada que, praticamente, levou ao desaparecimento de inúmeros militantes.

A colônia penal da Clevelândia pode cumprir este papel porque o Brasil viveu em estado de sítio de 1922 até 1927, quase todo o período de governo de Artur Bernardes, principalmente devido às revoltas militares. Com isso e ainda ao abrigo da censura a imprensa, o governo enviou para a colônia do Oiapoque um amplo leque de “indesejáveis”, que englobava desde desempregados até criminosos, entre os quais foram incluídos militantes anarquistas e dos quais poucos sobreviveram.

Muitos dos deportados para este local foram presos por suspeita de ideias radicais e, destes, vários foram rotulados como anarquistas e tratados como

¹⁷ Para o Rio Grande do Sul, ver: LONER, Beatriz. O canto da sereia: os operários gaúchos e a oposição na República Velha. *História Unisinos*, v. 6, nº 6, p. 97-126, 2002. E também QUEIRÓS, César. *O governo do Partido Republicano Rio-grandense e a questão social (1895-1919)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, 2000.

¹⁸ Os dados sobre o número de trabalhadores internados divergem. Dos cronistas, Everardo Dias (op. cit., p. 145/146) estima em 800 os presos no navio Campos e de lá desterrados para a Clevelândia, e dos quais menos de uma centena conseguiram regressar. Já Rodrigues estima que pelo Oiapoque passaram 1500 pessoas, também de extração diversa. Ver: RODRIGUES, Edgar - *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Mundo Livre, s.d., p. 241.

rebelados. Dessa forma, um número grande de trabalhadores radicalizados, que participavam de greves e manifestações no Rio ou em Niterói¹⁸, mais militares revoltosos do Paraná, além de lideranças operárias de vários locais, foram enviados para a Clevelândia. O número de mortes ainda permanece impreciso, mas é incontestável que, dos operários, quem foi enviado para lá, ou não retornou ou voltou com sequelas tais que impediram a vida em condições normais, incapacitando-os para o trabalho. A composição da colônia penal é ponto comum a todos os pesquisadores, mas há muita indeterminação quanto ao número de pessoas lá recolhidas ou vitimadas pela passagem pela colônia. Os menores números foram estimados por historiadores de ofício, como Alexandre Samis, que fala em cerca de 1.000 os deportados para a Clevelândia, e, deste total que mais da metade não retornaram com vida.¹⁹

Será difícil fechar esta contabilidade de vidas perdidas ou inutilizadas, mas de todo modo, parece claro que se lhes deveria acrescentar a quantidade de famílias que perderam seu provedor, de filhos que cresceram sem pai, de homens que partiram ainda vigorosos e que voltaram destruídos, apenas para morrer junto aos seus.

O resultado deste incremento da repressão foi a própria retração do movimento libertário, provocado pela fuga dos militantes do centro e que se espalharam pelo interior do Brasil, ao mesmo tempo em que a maioria deixava seus tempos de militância ativa para trás, refugiando-se na vida privada e mantendo apenas a participação em pequenos círculos de leitura e de pensamento ou ainda em atividades educacionais. Mesmo assim, o estudo da década de 1930 para São Paulo, vista através dos olhos da repressão policial (Bonomo, 2007) deixa claro que os anarquistas continuaram a ser um dos alvos preferenciais das autoridades e, portanto, que ainda estavam ativos, editando vários jornais até meados da década, pouco antes da vigorosa repressão provocada pela ditadura do Estado Novo, que bloqueou todas as atividades de qualquer grupo de esquerda. Apenas agora se começa a traçar um quadro mais significativo dos grupos anarquistas pós 1930, com trabalhos como de Raquel de Azevedo que proporcionam uma visão de conjunto dos anarquistas paulistas durante a ditadura Vargas e o período posterior.

Cumprir ainda perguntar se a atividade sindical anarquista foi aniquilada definitivamente pela repressão ou se outros fatores intervieram. Do nosso modo de ver, se a repressão teve um papel fundamental em liquidar a militância de

¹⁹ SAMIS, Alexandre. Desvio e ordem: o anarquismo e a polícia na República Velha. IN: DEMINICIS, R. e REIS, D. (orgs.) *História do Anarquismo no Brasil*, vol. 1, Niterói, EDUFF/ Mauad, 2006, p. 57-74, e também Moral pública e martírio privado. Colônia penal de Clevelândia do Norte e o processo de exclusão social e exílio interno no Brasil dos anos 20. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.

uma ou duas gerações de sindicalistas que haviam participado de associações e mobilizações desde as primeiras décadas do século XX, ela sozinha não pode ser considerada responsável pelo enfraquecimento completo da militância libertária nos sindicatos e de suas propostas no conjunto da sociedade, como houve entre aquele período e a década seguinte.

Outros fatores, como o próprio envelhecimento dos antigos militantes, ao lado de uma evolução do pensamento libertário, fez com que eles cada vez mais privilegiassem as atividades de educação e de difusão do pensamento libertário, em detrimento do conjunto sindicato - mobilização popular. Isso se tornou muito evidente nas teses aprovadas no IV Congresso Operário Gaúcho, realizado em Pelotas no início de 1928 e na qual foi muito discutida e criticada a ideia da participação sindical, decidindo-se concentrar esforços na criação de Associações proletárias locais, que reuniriam “proletários manuais e intelectuais em conjunto”²⁰ e que se articulariam em confederações e federações. Essa proposta não era nova, mas naquele momento, recebeu principalidade na forma organizativa, o que é um sinal evidente da vitória das posições críticas a predominância do trabalho nos sindicatos. Por outro lado, esse era um congresso regional, mas que teve a participação de militantes do centro do país, como Domingos Passos e Florentino de Carvalho.

Levando-se em conta que o estado gaúcho foi um dos mais preservados pela repressão, devido aos conflitos entre as oligarquias castilhistas e libertadoras, que terminou protegendo os ativistas operários nos anos 1920, torna-se claro que a decadência e crise do trabalho sindical não foi obra exclusiva da repressão, mas o resultado combinado de vários fatores, alguns deles inerentes ao próprio amadurecimento das propostas anarquistas e suas lideranças.

O fato que tiveram que enfrentar um adversário muito poderoso em termos ideológicos e especialmente organizacionais na própria atividade sindical, os comunistas, cujo brilho da nova teoria era respaldado pela revolução de 1917 e pela realidade da construção de um estado socialista na Rússia, fazia com que sua proposta tivesse pouco atrativo para os jovens que recém ingressavam na militância e isso explicaria sua incapacidade de renovação de quadros. Com a década de 1930, veio somar-se a concorrência do estado como agente “benfeitor” do proletariado, tornando seu discurso ainda mais radical e praticamente eliminando suas possibilidades de participação nos sindicatos, que cada vez mais eram forçados a enquadrar-se dentro da legislação estatal.

²⁰ LONER, Beatriz. O IV congresso Operário Gaúcho e o caso do movimento anarquista no Rio Grande do Sul. Revista Patrimônio e Memória, V.7, n.2, p.176-203, dec. 2011., p 197.

Ao longo da trajetória dentro dos sindicatos, como vários outros militantes que vieram depois, os libertários colecionaram amigos e inimigos, participaram de diversas lutas, se desentenderam entre si, fizeram escolhas orientadas politicamente, com algumas delas trazendo ônus individuais pesados, e colocaram seus melhores esforços na ação coletiva sindical. Chegou um momento em que, de forma coletiva ou individual (na maior parte das vezes) eles foram forçados a refletir sobre os resultados de seus esforços e, principalmente, as consequências pessoais e coletivas das lutas de que haviam participado. Feito o balanço, não havia como, individualmente, os resultados positivos serem maiores do que os negativos, frente as ainda precárias condições de vida e ao parco amadurecimento social e político do conjunto dos trabalhadores brasileiros. O peso da idade, a dificuldade de renovação de quadros, o esgotamento das formas físicas e mentais dos seus militantes, tudo conspirava contra a proposta libertária em seu conjunto. Desse modo, a formação de grupos de pensamento, a publicação de jornais e revistas, a dedicação a atividades educacionais e a luta contra as tendências autoritárias mundiais nos primeiros anos da nova década de 1930, foram algumas das saídas encontradas pelos libertários mais conscientes para continuar com sua atuação política e tentar escapar das garras da repressão. Mas, deve-se assinalar que, para muitos sindicalistas das primeiras décadas ou para os simpatizantes do anarquismo que tentaram reunir-se depois do Estado Novo, a repressão ainda se fez presente, na vigilância de suas atividades e no embargo de seus passos, por muitos anos e décadas, em conjunturas diversas, demonstrando que o crime não era só agir libertariamente, mas também pensar de modo diverso dos demais.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista*. Uma questão de identidade (1927-1937). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.

BARTZ, Frederico. *O Horizonte vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul: 1917-1920*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, 2008.

BONOMO, Alex B. *O anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935)*. Pontifícia Universidade Católica. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo, 2007.

BRANDÃO, Otávio. Entrevista com Otávio Brandão, realizada em 1979. *História em Revista*. Pelotas, v. 2, 1996, p. 209-254.

D'ELIA, German e MIRALDI, Armando. *Historia del Movimiento Obrero en el*

Uruguay. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1984.

DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1977.

LONER, Beatriz. O canto da sereia: os operários gaúchos e a oposição na República Velha. *História Unisinos*, v. 6, nº 6, 2002, p. 97-126.

LONER, Beatriz. O IV congresso Operário gaúcho e o ocaso do movimento anarquista no Rio Grande do Sul. *Revista Patrimônio e Memória*, v.7, nº 2, 2011, p.176-203.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon. Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936). Tese (doutorado em história). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PARRA, Lucia Silva. *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOP_S/SP (1924-1945)*; São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

QUEIRÓS, César. *O governo do Partido Republicano Rio-grandense e a questão social (1895-1919)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, 2000.

RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

_____. *Nacionalismo e cultura social*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.

SAMIS, Alexandre. Desvio e ordem: o anarquismo e a polícia na República Velha. In: DEMINICIS e REIS Fº, Daniel (orgs.) *História do anarquismo no Brasil*, vol. 1. Niterói, Editora UFF, 2006, p. 57-74.

SAMIS, Alexandre. Moral pública e martírio privado. Colônia penal de Clevelândia do Norte e o processo de exclusão social e exílio interno no Brasil dos anos 20. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.

SANTILLÁN, Diego Abad. *LA FORA ideologia y trayectoria del movimiento obrero revolucionario en la Argentina*. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2005.

PARTE II

DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE. CONFERÊNCIA INAUGURAL DO 3º SEMINÁRIO INTERNACIONAL O MUNDO DOS TRABALHADORES E SEUS ARQUIVOS

Rosa Maria Cardoso da Cunha*
Advogada
Rio de Janeiro - Brasil

Caros organizadores e participantes deste evento;

Caros companheiros;

Agradeço antes de tudo o convite e a oportunidade de representar neste evento a Comissão Nacional da Verdade e o **Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical**, constituído no âmbito da CNV, proferindo esta conferência sobre o tema Direito à Memória e à Verdade.

São tão amplas as questões subordinadas a esta problemática que precisarei, necessariamente, ser arbitrária e seletiva em minha escolha. Começo, então, afirmando que o direito à memória e à verdade são, indiscutivelmente, segundo o direito internacional dos direitos humanos, direitos humanos das vítimas de situações de guerra civil, ditaduras, regimes totalitários ou autoritários que transitam para um regime democrático.

Neste contexto de transição para a democracia, de democracia incompleta ou pouco amadurecida, como é a brasileira, para uma democracia mais consistente, o direito internacional afirma que as vítimas têm o direito de recordar, de reconstituir, de contar à sociedade local e universal as graves violações que sofreram. Contar, chorar, soluçar a dor que sentem, buscar a solidariedade humana, reclamar luzes

*Integrante da Comissão Nacional da Verdade (CNV) entre maio de 2012 e dezembro de 2014. Coordenou o Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical.

sobre o que aconteceu e mais, muito mais, como reparações simbólicas e materiais, recomendações, políticas públicas para que as graves violações não se repitam são direitos humanos das vítimas. Focalizemos, contudo, especificamente, o direito à memória e à verdade.

O que é o direito à memória? O que é o direito à verdade?

A construção destes direitos enraíza-se nas discussões, normas e princípios surgidos após a Segunda Guerra Mundial, quando ocorreram as negociações que conduziram à criação da Organização das Nações Unidas (ONU), à elaboração da Declaração Universal dos Direitos do Homem e ao estabelecimento do Tribunal de Nuremberg.

Paralelamente, estes direitos também se fundamentam em princípios estabelecidos nas Convenções de Genebra I-IV, editadas em 1949, e nos artigos 32 e 33 do Protocolo Adicional às Convenções de Genebra, que remontam ao ano 1977. Também na Convenção Americana de Direitos Humanos, o designado Pacto de São José da Costa Rica, e no Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, documentos internacionais que o Brasil ratificou em 1992.

Invocando o direito internacional dos direitos humanos, Comissões da Verdade instituídas em diversos países do mundo, bem como sentenças que julgaram a responsabilidade de Estados nacionais por **graves violações de direitos humanos**, reconheceram os direitos à memória e à verdade, como aparece recentemente na sentença prolatada contra o Estado Brasileiro no caso Araguaia e, ao mesmo tempo, na lei que criou a nossa Comissão Nacional da Verdade.

Quanto aos significados específicos destes direitos, consideremos inicialmente o direito à memória. O direito à memória é o direito da vítima, de seus familiares, companheiros e da própria sociedade de não esquecer a violação de direitos sofridos, de não esconder ou mascarar as perdas havidas e de inserir este passado no presente. É o direito de proclamar que o passado não passa, não pode ser sepultado, esquecido, escondido. Para nós latino-americanos a melhor definição do direito à memória é uma definição denotativa: o direito à memória são as Mães da Praça de Maio, na sua dor e na sua incansável luta.

Lembre-se, entretanto, que o direito à memória transfigura constantemente seu luto perene em iniciativas como memoriais, museus, sites, logradouros, que, homenageando figuras e ideias do passado recordam às novas gerações o que nele ocorreu.

Quanto ao direito à verdade, ou seja, o direito a uma reconstrução exaustiva do passado, com circunstâncias, autorias e responsabilidades sobre o que aconteceu, ele é sem dúvida um direito entranhadamente ligado ao direito à

memória. No trânsito que o direito à memória faz para tornar-se também direito à verdade, geralmente, este passa a envolver participação estatal. Recorde-se, por exemplo, que uma das formas mais divulgadas e concretas do exercício deste direito é a constituição de uma comissão da verdade. E as comissões da verdade, órgãos criados, em geral, pelo próprio Estado, por intermédio de algum de seus poderes, como o Executivo ou o Legislativo, recebem do próprio Estado os recursos e apoio para o seu funcionamento. Sendo assim, o direito à verdade articula de modo mais efetivo as vítimas e o Estado, demonstrando que o Estado reconhece e acolhe suas reivindicações ao esclarecimento da verdade.

Contudo, o direito à busca e à divulgação da verdade é exercido sempre com muitas tensões, seja no âmbito da sociedade civil, onde se encontram também os violadores e os que os apoiam, como no interior do Estado, que também é fragmentado, do ponto de vista político e ideológico.

Recorde-se, de outra parte, que as verdades enunciadas por uma comissão da verdade não são demonstrações científicas ou resultados de pesquisas produzidas a partir das regras do discurso acadêmico vigente, por exemplo, no campo das ciências sociais.

Hoje, sabemos que todas as verdades são resultado de construção humana (e são também provisórias, pelo menos na forma de sua enunciação). De outra parte, os regimes de produção da verdade, os saberes e poderes a que cada verdade deve servir são diversos. São diferentes as fontes que se privilegiam, as normas que conduzem à investigação, os filtros impostos para a construção da verdade em cada discurso.

No direito, por exemplo, os filtros para se produzir a verdade estão estabelecidos no direito constitucional e nas leis processuais. Mesmo admitindo-se que um fato ocorreu, se sua comprovação provier de prova ilícita, fraudulenta, violenta será ou deveria ser descartado como um fato verdadeiro.

Paralelamente, no plano da pesquisa historiográfica, outras regras devem ser respeitadas: fontes devem ser indicadas precisamente, documentos não de ser confrontados exaustivamente com outros documentos e assim por diante.

No exercício do direito à verdade, emanado de uma comissão da verdade, como as que existem ou existiram no mundo, e no Brasil, campo em se situa o nosso GT dos Trabalhadores, a verdade é político-jurídica, é uma construção derivada dos direitos humanos à memória, à verdade (e por que não dizer que é também do direito à justiça?) e a sua fonte privilegiada é a voz da vítima e de suas testemunhas.

Trata-se de uma verdade politicamente orientada pelos ideais de dignidade, igualdade e liberdade humana, de democracia, de justiça, de tolerância, enfim,

dos direitos humanos e do Estado democrático de Direito. E, quando lidamos com atrocidades, graves violações de direitos humanos ou crimes de lesa-humanidade, a verdade orientada por estes ideais é a memória e a verdade das vítimas, a verdade de sua dor e sofrimento, a verdade de sua visão sobre as violações vividas, ou seja, uma verdade politicamente perspectivada.

De um outro ponto de vista, esta verdade é, também, uma parresía ou parrésia. Parresia é um termo grego que designa coragem de dizer tudo, dizer toda a verdade necessária para que os outros saibam o que ocorreu, mesmo que isto implique em riscos. A parresía expõe uma franqueza corajosa, é o contrário da fala conveniente, fingida, hipócrita. Parresia é o destemor de confrontar o poder com a verdade.

A parresia política, como é esta derivada dos direitos à memória e à verdade é uma virtude cívica, pela qual se paga em geral o preço do confronto, da oposição dura, da retaliação.

Aprofundemos, entretanto, as referências sobre as verdades, ou atividades que permitem contar esta verdade, a serem desenvolvidas por uma comissão da verdade e pela nossa especificamente. Nós devemos então:

- investigar e entender abusos e violações cometidos no passado sobre os quais há desconhecimento ou disputa política no presente;
- publicizar e discutir publicamente os fatos investigados sobre os quais há divergências de entendimento na política presente;
- reconhecer formal e oficialmente abusos cometidos no passado;
- contribuir para aumento de justiça e *accountability/responsabilização*;
- delinear responsabilidades institucionais e recomendar reformas institucionais.

As atividades e verdades aqui enunciadas são necessárias, porque comissões da verdade lidam com atrocidades cometidas em passado recente, isto é, com graves violações de direitos humanos e crimes de lesa-humanidade: genocídio, limpeza étnica, guerra civil, assassinatos e tortura sistemáticos como prática estatal, desaparecimentos forçados, sequestros, ocultação de cadáveres. Tais fatos desencadeiam a necessidade social de se estabelecê-las.

Ancorado nestas ideias e concepções o GT Trabalhadores foi instalado em 15 de abril de 2013, concretizando uma reivindicação articulada pelas centrais

sindicais brasileiras com a Comissão Nacional da Verdade, que já tinha o propósito de formar o grupo. O seu norte de pesquisa é formado por onze pontos de investigação elaborados pelas centrais sindicais em parceria com a CNV.

Cotidianamente, discutem e decidem com a comissão, como condição para a construção da legitimidade política do GT Trabalhadores, dez centrais sindicais: a CGTB, a CSB, a CSP-Conlutas, a CTB, a CUT, a Força Sindical, as duas Intersindical, a Nova Central e a UGT. Estão também conosco diversas entidades de memória dos trabalhadores, de trabalhadores anistiados e diversos sindicatos. As portas do GT Trabalhadores propõem-se a estar sempre abertas às críticas vindas dos trabalhadores, sejam quais forem os seus vínculos institucionais e ideológicos. Nosso ideal é ouvir e dar voz a todos os atingidos pelo arbítrio ditatorial.

Dentro deste princípio de abertura aos trabalhadores e sindicalistas, os onze pontos de investigação elaborados e acordados em discussões das próprias centrais, são parte da voz dos trabalhadores, que é imprescindível ouvir em uma comissão da verdade justa e inclusiva. Certamente, os trabalhadores e sindicalistas são a alma do Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical. O diálogo cotidiano com as entidades sindicais e de trabalhadores é a própria condição de legitimidade dos trabalhos do GT Trabalhadores.

Os onze pontos mencionados tratam das graves violações de direitos humanos que são objeto das comissões da verdade em geral, mas, ao mesmo tempo, abordam as graves violações de direitos humanos a partir de uma perspectiva da classe trabalhadora brasileira. São eles:

1. Levantamento dos sindicatos que sofreram invasão e intervenção no golpe e após o golpe;
2. Investigação de quantos e quais dirigentes sindicais foram cassados pela ditadura militar;
3. Quais e quantos dirigentes sindicais sofreram prisão imediata ao golpe;
4. Levantamento da destruição do patrimônio documental e físico das entidades sindicais;
5. Investigação sobre prisões, tortura e assassinatos de dirigentes e militantes sindicais urbanos e rurais;
6. Vinculação das empresas com a repressão;
7. Relação do serviço de segurança das empresas estatais e privadas com a repressão e atuação das forças armadas;

8. Legislação antissocial e antitrabalhadores (lei de greve, lei do arrocho salarial, lei do fim da estabilidade no emprego, entre outras);
9. Levantamento da repressão às greves;
10. Tratamento dado à mulher trabalhadora durante a repressão;
11. Levantamento dos prejuízos causados aos trabalhadores e suas entidades pelo regime militar para reparação moral, política e material.

A propósito do trabalho a ser feito pelo Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical da Comissão Nacional da Verdade, recordemos que as investigações da Comissão da Verdade Rubens Paiva da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo revelaram que 57% dos mortos e desaparecidos de nossa ditadura civil-militar são trabalhadores. Ênfase: mais da metade dos mortos e desaparecidos foram trabalhadores. Uma proporção tão alta demonstra inegavelmente que houve um viés de classe no golpe e na ditadura. E que urge, como questão de verdade, que a história da repressão política e da resistência à ditadura seja recontada da perspectiva da memória e da verdade dos trabalhadores.

Graves violações dos direitos humanos - com a exceção da fome, da liberdade frente a doenças facilmente evitáveis e frente à miséria - são predominantemente violações de liberdades civis e liberdades políticas.

Frequentemente, negligenciou-se o caráter de classe e de desigualdade socioeconômica que está presente nos padrões de violações de direitos civis e políticos. Chegou-se a afirmar que liberdades civis e liberdades políticas são preocupações burguesas que não dizem respeito à igualdade e liberdade propriamente ditas. Não é isso o que diz a voz e a memória das vítimas das graves violações de direitos humanos. Sobreviventes de atrocidades e aqueles que ouvem estes sobreviventes não podem relativizar as violações às liberdades civis e políticas desrespeitadas nas políticas de genocídio, limpeza étnica, desaparecimentos forçados, sequestros, tortura etc. A violação da integridade física das pessoas, que é comumente interpretada como questão de direitos civis, seria inegável mesmo que não tivesse um viés de classe: por exemplo, afirma-se a inaceitabilidade da tortura e do extermínio como universal, seja ela praticada contra pessoas das classes trabalhadoras ou contra pessoas ricas, e esta inaceitabilidade transcende o problema da desigualdade de classe. Mas, soma-se a esta inaceitabilidade universal e independente da classe, o fato de que 57% dos mortos e desaparecidos são trabalhadores, em uma demonstração clara de viés de classe nos padrões de violações de direitos civis e políticos. E isso não se refere apenas à ditadura.

Este mesmo viés de classe pode ser demonstrado hoje nos padrões de violência policial nas periferias brasileiras. Liberdades civis e políticas, mesmo em seu caráter de liberdades individuais, são uma questão dos trabalhadores enquanto classe expropriada e injustiçada. E uma comissão da verdade justamente nacional - nacional no sentido de contemplar os direitos e a voz de todos - não pode deixar de dar voz à memória e a verdade desta maioria numérica.

A própria visão, muito disseminada no imaginário brasileiro, de que a repressão atingiu principalmente as classes médias - como estudantes e intelectuais - e que a resistência foi principalmente uma ação política de estudantes e intelectuais, é (1) uma negação de voz a vítimas cruciais e (2) uma construção de invisibilidade social e política discriminadora que necessita ser combatida simbolicamente. Recontar a história da repressão e da resistência na perspectiva dos trabalhadores é uma tarefa de reflexão social pública imprescindível, sem a qual a consolidação do nosso Estado democrático de Direito não se completa. Não há Estado democrático de Direito, se a maioria numérica que são os trabalhadores não forem também uma maioria política. Por isso a verdade política da Comissão Nacional da Verdade precisa ser construída também a partir da voz da verdade e da memória dos trabalhadores, por isso o GT Trabalhadores é fundamental para que a Comissão Nacional da Verdade cumpra o seu papel na consolidação da democracia e na construção da justiça social neste país.

Há por fim uma questão mais difícil em nossa agenda de trabalho a qual eu gostaria de me referir: a investigação das empresas que colaboraram com a repressão aos trabalhadores.

A propósito disso, a CSP-Conlutas desenvolveu uma metodologia interessante para rastrear a colaboração íntima das empresas com a ditadura e entregou à CNV um breve dossiê com parte de suas investigações e com amostra de provas documentais encontradas em diversos arquivos públicos e em processos do Superior Tribunal Militar. Estes documentos demonstram que as empresas forneciam informações sobre os trabalhadores em geral e sobre os sindicalistas em particular, com o objetivo de facilitar a atividade repressiva estatal. Graças à colaboração empresarial com a ditadura, que era parte da própria política e administração empresarial, os órgãos da repressão possuíam informações que só poderiam ser enviadas a eles pelas próprias empresas, como fichas funcionais e relatórios de monitoramento do comportamento de trabalhadores considerados subversivos.

Tipos de documentos que encontramos no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e também os que a CSP-Conlutas vem investigando demonstram inegavelmente a existência de uma aliança entre interesses e poderes políticos-estatais e interesses e poderes econômicos, de modo que convergiu para

enfraquecer trabalhadores e sindicalistas. Mais uma prova do viés de classe do golpe e da ditadura.

Pois bem, o que disse acima mostra as violações e injustiças de que os trabalhadores foram alvo a partir de fontes documentais. Mostra a verdade das vítimas através de documentos e de uma voz estatal e empresarial ilegítima. Isso é importantíssimo para a comprovação das violações, pois são as próprias estruturas de violação e injustiça falando através de sua própria lógica repressiva sistemática. Mas, este também é um ponto que torna muito relevante para o GT Trabalhadores a construção da narrativa da memória e da verdade dos trabalhadores não apenas por fontes documentais, mas também por testemunhos que deem voz direta, sem intermediações, aos próprios trabalhadores violados. Como já foi enunciado no início desta exposição ouvir trabalhadores vítimas de violações de direitos é uma forma de participação das vítimas do arbítrio ditatorial indispensável à legitimidade política de uma comissão da verdade.

Obrigada.

REPRESSÃO, ARQUIVOS E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES NA ARGENTINA

Mariana Nazar
Archivo General de la Nación
Buenos Aires - Argentina

“Nuestras clases dominantes han procurado siempre que los trabajadores no tengan historia, no tengan doctrina, no tengan héroes ni mártires. Cada lucha debe empezar de nuevo, separada de las luchas anteriores. La experiencia colectiva se pierde, las lecciones se olvidan. La historia aparece así como propiedad privada cuyos dueños son los dueños de todas las cosas”
Rodolfo Walsh

É comum encontrar, dentro da historiografia argentina, referências à grande quantidade de limitações ao acesso documental com as quais o pesquisador se depara no momento de procurar fontes sobre a história do movimento operário. Esta problemática se enquadra em um contexto de ausência (ou descontinuidade) na geração de políticas destinadas à preservação do patrimônio documental em geral.

Em particular, no caso da documentação produzida pelo movimento operário, uma grande parte foi destruída. Neste Seminário esta situação foi apontada também para o Brasil; na 1ª Mesa deste encontro Beatriz Kushnir chegou a afirmar “fazemos história com o lixo, com o que restou, com o que foi salvo”¹. E esta é uma situação que, se a pensarmos desde a disciplina arquivística pode nos levar à indignação, mas se a pensarmos desde a historiografia, ficamos obrigados a compreendê-la no seu contexto. Já no 2º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, Antonio González Quintana começava a sua intervenção mencionando que a sobrevivência das organizações sindicais, surgidas

¹ Palestra feita na mesa em Homenagem à Confederação Operária Brasileira (COB) no centenário do seu 2º Congresso: 1913 - 2013 durante o 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos.

como movimento de classe no final do século XIX, havia sido muito difícil nestes 150 anos de convulsão social e que, portanto, “as políticas arquivísticas dirigidas à configuração de sistemas que possibilitem um fluxo natural dos documentos, desde seu nascimento até a sua preservação definitiva, são exceções no momento de explicar como e porque se preservaram os arquivos do Movimento Operário”.²

Na Argentina, a repressão estatal foi a grande responsável por esta destruição e, dentro dela, o alto grau que atingiu durante a última ditadura militar é um marco insofismável. No entanto, nesta destruição também colaboraram as lutas que se travaram entre as diversas correntes políticas dentro do mundo dos trabalhadores e sobre a mesma, contribuiu muitas vezes, a falta de consciência sobre a importância de preservar esses materiais.

É por isto que este trabalho terá como finalidade realizar uma apresentação geral das possibilidades que existem hoje na Argentina para pesquisar sobre a história dos trabalhadores.

Para isto, se começará por realizar uma diferenciação entre o tipo de material - os diversos registros - que deixou a ação dos trabalhadores, discutindo o tipo de informação proporcionada, seus possíveis usos e suas limitações. A partir disto se apresentará uma classificação dos diversos lugares de depósito ou custódia onde se encontra esta documentação e as limitações de acesso; para finalizar se apresentarão algumas experiências que tiveram como finalidade contribuir na preservação da memória dos movimentos sociais, colaborar nos processos judiciais e melhorar o acesso à documentação para a comunidade em geral.

Os registros dos trabalhadores - algumas precisões

É bem provável que a maioria das palavras contidas neste parágrafo não tenha maior sentido no contexto de desenvolvimento e acesso ao patrimônio documental que pode ser encontrado em um país como o Brasil, sendo a Argentina uma realidade tão diferente, é preciso assinalar algumas questões para poder entender certas situações. Dentro delas, é preciso insistir na diferença entre memória e documentos. Já que a *memória* dos trabalhadores é um processo de construção coletiva e dinâmica e costuma abranger mais de um documento. De fato, neste Seminário houve uma mesa de sessões livres sobre o direito à

² González Quintana, Antonio: “A evolução histórica dos arquivos do movimento operário na Europa”, em Marques, Antonio José e Stampa, Inez (org): Arquivos do Mundo dos Trabalhadores: coletânea do 2º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012, p. 49.

memória onde se discutiu o conceito.³ Assim como em edições anteriores foram apresentadas as diferenças entre um documento e uma fonte, e entre os diversos tipos de documentos entre si, como na oficina que ofereceu Ancona Lopez durante o Seminário de 2011⁴, temática que voltou a ser abordada este ano no minicurso que deu Ana Celia Navarro de Andrade.⁵

No caso argentino, chama a nossa atenção que em muitas referências historiográficas nas quais se menciona a escassez de fontes para poder encarar uma história do movimento operário, ou uma história social, fica evidente a ausência da problemática com respeito à variedade que pode ser encontrada com relação às mesmas. Consideramos que para poder tratar do tema, um aspecto fundamental para classificá-la, é o contexto no qual se produziram. Já que, inclusive em muitos dos projetos sobre arquivos e memória relacionados com o movimento operário, que foram produzidos por cientistas sociais e/ou por militantes políticos - e que apresentaremos nos próximos parágrafos - esta não diferenciação foi um selo de origem.⁶ Isto atenta contra as possibilidades de identificação dos documentos que poderiam fazer parte do conjunto, assim como, sobre as possibilidades de indagação nos mesmos.

Por isto, diferenciaremos em primeiro lugar o conceito de fonte, como documento investigado e explorado pelo pesquisador, do documento em si,

³ Sessão de Comunicação IV - Direito à memória e à verdade. 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos. Rio de Janeiro, 16 a 20 de setembro de 2013.

⁴ Ancona Lopez, Andre: "Identificação de tipologias documentais em acervos dos trabalhadores", em Marques, Antonio José e Stampa, Inez (org): op. cit.

⁵ Ana Célia Navarro de Andrade - O minicurso "Implantação de centros de documentação: noções básicas voltadas para movimentos sociais" foi ministrado durante 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, Rio de Janeiro, 16 a 20 de setembro de 2013.

⁶ Como pode ver-se em afirmações que sobrepõem o conceito de informação ao de registro da mesma (documentos), por exemplo: "en los países de América Latina se ha producido por diversas razones, una división y hasta una dispersión de la información en lo que se refiere a los archivos de los trabajadores y los movimientos sociales. Es así que es normal encontrar en cada país la información en forma dispersa en archivos institucionales, bibliotecas, en centros de investigación, en medios de comunicación, en manos de particulares (...) Ello trae como consecuencia la imposibilidad de acceder en forma rápida a la totalidad del material existente sobre un tema o problema dado, una forma desordenada y poco segura de manejo de la información en un área determinada." (Nájera, Aurelio Martín y Garrigós Fernández, Agustín (coord.): Documentos de la Primera Reunión Iberoamericana para la Recuperación y Conservación de Archivos y Documentación de los Trabajadores y los Movimientos Sociales, Buenos Aires, 13-15 abril 1992. Editorial Pablo Iglesias, 1992. ISBN 84-85691-67-9, p. 25.) Nessa linha, alguns grupos colocam a necessidade de construir ou administrar arquivos como a forma de acessar os mesmos: "construir un archivo que reuniera, recuperara y preservara el patrimonio histórico-cultural de las clases subalternas se constituía así en una tarea absolutamente necesaria" (Tarcus, Horacio; Rot, Gabriel; Pittaluga, Roberto; Longoni, Ana y Karababikián, Graciela: 'Para una política de archivo. Reflexiones a partir de la experiencia del CeDInCI', en Políticas de la Memoria nº 4, Verano 2003/2004, Buenos Aires, 2004, p. 8) que

entendido como “todo registro da atividade do homem [e da mulher] fixado em um suporte durável”⁷.

De fato, em função da variedade de documentos que podem ser encontrados, existem diversas disciplinas que estudam seu tratamento e acesso. E esta diferenciação é necessária para poder distinguir o documento de arquivo de outras denominações, que costumam ser realizadas utilizando o termo arquivo como sinônimo de “depósito de documentos” quaisquer que sejam elas.

Fazendo uma breve revisão, seriam estes:

- 1- Os documentos bibliográficos e de hemeroteca: sua procedência pode ser da sociedade no seu conjunto, é o resultado de uma vontade humana individual ou coletiva de difusão; sua função é contar, difundir, informar, recriar, instruir; seu caráter é cópia; seu agrupamento costuma se apresentar em coleções, ligadas pelo conteúdo (temático, onomástico, etc.), ou (no caso dos da hemeroteca) seu produtor; seu lugar de custódia são as bibliotecas e/ou hemerotecas e a entrada dos mesmos se faz por meio de compra, doação ou troca.
- 2- Os documentos de centros de documentação: sua procedência é a montagem de uma coleção a partir da classificação e seleção de qualquer informação sobre um tema; sua função é de informar, recriar, instruir; seu caráter pode ser original ou cópia; o agrupamento é por coleções documentais ligadas por um tema, seu lugar de custódia é o centro de documentação e a entrada dos mesmos pode dar-se através de compra, doação, ou troca.

“en la medida en que el CeDInCI cumple una función de recuperación patrimonial y presta un servicio público al permitir el acceso de investigadores y lectores, vino a suplir lo que el Estado debió hacer y no hizo” (Editorial de Políticas de la Memoria nº 5, Verano 2004/2005, Buenos Aires, 2005, p.5). Outros chegaram a colocar que: “se ha registrado otra experiencia inédita para la historia social argentina: la incorporación, sistematización y gestión de nuevos y disímiles reservorios documentales, abriendo el desafío para las historiadoras e historiadores argentinos no sólo de analizar la documentación pertinente sino de ser capaces de organizarla como bien social y profesional en una sociedad como la argentina que escasamente protege sus archivos, y que en muchos casos ha propiciado ingenuamente su privatización.” (Convocatoria para la publicación de artículos en el Anuario de la Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes de la Universidad Nacional de Rosario titulado “La Historia frente a sus fuentes. Los archivos y las nuevas y viejas formas de hacer Historia Social en Argentina”, año 2006, circulação via e-mail). O crescimento da reivindicação para o acesso dos documentos referentes a períodos recentes, em particular com relação à ação repressiva do Estado, em ocasiões confunde o acesso, com a posse e a gestão.

⁷ Heredia Herrera, Antonia Archivistica General. Teoría y Práctica. Diputación Provincial de Sevilla, España, 1986, p. 87.

- 3- Os documentos museológicos (ou peças de museu): sua procedência ou origem é a sociedade e são vestígios da atividade humana individual ou coletiva; sua função inicial muda de acordo com a peça, mas, quando transformada em objeto de museu é informar, recriar, instruir; seu caráter pode ser original ou réplica; seu agrupamento é por coleções ligadas pelo conteúdo ou a função, seu lugar de custódia são os museus e a entrada dos mesmos pode ser através de compra, doação, troca ou pesquisas.
- 4- Os documentos de arquivo, cuja procedência é a administração de uma organização (fundos) e/ou particulares (fundos particulares); sua função é proporcionar um testemunho de uma atividade, segundo seu valor (primário: administrativo, contábil, legal ou secundário: informativo, normativo, testemunhal e/ou histórico); seu caráter é original (único e não reproduzível); o agrupamento é por fundos documentais; o lugar de custódia é o arquivo e a entrada dos mesmos deveria ser realizada através do procedimento administrativo segundo o ciclo vital.

Por isto denominamos arquivo à documentação produzida por uma instituição ou pessoa no exercício das suas funções. Os arquivos, como elementos consubstanciais da atividade humana e das instituições, surgem da ação *espontânea* da mesma e podem ser pensados como a sedimentação de uma atividade continuada. Um documento de arquivo é, então, a testemunha da atividade desenvolvida por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, cujas características particulares são: originalidade, organicidade e seu caráter que é feito em série. Isto o diferencia do resto dos documentos, absolutamente válidos como testemunhas do passado, porém de outra ordem (museológico, de biblioteca, de hemeroteca); as características acima são as que permitem a determinados documentos de arquivo cumprir uma de suas principais funções: ser, além de possíveis fontes para as ciências sociais, garantidora de direitos.

Com isso, se pretende assinalar que em cada pesquisa se abordará uma perspectiva diferente do passado, em caso que estiver trabalhando com documentos que foram produzidos para a sua divulgação (publicações), se foram coletados posteriormente com um objetivo determinado ou se são documentos de arquivo. Isto não significa que, para nós, o documento de arquivo devesse ter prioridade ou possa ser entendido *diretamente* no estilo das colocações rankeanas, mas sua especificidade implica que, para uma observação analítica do passado, a diferenciação deveria ser levada em conta e explicitada.

Desde o ponto de vista das possibilidades que proporcionam como fontes para as ciências sociais, estas especificidades nos permitem analisar tais documentos a partir do reconhecimento de que não foram produzidos para sua consulta hermenêutica posterior e sim com uma finalidade administrativa. Estes documentos que cumpriram com uma finalidade imediata no momento da sua

criação, podem muitos anos depois transformarem-se em fonte de pesquisa. Um exemplo, um tanto grosseiro e relacionado com uma grande efeméride argentina, que costumamos utilizar para ilustrar esta situação é que quando no dia 25 de maio de 1810 o secretário de atas do “*Cabildo*” estava redigindo a ata da constituição da Primeira Junta de Governo, não estava fazendo isto para que esse documento aparecesse em toda e quanta publicação de educação infantil existisse, e muito menos para que as cópias do mesmo fossem expostas nas escolas, mas simplesmente, estava fazendo o seu trabalho.

É por isto que a análise dos documentos de arquivo, a operação historiográfica ou intelectual, a partir da qual os transformamos em fonte, pode permitir trazer a tona, contextualizar as relações de dominação, os ideários, a ética, à missão e funções da organização, instituição ou pessoa que os produziu.⁸

Neste sentido, podem identificar-se séries documentais que foram elaboradas para sua divulgação (comunicados de imprensa, memórias que serão editadas), outras que provavelmente foram divulgadas (atos, dispositivos, regulamentos) e outras que foram criadas quase que exclusivamente com a finalidade de circular só no interior da organização. Em algumas delas, em particular se o seu tipo documental é o expediente para as séries documentais geradas pelo Estado ou em atas de reuniões de organizações sociais, pode-se indagar as diferenças que diversas áreas de uma instituição têm sobre determinado problema, as disputas internas, as divergências, as convergências, enfim, as relações de poder que puderam estabelecer-se. Inclui-se a opinião, ponto de vista e/ou participação de outros atores que não fazem parte da dita organização (outras instituições do Estado, da sociedade civil, indivíduos ou famílias, etc.). Também ter

⁸ Nesta mesma linha, analisando a diferença entre os documentos bibliográficos e documentos de arquivo judiciário para o século XVIII Arlette Farge assinalava: “Desconcertante y colosal, sin embargo el archivo atrapa. Se abre brutalmente sobre un mundo desconocido donde los condenados, los miserables y los malos sujetos interpretan su papel en una sociedad viva e inestable. De entrada, su lectura produce una sensación de realidad que ningún impreso, por desconocido que sea, puede suscitar. El impreso es un texto, entregado al público intencionadamente. Está organizado para ser leído y comprendido por numerosas personas; intenta anunciar y crear un pensamiento, modificar un estado de cosas con la exposición de una historia o de una reflexión. Se ordena y se estructura según sistemas más o menos descifrables y, sea cual fuere la apariencia que reviste, existe para convencer y transformar el orden de los conocimientos [...] Enmascarado o no, está cargado de intención; la más simple y evidente de las cuales es la de ser leído por los demás. Nada tiene que ver con el archivo; huella en bruto de vidas que de ningún modo pedían expresarse así, y que están obligadas a hacerlo porque un día se vieron enfrentadas a las realidades de la policía y de la represión [...] Sus palabras aparecen consignadas una vez que ha surgido el acontecimiento, y aunque en el momento adopten una estrategia, no obedecen, como en el impreso, a la misma operación intelectual. Expresan lo que nunca hubiese sido pronunciado de no haberse producido un acontecimiento social perturbador. En cierto modo, expresan un no-dicho [...] El archivo es una desgarradura en el tejido de los días” Arlette, Farge: *La atracción del archivo*, IVEI, España, 1991, p. 10.

uma visão diacrônica das resoluções que se tomam com respeito a determinadas séries (funções) nos permite analisar o funcionamento das organizações de forma comparada diante diversos regimes políticos e visualizar as rupturas e continuidades que se dão perante determinadas práticas.

Isto pode significar enriquecer a análise, superando a visão sobre a informação literal que contêm o documento, permitindo fazer um cruzamento com a informação contextual do mesmo. Nessa linha, as exceções que podem ser encontradas também proporcionam uma grande quantidade de informação. O que foi mencionado, só é possível se esse arquivo ou fundo documental manteve a sua integridade.

Por sua vez, é necessário lembrar que os documentos de arquivo cumprem uma tripla função social: ser possíveis fontes para a História, para a Memória e, principalmente, servir como garantia para o exercício de direitos. Neste sentido, o cuidado e a responsabilidade sobre o seu tratamento devem ser considerados com particular deferência.

Breves referências sobre o que não se preservou

Como dissemos no começo, grande parte da documentação (seja de arquivo, as publicações, em série ou não) produzida pelo movimento operário foi destruída. A repressão estatal foi a grande responsável por isso. A ação policial, através de suas batidas, blitz policial e “apreensão de material”, pode ser encontrada operando desde as origens do movimento operário. Um ponto alto da repressão se detecta na década de 30, quando ao mesmo tempo em que se instalava o primeiro governo ditatorial na Argentina, era criada, no interior da Polícia da Capital, a Seccional Especial de Repressão ao Comunismo. Estamos em condições de afirmar que aquele foi um momento de grande avanço da repressão; que se manteve em um processo de crescimento chegando a um ponto máximo durante a última ditadura militar.

A repressão não só agiu apreendendo arquivos e materiais diversos como também criou comportamentos.⁹ Neste caso, o pânico provocado pela posse de arquivos, levou os seus “preservadores” em mais de uma oportunidade a destruir os mesmos.¹⁰

⁹ Sobre uma análise da repressão tivemos a apresentação de Beatriz Loner, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na mesa em Homenagem à Confederação Operária Brasileira (COB) no centenário do seu 2º Congresso: 1913 - 2013 durante o 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos.

Nota dos Organizadores: A apresentação de Beatriz Loner consta em artigo nesta coletânea.

¹⁰ Como exemplo, podemos citar o caso do Arquivo do Partido Comunista Argentino “Plagado de prohibiciones,

No entanto, ainda que não possa se estabelecer um ponto de comparação entre as duas modalidades de destruição, no último caso colaboraram as disputas que ocorriam entre as diversas tendências políticas dentro do mundo dos trabalhadores. Um dos fatores principais provém do fato de considerar o “arquivo” como propriedade da agrupação ou corrente política, razão pela qual, diante de alguma mudança na direção da organização, os que saíam iam embora com os arquivos a tiracolo; também podia acontecer que muitos arquivos ficavam preservados na residência dos dirigentes.

Neste quadro contribuiu muitas vezes, a falta de consciência sobre a importância de se preservar esses materiais. A falta de cuidado, o abandono, a falta de tempo ou recursos destinados à preservação, causaram a destruição ou perda de documentos.

Breves referências para possíveis fontes alternativas

Considerando o mencionado anteriormente, para construir a memória, escrever a história do movimento operário, ou do mundo dos trabalhadores em geral, pode-se explorar como fonte outros tipos de documentos, outro olhar que não necessariamente dos próprios atores daquele momento. Serão necessários determinados subsídios metodológicos, que serão diferentes, ou não, aos subsídios com os quais analisamos historiograficamente as próprias vozes dos atores.

Uma classificação geral que se pode apresentar da documentação de arquivo, na qual se acham registros da ação dos trabalhadores, pode realizar-se em função da sua procedência. Em primeiro lugar, distinguindo a documentação gerada pelo Estado, daquela produzida no âmbito da sociedade civil. Esta primeira diferenciação é importante já que existe documentação que é obrigação do

proscripciones y clausuras sus actividades se vieron marcadas por la necesidad de protegerse. Nunca hubiera podido el archivo escapar de esa lógica. A través de conversaciones mantenidas con afiliados de larga trayectoria pudimos enterarnos de la gran cantidad de traslados de los que fue objeto este archivo. Traslados que afectaron la integridad de los documentos, su organización e incluso su funcionalidad. Íntimamente relacionado con esto, fue necesario el desmembramiento del mismo, precisamente por las condiciones en que esos traslados se efectuaban así como para elevar los niveles de seguridad de su preservación, y de las personas encargadas del mismo. Para ejemplificar la situación a la que nos estamos refiriendo podemos mencionar un hecho que nos fue narrado por el Sr. Enrique Israel, actual encargado del archivo. Durante la última dictadura militar gran parte del mismo fue destruido por el encargado ante la supuesta irrupción de fuerzas represivas que se encontraban actuando en la zona. Esta pérdida irreparable es sólo una muestra, quizás la mas representativa, del motivo por el cuál este fondo se nos presenta tan reducido.” Pak Linares, Andrés y Nazar, Mariana: “Construir la memoria: el archivo del Partido Comunista” En: Cuadernos Marxistas, revista del Partido Comunista Argentino, Bs. As., Nº 10, octubre del 2000, p. 232.

Estado preservar e facilitar o acesso; e é fundamental que a sociedade no seu conjunto tenha clara esta diferenciação, para poder reivindicar o direito de acesso à mesma. Caso contrário, corremos o risco de reclamar indistintamente sobre a preservação de documentos sobre os quais o Estado não tem responsabilidade, e ficarmos calados perante aquilo que é realmente a sua responsabilidade. Durante o transcurso do Seminário este ponto ficou claro em várias discussões posteriores às apresentações, como exemplo podemos citar acalorados reclamos com relação a arquivos de associações patronais e “silêncios” diante a destruição de arquivos de tribunais do trabalho. Que se reconheça e identifique a documentação que é obrigação do Estado preservar e fazer acessível, não tira o direito de solicitar ou reclamar ações que permitam gerar uma determinada política de preservação de outro tipo de arquivos. Mas considero que é importante diferenciar uma coisa da outra, especialmente quando estamos falando de possível dano aos direitos.

No interior destes dois agrupamentos gerais, também podem se estabelecer classificações:

Arquivos produzidos no âmbito do Estado

1. a. De organismos de repressão: polícias, serviços de informações, Forças Armadas.¹¹
1. b. De instituições dedicadas a regulamentar a relação entre patrões e empregados: Ministério do Trabalho, Comissões Especiais, Tribunais Trabalhistas, etc..¹²
1. c. De instituições dedicadas à seguridade social ou de previdência.¹³

¹¹ Na Argentina é muito difícil acessar a documentação policial. Grande parte desse acesso se dá através da documentação do Ministério do Interior. Também temos a informação concretizada nas memórias policiais. Sobre serviços de informações: da Polícia só se encontra para o acesso público o Fundo Direção de Inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires (DIPPBA). Em Mendoza foi identificada outra documentação de inteligência policial (Seção D2) que nunca foi aberta para consulta; de serviços de informações dos poderes executivos, se encontra identificada e aberta para consulta a documentação da Direção de Informações de Santa Fé e alguma documentação da província de Chubut. Com relação aos arquivos das Forças Armadas, há um programa da Direção de Direitos Humanos do Ministério da Defesa que elaborou um projeto de arquivos com a finalidade de proporcionar informação para os processos judiciais; assim foi transferida toda a documentação da Justiça Militar para o Archivo General de la Nación (AGN) e ali se encontra aberta para consulta.

¹² No AGN pode ser encontrada parte da documentação do Ministério do Trabalho, como expedientes gerais e Acordos Coletivos de Trabalho e de algumas comissões de regulação. A situação dos tribunais trabalhistas se acha enquadrada no problema geral de acesso dos arquivos do poder judiciário, que é praticamente inacessível.

¹³ No AGN pode encontrar-se documentação da Administração Nacional de Seguridade Social (ANSES)

1. d. Documentação produzida pelo Estado como empregador: dos servidores públicos em geral ou de empresas Estatais.¹⁴
2. Arquivos produzidos no âmbito da sociedade civil
 2. a. De partidos políticos de esquerda.¹⁵
 2. b. Fundos particulares de militantes ou intelectuais.¹⁶
 2. c. De empresas.¹⁷
 2. e. Associações Patronais.

Condições de acesso documental

Após apresentar um esboço de classificação dos documentos de arquivo que poderiam ser utilizados, reafirmamos que, para que um arquivo cumpra as suas principais funções (preservar os documentos para a história da sociedade, para a história institucional e os direitos dos cidadãos e cidadãs) devem existir determinadas condições de acesso, as quais podem ser divididas em duas categorias: as de ordem prática e a de ordem legal ou jurídica.¹⁸

¹⁴ No AGN podem encontrar-se referências da documentação do pessoal do Ministério do Interior, do Conselho Nacional de Educação, assim como de empresas do Estado como Gás do Estado, YPF, etc.

¹⁵ Como exemplo podemos citar o Arquivo do Partido Comunista Argentino que está disponível para a consulta pública.

¹⁶ Sobre o tema, tivemos nas sessões livres de comunicação deste Seminário o trabalho de Eugenia Sik e Georgina Ferrara: "Os arquivos pessoais e o resgate da memória do movimento operário: o caso do Centro de Documentação e Pesquisa da Cultura das Esquerdas na Argentina". Pode-se ver também, com referência a dito Centro de Documentação, Adriana Petra: "Los documentos particulares como fuentes históricas: la experiencia del CeDInCI con los fondos de archivo de las izquierdas argentinas" em *políticas de la Memoria* Nº 6/7, Buenos Aires, Verano 2006/2007, disponível em <http://www.cedinci.org/politicas/PM6.pdf>

¹⁷ Os arquivos empresariais são praticamente inacessíveis na Argentina, algumas exceções podem perceber-se no caso de fundos que foram comprados ou doados para o AGN ou para outros arquivos históricos, como o Fundo Haynes (em DAI-AGN) ou no caso de Algodoeira Flandria, cujo arquivo foi trabalhado por uma equipe de pesquisa da Universidade de Luján sobre o mesmo pode ver-se Ceva, Mariela; Tuis, Claudio e Pak Linares, Andrés: "El patrimonio cultural de las mujeres en el Parque industrial Villa Flandria" La aljaba versión On-line ISSN 1669-5704, Aljaba v.10 Luján ene./dic. 2006. Por outro lado, e para situar a mencionada inacessibilidade no contexto, é interessante analisar a síntese sobre a cumplicidade patronal na repressão sobre o movimento operário que realiza Victoria Basualdo em: "Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina: Los casos de Acindar, Astarsa, Dálmine Siderca, Ford, Ledesma y Mercedes Benz", Revista Engranajes de la Federación de Trabajadores de la Industria y Afines (FETIA), Número 5 (edición especial), marzo 2006. Disponible en <http://www.riehr.com.ar/archivos/Investigacion/Basualdo%20Complicidad%20patronal-militar%20en%20la%20ultima%20dictadura.pdf>

¹⁸ Duchein, Michel, "Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de información conservada en los Archivos: Un estudio del RAMP", París, Unesco, 1983.

Dentro das de ordem prática, o primeiro requisito é a conservação física dos documentos. Assim é necessária a existência de lugar de custódia, serviços e equipamentos, a organização e o respeito com os fundos documentais, a alocação de recursos econômicos e de pessoal, a elaboração de instrumentos de descrição e auxiliares. Por sua vez, é importante planejar a divulgação (de arquivos, documentos e descritores), ter a possibilidade de realizar reprografias para evitar a manipulação excessiva dos originais, e dispor de maquinário próprio para a leitura de documentos audiovisuais ou informatizados.

Essas condições devem ser avaliadas para cada caso em particular: que documentação existe; que possibilidades de consultas encontramos considerando como foi organizada e classificada; como foram elaborados os instrumentos que nos permitem acessar os documentos em função da nossa própria seleção e não de acordo com a vontade do funcionário encarregado; se há horários de atendimento e espaços onde realizar as consultas; se existem normas que estabeleçam diferentes condições de acesso para cada tipo de usuário; se o patrimônio é divulgado, etc.

O acesso de ordem legal refere-se à normativa que classifica os documentos permitindo a sua consulta. Nos países com regime democrático o direito à livre informação cidadã deve estar garantido. A restrição ao acesso se refere à necessidade de proteger a segurança do Estado e suas relações multilaterais, o respeito à vida privada (proteção de dados sigilosos), à propriedade intelectual, o segredo industrial e comercial e o direito à propriedade privada dos donos de arquivos.¹⁹

Na Argentina enfrentamos vários problemas. Em primeiro lugar, grande parte da normativa que determina os processos de classificação dos documentos produzidos no âmbito estatal como sigilosos confidenciais ou reservados não existe ou ela mesma está classificada e, portanto, para a sociedade em geral é como se não existisse.

Não há legislação que regulamente a produção e o ciclo vital da documentação classificada. E, se bem existem leis, decretos e resoluções que se referem à temática, não se encontram articulados entre si e nem determinam uma responsabilidade clara para a classificação de um documento. Mais restritivo que a sua mera existência, é o fato de que a normativa seja tão abrangente no momento de marcar os temas considerados e de determinar responsabilidades com respeito à classificação. Esta legislação não leva em conta o ciclo vital do documento, como

¹⁹ Para um estudo da classificação de documentos secretos na Argentina veja Nazar, M.: "La accesibilidad documental y sus limitaciones legales: los documentos secretos en la Argentina", ponencia presentada en el V Congreso de Archivología del Mercosur (Córdoba, 2003), edición en CD-ROM o en www.accesolibre.org/descargas/pdf/1173386818.doc

se o mesmo mantivesse um valor administrativo eternamente. Não há prazos para a desclassificação. Não estabelece prazos para o descarte. Não leva em conta seu possível valor histórico. Neste sentido é urgente e necessário o tratamento destes problemas no Congresso Nacional de forma tal que se estabeleçam procedimentos e responsabilidades claras e, sobretudo, prazos para a desclassificação e consulta destes documentos.

Por outro lado, enfrentamos o problema da proteção dos dados pessoais: a lei 25.326 conhecida como “Lei de Habeas Data” que foi criada com a finalidade de que cada cidadão possa conhecer a informação que cabe a ele, que esteja em poder de qualquer organização (seja o Estado ou uma entidade privada) e tenha o direito de retificar seus dados e por sua vez o proteja contra a divulgação dos mesmos. Proíbe a publicidade dessa informação e recomenda a eliminação da documentação uma vez que haja finalizado o motivo pelo qual foi criada.

Para além do que a norma prescreve, o debate no âmbito mundial entre a comunidade de historiadores, cientistas sociais, arquivistas e demais pesquisadores gira em torno do direito à privacidade dos dados pessoais e sigilosos. Entre as diversas aplicações podemos encontrar desde a destruição absoluta da documentação que refere-se à ação repressiva do Estado, uma vez apuradas as responsabilidades básicas,²⁰ a proibição absoluta de sua divulgação por longos períodos de tempo (100 anos), a autorização para a sua divulgação por parte das pessoas ou familiares daquelas que se tem informação, a divulgação da documentação em forma reprográfica com métodos de dissociação (por exemplo, riscando os nomes dos envolvidos), até a de fornecer os documentos a pesquisadores e se estes decidirem publicar essa informação assumirão as responsabilidades jurídicas por tal fato.²¹

Na Argentina, há dois pontos que deveriam ser revisados de maneira urgente. O primeiro, que a Direção Nacional de Proteção de Dados Pessoais, pertencente ao Ministério da Justiça e Direitos Humanos, revise a normativa referida a este tema e que inclua a possibilidade de que os documentos produzidos durante qualquer administração sejam avaliados ao finalizar sua tramitação, para ver se possuem informação de valor secundário ou histórico, conforme a regulamentação vigente

²⁰ Com a finalidade explícita de que não ficassem vestígios dos fatos acontecidos, este foi o caso de Grécia, que pode ver-se explicado e analisado junto com outros casos em González Quintana, A.: “Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos”, editada en Boletín ACAL, Año 8, N° 28-29, Valladolid, 2-3 trimestre 1998, p. 5.

²¹ No Brasil, por exemplo, podemos encontrar duas regulamentações diferentes nos casos de arquivos dos serviços de inteligência da polícia (DOPS) de acordo com o arquivo estadual que as implantou. O do Rio de Janeiro adotou uma forma e o de São Paulo, outra.

em matéria de avaliação documental, isto é: com intervenção do Arquivo Geral da Nação. E, por outro lado, conseguir que no interior das instituições onde se preserva documentação que possua dados sigilosos, se debata com todas as instituições e setores sociais que sejam necessárias, mas que a decisão tomada seja pública, de abrangência universal e, evidentemente, reconsiderável.

Com relação ao direito à propriedade privada dos donos de fundos de arquivo, este é um problema grave, na medida em que, se bem que a Lei 15.930 que regulamenta o funcionamento do Arquivo Geral da Nação proíba a saída do país de documentação de caráter histórico, esta é uma situação muito frequente. É provável que isso se deva tanto à desconfiança que provocam as instituições estatais, quanto aos rendimentos econômicos que gera e/ou o desejo de sigilo. O Estado deve garantir recursos às organizações da sociedade civil e às pessoas que possuam fundos documentais de valor histórico, para o tratamento técnico dos mesmos assim como espaços onde sejam devidamente guardados.

A origem das limitações ao acesso documental é um problema político. A existência, ou não, de arquivos estatais eficientes em uma nação e, conseqüentemente, a valorização da história e o compromisso com a memória, é uma decisão política que só pode funcionar quando existe uma política de Estado a esse respeito. E tais limitações não se resolvem com a varinha de condão da digitalização, que é muito mais onerosa e complexa do que o mercado nos quer fazer crer.

Projetos de recuperação de informação

Frente as diferentes limitações ao acesso que existem na Argentina sobre o patrimônio documental relacionado com a ação do movimento operário, uma estratégia que acharam grupos diversos têm sido levar adiante projetos de identificação e/ou recuperação de documentos.

Uma característica particular que podemos rastrear na origem dos mesmos, como foi mencionado no começo deste artigo, é que costumam fundamentar-se em um diagnóstico que coloca como “problema” a dispersão das fontes, sem diferenciar nem problematizar de que tipo de documentos está se falando; questão que permitiria elaborar uma estratégia efetiva de acesso. Este inconveniente pode observar-se em afirmações como: “en los países de América Latina se ha producido por diversas razones, una división y hasta una dispersión de la información en lo que se refiere a los archivos de los trabajadores y los movimientos sociales. Es así que es normal encontrar en cada país la información en forma dispersa en archivos institucionales, bibliotecas, en centros de investigación, en medios de comunicación, en manos de particulares (...) Ello trae como consecuencia la imposibilidad de acceder en forma rápida a la totalidad del material existente sobre

un tema o problema dado, una forma desordenada y poco segura de manejo de la información en un área determinada”.²²

Alguns exemplos destacados da reunião levados adiante por cientistas sociais podem ser:

1. Projeto Fundação Pablo Iglesias - Guia Rede de Estudos sobre Movimentos Sociais (Remos)

A partir de um projeto iniciado em 1991, pela Fundação Pablo Iglesias, com a intenção de gerar uma rede de arquivos, se realizou em Buenos Aires em junho de 1992 a “Reunião Ibero-Americana para a Recuperação e Preservação de Arquivos e Documentação dos Trabalhadores e dos Movimentos Sociais”. A partir da mesma se criou a Rede de Recuperação e Proteção de Arquivos dos Trabalhadores e dos Movimentos Sociais Argentinos (REMOS) que teve, e tem, como missão e objetivos: organizar a busca, identificação e proteção de arquivos e materiais históricos; conhecer a localização e tipo de documentação existente e, criar consciência da sua proteção, evitando sua perda por deterioração, venda ou tráfico de arquivos (por transferência sem registro para outros países) ou simplesmente pela destruição; conseguir financiamento para organizar e arquivar documentação, evitando acondicionar material sem processamento e proteção adequados, e gerar, ampliar e capacitar recursos humanos destinados a organizar e proteger arquivos.²³

Na prática, esta Rede conseguiu concretizar o guia de arquivos sobre movimentos sociais, o mais importante que existe na Argentina, o qual está atualizado até o ano 2003 e está disponível na internet. Durante este ano de 2013, houve uma tentativa para sua atualização e normalização que não vingou, mas que iniciou o caminho para isso.

2. Centro de Documentação e Pesquisa da Cultura de Esquerdas na Argentina (CeDInCI)

O CeDInCI, tal como a sua página indica, é um centro de documentação (biblioteca, hemeroteca e arquivo) dedicado à preservação, conservação, catalogação e divulgação das produções políticas e culturais das esquerdas desde as suas origens na segunda metade do século XIX até hoje. Embora centrado na cultura das esquerdas, seu acervo cobre um amplo leque que inclui publicações anarquistas,

²²Nájera, Aurelio Martín e Garrigós Fernández, Agustín (coord.): op. cit., p. 25

²³Para mais informação consulte: <http://www.pimsa.secyt.gov.ar/remos.htm>

socialistas, comunistas, trotskistas, da nova esquerda, radicais, peronistas, democrata-cristãs, liberais, conservadoras, nacionalistas, etc. Os documentos cobrem temáticas diversas, considerando que provêm de diversos espaços, sejam estes partidários ou independentes: políticos, agremiações, intelectuais, artísticos, estudantis, de gênero, de direitos humanos, etc. Está aberto ao público desde o ano de 1998.²⁴

Alguns exemplos de projetos de destaque levados adiante no quadro da militância pela Memória, Verdade e Justiça:

3. Memória Aberta

Criada em 1999 por organizações argentinas de Direitos Humanos objetivando uma participação coordenada, em iniciativas locais e nacionais a favor da memória coletiva sobre o passado recente da Argentina, trabalha para aumentar o nível de informação e consciência social sobre o terrorismo de Estado e para enriquecer a cultura democrática. Um dos principais objetivos é conseguir que todo registro do ocorrido durante a última ditadura militar e suas consequências esteja acessível e sirva para fins de pesquisa e educação das futuras gerações. Os organismos que fazem parte desta ação coordenada são: Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos (APDH), Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS), Fundação Memória Histórica e Social Argentina, Mães da Praça de Maio - Linha Fundadora e Serviço Paz e Justiça (Serpaj).

Suas principais atividades em matéria de arquivo incluem a digitalização e disponibilidade para consulta da documentação institucional dos organismos que a constituem e a junção de documentos relacionados com a temática; assim como a criação de um Arquivo oral que produz testemunhos referidos ao período do terrorismo de Estado, à vida social e política das décadas de 1960 e 1970 e as diferentes ações impulsionadas pelos organismos de Direitos Humanos e da sociedade civil na busca da Verdade e Justiça. Está constituído de entrevistas - registradas em formato audiovisual - com pessoas cujas vidas foram atingidas de diversos modos pelo terrorismo de Estado. Este arquivo audiovisual pode ser consultado por pesquisadores, estudantes e toda pessoa interessada em conhecer o que aconteceu naquele período.²⁵

²⁴ Para mais informação consulte: <http://www.cedinci.org/>

²⁵ Para mais informação consulte: <http://www.memoriaabierta.org.ar/>

4. Comissão Provincial pela Memória

A Comissão pela Memória da Província de Buenos Aires é um organismo público que funciona de maneira autônoma e como autarquia. Foi criada em julho de 1999, constituída como instituição estatal pela Lei 12.483 de 13 de julho de 2000 e sua alteração, a Lei 12.611 também em 2000. É formada por integrantes de organizações de direitos humanos, religiosos de diversas crenças, intelectuais, funcionários universitários e judiciários, legisladores e sindicalistas, como expressão plural do compromisso com a memória do terrorismo de estado e a promoção dos direitos humanos. Mediante a Lei 12642 do ano 2000, recebeu o prédio no qual havia funcionado durante meio século a Direção de Inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires (DIPPBA) para fixar a sua sede. Junto com esse emblemático edifício, a Comissão assumiu a responsabilidade de custodiar e gerir o primeiro arquivo de inteligência policial desclassificado da Argentina: o Arquivo da DIPPBA. Atualmente a sua estrutura se divide em uma Área dedicada à preservação e divulgação da memória e outra área dedicada à proteção dos Direitos Humanos.

Pensar um caso: a documentação policial

Tomando o caso da Comissão Provincial pela Memória, gostaríamos de colocar algumas particularidades que pode apresentar o fato de trabalhar com fontes alternativas para estudar o mundo dos trabalhadores ou colaborar com a construção da sua memória. Neste caso, aquelas particularidades que possuem a documentação de informações policiais com relação ao contexto de produção e potencial que pode apresentar no momento da sua utilização.

O contexto de produção

Em primeiro lugar, se deve destacar a finalidade para a qual esses documentos foram criados. O primeiro pré-requisito que tem este tipo de documentação no momento da sua criação é o seu não acesso público. Como assinalamos em um texto anterior “por su larga historia de vigilancia de poblaciones específicas, o por las necesidades simbólicas de su relación con la sociedad, la policía es una de las agencias del estado con mayor y más precoz interés en la producción, sistematización y resguardo de archivos. Concebidos para uso interno, con grados mayores o menores de confidencialidad, se trata de repositorios documentales de una institución que se caracteriza por su constitutiva cultura del secreto. De allí la dificultad que plantea la noción del ‘archivo policial

público’, que en los últimos años, ha emergido por caminos muy distintos entre sí pero siempre tramados de tensiones”.²⁶

Em segundo lugar, é importante destacar as formas de obtenção da informação, para que possam ser analisadas no contexto: em geral ditas formas estavam baseadas na delação, no uso dos serviços de inteligência, no suborno ou diretamente na tortura.

Em terceiro lugar, o tipo de registro que se realizava sobre dita informação, marcado pela aparência e as necessidades de justificativa de existência da própria instituição assim como pelo preconceito dos seus agentes.²⁷

Em quarto e último lugar, é importante entender como era organizada tal informação com a finalidade de poder realizar uma análise mais minuciosa da informação que os documentos estão proporcionando.²⁸

Arquivos: direitos, memória e história

Como assinalamos no começo do artigo, a característica principal que possuem os documentos de arquivo, é que têm uma tripla função social. E no caso da documentação de inteligência policial, na qual estamos centrando o estudo neste momento, pode ver-se claramente a mesma. Esta documentação contribuiu enormemente nos processos da verdade e justiça. A Comissão Provincial pela Memória proporcionou numerosas cópias de documentação para as causas judiciais abertas ou reabertas por delitos de lesa humanidade a partir de 2005 (logo que foram anuladas as leis de Obediência Devida e Ponto Final em 2003 e uma sentença da Corte 2005 declarou a reabertura). Neste sentido, a tarefa dos peritos consiste principalmente em tornar visíveis, a partir dos documentos, as diversas modalidades da repressão praticada contra cidadãos e

²⁶ Caimari, Lila y Nazar, Mariana: “Detrás de una puerta gris. Notas sobre los archivos policiales públicos argentinos” en Carlos Aguirre y Javier Villa-Flores, eds.: *The Destruction and Recovery of Archives and Libraries in Latin America*, Editorial A Contracorriente, 2013.

²⁷ Sobre esta temática tivemos no seminário a intervenção de Beatriz Loner na Mesa sobre repressão, quando se faz a pergunta de quem era visto pela Polícia como anarquista. Apresentação de Beatriz Loner, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na mesa em Homenagem à Confederação Operária Brasileira (COB) no centenário do seu 2º Congresso: 1913 - 2013 durante o 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos.

Nota dos Organizadores: A apresentação de Beatriz Loner consta em artigo nesta coletânea

²⁸ A menção a essa forma de organizar a documentação se encontra apresentada em <http://www.comisionporlamemoria.org/cuadroclasificacion/#seccion10>

as responsabilidades das forças repressivas. E também ordenar e avaliar esses documentos como provas que contribuam de modo efetivo para a verdade e a justiça. Com esta finalidade se consulta a documentação existente no arquivo que constituem dois grandes blocos de informação: a elaborada pelos membros do serviço de inteligência e a expropriada das vítimas. Dos documentos que integram o fundo da DIPPBA, os mais utilizados como contribuição às causas são: fichas pessoais, de eventos e de instituições, pedidos de captura, investigação individual ou grupal, relatórios elaborados por diversos organismos de inteligência para serem compartilhados entre os membros da “Comunidade informativa”, pastas com resumos de antecedentes de pessoas, achados de cadáveres, recursos de habeas corpus e solicitação de busca de desaparecido, denúncias de sequestros, livro de registro, prontuários, análises ideológicas e de antecedentes.

Por outro lado, o arquivo encontra-se aberto prioritariamente para consulta pública das pessoas ou organizações investigadas. Isto colabora tanto no exercício do direito ao habeas data, como na construção da memória social. Nas produções audiovisuais intituladas “O arquivo e a testemunha” este encontro é apresentado graficamente.²⁹

Por último, este arquivo está aberto para consulta pública em geral para o conhecimento e a análise da história. Pesquisadores e cientistas sociais costumam fazer uso dele na busca de documentos que possam ser explorados como fontes. Também se desenvolvem atividades de extensão universitária na Universidade Nacional de La Plata (UNLP)³⁰ que tem como finalidades colaborar com o encontro entre o arquivo, a história e as organizações sociais. Neste ponto podemos citar o Projeto de extensão universitária “Os sindicatos sob o olhar da Direção de Inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires (DIPBA): para uma construção coletiva da história da repressão contra as organizações sindicais”. O mesmo foi desenvolvido durante os anos 2006 e 2007 por estudantes e formandos da UNLP que nos anos 2005 e 2006 haviam trabalhado como bolsistas na Comissão Provincial pela Memória. Esse projeto buscou estabelecer um diálogo entre a Universidade e os Sindicatos ao propiciar um encontro entre as organizações e os relatórios dos serviços de inteligência, para colaborar na construção coletiva da história das organizações. Para isso se realizaram uma série de Oficinas que destacaram a importância de se fazer uma ponte, para contribuir para a “construção coletiva

²⁹http://www.youtube.com/watch?v=S4KE_b3QafA

³⁰ “A Extensão Universitária se define como a presença e interação acadêmica mediante a qual a Universidade contribui com a sociedade - de forma crítica e criadora- com os resultados e conquistas da sua pesquisa e docência e por meio da qual, ao conhecer a realidade nacional, enriquece e redimensiona toda a sua atividade acadêmica conjunta.” http://www.unlp.edu.ar/pe_2010_2014_extension_universitaria

da história das organizações que sofreram por causa da repressão e a perseguição ideológica” com a iniciativa de pôr em pauta dois relatos: o da DIPPBA e o dos sindicatos. Essas oficinas, com destaque no diálogo entre gerações e entre gênero, buscaram respeitar e dar voz aos jovens e a grande quantidade de mulheres recentemente integradas. A dinâmica se baseava em uma apresentação do contexto histórico, para logo apresentar os documentos para ser trabalhados em grupos, com questionários que procuravam indagar sobre o que era o que se lembrava daquele momento, o que produzia neles e qual a opinião a respeito. Logo se discutia entre todos para expressar as suas impressões. Este trabalho propiciou interessantíssimas reflexões sobre o vínculo entre a universidade e os setores sociais, sobre a trajetória percorrida procurando uma ponte entre os dois setores, as rupturas e continuidades, sobre as possibilidades e impossibilidades de falar para o movimento operário sobre a história do movimento operário, etc. A conclusão que foi apresentada dizia que “El desafío que debemos asumir hoy es tender puentes que sean capaces de restaurar la solidaridad entre los fragmentos dispersos que nos legaron la dictadura y el neoliberalismo”.³¹

Conclusão

Como assinalamos desde o começo deste artigo, a história dos arquivos produzidos pelo movimento operário é, em grande medida, a história de destruição e de perda. A repressão estatal foi a grande responsável por este fato. Mas em tal destruição também colaboraram as lutas travadas entre as diversas tendências políticas dentro do mundo dos trabalhadores e sobre essa eliminação de material contribuiu, muitas vezes, a falta de consciência sobre a importância de se preservar esses documentos. A análise e a compreensão deste fenômeno ficam em aberto a futuras pesquisas.

É por isto que, para indagar na história ou colaborar na construção da memória do mundo dos trabalhadores, é necessário aprofundar a análise respeito às marcas que daquele passado tenham ficado em nós. Para isto, realizamos uma apresentação dos diferentes tipos de materiais que deixou a ação dos trabalhadores, discutindo o tipo de informação que esses documentos proporcionam e seus possíveis usos e limitações; classificando os diversos arquivos onde se encontra esta documentação e apresentando quais podem ser as limitações de acesso.

³¹ Giménez, Sebastián, Lucía Trotta, Paula Soza Rossi, Carolina Salvador, Santiago Cueto Rua e Viviana Doba: Nos magullaron pero no nos quebraron: Los sindicatos bajo la mirada de la DIPBA. Experiencia de ex-tensión universitaria con ATE Provincia. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2012, p. 135.

Esta apresentação também teve como finalidade colaborar para explicitar as condições de produção daqueles documentos que poderão ser explorados como fontes e que se insista na importância que representa usar esses documentos com o cuidado metodológico necessário no momento de utilizá-los. Neste sentido se destacaram situações onde se mesclaram as tarefas do pesquisador (reunir informação) com a possibilidade de identificar onde ficou registrada a mesma, e a limitação que isso supõe na hora de poder analisá-la em seu contexto. A longo prazo, pensamos que este tipo de questionamento pode produzir ações concretas, onde a forma de produção de documentos seja “um problema de dispersão”, e a “solução” a reunião de tais registros.

Em seguida apresentaram-se algumas experiências que tiveram a finalidade de colaborar na preservação da memória dos movimentos sociais, contribuir com os processos de justiça e melhorar o acesso à documentação para a comunidade em geral.

Em particular, se trabalhou o caso da documentação dos serviços de inteligência policial, preservada na Comissão Provincial pela Memória da Província de Buenos Aires por tratar-se de um caso onde se manteve a integridade do fundo documental e, foi justamente isso que permitiu preservar seu potencial como fonte para a história, a memória e o exercício de direitos, como podemos ver ao analisar a incalculável contribuição que esse arquivo vem realizando a favor das causas abertas na Justiça, do exercício do direito de habeas data, para a memória individual e social e para as pesquisas históricas.

Se bem não foi trabalhado nesta apresentação o papel dos militantes e o compromisso político pela memória que foram fundamentais na identificação e disponibilização para o acesso público deste tipo de arquivos. Neste sentido, é muito grande o trabalho que há por fazer e será de suma importância uma aliança que possa se estabelecer entre militantes políticos, arquivistas e cientistas sociais para alcançar o objetivo. Acreditamos que a experiência destes Seminários sobre o mundo dos trabalhadores e seus arquivos organizados pela CUT, seu Centro de Documentação e Memória Sindical, o Arquivo Nacional, e apoiados pelas universidades, é um grande exemplo a ser seguido. Talvez seja a linha de trabalho que nos permita completar a frase citada anteriormente de Rodolfo Walsh:

“La historia aparece así como propiedad privada cuyos dueños son los dueños de todas las cosas. Esta vez es posible que se quiebre el círculo....”

Fonte

Políticas de la Memoria nº 5, Editorial, Verano 2004/2005, Buenos Aires, 2005.

Referências bibliográficas

LOPEZ, André Porto Ancona. “Identificação de tipologias documentais em acervos dos trabalhadores”, em Marques, Antonio José e Stampa, Inez (org): Arquivos do Mundo dos Trabalhadores: coletânea do 2º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.

BASUALDO, Victoria. “Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina: Los casos de Acindar, Astarsa, Dálmine Siderca, Ford, Ledesma y Mercedes Benz”, Revista Engranajes de la Federación de Trabajadores de la Industria y Afines (FETIA), Número 5 (edición especial), marzo 2006. Disponible en <http://www.riehr.com.ar/archivos/Investigacion/Basualdo%20Complicidad%20patronal-militar%20en%20la%20ultima%20dictadura.pdf>

CEVA, Mariela; TUIS, Claudio e PAK LINARES, Andrés. “El patrimonio cultural de las mujeres en el Parque industrial Villa Flandria”, La aljaba versión On-line, ISSN 1669-5704, Aljaba v.10, Luján ene./dic. 2006.

CAIMIRI, Lila e NAZAR, Mariana. “Detrás de una puerta gris. Notas sobre los archivos policiales públicos argentinos” en Carlos Aguirre y Javier Villa-Flores, eds.: The Destruction and Recovery of Archives and Libraries in Latin America, Editorial A Contracorriente, 2013.

DUCHEIN, Michel. Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de información conservada en los Archivos: Un estudio del RAMP, París, Unesco, 1983.

FARGE, Arlette: La atracción del archivo. IVEI, España, 1991.

GIMENEZ, Sebastián. TROTA, Lucía. SOZA ROSSI, Paula [et al]. Nos magullaron pero no nos quebraron: Los sindicatos bajo la mirada de la DIPBA. Experiencia de extensión universitaria con ATE Provincia. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2012.

GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. “Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos”, editado en Boletín ACAL, Año 8, N° 28-29, Valladolid, 2-3 trimestre 1998.

_____ “A evolução histórica dos arquivos do movimento operário na Europa”, em Marques, Antonio José e Stampa, Inez (org). Arquivos do Mundo dos Trabalhadores: coletânea do 2º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Archivistica General. Teoría y Práctica. Diputación Provincial de Sevilla, España, 1986.

NAZAR, Mariana. “La accesibilidad documental y sus limitaciones legales: los documentos secretos en la Argentina”, ponencia presentada en el V Congreso de Archivología del Mercosur (Córdoba, 2003), edición en CD-ROM. Disponible en www.accesolibre.org/descargas/pdf/1173386818.doc

NÁJERA, Aurelio Martín e GARRIGÓS FERNÁNDEZ, Agustín (coord.). Documentos de la Primera Reunión Iberoamericana para la Recuperación y Conservación de Archivos y Documentación de los Trabajadores y los Movimientos Sociales, Buenos Aires, 13-15 abril 1992. Editorial Pablo Iglesias, 1992. ISBN 84-85691-67-9.

PAK LINARES, Andrés e NAZAR, Mariana. “Construir la memoria: el archivo del Partido Comunista” En: Cuadernos Marxistas, revista del Partido Comunista Argentino, Buenos Aires., Nº 10, octubre del 2000.

PETRA, Adriana. “Los documentos particulares como fuentes históricas: la experiencia del CeDInCI con los fondos de archivo de las izquierdas argentinas” en Políticas de la Memoria Nº 6/7, Buenos Aires, Verano 2006/2007, disponible en <http://www.cedinci.org/politicas/PM6.pdf>

TARCUS, Horacio [et al]. “Para una política de archivo. Reflexiones a partir de la experiencia del CeDInCI”, en *Políticas de la Memoria* nº 4, Verano 2003/2004, Buenos Aires, 2004.

A CONSTITUIÇÃO DE UM ACERVO COM PROCESSOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO E SOBRE O INTERIOR DA PARAÍBA*

Tiago Bernardon de Oliveira**
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Brasil

Introdução

Na última década, a historiografia passou a dar atenção a um objeto e a um tipo de documentação até então secundarizados ou mesmo desprezados em suas investigações. Tratam-se da Justiça do Trabalho e das ações trabalhistas.

Até o momento do despertar da historiografia brasileira para o caso, muito se perdeu e ainda se perde devido ao primeiro artigo da vigente Lei Nº 7.627, de 10 de Novembro de 1987, segundo o qual *“fica facilitado aos Tribunais do Trabalho determinar a eliminação, por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, de autos findos há mais de 5 (cinco) anos, contando o prazo da data do arquivamento do processo”*.

Se são compreensíveis as razões pela relativa “demora” do surgimento de interesse da historiografia por essa documentação, por outro lado também são compreensíveis algumas possíveis razões históricas da existência da “Lei Sarney”. Afinal, em uma sociedade estruturalmente autoritária, como Marilena Chauí¹

* Artigo produzido com auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Pró-Reitoria de Extensão da UEPB.

** Tiago Bernardon de Oliveira, onze meses após a apresentação oral e escrita deste artigo, deixou a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde executou as atividades relacionadas aqui, e passou a integrar o Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contudo continua a executar atividades de pesquisa e colaboração na organização do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da UEPB, agora sob coordenação dos professores Martinho Guedes dos Santos Neto e Luciana Calissi, ambos lotados no Departamento de História da UEPB, situado em Guarabira.

¹ Cf. CHAÚÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000; CHAÚÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

caracteriza a sociedade brasileira, que tenta, a todo curso, esconder ou minimizar os conflitos constitutivos de nossa sociedade, a prestação de contas do Estado aos cidadãos, sobretudo pela forma escrita, não é uma das prioridades de quem tem poder decisório no aparato estatal, apesar da intensa burocratização administrativa de alguns setores públicos.

Porém, se é possível tentar compreender o que foi feito até aqui, não se pode mais admitir a continuidade desta prática daqui por diante. Afinal, o debate sobre a necessidade e urgência de reverter a Lei 7.627/87 e uma série de iniciativas está em curso por obra coletiva que envolve historiadores, magistrados, arquivistas, sindicalistas e muitos outros cidadãos que agregam força a essa causa, que, em termos jurídicos está associada ao direito à memória e à recente Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de Novembro de 2011).

Enfim, a reformulação de uma legislação que efetivamente reverta a falta de zelo com a preservação adequada de documentação histórica, principalmente a produzida pelos poderes públicos, entendida aqui como patrimônio histórico e público, depende de uma série de articulações propositivas e de resistência, dentre as quais é exemplar este próprio importante seminário, que se encontra em sua terceira edição. Neste longo processo de construção de um quadro mais abrangente e estável de uma estrutura arquivística pública, que priorize a preservação ao invés da eliminação, integram uma série de medidas que se mostram vitais para contornar a destruição definitiva de documentos da Justiça do Trabalho para torná-los disponíveis ao amplo acesso público, seja para a consulta de pesquisas acadêmicas, seja para servir de comprovação para o exercício de direitos de cidadãos que moveram ações em um passado bastante recente.

Somando forças a este propósito, foi constituído o Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB), que tenta seguir, com uma série de dificuldades, os exemplos de iniciativas bem sucedidas em diversos estados brasileiros, compreendendo, até o momento, um acervo em organização de autos-findos movidos nas Varas do Trabalho de Guarabira e Sousa, entre os anos de 1987 e 2003.

Antecedentes

Iniciativas de composição, preservação e disponibilização à consulta pública de acervos documentais, sejam eles relacionados diretamente ou não à esfera do trabalho e dos trabalhadores são variadas e bastante consolidadas no Brasil e no exterior. Muitas universidades, em sua maioria, públicas, são responsáveis por reunir e resguardar documentos produzidos pela ou sobre a classe trabalhadora dispersos e sob risco de degradação irreversível. Dentre tantos

exemplos, são reconhecidos como referências o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), situado no campus da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-UNESP), o Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), localizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), o Centro de Documentação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CDS-UFRGS), o Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais Professor Denis Bernardes da Universidade Federal de Pernambuco (NuDoc-UFPE).²

Esses e muitos outros exemplos têm como característica comum possuírem acervos provenientes de movimentos e militantes políticos, sindicais e sociais de trabalhadores do Brasil. Como se sabe, apesar da importância da história para a definição das táticas e estratégias de movimentos de trabalhadores, a constituição de arquivos históricos não recebeu tratamento adequado ao longo do tempo, por não ser prioritário em meio às conflituosas atividades de militância ou mesmo por ser perigoso frente à vigilância policial e à condição de clandestinidade de muitas organizações. E mesmo quando militantes e organizações conseguiam executar esforços para resguardar documentos sobre seus movimentos, com bastante frequência sofriam com a intervenção das forças repressivas, o que implicou em destruição ou em dispersão de muito do que restou. Muitas vezes, para garantir sua sobrevivência, documentos sobre a história de movimentos de trabalhadores brasileiros foram remetidos ao exterior para fugir da sanha repressiva do Estado brasileiro, como o que aconteceu com o conjunto que passou a ser abrigado na Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, em Milão. Graças à ação decisiva de brasileiros exilados e italianos durante a década de 1970, o Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB) conservou documentos produzidos pela militância operária desde a Primeira República, até ser restituído ao território brasileiro na década de 2000 via CEDEM-UNESP e AMORJ.

Paralelamente a essas iniciativas, também a documentação produzida pela Justiça do Trabalho vem adentrando nas universidades brasileiras. Através de regimes de comodatos ou de doações, convênios têm sido estabelecidos em todo o território nacional, transferindo toneladas e quilômetros lineares de autos-findos por mais de cinco anos sem valor jurídico processual dos prédios do Judiciário aos prédios universitários.

² O livro resultante do I Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos traz a descrição de cinco experiências em universidades. Na ocasião, além dos já citados casos do AEL, do CDS-UFRGS e do AMORJ, foram apresentados os casos do Centro de Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho (CEDIC/PU-C-SP) e do Arquivo Lyndolpho Silva, cujo formato digital da documentação está sob gestão do CPDA/UFRJ. Cf. Parte V de MARQUES, Antonio José e STAMPA, Inez Terezinha. *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010, p. 189-246.

O primeiro convênio deste tipo que se tem conhecimento é o do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6) com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).³ De 2003 até hoje, milhares de processos, particularmente da Vara de Jaboatão dos Guararapes, têm servido de subsídio para análises consistentes sobre as relações de trabalho nos canaviais da Zona da Mata Pernambucana.⁴ O trabalho de organização do acervo do TRT-6 no terceiro andar do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE ocorre paralelamente ao trabalho de conservação de outra parte da documentação no próprio TRT-6. Pelo seu valor, parte do conjunto deste acervo recebeu, em 2012, o Selo “Memória do Mundo” concedido pela UNESCO.

Logo a seguir ao convênio com a UFPE, o Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, no Rio Grande do Sul, recebeu, em 2005, documentação da Justiça do Trabalho da Comarca de Pelotas, que abrange diversos municípios vizinhos, entre 1940 e 1990. Os autos-findos somaram-se ao acervo da Delegacia do Trabalho do estado que foram transferidos, em 2001, do Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS.⁵

Da primeira metade da década passada, o Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST-UESB) resgatou de condições bastante adversas 80.000 autos-findos do TRT-5 referentes às Juntas de Conciliação e Justiça de Vitória da Conquista e Itapetinga, datados de 1963 a 2002. O trabalho árduo da equipe do LHIST-UESB foi reconhecido em 2006 com Prêmio Memória do Trabalho no Brasil, concedido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com recursos da Petrobrás e apoio institucional do Ministério do Trabalho e do Emprego.

Medidas como essas, de resguardo, por parte de universidades, de acervos constituídos por autos-findos da Justiça do Trabalho passaram a se multiplicar em muitos estados brasileiros.

O que deve ser ressaltado aqui, é que, ao contrário dos acervos provenientes da militância da classe trabalhadora, essas experiências implicam na preservação de documentos produzidos pelo Poder Judiciário, um poder público, que, a princípio, deveria ser o real responsável pela documentação produzida por

³ O acesso à base de dados e parte digitalizada da documentação se dá através do sítio eletrônico memoriaehistoria.trt6.gov.br/

⁴ Merece destaque a produção acadêmica do Grupo de Pesquisa Trabalho e Ambiente das Sociedades Açucareiras.

⁵ Ver trajetória em LONER, Beatriz Ana. O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito Bisso. *Trabalho, Justiça e Direitos: perspectivas historiográficas*. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 9-24

si próprio. Contudo, dado que a política de arquivos não está consolidada em todos os âmbitos da Justiça brasileira, essas medidas adotadas pelas universidades são responsáveis pela garantia de existência de documentos de potencial analítico de valor inestimável, que poderiam ter sido incinerados ou, uma vez reciclados, poderiam, ironicamente, ser transformados em caixas de arquivo-morto, folhas para a burocracia ou cartões de apresentação de agentes do nosso Estado.

Inspirado pelas pioneiras experiências desenvolvidas no país inteiro, o Departamento de História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), situado no município de Guarabira, passou a assumir o desafio de tentar desenvolver atividade similar de preservação, a fim de reverter a prática de seleção e eliminação executada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13) em curso até 2010.

Da assinatura de convênio com o TRT-13 à proposta de criação do NDH-CH/UEPB

O TRT-13 mantém uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) que, dentre outras, tem por função fazer a seleção de autos-findos que serão remetidos ao seu Memorial e os que poderão ser descartados. De modo geral, antes da assinatura do convênio com a UEPB, todas as sentenças eram preservadas, enquanto que se privilegiava a preservação integral de autos-findos considerados “históricos” por algum elemento avaliado como relevante (ações que envolvessem determinados setores ou sindicatos que tiveram grande expressão social em dados momentos, ações coletivas contra determinadas grandes empresas, autos que implicaram em jurisprudência a partir do TRT-13 e assim por diante).

Frente a esses critérios, que como qualquer critério é arbitrário e, portanto, insuficiente para dar conta das necessidades que surgirão no futuro, em agosto de 2010, quando se soube que havia uma ordem de descarte de cerca de 60.000 autos-findos programada para setembro daquele mesmo ano, o Departamento de História do Centro de Humanidades da UEPB fez contato para tentar contornar a situação. As preocupações sobre a necessidade de preservação integral do conjunto dos autos-findos foi muito bem recebida pela equipe da CPAD e do Memorial. Porém, a questão sempre esbarrava no velho dilema da falta de espaço físico, o grande argumento pretensamente legitimador da Lei 7.627/87. A transferência de parte da documentação à Universidade Estadual da Paraíba, a exemplo do que vem acontecendo no restante do país, surgiu como o grande mote para suspender temporariamente as ordens de eliminação.

A partir de então, o Departamento apresentou a proposta ao Conselho

do Centro, que acatou a iniciativa. Por outro lado, em um primeiro momento, a proposta esbarrou na hierarquia de nossos tribunais. Aqui, deve-se apontar como decisiva a ação dos membros da CPAD e do Memorial do TRT-13 para sensibilizar as instâncias superiores sobre a importância da preservação e da assinatura de um convênio com a UEPB, a ser estendido a outras universidades do estado.

Em fevereiro de 2011, finalmente foi dada autorização para a confecção de um convênio que, ao invés de ser em regime de comodato, como regia outras experiências anteriores, seria de doação dos autos-findos à universidade. Em 18 de agosto de 2011, o convênio TRT-13 03/2011⁶ foi firmado com a UEPB, sendo seguido, um ano depois, em 16 de agosto de 2012, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A assinatura desses dois convênios foi decisiva para trazer novo ânimo às equipes do CPAD e do Memorial. Uma série de ações internas ao tribunal, para divulgação sobre a importância de seu trabalho, tem sido desenvolvida com vistas ao processo conscientização do corpo de funcionários e magistrados para engrossar as fileiras da causa da preservação. Nós, professores e estudantes da UEPB, estivemos presentes a essas atividades, sempre que requisitados, como também tivemos participação em duas reuniões do Fórum Permanente de Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra), sendo que, na segunda ocasião, realizada em 11 de abril de 2013, apresentamos a proposta de criação de rubrica para permitir o pagamento de bolsas a estudantes envolvidos com as atividades de estruturação dos acervos realizadas nas universidades. A proposta foi muito bem recebida pelos membros do Memojutra e, segundo notícia recente, ela se encontra protocolada junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que deverá deliberar sobre o assunto.

Se essa proposta for aprovada, permitirá novo dinamismo ao desafio aceito por todas iniciativas similares do país, pois a atual legislação só permite o pagamento de bolsas a estudantes-estagiários do Poder Judiciário dentro das instalações dos tribunais. Assim, por exemplo, o convênio prevê uma contrapartida do TRT-13 à UEPB com o oferecimento de vagas para estágios, porém em cursos e áreas administrativas para o funcionamento das atividades regulares. Até o momento, ficou de fora a atividade-mote do convênio, a estruturação do arquivo destinado à consulta pública.

Assim, os recursos para implantação de um arquivo organizado e que permita sua consulta pública foram todos captados no âmbito acadêmico, por meio do Edital Universal (14/2011)⁷ do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

⁶ O extrato do convênio encontra-se publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, n. 167, de 30 de Agosto de 2011, p. 127.

⁷ Processo CNPq número 485825/2011-2.

e Tecnológico (CNPq), Bolsas de Programas de Iniciação Científica e de Projetos de Extensão. Porém, muitas vezes, esses editais fazem exigências para além do montante de trabalho que temos que realizar na estruturação do arquivo, além de oferecer um número limitado de bolsas muito aquém das nossas necessidades. Entretanto, a equipe, que conta, no momento, com 10 estudantes, dentre bolsistas e voluntários, tem se desdobrado para realização de diversas atividades para a captação de recursos e oferecer contrapartidas pecuniárias mínimas aos valorosos e imprescindíveis vínculos de estudantes com o projeto.⁸

Mas não é só a questão da captação de recursos para o pagamento de pessoal e aquisição de equipamentos que resultam em dificuldades para concretização de nossos objetivos. Se o Poder Judiciário não dispõe de espaços condizentes, nem rubricas para a contratação de pessoal habilitado para dar tratamento adequado à massa documental produzida por si próprio, o que dizer das universidades, que, obviamente, não foram planejadas para este fim.

No caso de um campus periférico, como é o caso do Campus III da UEPB, o Centro de Humanidades (CH), a situação é bastante complicada. A estrutura física do campus privilegia notadamente as atividades de ensino, e faltam laboratórios para a realização de pesquisas e atividades de extensão. Somente no último ano, todos os cursos adquiriram sua sala para uso coletivo e, mais recentemente, foi instalado um laboratório de Línguas, demanda histórica e urgente dos cursos de Letras.

Neste contexto, antes da assinatura do convênio, foi dado o aval da Direção do CH de destinação de uma sala relativamente ampla para estruturação do arquivo e uma sala menor, ao lado, destinada à higienização dos documentos. Porém, a cada intervalo entre semestres, voltava o fantasma do desalojamento de uma das salas para atendimento das crescentes demandas de atividades de ensino, resultantes do aumento de turmas dos cursos de graduação e pós-graduação no campus.

⁸ Além de uma bolsa de PIBIC, no período de setembro de 2012 a setembro de 2013, conseguimos captar outras cinco bolsas, mediante a execução de algumas atividades de extensão, além das atividades de higienização e organização de parte do acervo: a) o Cine Trabalho - exibições de filmes relacionados à esfera do trabalho, seguidas de debates coordenados pelos integrantes da equipe; b) realização do I Ciclo de Debates sobre História do Trabalho - NDH-CH/UEPB - que contou com a participação de 24 pesquisadores (provenientes da UEPB, UFPB, UFCG, UFPE, IFPE e UFAL), distribuídos em 6 mesas redondas nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2013 e teve a participação de quase 300 ouvintes; c) realização do Mini Curso “A história vista de baixo e o Ensino de História”, voltado a estudantes de Licenciaturas e professores da Educação Básica em exercício de suas atividades; d) construção de um sítio eletrônico (<http://lhs.unb.br/nex/ip/trt13/>), desenvolvido em parceria com o Laboratório de História Social da Universidade de Brasília, que, reúne conteúdo acadêmico e notícias sobre a esfera do trabalho, além de base de dados sobre o acervo em construção e ainda não disponível ao público.

Contornada essa situação, a garantia do espaço físico está relativamente resolvida. O espaço é muito menor do que as necessidades exigem, mas o risco de desalojamento não existe mais. Sobretudo após a aprovação do projeto de criação e do regimento interno do NDH-CH/UEPB, aprovados no Departamento de História, Conselho de Centro e, finalmente em 17 de setembro de 2013, depois de oito meses sem ser encaminhado, no Conselho Universitário. A institucionalização do NDH-CH/UEPB deverá trazer novas garantias e possibilidades, como a participação em outros editais para captação de recursos e maior reconhecimento interno e externo à UEPB para atendimento de diversas demandas. Há, por exemplo, um projeto de um novo prédio pensado a partir das necessidades de um arquivo, realizado pela Prefeitura Universitária a ser apresentado a agências de fomento oportunamente.

Mas as dificuldades estruturais não são as únicas a serem enfrentadas e superadas. Houve uma série de circunstâncias que implicaram em retardo no desenvolvimento das atividades. A começar com a demora de nove meses para a instalação de um piso novo e condicionador de ar na sala inicialmente destinada ao projeto, apesar das recorrentes e frequentes solicitações. Mais recentemente, nossas atividades foram suspensas durante os quase noventa dias das greves docente e de técnicos-administrativos da UEPB. Porém, o maior dos problemas foi a ameaça de destruição pelos minúsculos cupins-de-terra que tomaram conta do antigo prédio do CH, e que chegaram bastante próximo da documentação. Após alguns breves, porém intensos embates sobre o que fazer, a documentação foi salva graças à ação rápida que envolveu integrantes da equipe em um mutirão de todo o CH para a transferência da massa documental ao segundo andar do prédio anexo, mais novo e, até aqui, isento da praga.

Para o próximo semestre, teremos a ação incisiva de arquivistas da Universidade, além da própria arquivista do campus, cuja vaga surgiu logo após a assinatura do convênio, no processo de higienização e catalogação. Alguns professores do curso de Arquivologia da UEPB, lotado no Campus V, em João Pessoa, também se comprometeram a enfrentar a distância e a somar forças para superar os desafios.

Do ponto de vista acadêmico, essa documentação será de grande importância para a consolidação dos cursos de graduação e de pós-graduação existentes e os que se quer abrir no CH. Atualmente, o campus abriga 5 departamentos (História, Geografia, Educação, Letras e Direito), que podem, cada qual em sua área, dar sua contribuição para a análise da região.

Como se viu, os esforços são grandes e contínuos para que o projeto seja realizado com êxito. Cabe fazer agora duas questões: a) por que preservar essa documentação da Justiça do Trabalho?; b) por que preservar a documentação da Justiça do Trabalho do interior da Paraíba?

O potencial analítico das fontes da Justiça do Trabalho

Como se salientou anteriormente, o potencial analítico dos autos-findos movidos junto à Justiça do Trabalho torna-se cada vez mais vasto com um gigantesco terreno a ser desbravado.

Deve-se salientar que a prática historiográfica é relativamente recente no Brasil e vem se aprimorando nas últimas quatro décadas, principalmente a partir do crescimento dos cursos de pós-graduação país afora. No interior do âmbito historiográfico, deve-se considerar a própria trajetória da historiografia sobre a classe operária, que, por muito tempo, deu preferência ao resgate de documentação e da história do movimento operário, enquanto que a Justiça do Trabalho, *grosso modo*, era vista como um aparato de dominação de classe, que muito pouco poderia oferecer à compreensão dos conflitos sociais.

Contudo, a perspectiva oferecida por E. P. Thompson, segundo o qual, o Direito e a Justiça se definiriam com uma das arenas da luta de classes, trouxe novas percepções aos investigadores sociais. A concepção do Direito e do Judiciário, como mais uma arena de luta de classes, implica na percepção de que esses âmbitos acabam por permitir brechas para a resistência das camadas subalternas, que, por sua vez, agem no sentido de ampliar direitos e redimensionar dinâmicas sociais ainda dentro da própria ordem existente.

Além disso, a documentação produzida em torno da Justiça do Trabalho provém de um espectro mais amplo da classe trabalhadora do que o restrito ao âmbito do movimento operário. Afinal, a experiência da militância, ao menos de uma militância relativamente regular, não faz parte da trajetória de vida da maior parte da classe trabalhadora. Portanto, os processos permitem, por um lado, a análise das relações de trabalho cotidianas, que, ao cabo, é onde se processam, de modo silencioso, as relações ordinárias de exploração. Assim como uma greve, por exemplo, é um rompimento da ordem cotidiana, a abertura de um processo na Justiça do Trabalho significa também um difícil ato de explicitação dos conflitos de classe, na medida em que o trabalhador coloca em avaliação aquilo que pode ou não ser tolerado como trabalhador - e mesmo como ser humano - frente às eventuais graves implicações que sua decisão poderá ter sobre o sustento de sua vida e de sua família.

Deste modo, a análise da documentação da Justiça do Trabalho permite pensar também os impactos da luta coletiva mesmo sobre quem não participa ativamente da vida associativa. Além disso, permite pensar uma série de outras questões que vem sendo desenvolvidas pela historiografia recente do trabalho no Brasil, tais como: formas de estratégias de luta e de resistência forjadas contra o capital de acordo com os instrumentos conquistados no processo histórico, tal qual

o próprio Direito; concepções de justiça próprias das classes populares; dinâmica do funcionamento da Justiça do Trabalho em diferentes contextos históricos; o peso das decisões pessoais dos magistrados sobre os conflitos de classe de uma determinada região; formas de exploração do trabalho existentes à margem da regulamentação da lei e sua tolerância ou não por parte do Poder Judiciário; o poder político de determinados setores ou empresas em uma determinada região; as condições de trabalho de uma determinada categoria ou ofício; etc.

Enfim, o potencial analítico ainda é uma grande área a ser desbravada e as questões que podem ser feitas são infindáveis, como já salientaram muitos outros historiadores militantes da causa da preservação dos autos-findos da Justiça do Trabalho no país.

Cabe agora responder a uma outra pergunta: por que preservar este tipo de documentação referente à região de Guarabira, no interior da Paraíba?

Lutas sociais em Guarabira e região

O município de Guarabira localiza-se nos interstícios das regiões do Agreste e do Brejo da Paraíba, cuja história é marcada por intensos conflitos sociais. Ainda no século XIX, na região também se desenrolaram episódios de levantes populares que varreram diversas províncias do Nordeste e passaram a ser conhecidas por Quebra-Quilos.⁹

A região também abriga diversas comunidades remanescentes de quilombolas, que atestam a forte presença da escravidão formal na região e as formas de resistência dos trabalhadores escravizados.

Ainda que alguns estudos tenham sido desenvolvidos acerca do passado escravocrata na região, muito precisa ainda ser feito e o acesso às fontes precisam ser redimensionado. Além de arquivos da Igreja, como a da Cúria de Guarabira, a região conta com poucos arquivos municipais, cuja parte substancial dos acervos, quando existem, possui fundos relacionados a uma “história oficial”, priorizando obras de gestões municipais e documentos provenientes de algumas famílias de renome.

Por outro lado, sabe-se que algumas comarcas mantêm alguma documentação da Justiça do século XIX, sendo que, em alguns casos excepcionais,

⁹ Sobre o Quebra-Quilos e o conteúdo político dessas manifestações populares, ver os estudos recentes de LIMA, Luciano Mendonça de. *Derramando susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande*. Campina Grande: Editora da UFCG, 2006; SECRETO, Verónica. *(Des)medidos: a revolta dos Quebra-Quilos (1874-1876)*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2011.

em condições de conservação relativamente adequadas e organizadas. Porém, obstáculos permanecem dificultando o acesso à documentação. Foi o que aconteceu, recentemente com um estudante de História, que se dirigiu a uma comarca da região para consultar processos do século XIX para uma pesquisa sobre escravidão. Os funcionários indicaram o procedimento, que consistia em fazer uma solicitação formal ao Juiz, que, por sua vez, indeferiu o pedido sob a justificativa de que o impedimento à consulta visava “garantir os direitos de terceiros”. Em resposta ao indeferimento, se fez um longo recurso, no qual se expôs a natureza do ofício do historiador, exemplos de pesquisas de referência desenvolvida com processos judiciais, inventários, processos crimes e até mesmo com documentação da polícia política (que, ao contrário da documentação judicial, não fora produzida com o consentimento e ciência das partes investigadas), e a Lei de Acesso à Informação. Ao recurso, o mesmo juiz que se julgou competente para indeferir o primeiro pedido, desta vez se julgou incompetente para decidir sobre o caso e solicitou que o recurso fosse encaminhado ao Tribunal de Justiça da Paraíba, localizado na capital João Pessoa, que, segundo ele, era a única instância capaz de decidir sobre o assunto.

O caso aqui remetido é exemplar das dificuldades comuns que historiadores enfrentam em todo o Brasil, em especial, do interior, para ter acesso à documentação pública. Além da escassez de documentação preservada quanto mais nos distanciamos no tempo, temos também transpor uma série de restrições de ordem político-administrativa.

Mas, se historiadores podem se deparar com impedimentos sob forma da inexistente alegação de preservação de direitos de pessoas que viveram e morreram no século XIX, a situação tende a se tornar ainda mais difícil quando se pretende debruçar em temas e objetos cujos conflitos permanecem latentes na contemporaneidade. E aí, mais uma vez, aponta-se a importância da preservação da documentação da Justiça do Trabalho, em especial em uma região que envolve Guarabira, que engloba marcos temporais recentes, com personagens e conflitos que permeiam o processo histórico em curso. Vejamos alguns exemplos de conflitos e situações nos arredores de Guarabira.

Quem transcorre os quase 100 km que separam Guarabira da capital João Pessoa, via BR-101, em direção a Natal, deverá pegar a PB-57 na altura do município de Mamanguape, onde pertencia, como distrito, a cidade-indústria de Rio Tinto, construída em 1956 a partir da instalação da Companhia de Tecidos de Rio Tinto, de propriedade da família Lundgren, que também era proprietária da congênere Companhia de Tecidos Paulista, em Pernambuco, estudada no clássico *“A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés”*¹⁰, de José Leite Lopes.

¹⁰ LOPES, José Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

Diversos autos-findos envolvendo trabalhadores da Cia. de Tecidos Rio Tinto encontram-se preservados no Memorial da Justiça do Trabalho da 13ª Região, principalmente às décadas de 1950 e 1960, enquanto outros tantos permanecem na comarca de Mamanguape. Esses processos dão conta de experiências de luta de trabalhadores - e, principalmente, trabalhadoras - em uma região predominantemente rural. Nesses documentos, ainda bastante pouco explorados pela historiografia¹¹, talvez seja possível, por exemplo, dentre as inúmeras possibilidades de pesquisas, investigar aspectos da transitoriedade entre os mundos urbano e rural que, aos olhos dos métodos de investigação social e da política, muitas vezes, estão confinados em polaridades distintas e com poucos entrecruzamentos.

Neste sentido, além da documentação diretamente vinculada à Cia. de Tecidos Rio Tinto em posse do TRT-13, muitos processos envolvendo trabalhadores que moravam na região de Mamanguape encontram-se dentre os que foram transferidos ao NDH-CH/UEPB. Da pequena parte que se pôde organizar até o momento, verificou-se a existência de diversos processos movidos a partir de atividades urbanas envolvendo fábricas, lojas comerciais e muitas prefeituras da região, onde também há registro da presença de importantes militantes sociais.¹² Mas, ainda que constituam parte expressiva dos processos, não há dúvidas quanto à predominância dos conflitos no campo, que aliás, foram intensos também no trajeto entre Mamanguape e Guarabira.

Esses conflitos, constantes em toda a região, são conhecidos nacionalmente. Quem transcorre o percurso João Pessoa-Guarabira via BR-230 (a Rodovia Transamazônica) em direção à Campina Grande, adentrará na PB-41 na altura do município de Sobrado, que levará até o município de Sapé. Em 2012, esta estrada recebeu o nome de Rodovia João Pedro Teixeira em homenagem ao líder das Ligas Camponesas de Sapé, que, como outros “cabras marcados para morrer”¹³, fora assassinado 50 anos antes. Trata-se de um dos principais centros das lutas empreendidas pelas Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro e expoente dos

¹¹ Por exemplo: VALE, Eltern Campina. *Tecendo fios, fazendo a história: a atuação operária na cidade-fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal do Ceará, 2008.

¹² É o caso do sapateiro Chico do Baita, cuja entrevista concedida a pesquisadoras da região resultaram no livro: FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva e FREIRE, Emilia Augusta Lins. *Sapateiro, comunista e cidadão: a história de Chico do Baita*. João Pessoa: Autores Associados, 2001.

¹³ Referência ao título do filme de Eduardo Coutinho, “*Cabra marcado para morrer*”, produzido em 1984, que retrata as lutas das Ligas Camponesas de Sapé e o impacto da repressão na vida privada de seus integrantes, em especial, da viúva de João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira, que, após o golpe de 1964 e de sua libertação da prisão, viu-se separada de seus filhos e foi viver na clandestinidade no interior do Rio Grande do Norte.

agudos conflitos provocados pela questão agrária do país, que sofreu reveses ainda mais dramáticos através da violência e da repressão de milícias privadas e do Estado anterior e posterior a 1964.

A questão agrária na região também adquiriu outros contornos, estratégias, táticas e lutas, em períodos posteriores, muito embora, com reações não muito diferentes sobre algumas de suas lideranças.

Seguindo a estrada que sai de Guarabira em direção à Campina Grande, a principal rota adotada é a PB-75, onde fica localizado o Campus III da UEPB. Antes de pegar a PB-79 em direção à BR-230, cruza-se a sede do município Alagoa Grande, terra de Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, assassinada na porta de sua casa em 12 de agosto de 1983.

Como se sabe, embora as causas fossem as mesmas (em linhas gerais, a alta concentração de terras, a conservação e remodelação de formas sociais de dominação que remontam ao escravismo e ao patrimonialismo sob concepções de modernização do campo que privilegiam a lógica do capital), as estratégias, táticas e formas de organização dos trabalhadores rurais, assim com outros agentes militantes ligados à causa, variam, se complementam e até se chocam, em meio ao processo de lutas.

De modo geral, a luta travada pelo sindicalismo rural concentrou-se na estratégia de implementação do Estatuto do Trabalhador Rural, estabelecido em 1962, logo após a extensão dos direitos da CLT às relações de trabalho no campo. Significava, portanto, fazer valer o que a lei prescrevia. Mas o atraso frente à implementação da CLT aos trabalhadores urbanos e o grau de resistência política do patronato rural em acordar com direitos mínimos, assim como a violência extrema contra lideranças e movimentos, evidenciam o quão profundas são as raízes históricas das formas de dominação e o tamanho dos desafios da resistência de quem vive de seu trabalho no campo no Nordeste brasileiro.¹⁴ Esta era a principal

¹⁴ Em dissertação de mestrado em História recentemente defendida, Júlio Cesar Pessoa de Barros analisa as medidas adotadas nos quatorze meses do governo de Miguel Arraes, entre 1963 e 1964, em relação aos conflitos no campo no estado vizinho de Pernambuco. No texto, ficam patentes as resistências do patronato a qualquer medida minimamente democratizante e ao respeito de direitos mínimos aos trabalhadores como seres humanos. Com bastante recorrência, os acordos que sinalizavam com o atendimento aos movimentos de pressão dos trabalhadores só eram feitos quando a pauta do capital (principalmente o aumento do preço do açúcar) fosse atendida. A garantia de respeito aos direitos, portanto, tornava-se moeda de barganha de uma classe que não hesitava em ameaçar quem se interpusesse contra seus interesses, mesmo dentro da lógica vigente do capital, e conspirasse a favor de um Estado que não tivesse pudores em relação ao uso da violência como solução de conflitos. Cf. BARROS, Júlio César Pessoa de. *Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)*. Recife: Dissertação de mestrado em História/UFPE, 2013.

frente de ação, aliás, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, que, no momento do assassinato de Margarida Maria Alves, movia mais de 70 processos na Justiça do Trabalho contra usinas da região.

A presença da Igreja em meio ao sindicalismo rural do Nordeste era forte desde a década de 1960, principalmente na concorrência à presença comunista nos sindicatos e à influência das Ligas Camponesas, ainda que existissem convergências, em muitos casos. A partir da virada da década de 1970, a presença de parte da Igreja torna-se mais ativa no apoio à luta em torno da questão agrária, principalmente no apoio às lutas dos Sindicatos Rurais.

Para qualquer um que transcorre as regiões do Brejo e do Agreste paraibanos, inevitavelmente perceberá a influência da Igreja Católica, especialmente através das inúmeras referências e homenagens ao capuchinho Frei Damião. Em Guarabira, aliás, encontra-se um santuário àquele religioso com uma estátua de 34 metros de altura, uma das maiores estátuas do país. Porém, à constante presença deste notório frei anticomunista confronta-se uma memória mais silenciosa, porém bastante presente, de outra parte de sacerdotes católicos da região que estiveram próximos das lutas dos trabalhadores, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Um dos casos mais emblemáticos das tensões sociais em que membros do clero local estiveram envolvidos ocorreu em 1985, quando um conluio entre proprietários rurais e um Juiz - que, logo depois, viria a ser afastado das atividades jurídicas - manteve em cárcere, por 38 dias, sem acusação formal, um militante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no município de Araruna. Em ato de resistência, sacerdotes vinculados à Diocese de Guarabira resolveram se negar a conferir os sacramentos católicos até que fosse feita a libertação do militante, em episódio que passou a ser conhecido como “greve dos padres”.¹⁵

Esse episódio singular é apenas uma das expressões das lutas sociais e políticas de trabalhadores da região, por intermédio da Igreja Católica. A ação decisiva de parte da Diocese de Guarabira nas lutas dos trabalhadores rurais e urbanos da região, principalmente na década de 1980, manifestava-se em outros ramos táticos complementares importantes, dentre eles a formação do Centro de

¹⁵ Cf. PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. *A trajetória religiosa-política do padre Luigi Pescarmona (1960-2010): entre o habitus partição e o assistencial*. Campina Grande: Tese de Doutorado em Ciências Sociais/Universidade Federal de Campina Grande, 2012, p. 180-181; OOSTERHOUT, Maria da Conceição M. Cardoso. Experiências de cura e expressões do catolicismo no meio rural: um estudo na região do Brejo paraibano. In: *Anais do 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais - UFCG*, 2008; OOSTERHOUT, Maria da Conceição M. Cardoso. Faces da religião católica no Brejo da Paraíba: experiências de cura e sincretismo no contexto do catolicismo contemporâneo. In: *Anais do XIII Congresso de Sociologia - UFPE*, 2007.

Orientação dos Direitos Humanos (CODH), em 1981, que tinha, dentre suas funções, instruir para que os trabalhadores recorressem à Delegacia Regional do Trabalho ou aos seus sindicatos, a fim de contribuir para o fortalecimento de organizações classistas.¹⁶ Assim, sabe-se de antemão, que muitos dos processos da Justiça do Trabalho que estão à espera de tratamento no NDH-CH/UEPB, falam a respeito das estratégias e embates da luta pela terra, com o envolvimento de diversas instituições que contribuíram nos tensionamentos com vistas à construção de um Estado Democrático de Direito na década de 1980.

Além de um amplo espectro de movimentos nas experiências de lutas dos trabalhadores da região que não podem ser mencionados aqui por questão de tempo - como o próprio Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e os assentamentos da região - talvez caiba uma breve referência também ao Serviço de Educação Popular (SEDUP).

Fundada em 1981, também com vínculos com a Diocese de Guarabira, o SEDUP propôs-se a ser um instrumento de apoio às organizações e mobilizações populares, do campo e da cidade do estado da Paraíba, através da Educação, e ainda continua a ser uma importante referência para as lutas sociais na região.

Cabe destacar, que, de um modo ou de outro, o SEDUP integra uma trajetória de Educação Popular na região, interrompida pelo Golpe de 1964. Em 1962, estudantes e professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal da Paraíba, muitos deles ligados à Juventude Universitária Católica (JUC), organizaram a CEPLAR (Campanha de Educação Popular)¹⁷, que contou também com apoio do governo estadual. Uma das primeiras experiências constituídas a partir do suporte teórico-metodológico estruturado por Paulo Freire, a CEPLAR objetivava erradicar o analfabetismo com vistas à instrumentalização da vida cidadã plena, com o tratamento de questões cotidianas dos trabalhadores em sala de aula e o estímulo à sindicalização e à luta por direitos. Suas ações em bairros operários da capital, logo expandiram-se para a região metropolitana, e, dali, para municípios do interior onde as lutas das Ligas Camponesas redundavam em conflitos sociais mais acentuados, além da cidade-fábrica de Rio Tinto. Contudo, a violência do golpe de 1964 pôs fim àquela experiência a partir da perseguição a alguns integrantes e a processos em que se imputava a acusação de subversão da ordem.

¹⁶ PAIVA NETO, Francisco Fagundes de, *op. cit.*, p. 166.

¹⁷ Um resgate da memória e contribuição à história da CEPLAR, escrita por duas de suas integrantes, pode ser conferido em PORTO, Maria das Dores Paiva de Oliveira e LAGE, Iveline Lucena da Costa. *CEPLAR - História de um sonho coletivo: uma experiência de Educação Popular na Paraíba destruída pelo golpe de Estado de 1964*. João Pessoa: Conselho Estadual de Educação/Secretaria Estadual de Educação-PB, 1995.

Todas essas experiências relatadas aqui fazem correspondência à interrupção que o golpe de 1964 impôs às lutas sociais e a ampliação de direitos no Brasil e que, de um modo ou outro, permaneceram durante a ditadura e foram redimensionadas para o contexto da chamada redemocratização. Elas dão uma ideia do contexto social em que foi produzida a documentação da Justiça do Trabalho da 13ª Região a partir das vésperas da Constituição de 1988, resgatada da ordem de descarte pela UEPB. Em uma próxima oportunidade, espera-se poder apresentar também o contexto da Vara de Sousa, localizada no Sertão Paraibano, que possui outras particularidades em sua formação histórica, também fortemente ligadas à questão da terra.

Com a descrição deste contexto geo-histórico dos arredores de Guarabira, creio não haver dúvidas sobre a importância de preservação da documentação da Justiça do Trabalho para a compreensão das relações sociais de parte do interior do Brasil, que, como qualquer outra região, deve ser levada em conta se quisermos pensar em uma história verdadeiramente nacional ou mesmo em perspectiva transnacional, conforme se apresenta em propostas vigentes na área da História do Trabalho¹⁸ e em outras áreas do conhecimento. E isso é ainda mais urgente, quando se coloca em discussão períodos que envolvem rupturas e permanências em processos de transição política de regimes ditatoriais para regimes ditos democráticos e os limites e avanços do nosso Estado Democrático de Direito (ou de Não-Direito).¹⁹

Tão importante quanto, é preservar essa documentação e torná-la acessível à própria comunidade que a produziu, para que ela própria se aproprie de sua memória e de sua história.

Considerações finais

Para concluir, ressalta-se o óbvio: a luta pela preservação de documentação histórica ainda enfrenta diversos desafios em um país que se pretende regido pela lógica de um Estado Democrático de Direito. O tratamento dispensado à

¹⁸ LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, nº 1, p. 13-26, jan.-jun. 2009; LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, v. 24, nº 2, p. 11-40, 2005; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Ângela (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 85-103.

¹⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Transição política e não-estado de direito na República. In: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 260-305.

documentação histórica por parte do poder público, de forma geral, em todo o país, reflete as tensões e contradições de uma sociedade em permanente conflito. Afinal, a esfera da memória e da história sobre o passado são dimensões fundamentais das lutas sociais empreendidas no(s) presente(s). História e memória são, portanto, esferas de disputas simbólicas com implicações concretas.

Mas o avanço nesta disputa é contínuo. Na Paraíba, a Comissão Estadual da Verdade começou a fazer seu trabalho a partir do início de 2013. E, mais recentemente, em 15 de agosto, a Assembleia Legislativa da Paraíba aprovou a Lei 10.086, que proíbe nomes de ditadores em bens públicos da esfera estadual, dando prazo de um ano para as substituições. Resta somar forças para aplicar e ampliar a lei em todas as esferas, também municipais e, mais do que na hora, em âmbito nacional.

Porém, talvez ainda hoje a ideia de obviedade há pouco referida esteja adstrita apenas a grupos específicos, compostos por historiadores, cientistas sociais, arquivistas, alguns magistrados, sindicalistas e militantes de movimentos sociais.

Se for assim, continuemos na marcha em defesa pelo óbvio, como sinalizava o poeta Bertold Brecht. Através da constante luta pela preservação de acervos, poderemos fazer emergir uma nova consciência acerca dos direitos à memória, à história e sua importância para a constituição de projetos alternativos de futuro.

Referências bibliográficas

BARROS, Júlio César Pessoa de. *Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)*. Recife: Dissertação de mestrado em História/UFPE, 2013.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva e FREIRE, Emilia Augusta Lins. *Sapateiro, comunista e cidadão: a história de Chico do Baita*. João Pessoa: Autores Associados, 2001.

LIMA, Luciano Mendonça de. *Derramando susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande*. Campina Grande: Editora da UFCG, 2006.

LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, nº 1, p. 13-26, jan.-jun. 2009.

_____. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, v. 24, nº 2, p. 11-40, 2005

LONER, Beatriz Ana. O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito Bisso. *Trabalho, Justiça e Direitos: perspectivas historiográficas*. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 9-24.

LOPES, José Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

MARQUES, Antonio José e STAMPA, Inez Terezinha. *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

OOSTERHOUT, Maria da Conceição M. Cardoso. Experiências de cura e expressões do catolicismo no meio rural: um estudo na região do Brejo paraibano. In: *Anais do 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais - UFCG*, 2008.

_____. Faces da religião católica no Brejo da Paraíba: experiências de cura e sincretismo no contexto do catolicismo contemporâneo. In: *Anais do XIII Congresso de Sociologia - UFPE*, 2007.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. *A trajetória religiosa-política do padre Luigi Pescarmona (1960-2010): entre o habitus partição e o assistencial*. Campina Grande: Tese de Doutorado em Ciências Sociais/Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Transição política e não-estado de direito na República. In: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 260-305.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Ângela (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 85-103.

PORTO, Maria das Dores Paiva de Oliveira e LAGE, Iveline Lucena da Costa. *CEPLAR - História de um sonho coletivo: uma experiência de Educação Popular na Paraíba destruída pelo golpe de Estado de 1964*. João Pessoa: Conselho Estadual de Educação/Secretaria Estadual de Educação-PB, 1995.

SECRETO, Verónica. *(Des)medidos: a revolta dos Quebra-Quilos (1874-1876)*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2011.

VALE, Eltern Campina. *Tecendo fios, fazendo a história: a atuação operária na cidade-*

fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal do Ceará, 2008.

Filmes documentários

Cabra marcado para morrer. (Direção de Eduardo Coutinho, Brasil, 1984).

Uma questão de terra. (Direção: Manfredo Caldas, Brasil, 1987).

UMA APROXIMAÇÃO AOS ARQUIVOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO SINDICAL E DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO URUGUAI

Rodolfo Porrini
Faculdade de Humanidades
e Ciências da Educação
Universidade da República
Montevidéo - Uruguai

“Los que han investigado la historia del movimiento obrero, el primer inconveniente que encuentran es siempre el de las fuentes, pues es común tener que estudiar el pasado popular a través de los escritos, las palabras y aún las imágenes producidas por los otros sectores sociales. [...] Los sectores sociales, los individuos y las naciones existen en la medida en que tienen memoria. Por ello los archivos son tan importantes. Permiten que los actores históricos tengan espesor, identidad y existencia. De otra manera, o desaparecen, o retornan a la vida según la relatan quienes a menudo han sido sus adversarios.”

José Pedro Barrán¹

¹ José Pedro Barrán, Palabras de abertura no Seminário “Memoria oral e historia del mundo del trabajo”, Montevideo, 23 de noviembre 2002: em Rodolfo Porrini, Historia y memoria del mundo del trabajo. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/CSIC, 2004, pp. 43-44.

Introdução

Uma pesquisa minuciosa, detalhada e precisa sobre a situação dos arquivos e das coleções históricas do sindicalismo no Uruguai é ainda uma tarefa pendente e em construção. Embora existam antecedentes importantes que procuraram identificar e preservar os arquivos - incluindo os trabalhos desenvolvidos por alguns sindicatos, associações e coletivos de trabalhadores - esses desafios e essas tarefas ainda não foram confrontados na sua totalidade, já que não se consideraram três aspectos: a) toda a extensão do território nacional (urbano e rural; capital e interior); b) a variedade e heterogeneidade das organizações sindicais desde as suas origens ao longo do século XIX até os dias atuais (organizações de mutuários, de classe, não classistas, de diversas ideologias, as que desapareceram, as que ainda existem); c) as adversidades históricas compostas de dificuldades materiais e situações de restrição de atuação ou devido à repressão que muitas delas sofreram.²

Os esforços para resgatar e preservar arquivos e memórias têm sido feitos em diversos momentos, e se realizaram em diferentes lugares: sindicais, políticos, centros privados de pesquisa e formação, universitários, de grupos e pessoas. Conseguiram-se avanços na formação de acervos documentais em alguns sindicatos: identificação de documentos, levantamento de material fotográfico em um momento determinado, construção de fontes orais através de entrevistas em áudio e/ou filmadas.

O “arquivo” está ligado diretamente à memória, à identidade operária/trabalhadora, à cultura e à história dos trabalhadores e das classes trabalhadoras, processos que se alimentam mutuamente, se combinam, e às vezes pelas complexidades que se escondem no poder do conhecimento histórico e seus usos, entram em disputa.

Experiências como as do Instituto Internacional de História Social (IIHS) de Amsterdam, do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), do Centro de Documentação e Pesquisa da Cultura das Esquerdas na Argentina (CEDINCI) em Buenos Aires, nos levam a pensar na

² A dificuldade de preservação dos arquivos históricos do sindicalismo uruguaio deve ser contextualizada com as sucessivas desaparecimentos da maior parte da documentação de organizações de trabalhadores, sindicatos, federações e centrais precedentes da atual Plenária Intersindical de Trabalhadores/Convenção Nacional de Trabalhadores (PIT/CNT). Elas foram, indicando o ano de fundação: Federação de Trabalhadores da República Oriental do Uruguai (1875), Federação Operária Regional Uruguaia (FORU, 1905), União Sindical Uruguaia (USU, 1923), Confederação Geral do Trabalho do Uruguai (CGTU, 1929), União Geral de Trabalhadores (UGT, 1942), Confederação Sindical do Uruguai (CSU, 1951), Central de Trabalhadores do Uruguai (CTU, 1961) e Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT, 1964-66); organizações relacionadas com centrais sindicais internacionais e regionais em suas respectivas épocas, assim como as federações por ramo ou secretariados profissionais.

importância de empenhar esforços, conseguir recursos e refletir sobre quais são os sentidos de centrar a atenção na história e memória dos trabalhadores e suas organizações, dos sindicatos, dos intelectuais e dos partidos que tiveram a sua influência. Para movimentos sindicais nacionais, também significa explorar um sentido de posse particular - *nacional* e também *próprio* ou *de classe*, de “independência” e soberania com respeito a acervos documentais que não estão com eles, seja preservados no âmbito estatal, em entidades de países do capitalismo desenvolvido ou mesmo na ex União Soviética. Em alguns casos, a ampla vocação desses arquivos “estrangeiros” permite estrategicamente que atualmente possa se conhecer e consultar os vestígios do passado, em especial sobre os países ou organizações populares que suportaram situações de repressão específicas, mais ou menos prolongadas. Por exemplo, a extensa vida ilegal do Partido Comunista no Brasil e as restrições a sindicatos de classes; ou a ditadura uruguaia que exigiu uma “repatriação” de algumas coleções documentais, como é o caso do acervo da anarquista Luce Fabbri ao Instituto Internacional de História Social.

Em 2004, expus, em uma conjuntura promissora, desafios que ainda hoje estão presentes:

“En una situación ambivalente en la cual hay un evidente retroceso de las fuerzas sindicales en el Uruguay y a la vez un aumento en las esperanzas de un cambio político-electoral en un sentido popular, se inserta la edición de esta publicación. Los debates sobre la centralidad (o no) del trabajo asalariado, y sobre los roles de las organizaciones y culturas que se han construido sobre aquel, permean y acicatean las tareas del historiador y otros investigadores. Las modas han alejado algunos historiadores en el interés por lo ‘sindical’ y el mundo ‘de abajo’, aunque otros permanecen profundizando diversos aspectos y surgen nuevos investigadores. Por otra parte, la problemática planteada en el libro sobre la situación de la documentación obrera (la dispersa y la que corre riesgo de perderse para siempre) creemos que constituye un punto de partida para trabajos e investigaciones que tal vez debieran contar con un apoyo institucional permanente (por parte de la Universidad de la República y del PIT-CNT) y con un vínculo directo y coordinación con organizaciones sindicales y centros especializados públicos y privados, dentro y fuera del país”.³

O presente artigo abordará basicamente: I) a situação de arquivos e coleções sindicais uruguaias, assim como o papel do sindicalismo em relação aos temas “Verdade e Justiça”; II) arquivos e coleções de organizações sociais: do

³ Rodolfo Porrini, “Presentación”, em R. Porrini (compilador). Historia y memoria del mundo del trabajo. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/CSIC, 2004, p.7.

movimento estudantil e do cooperativismo por moradia através da ajuda mútua; III) algumas sumárias reflexões sobre os desafios na conformação de arquivos dos trabalhadores e dos movimentos sociais populares.

1 - Arquivos do movimento sindical no Uruguai

Antecedentes

O sindicalismo uruguaio tem uma longa história e uma extensa continuidade organizativa, no sentido de haver surgido, a partir do último quarto do século XIX, diferentes experiências de sociedades de mutuários, sociedades de resistência, organizações por ofícios e os novos sindicatos por ramo de atividade, federações e centrais sindicais, até chegar na metade da década de 1950 a trilhar o longo caminho da unificação sindical, que se conformou na metade dos anos sessenta na Convenção Nacional dos Trabalhadores, a CNT⁴. Processo inovador e incomum que envolveu o trabalho conjunto das diversas correntes do sindicalismo em um organismo unificado e implantou o pluralismo ideológico como um de seus traços de identidade.

Outra característica do associativismo dos trabalhadores no Uruguai foi a precoce e contínua tradição de ter na sua organização e direção, ao longo do seu extenso percurso, a influência de correntes internacionais das esquerdas (anarquistas, socialistas e comunistas). Por outro lado, católicos e especialmente os membros dos partidos “tradicionais” nacionais (Partido Colorado e Partido Nacional), tiveram menor presença nesse associativismo, porém com certa importância no conjunto dos trabalhadores até fins do século XX. A influência dessas esquerdas tem ainda hoje uma continuidade organizativa, apesar das mudanças ideológicas e divisões no Partido Socialista (PS), no Partido Comunista (PC) e nas organizações anarquistas, como a Federação Anarquista Uruguaia (FAU), que, de alguma forma sintetizam e “contêm” aquele passado, embora não necessariamente seus arquivos e documentos históricos, com algumas exceções.

Há uma *arqueologia* no processo de construção e preservação da memória, da documentação sindical da classe trabalhadora, que tem as mesmas práticas culturais dos militantes sindicais ou das organizações políticas que as nutriam e

⁴ Rodolfo Porrini. Una mirada de largo plazo de algunas características y evolución del movimiento sindical en Uruguay (1870-2006)”, en Las relaciones laborales en el Bicentenario. Montevideo: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 2011, pp. 13-25.

conduziam. Neste sentido, deve-se considerar, embora expressadas de forma mais difusas, as pacientes e persistentes tarefas de produção e preservação do material escrito e visual - livros de atas, folhetos, cartazes, jornais, fotografias, panfletos, livros - a intenção da sua divulgação nas bibliotecas e nas atividades de formação militante, com tendência a gerar uma “certa obrigação” e ao mesmo tempo um gosto pela leitura e no cuidado com esses materiais, práticas que contribuíram para que alguns dos vestígios dessa ampla produção pudessem *sobreviver* e estar disponíveis em lugares públicos de custódia como a Biblioteca Nacional de Montevideu (o principal acervo documental de periódicos e fontes que se referem ao sindicalismo) e outros espaços, entre eles os sindicatos. Por exemplo, na atual pequena Biblioteca do Ateneu Popular Bernardo Groisman do Sindicato Único da Agulha, em Montevideu, que representa os trabalhadores e trabalhadoras da indústria do vestuário, existem alguns exemplares de livros e folhetos procedentes da Biblioteca do Centro Internacional de Estudos Sociais, entidade fundada em 1897, que influenciava na vida, na organização e na cultura dos trabalhadores.

A partir da década de oitenta, como antecedentes e iniciativas que tiveram a intenção de identificar, recuperar e organizar arquivos e coleções do sindicalismo, se deve mencionar:

a) O projeto da Fundação Pablo Iglesias, da Espanha, vinculada ao Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), em 1991, de constituir uma Rede ibero-americana de arquivos e centros de documentação. Esta foi talvez a mais específica e ambiciosa proposta, com uma preocupação de recuperar arquivos e coleções sindicais da Espanha e América. A iniciativa procurou reunir representantes de centros de pesquisa, formação e documentação vinculados ao mundo do trabalho e/ou “movimento operário” da Espanha, Argentina, Chile, Peru, Brasil, Uruguai e, ao norte, o México. Durante o seu desenvolvimento se expuseram os trabalhos que esses centros vinham realizando em geral e sobre arquivos e documentos em particular. O projeto levou a criação da “*Associação Ibero-americana para o Resgate e Proteção dos arquivos dos trabalhadores e suas organizações*” (AIRPATO), fundada em Buenos Aires em abril de 1992, e da “*Rede Uruguia de Documentação Sindical*” (REDSU). Como resultado do projeto foi editado um livro com relatórios sobre a situação dos arquivos e da documentação do movimento operário em alguns países⁵.

No artigo “*Documentos da Rede de Documentação Sindical do Uruguai*” se formula uma análise da “situação das fontes documentais e arquivísticas do

⁵Asociación Iberoamericana para la recuperación y protección de los archivos de los trabajadores y sus organizaciones (AIRPATO). Documentos de la Primera Reunión Iberoamericana para la Recuperación y Conservación de Archivos y Documentación de los Trabajadores y los Movimientos Sociales. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1992.

movimento operário”. Nele se advertia: I) a centralização da documentação em Montevideu e a quase inexistência de arquivos no interior do país; II) a escassa tradição uruguaia (pública e sindical) em preservar documentação relacionada com os sindicatos; III) a escassez de recursos da Biblioteca Nacional de Montevideu [*“um depósito privilegiado de documentação sindical”*] para incorporar novos materiais, fato atenuado pelo dispositivo obrigatório do Depósito Legal, mas ignorado por muitos editores; IV) a inexistência de fundos documentais de sindicatos no Arquivo Geral da Nação, Arquivo do Museu Histórico Nacional e no Archivo de la Palabra del Sodore; V) a existência de documentos de Comissões Parlamentares na Biblioteca e Arquivo do Poder Legislativo; VI) as organizações sindicais têm graves carências nas atividades de preservação documental (a maioria não deu atenção especial a seus arquivos; ou *“se limitaram à preservação - fragmentada e nem sempre ordenada - de um número muito limitada de documentos”*). Entre os fatores que explicam isto estão: a ação destrutiva da ditadura e a perda do hábito das novas gerações de militantes da preservação documental⁶. Não obstante os esforços de trabalho conjunto, a coordenação uruguaia, REDSU teve uma vida curta.

b) Anos depois, desde a central sindical Plenária Intersindical de Trabalhadores - Convenção Nacional dos Trabalhadores (PIT-CNT), o Instituto Cuesta-Duarte (ICUDU) e antigos sindicalistas da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT), aconteceram os trabalhos desenvolvidos em 1996 pela “Comissão em Homenagem a Gerardo Cuesta”. Esta Comissão promoveu a construção de um monumento a esse dirigente da CNT em uma Praça de Montevideu e a edição do livro *A geração de Cuesta*⁷. No entanto, os trabalhos de preservação documental e arquivístico inicialmente presentes no ICUDU, não tiveram um desenvolvimento continuado. Pode-se assinalar a edição de duas bibliografias selecionadas: *“Trabalho no Uruguai 1984-1989”* (PIT-CNT) e *“Trabalho no Uruguai 1990-1994”*, editado pela “Biblioteca e Arquivo ICUDU”⁸, assim como a organização da mostra fotográfica “Um século do 1º de Maio na História do Uruguai” exposta na Biblioteca Nacional em abril de 1993⁹. As ações do referido Instituto mostram interesse pela história sindical,

⁶ “Documentos de la Red de Documentación Sindical de Uruguay” en Asociación Iberoamericana para la Recuperación y Protección de los archivos ..., op.cit., pp. 465-485.

⁷ Como se destaca no Prólogo, “El objetivo de la Comisión de Homenaje a Gerardo Cuesta ha sido el lógico: Derrotar al olvido; contribuir al mayor conocimiento por las nuevas generaciones de militantes y dirigentes sindicales del rico y complejo proceso que posibilitó que en Uruguay haya una sola Central Sindical”. Carlos BOUZAS, La generación de Cuesta. Montevideo, 1997, pp. 5-6.

⁸ Trabajo en el Uruguay. Bibliografía selectiva y anotada 1984-1989 (versión preliminar). Secretaria de Cultura y Formación Sindical. Montevideo: 1989. Trabajo en el Uruguay 1990-1994. Bibliografía selectiva. Biblioteca y Archivo Instituto Cuesta-Duarte, PIT CNT. Montevideo: 1994. Esses trabalhos não foram editados de modo tradicional, sendo impressos diretamente do computador e logo fotocopiados.

⁹ A pesquisa histórica para a sua realização esteve por conta de Yamandú González Sierra.

expressas no seu veículo de imprensa *Trabalho & Utopia* com artigos sobre história das agremiações, episódios emblemáticos, perfil de militantes. Os seus Planos de Formação incluem a disciplina História do Movimento Sindical no Uruguai.

c) Nos sindicatos também se realizaram distintas ações com a intenção de resgatar a memória histórica: I) a elaboração da história de suas organizações, o que levou a localizar e recriar diversos repertórios de fontes¹⁰; II) a comemoração de acontecimentos simbólicos e atividades específicas (registradas em fotos, filmagens ou breves folhetos); III) e, como casos menos frequentes, a realização de entrevistas com antigos militantes e “dirigentes históricos”, como realizou há alguns anos o Sindicato Único da Administração Nacional de Portuária (SUANP).

d) Uma importante pesquisa desenvolvida no Centro Latino-americano de Economia Humana (CLAEH) na metade da década de 1980, com o apoio do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), levada adiante pelos historiadores Carlos Zubillaga e Jorge Balbis, culminou com o *Dossiê de Documentos sobre el Movimiento Obrero Uruguayo*¹¹. Este dossiê não foi editado, porém foram feitas algumas poucas cópias dos imensos 11 volumes, os quais abrangeram documentação a partir de 1870 chegando até 1984. Os documentos dos diversos tomos estão articulados em torno de cinco grandes capítulos: 1) condições de vida e trabalho; 2) confrontos estratégicos e táticos; 3) problemas organizativos; 4) movimento sindical e sistema político; 5) grandes conflitos.

e) Existem trabalhos de vários pesquisadores independentes ou vinculados a organizações políticas interessadas nas histórias do “movimento operário” e dos trabalhadores; entre estes, temos o trabalho de Yamandú González Sierra desde o Centro Interdisciplinar de Estudos sobre o Desenvolvimento do Uruguai (CIEDUR) e seu Programa/Projeto “Dates e Dates Rural”. Também a Área de História do Instituto Cuesta-Duarte da PIT-CNT, com sua pesquisa sobre as origens do associativismo dos trabalhadores no Uruguai. Outros pesquisadores, como Hugo Cores, conseguiram preservar documentação sindical, em particular da corrente anarquista; o Prof. Alción Cheroni, preservou uma parte do acervo documental do seu pai Rogelio Cheroni Sanromán, representante da Organização Sindical do Trabalho (OIT) no

¹⁰ Entre eles: ellos: Yamandú GONZÁLEZ SIERRA, Un sindicato con historia. Unión de Obreros, Empleados y Supervisores de FUNSA, 3 tomos. Montevideo: Ciedur/UOESF, 1991 y 1998; Daniel FESSLER y Néstor BAUMANN, Judiciales: de la Asociación al Sindicato. .Montevideo: FCU, 2003; Juan Pedro CIGANDA, Sin desensillar ... y hasta que aclare. La resistencia a la dictadura, AEBU, 1973-1984. Montevideo: Ediciones Cauce, 2007; Universindo RODRÍGUEZ, Silvia VISCONTI, Albañiles, esos obreros del andamio. Montevideo: Sunca, 2008; Rodolfo PORRINI, Lorena GARCÍA, Diego AGUIRREZÁBAL, Del cuero ‘mal educado’ y afines. Una historia de los obreros curtidores en el Uruguay. Montevideo: CSEAM, 2011 [disponible en el sitio de la Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio: <http://www.extension.edu.uy/editorial?page=1>].

¹¹ Carlos ZUBILLAGA y Jorge BALBIS, Dossier de Documentos sobre el Movimiento Obrero Uruguayo. Montevideo: CLAEH-FESUR, sd, 11 volúmenes.

Uruguai nos anos 40 e 50; o anarquista Juan Carlos Mechoso, dispôs de abundantes fontes para elaborar sua obra sobre a Federação Anarquista Uruguiaia (FAU) com quatro extensos volumes¹².

f) O projeto de pesquisa que coordenei, “*Hacia la recuperación de la memoria oral y los archivos históricos del movimiento sindical em Uruguay*”, foi executado entre 2001 e 2002, quando realizamos um levantamento de acervos, arquivos e coleções de organizações sindicais, assim como uma série de entrevistas orais com veteranos e jovens sindicalistas. O mencionado *Projeto* foi realizado junto com os historiadores Universindo Rodríguez Díaz, Isabel Wschebor e María Eugenia Jung. Entre suas principais metas se destacaram tentar “recuperar la memoria oral de los trabajadores así como [localizar] documentación producida por los sindicatos y que obra en su poder. Ambos esfuerzos pretenden contribuir a crear fuentes y herramientas en el complejo proceso de reconstruir la historia de los trabajadores y los sindicatos, ayudando tanto a éstos como a los investigadores.”

Projeto recuperação da memória e dos arquivos históricos do movimento sindical no Uruguai

A equipe do Projeto definiu quatro campos de trabalhos importantes a partir do desenho de formulários: 1) a ficha institucional, através da qual se obteve informações atualizadas da entidade sindical¹³; 2) a ficha de descrição documental, com o registro mais ou menos detalhado da documentação disponível nos locais sindicais¹⁴;

¹² Juan Carlos MECHOSO, *Acción directa anarquista: una historia de FAU*. Montevideo: Recortes, 2002 (Tomo 1 Raíces, 1870-1940). 2005 (Tomo 2 La Fundación). 2006 (Tomo 3 Los Primeros años. 2011 (Tomo 4).

¹³ A “ficha institucional” consiste em um formulário que registra informações relevantes dos sindicatos (ramo, nome atual e anterior, dados do local - endereço, telefone, e-mail - anos de fundação e de filiação à central sindical, filiais, vínculos internacionais, estatutos, personalidade jurídica, filiados e trabalhadores do setor, publicações atuais e anteriores, serviços); material documental (escrito, audiovisual, cartazes, fotos, “histórias”), fontes orais a entrevistar; forma de organização do material e responsável pelo mesmo; organograma. Foi tomado como base para a elaboração da ficha o “guia sindical” elaborada pelo Centro Uruguai Independente (CUI): *Guia Sindical*. Montevideo: CUI-FESUR, 1990.

¹⁴ A “ficha de descrição documental” permite o início do processo de levantamento das fontes localizadas nos sindicatos assim como as que estão com os sindicalistas. Constituiu o desafio mais importante do projeto, onde se observaram acertos e equívocos. A ficha identifica a instituição, o tipo de fonte e dados específicos correspondentes, a saber: Livros de Atas (organismo, ano e data de abrangência, manuscrito ou impresso); Publicações Periódicas (editor, título, primeiro número de lançamento, frequência, período de existência, etc.); Monografias; Material audiovisual; Fotos, panfletos, cartazes e objetos vários; informações gerais. Em todos os casos se destaca sua “localização” no espaço sindical ou pertencente a um arquivo particular.

3) um roteiro para a realização de entrevistas, individuais e coletivas¹⁵; 4) os registros das fontes documentais em diversos formatos e suportes (originais, fotos digitais e fotocópias).

A partir destas atividades se identificou a situação documental histórica de muitos dos sindicatos existentes no momento (2001-2002). Identificamos três sindicatos e duas associações que dispunham de significativos arquivos ou coleções com documentação histórica: a) Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay (AEBU); b) Federación Obrera de la Industria de la Carne y Afines (FOICA), c) Unión de Obreros, Empleados y Supervisores de Funsa (UOESF), sindicato da área de pneumáticos, atualmente em um projeto de autogestão pelos próprios trabalhadores; d) Sindicato Autónomo Tabacalero (SAT); todos estes localizados na cidade de Montevideu; e) Agreración Obrera Textil (AOT) de Juan Lacaze, no Departamento de Colônia, cuja fábrica fechou.

Foram realizadas entrevistas orais, gravadas em áudio e algumas poucas em vídeo. No total realizou-se 72 entrevistas (41 individuais, 31 coletivas), quatro delas também em vídeo. Foram abordadas no âmbito geral 181 pessoas. O projeto culminou com 127 horas de gravação em áudio. Trabalhadores de 39 sindicatos participaram do projeto.

A partir dessa base inicial - uma espécie de “fotografia” da situação documental nos sindicatos de Montevideu e em um de Juan Lacaze - se realizou uma avaliação primária, partindo de uma ideia geral que reconhecia a carência de ações relevantes para a preservação e divulgação do patrimônio documental histórico do sindicalismo uruguaio. Dentre as conclusões surgidas daquele projeto de pesquisa, destacamos:

1) De modo estrito, “não há arquivos históricos nos sindicatos uruguaiois”.

Houve destruição de muitos arquivos históricos dos sindicatos, mas paralelo a isto também ocorreu atividades de preservação individual e coletiva; b) Há que destacar a (quase) inexistência de arquivos históricos nos sindicatos (exceções: FOICA, UOESF, AEBU), porém restou alguma documentação em sedes sindicais e em mãos de sindicalistas e ex- sindicalistas. De forma geral poderia ser exposta uma tipologia sobre a modalidade de situação de custódia dos acervos: depósito “específico” com documentação histórica; biblioteca com documentos históricos; secretaria de imprensa, propaganda ou sindical, etc. onde se guardam materiais

¹⁵ “O roteiro de entrevista” partiu de um desenho simples e aberto, tendo como base um questionário muito geral que continha assuntos relacionados ao mundo e características do trabalho e da empresa, a atividade sindical, os vínculos com a política, enfatizando às vezes alguns destes aspectos. Assim mesmo, se registrou em um formulário, em especial nas entrevistas individuais, dados pessoais do entrevistado.

“antigos” (livros de atas, “estatutos”, jornais); documentação em arquivos pessoais de dirigentes e militantes.

2) É desigual a importância dada por dirigentes sindicais, militantes e ex-militantes ou aposentados à preservação dos materiais documentais históricos e atuais:

a) Não há conhecimentos específicos em matéria de documentação e história.

b) Há uma disposição formal dos dirigentes sindicais para a temática, mas escassez de tempo real e de meios materiais e humanos para realizar a tarefa.

3) Existe uma disparidade entre a “consciência histórica” e do papel da história para os dirigentes sindicais e aposentados e contraditória relação com a eventual organização de “arquivos históricos” (percebe-se uma distância entre aqueles que definiram “encarregar” ou apoiar a realização de uma pesquisa sobre a história do seu sindicato e aqueles que não a tem e ainda não formularam, por razões diversas, a ideia de impulsionar essa iniciativa).

4) Se constata uma dispersão e falta de organização dos acervos históricos dos sindicatos (se encontram na biblioteca, na “imprensa e propaganda”, dependem dos secretários e funcionários administrativos, estão em mãos de dirigentes e ex-dirigentes, em instituições de pesquisa ou políticas).

5) Existe o perigo de que se percam os atuais repositórios e que não se preservem para o futuro as fontes geradas hoje, somado ao problema de sindicatos debilitados ou que “desaparecem” quando cessam a atividade e a “fonte de trabalho”.

6) Há uma rica (complexa e ambígua) tradição oral que as gerações anteriores transmitem aos novos trabalhadores, porém muito pouco resguardo sistemático da memória oral (e também visual), em formatos adequados.

7) A “intervenção” - e eventualmente o impacto - da equipe de trabalho ao longo da pesquisa gerou um interesse real em alguns sindicatos e na PIT-CNT que seria interessante não desperdiçar. Em alguns casos, os pesquisadores participaram classificando e ordenando os acervos dos sindicatos, como na Asociación de la Prensa Uruguaya (APU), na Unión Nacional de Trabajadores del Metal y Ramas Afines (UNTMRA) e a coleção da FOICA (frigoríficos). Por outra parte, se detectou, em alguns casos, a inexistência de recursos materiais mínimos para sustentar qualquer iniciativa de preservação ou de recuperação documental. Alguns poucos sindicatos, apesar de disporem de meios econômicos, privilegiam os atuais aspectos da vida sindical e social. Na PIT-CNT, e em especial no Instituto Cuesta-Duarte, notou-se uma sensibilização e abertura para a “história” e a questão dos “arquivos”, embora exista uma tendência “imediatista” guiada pelos temas mais

prementes, predominando a visão de seus assessores (economistas, juristas e sociólogos)¹⁶.

Arquivos e coleções do sindicalismo uruguaio atual e iniciativas em andamento.

A guisa de “balanço” atual, depois de dez anos daquele projeto, poderia se fazer uma reflexão: embora tenha mudado a conjuntura e em muitos aspectos o sindicalismo e a PIT/CNT tenham se fortalecido. Entretanto, seus vínculos com as cenas do passado, arquivos e coleções, não acompanharam na mesma medida tal fortalecimento, pois muitas das limitações e carências assinaladas anteriormente ainda estão presentes, e até mesmo agravadas. Todavia, algumas iniciativas nos dão esperança de uma possível mudança favorável para entender e agir com respeito à dimensão cultural, de identidade, de sentido da reconstrução do passado, da existência e preservação dos seus documentos, dos vínculos com a trajetória de lutas, de vida, de culturas dos trabalhadores.

Biblioteca Nacional de Montevideú

A Biblioteca Nacional é uma dependência do Ministério de Educação e Cultura e preserva uma documentação (diários, jornais, revistas, folhetos, fotos e outros documentos) que é fundamental para a reconstrução histórica dos movimentos sociais e do sindicalismo em particular. São importantes suas coleções de jornais sindicais (uns quantos deles sem acesso ao público por estarem em processo de microfilmagem ou restauro); de revistas das esquerdas com informações muito valiosas para a vida sindical e das classes trabalhadoras e populares (revistas do Partido Comunista, Partido Socialista, anarquistas, outras vinculadas às esquerdas, dentro do Partido Nacional e do Partido Colorado). Custodia ademais a grande imprensa e revistas comerciais e de divulgação, de circulação nacional e de diversas regiões do país. Não existe um catálogo específico da documentação e jornais do movimento sindical, embora haja dados em um levantamento sobre a imprensa sindical desde 1870 até 1905 realizado por Carlos Zubillaga e Jorge Balbis¹⁷.

¹⁶“Informe de actividades del Proyecto ‘Hacia la recuperación de la memoria oral y los archivos históricos del movimiento sindical en Uruguay’”, presentado en el Seminario-Taller “Memoria oral e historia del mundo del trabajo”. Montevideo: FHCE, 23/11/2002.

¹⁷Carlos ZUBILLAGA y Jorge BALBIS, Historia del movimiento sindical uruguayo. Tomo II: Prensa obrera y obrerista. Montevideo: EBO, 1986.

Arquivos e coleções na Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidade da República

O Departamento de História do Uruguai dessa Faculdade conta com documentação compilada durante o projeto *“Hacia la recuperación de la memoria oral y los archivos históricos del movimiento sindical em Uruguay”* e algumas doações com fontes de sindicatos: I) Documentação da *“Comisión Nacional de Destituídos Públicos”* (1983-1986) doada por Gloria D’Alessandro; II) uma coleção da associação sindical AEBU, formada em 2000 e 2001, e que tem origem no arquivo particular do Prof. Miguel Feldman; III) uma coleção do Sindicato de Profesores de Enseñanza Privada (SINTEP), doada no ano 2000 pela Prof^a. Martha Urfel.

No Centro de Estudos Interdisciplinares Uruguaios (CEIU) há coleções de interesse, especialmente a de Héctor Rodríguez com materiais sobre a unificação sindical na CNT. Outra coleção é a de Marta Ponce de León e Ricardo Vilaró formada com materiais do exílio e da ação da CNT no Exterior, da reorganização sindical no país, relacionamentos com centrais sindicais europeias e denúncias perante a OIT. Por fim a coleção do político e sindicalista Hugo Cores com denúncias sobre violações de direitos humanos durante a ditadura¹⁸.

No Departamento de História do Instituto de Ciências Históricas se encontra o *“Archivo de Historia Oral”*, que se enriqueceu a partir do projeto de história oral *“Família, trabalho e lazer em Montevideú nos anos 40”*, dirigido pelo Prof. Dante Turcatti e a Prof^a. Laura Bermúdez. Por último, registro a recente doação do Prof. Carlos Zubillaga de uma parte significativa do rico acervo documental reunido a partir de sua extensa pesquisa sobre as origens do sindicalismo no Uruguai.

PIT-CNT, Instituto Cuesta-Duarte e a Comissão de Fundadores e Militantes da CNT

A documentação histórica da Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT), assim como a de muitos dos seus sindicatos, praticamente não existe na atual PIT-CNT, continuidade histórica daquela organização. As dificuldades derivadas da situação repressiva no final dos anos 60, com o golpe de Estado de 1973 e o regime ditatorial que pôs na ilegalidade a organização sindical, produziu, ademais do sequestro de pessoas, também o desaparecimento dos bens sindicais incluindo sua documentação, seus livros e seus símbolos.

¹⁸ Comunicação com Carlos Demasi, Encarregado da Direção do CEIU, realizada em Montevideú, 14/9/2013.

Iniciativas importantes de resgate estão sendo levadas adiante pela Comissão de Fundadores e Militantes da CNT, com o apoio da direção da PIT-CNT. O primeiro projeto foi a idealização e elaboração do livro *A geração de Cuesta*, logo ampliado com *A geração Cuesta-Duarte*¹⁹. Entre as suas propostas se encontra projeto de criar uma Biblioteca Sindical, com livros e material audiovisual sobre o movimento sindical e sua história. Atualmente essa ideia foi ampliada para um projeto mais ambicioso que é o de planejar, junto com diferentes órgãos vinculados a Universidade da República, um Centro de Documentação que incluiria, além de material bibliográfico e audiovisual, toda a documentação referente ao sindicalismo uruguaio desde suas origens. Começou a ser preparado o projeto, que contempla a realização de uma oficina da qual participarão integrantes da PIT-CNT, do Instituto Cuesta-Duarte, da Comissão de Fundadores da CNT, da Universidade da República, através das Faculdades de Humanidades e Arquitetura, da Escola de Biblioteconomia e do Serviço Central de Extensão Universitária, além de pesquisadores convidados²⁰.

Outros lugares com documentação são o Museo de la Revolución Industrial em Fray Bentos, sobre a base do Frigorífico Anglo, e sob a responsabilidade do Governo Departamental de Rio Negro; o Centro de Fotografia de Montevideo, que tem a custódia do Arquivo Fotográfico do diário O Popular; e com outras dificuldades ou impossibilidade de acesso, atualmente, os arquivos policiais da Dirección Nacional de Investigación y Inteligencia e os arquivos militares.

Audiovisuais sobre sindicatos e trabalhadores

A realização de diversos documentários implicou no levantamento de fontes visuais, filmicas, fotografias, documentação gráfica, escrita e filmagem de entrevistas. A Cooperativa Memória e Sociedade formada pelo realizador José Pedro Charlo e pelo historiador Universindo Rodríguez, produziu documentários de singular interesse. Destacam-se particularmente o filme *Héctor, el Tejedor* (2000) sobre a trajetória do político e sindicalista têxtil Héctor Rodríguez; e o filme sobre a resposta ao golpe de Estado de 1973, *A las 5 en punto* (2004). Ademais, produziu no ano de 2006 quatro DVDs contendo 12 documentários curtos, de 24 minutos cada um, sobre diversos aspectos da vida sindical e dos trabalhadores: *La Unificación; Obreros y Estudiantes; Mujeres: trabajadoras y sindicalistas; 1º de*

¹⁹ Carlos BOUZAS, *La generación de Cuesta*, Montevideo, 1997; Carlos BOUZAS (con aportes de Universindo Rodríguez y Silvia Visconti). *La generación Cuesta-Duarte*. Montevideo, 2009.

²⁰ Entrevista com Wladimir Turiansky e Jorge Voituret, realizada por Rodolfo Porrini. Montevideo, 13/9/2013.

Mayo de 1983; La CNT de la Resistencia; La CNT del Exílio; Textiles y Papeleros de Juan Lacaze; Trabajadores del Anglo (frigorífico, em Fray Bentos); *Congreso del Pueblo; Trabajadores bancarios; Trabajadores de FUNSA; Trabajadores*. Desde o interior do Departamento de História do Uruguai da Faculdade de Humanidades e do Projeto “Historia institucional de la Unión de Obreros Curtidores, del PIT-CNT” (2009) se realizou uma pesquisa com arquivos do sindicato e outras fontes, e um dos seus produtos foi o documentário Curtidores (2013)²¹.

Alguns arquivos e coleções sindicais

A documentação histórica na AEBU

A documentação histórica na Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay (AEBU) continua sendo um dos melhores e mais bem preservado arquivos sindicais no suporte papel. O arquivo está localizado principalmente no espaço da Biblioteca, mas também em outras seções da agremiação. Entre essa documentação são encontrados livros de atas (de assembleias gerais, de comissões de dirigentes da AEBU Central, dos bancos estatais, dos bancos privados); documentos de eleições; o jornal AEBU; boletins “Chasque Bancário” e “Clearing informativos”; panfletos; fotografias; o hino dos bancários; outros documentos dispersos. O acervo continua crescendo com novos jornais e documentos atuais, em suporte papel e eletrônico (boletins, revistas, edições especiais). Na Biblioteca há pessoal especializado em biblioteconomia, embora a documentação histórica seja responsabilidade da Área de Imprensa e Propaganda.

A documentação histórica da FOICA

A coleção histórica da Federación Obrera de la Industria de la Carne y Afines (FOICA) se encontra sob a responsabilidade da Asociación de Jubilados de la Industria Frigorífica (Associação de Aposentados da Indústria Frigorífica). Contém uma riquíssima documentação desde as origens da Federación Autónoma de la Carne, fundada em janeiro de 1942: livros de atas de assembleias, da Comissão Administrativa, Conselho Federal e Congresso de Delegados; livros de caixa e tesouraria; fotografias, fichas de sócios da Biblioteca Florencio Sánchez; documentos de sindicatos afiliados à FOICA, de frigoríficos e dos empregados administrativos, entre outros.

²¹Diego Aguirrezábal (realizador e roteiro), Rodolfo Porrini (roteiro), Curtidores (2013). Ainda não foi lançado.

O acervo documental do Sindicato de Funsa

O acervo documental da Unión de Obreros, Empleados y Supervisores de Funsa (UOESF), disponibilizado parcialmente em 2002, contém abundante material da vida sindical. A partir do processo de fechamento da empresa e sua recuperação pelos trabalhadores, formou-se uma Cooperativa, que teve acesso a uma parte do arquivo empresarial. Dentro de um processo cooperativo com dificuldades e circunstâncias adversas, mantém uma importante coleção referente à organização sindical e a preciosa documentação da própria Funsa. Existem ideias de fazer o Museu e Arquivo da Cooperativa, no mesmo lugar onde está a empresa²².

O arquivo histórico da Federação Uruguaia da Saúde

A Federação Uruguaia da Saúde (FUS), fundada em 1970, possui um organizado e importante arquivo produzido de forma bastante continuada desde os anos 1982-83 até os dias presente. Atualmente está em processo de elaboração um projeto de pesquisa histórica para reconstruir a trajetória da Federação desde seu início e começaram a realizar encontros que contribuam em tal sentido e avancem para a mais ambiciosa tarefa, a de construir um Centro ou Instituto de Formação²³.

Os sindicatos, a Verdade e a Justiça.

Com relação ao autoritarismo de Estado e sua repressão desde os anos sessenta, pode-se encontrar uma linha coerente e persistente de luta pela liberdade dos presos políticos e sindicalistas, de procura pelos desaparecidos - incluindo crianças - e pela Verdade e a Justiça, levada a cabo pelo movimento sindical e organizações de direitos humanos. Traçaremos um breve panorama global da busca pela verdade, a denúncia, a procura dos desaparecidos e a importância da memória, destacando a atuação daqueles lutadores, suas lutas e suas presenças/ausências na sociedade uruguaia.

Algumas das lutas e desafios

Com a reorganização sindical no começo dos anos 80, o primeiro ato público dos trabalhadores, o 1º de Maio de 1983, teve como uma de suas palavras

²² Entrevista com Julia Cánepa, realizada em Montevideu por Rodolfo Porrini, 12/6/2013.

²³ Entrevista com Leda Ballesteros e Víctor Rodríguez (encarregados da Comissão de Propaganda), realizada em Montevideu por Rodolfo Porrini e Elisa Pérez, 26/7/2013.

de ordem liberdade para os presos políticos: Liberdade, Trabalho, Salário e Anistia. Assim que assumiu o governo eleito se concretizou, no início de março de 1985, a libertação dos últimos presos políticos. Quando foi aprovada a Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado em dezembro de 1986 - decidindo não investigar as denúncias sobre crimes de terrorismo de Estado cometidos por militares e policiais, com possíveis exceções conforme determinaria o Poder Executivo - foi lançada a campanha para revogar esta Lei através de um plebiscito. A extenuante e longa experiência de fazer um abaixo assinado para revogar a Lei avançou até a sua concretização, com a corrida para conseguir adesões para a cédula verde, contra a Lei. Além disso, havia uma grande campanha pela sua manutenção a partir do próprio Estado e das maiorias dos partidos Colorado e Nacional. A isto se soma a ação dos grandes meios de comunicação que inclusive negaram o acesso à divulgação na televisão para os que queriam anulação. Em abril de 1989 aconteceu o plebiscito que teve como resultado 42% da população se pronunciando pelo voto verde, contra a manutenção da lei, diante de 57% que apoiou manter a lei.

A organização Mães e Familiares de Uruguaios Detidos Desaparecidos e outras organizações sociais, políticas e de direitos humanos seguiram lutando e mantendo-se firme na busca dos seus entes queridos e pela ação da Justiça. Em pleno auge de concepções neoliberais e certa fraqueza das forças populares, em 20 de maio de 1996 - data dos assassinatos em Buenos Aires de Zelmur Michelini, Héctor Gutiérrez Ruiz, Rosario Barredo e William Whitelaw - foi realizada pela primeira vez a Marcha do Silêncio. A marcha partiu da “Plaza de los Detenidos Desaparecidos en América Latina”, seguiu pela principal Avenida de Montevideu até chegar a “Plaza Libertad”. A Marcha do Silêncio continua realizando-se até hoje, com uma massiva participação popular, exigindo verdade e justiça²⁴.

Batalhas pela memória e presenças na sociedade uruguiaia

Ademais das leis e das repercussões políticas, o tema do ocorrido durante o período autoritário e suas contas pendentes, em especial o assunto dos desaparecidos, teve e tem presença nas ruas, nos muros das cidades, em diversas atividades sociais, culturais e educativas. Nos muros e fachadas da cidade, os assassinados/desaparecidos, foram registradas em obras do fotógrafo Juan Angel Urruzola: “Olhares ausentes” (2006), na fachada do Centro Cultural de Espanha,

²⁴ Um novo plebiscito em 2009 também não alcançou a maioria necessária para revogar a lei “da impunidade”. Em outubro de 2011 foi aprovada uma Lei Interpretativa que permitia julgar crimes da ditadura (de lesa humanidade), todavia em fevereiro de 2013 a Suprema Corte de Justiça declarou a inconstitucionalidade de vários artigos da mesma.

na Cidade Velha de Montevideu, e “Olhares ausentes na rua” (2008) com 50 “gigantografias” em diversos pontos e bairros de Montevideu²⁵.

A exposição “Cartazes de rua. A memória nos muros” foi organizada na Biblioteca Nacional em agosto de 2011. A mesma tornou-se uma amostra itinerante com uma seleção de cartazes das décadas de 1960 a 1980 com referências a fatos sindicais, estudantis, teatrais, de organizações de direitos humanos²⁶.

Entre os monumentos merece ser destacado o Memorial dos Desaparecidos - obra dos arquitetos Martha Cohen e Ruben Otero - localizado no Parque Vaz Ferreira no Morro de Montevideu, inaugurado em dezembro de 2011. Esse Memorial leva os nomes de 174 desaparecidos sobre um muro de vidro. Outras “marcas de memória” se acham em ruas e praças ou espaços públicos de algumas cidades, fazendo referência a sindicalistas presos que morreram ou estão desaparecidos e ao episódio da greve contra o golpe de Estado: Plaza Gerardo Cuesta, Plaza Javier Larocca, Plaza Héctor Rodríguez, Plaza León Duarte, Plaza Huelga General, todas em Montevideu; homenagem aos trabalhadores no Porto de Paysandú; e um espaço público em Mercedes, referido ao desaparecido Ricardo Blanco^{27 28}.

No campo audiovisual podemos mencionar os filmes de Virginia Martínez *Por esos ojos* (1997), com Gonzalo Arijón, sobre o caso da menina Mariana Zaffaroni, nascida em cativeiro e logo recuperada pelos seus familiares; *Memorias de Mujeres* (2006) sobre o cárcere de mulheres presas políticas; e *Las manos en la tierra* (2009) registrando as primeiras escavações dos arqueólogos da Universidade da República procurando restos de desaparecidos em edifícios militares.

Entre as publicações, menciono os livros *Uruguay Nunca Más* (1989) do Servicio Paz y Justicia, o de Madres y Familiares de Desaparecidos (2004) e o de Demasi e Yaffé (2005)²⁹. Também se destaca a relevante pesquisa encomendada

²⁵ Tatiana Oroño: “Mirada y memoria: reconfiguraciones materiales y simbólicas. Fotógrafo conceptual por las calles de Montevideo”, en http://www.urruzola.net/media/uploads/fachada_cce/desplegable_urruzolasello.pdf

²⁶ Universindo Rodríguez, Silvia Visconti (compiladores), Afiches callejeros, Montevideo, Dirección Nacional de Ediciones Oficiales, 2012. Os curadores da exposição foram Graciela Guffanti, Universindo Rodríguez, Roberto Saban, Silvia Visconti y Jorge Voituret: Afiches Callejeros La memoria en los muros, folleto, 2011.

²⁷ Entrevista com Wladimir Turiansky e Jorge Voituret, realizada por Rodolfo Porrini em Montevideu, 13/9/2013.

²⁸ Os restos mortais do sindicalista Ricardo Blanco foram encontrados em 2012, após os de Ubagésner Chaves Sosa e de Fernando Miranda (em 2006), e do mestre e jornalista Julio Castro (2011).

²⁹ Uruguay Nunca Más. Informe sobre la violación a los derechos humanos (1972-1985), Servicio Paz y Justicia en el Uruguay. Montevideo: 1989; A todos ellos. Informe de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos. Montevideo: 2004; Carlos Demasi, Jaime Yaffé, Vivos los llevaron ... Historia de la lucha de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos (1976-2005). Montevideo: Trilce, 2005

pela Presidência da República, Pesquisa histórica sobre a ditadura e o terrorismo de Estado no Uruguai (1973-1985)³⁰.

No meio sindical menciono a página permanente da Comissão de Direitos Humanos da PIT-CNT, dirigida por Raúl Olivera Alfar, no órgão de imprensa do Instituto Cuesta-Duarte, Trabalho & Utopia. Também contribuíram na recente instalação do Observatório de Direitos Humanos Luz Ibarburu (www.observatorioluzibarburu.org), destinado ao acompanhamento das denúncias de violações dos direitos humanos³¹.

Um exemplo recente da presença do tema direitos humanos, é o evento “40 anos do Golpe de Estado e da Ditadura. Nunca Mais! Direitos Humanos, Justiça, Memória no Uruguai”, realizado em Montevidéu, de 24 a 28 de junho de 2013 que foi coorganizado pela Universidade da República, a PIT-CNT e a Federação de Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU).

2 - Arquivos de organizações sociais

Arquivos e coleções do movimento estudantil.

A intensa vida das associações de estudantes produziu múltiplas e abundantes fontes, e grande parte delas foi recolhida em arquivos públicos e bibliotecas estatais, não estando com seus próprios produtores.

Uma das tarefas que vem realizando o Arquivo Geral da Universidade da República (AGU), desde sua Área de Pesquisa Histórica, é o resgate e a preservação de documentos referente à Universidade e o movimento estudantil universitário. Dentre o seu acervo se destacam coleções doadas por universitários, que incluem documentação do movimento estudantil (“Trajetórias Universitárias”, e “Arquivos privados na AGU”). Também conta com uma doação do arquivo da Federação de Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU) que faz referência à década de 1990 - esta doação simboliza e é uma evidência das dificuldades manifestadas por organizações sociais em administrar seus próprios arquivos. Também se destaca a coleção em custódia da chamada geração 83 (Ger83), que organizou em setembro de 2003 uma série de atividades e reuniu importante documentação referida aos anos de reorganização estudantil entre 1981 e 1986 aproximadamente. Entre as

³⁰Alvaro Rico (coordinador de la investigación). Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en el Uruguay (1973-1985. 4 tomos. Montevideo: CSIC/Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2008.

³¹Raúl Olivera Alfar “Un rescate de la memoria colectiva”, en Trabajo & Utopía, Nº 130, Montevideo, agosto 2013, pp.5-6.

publicações do AGU se incluem a participação estudantil em diversas conjunturas históricas significativas da Universidade: 1908, 1918, 1958, 1968 e 1983³². Outra das suas contribuições foi a realização de eventos sobre arquivos e direitos humanos, que também culminaram em publicações³³.

Um centro com importante documentação universitária e estudantil - que mereceria uma extensa análise e descrição - está localizado na Unidade Polifuncional de Problemas Universitários (UPPU), na Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, da Universidade da República.

Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM) e seu arquivo histórico.

Os antecedentes dessa Federação estão em 1968 com o nascimento de três cooperativas pioneiras em localidades do interior de Uruguai. Dois anos depois se constituiu uma organização nova, devido à necessidade de moradia para os trabalhadores e que encontrou a estrutura jurídica e a força social suficiente para seguir adiante. Em maio de 1970 se constituiu a Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (conhecida pela sigla, FUCVAM) sendo obrigada, em pouco tempo, a substituir “Uruguai” por “Unificadora”, em pleno processo de instauração do autoritarismo de Estado. Mesmo durante a ditadura iniciada em 1973 a entidade foi crescendo, até que em 1980-81 se produziu uma mudança importante na sua orientação, assumindo de vez sua postura política de esquerda. Esse rumo está em consonância com a reconstrução social em curso desde 1981-82: do movimento sindical, do movimento estudantil, do movimento pelos direitos humanos e de “novos” movimentos sociais, uns conjunturais e outros de fôlego mais longo.

A FUCVAM travou uma batalha fundamental em fevereiro de 1984 contra um decreto-lei da ditadura, atacando diretamente a ideia mesma de cooperativas

³² Na Série “Aniversarios 2008”, de Vania Markarian, María Eugenia Jung e Isabel Wschebor. 1908: El año augural. Montevideo: Universidad de la República, 2008; 1918: En la hora americana. Montevideo: Universidad de la República, 2008; 1958: El cogobierno autonómico. Montevideo: Universidad de la República, 2008; 1968: La insurgencia estudiantil. Montevideo: Universidad de la República, 2008; 1983: La primavera democrática. Montevideo: Universidad de la República, 2009.

³³ Vania Markarian, Isabel Wschebor, Eugenio Amen y Mariela Cornes, Relevamiento de archivos y repositorios documentales de derechos humanos en Uruguay. Montevideo, Archivo General de la Universidad de la República/ Dirección de Derechos Humanos del Ministerio de Educación y Cultura/Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2007.

de moradia, recolhendo em uma só jornada a imensa quantidade de 300.000 assinaturas para promover um plebiscito que revogasse a norma, e um total obtido de 600.000 (em um país de três milhões de habitantes). Mesmo com a democracia, continuou se agravando a situação das cooperativas, e as dificuldades aumentaram com os governos de orientação neoliberal dos anos 90. Todavia, no âmbito local, desde 1989 o governo municipal de Montevidéu, que passou para a coalizão de esquerda Frente Ampla (FA), desenvolveu uma política de “cartera de tierras” que abriu um espaço para a concessão de terras para essas cooperativas, o que acabou fortalecendo-as como movimento social. Nos anos seguintes e logo com os governos nacionais da Frente Ampla desde 2005, a FUCVAM continuou lutando por esse espaço e uma forma social importante e nova - a moradia cooperativa. No momento é um dos movimentos sociais de maior peso na vida nacional.

O arquivo da FUCVAM

Este movimento social soube construir um espaço da sua própria memória por meio da preservação de um importante arquivo. Tive oportunidade de fazer uma visita a entidade em 16 de agosto de 2013 e saí muito impressionado com o cuidado dispensado às fontes que ali se encontram. O mesmo está sob a responsabilidade da cooperativista Gabriela Medina desde 2003, que continuou o trabalho fundamental de um velho funcionário, Garrido, já falecido.

O arquivo contém documentos variados classificados e ordenados: 1) documentação dos organismos dirigentes: atas da Direção Nacional, das direções das quatro Regionais do país, do Executivo; Atas de Assembleias Nacionais relevantes, como a de 23 e 24 de maio de 1981 em Paysandu; documentos da seção Desenvolvimento Social (creche, esportes, jovens, bibliotecas, etc.). Algumas das assembleias nacionais da década de 1990 estão registradas em áudio cassetes; 2) documentação sobre relações “internacionais”, referentes a atividades, como à instalação de cooperativas de moradia no Paraguai e Honduras; 3) documentos de eleições, com listas de candidatos; 4) outros tipos de fontes: cartazes de cooperativas; recortes da imprensa nacional ou local com informações sobre o FUCVAM; fotografias; bandeirolas e faixas de obras em cooperativas, medalhas comemorativas para cooperativas e sócios; o hino (áudio) das cooperativas; o jornal “O Solidário” e seu primeiro antecedente, de 1975, “Fucvam”; 5) documentação de outras organizações cooperativas, como a Confederación Uruguay de Entidades Cooperativas (CUDECOOP); 6) documentação de órgãos públicos: do Banco Hipotecário del Uruguay, em determinado momento o principal órgão público com o qual interagiu em reclamações e propostas; da Câmara de Representantes,

discussões e projetos parlamentares. Em outras salas da sede e no hall central existem outras fontes dispersas: placas, plaquetas, medalhas, adesivos, cartazes³⁴.

Segundo disse o Secretário de Formação, Javier Vidal, está em andamento uma ideia de desenvolver um plano de visitas a antigos cooperativistas, uns trinta fundadores dos anos 70, para serem entrevistados e solicitar documentação que por ventura possam ter para ser reproduzida e escaneada³⁵.

Enfim, esta experiência de organização e funcionamento de um arquivo de uma organização social, é uma promessa esperançosa nos desafios, sempre presentes, de combinar a necessidade de dispor de materiais para o trabalho cotidiano e a urgência do presente, com o olhar amplo e diacrônico de contribuir para fazer história e criar conhecimento histórico.

3. Conclusão

Neste percurso vimos sérias dificuldades por parte das entidades sindicais e organizações sociais de reconhecerem a importância de preservar a documentação histórica e mesmo de ter um lugar voltado ao conhecimento histórico. Iniciativas do passado e atuais atenuam em alguma medida essa afirmação, enquanto se produzem ações voluntaristas contra tendências “imediatistas” muito fortes na sociedade e nos próprios movimentos sociais, que determinam lugares marginais à possível construção de sentidos, a partir dos sinais e reconstruções do passado. Por sua vez, as tarefas de preservação, de busca de materiais e de novas pesquisas, estreitam as preocupações de jovens e velhos lutadores sociais com as dos também jovens e velhos universitários. Acredito que o papel muito importante e decisivo na preservação do patrimônio cultural e histórico de uma categoria ou classe social cabe a seus próprios integrantes e também a instituições, como os centros universitários, os partidos políticos e as pessoas que decidem preservar e deixar como legado os indícios do seu passado. Todos os esforços em tal sentido, de coordenar, organizar e idealizar espaços de arquivos, de memória e de história - em âmbito nacional e internacional - merecem ser apoiados. Isso continua sendo um desafio ético e também utópico de nosso tempo presente, marcado por fortes desigualdades, sociais, políticas e culturais. Nele, conhecimento e memória podem e devem atuar.

³⁴ Agradeço especialmente ao dirigente cooperativo Gustavo González que abriu as portas desse arquivo e a Gabriela Medina que me acompanhou para observar todos os cantinhos. Visita ao Arquivo de Fucvam, 16/8/2013.

³⁵ Entrevista com Javier Vidal, realizada em Montevidéu por Rodolfo Porrini, 16/8/2013. No fim de 2013 foi publicado um excelente trabalho sobre a história da Fucvam, Gustavo Gonzáles. Uma história de Fucvam. Montevidéu: trilce, 2013.

Referências bibliográficas

Asociación Iberoamericana para la Recuperación y Protección de los archivos de los trabajadores y sus organizaciones (AIRPATO), *Documentos de la Primera Reunión Iberoamericana para la Recuperación y Conservación de Archivos y Documentación de los Trabajadores y los Movimientos Sociales*, Madrid, Editorial Pablo Iglesias, 1992.

GONZÁLEZ SIERRA, Yamandú, “El desafío de la recuperación de la memoria histórica del movimiento sindical”, en *Los desafíos del movimiento sindical*, Montevideo, CIEDUR-DATES, 1992, pp.69-86.

PORRINI, Rodolfo (compilador), *Historia y memoria del mundo del trabajo*, Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/CSIC, 2004.

ZUBILLAGA, Carlos. BALBIS, Jorge, *Dossier de Documentos sobre el Movimiento Obrero Uruguayo*, Montevideo, CLAEH-FESUR, sd, 11 volúmenes; *Historia del movimiento sindical uruguayo. Tomo II: Prensa obrera y obrerista*, Montevideo, EBO, 1986.

OS ARQUIVOS SINDICAIS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ITÁLIA

Marco Scavino
Departamento de Estudos Históricos
Universidade de Turim
Turim - Itália

Na Itália, a documentação disponível acerca das organizações sindicais e, mais em geral, dos movimentos sociais dos trabalhadores é, sem dúvida, muito consistente. De fato, arquivos, bibliotecas e centros de pesquisa especializados conservam um patrimônio riquíssimo (seja em termos quantitativos, seja pela variedade das tipologias de documentos), que certamente pode ser comparado ao existente em outros países industrializados da Europa ocidental. Ao mesmo tempo, porém, trata-se de uma documentação que apresenta algumas características bastante contraditórias, nas quais se refletem a particularidade histórica de um país que - ainda que hoje esteja entre os economicamente mais avançados do mundo - teve, na realidade, uma industrialização tardia e problemática, no contexto europeu, e que ao longo dos últimos 150 anos (ou seja, a partir da unificação nacional de 1861) viu suceder três diferentes regimes políticos institucionais: a monarquia liberal até os vinte primeiros anos de 1900, o fascismo até a segunda guerra mundial e finalmente a democracia republicana¹, fatos que influenciaram profundamente no modo de formação e preservação deste tipo de arquivos, em relação seja com as particularidades do desenvolvimento econômico-social, seja com a radicalidade das mudanças políticas.

Um primeiro elemento a considerar é a grande dispersão da documentação relativa às primeiras décadas seguintes à unificação nacional. Preservou-se alguma coisa das Sociedades de Ajuda Mútua, primeiras formas de associação de trabalhadores, que constituíram-se já na metade do século XIX: estatutos, regulamentos, manuais impressos, são possíveis de serem encontrados em numerosas bibliotecas municipais de toda a Itália². Quase nada, ao contrário, foi

¹ Não creio que haja, em português, obras sobre a história italiana na idade contemporânea. Para um quadro sintético, conferir Giampiero Carocci, *Storia d'Italia dall'Unità a oggi*, Milano, Feltrinelli, 1975.

² Há algumas décadas, foi realizada uma importante pesquisa nas bibliotecas italianas sobre os materiais impressos das Sociedades de Ajuda Mútua. Os resultados foram publicados no volume: *Il mutuo soccorso ha i numeri*. Catalogo bibliografico, a cura di Francesco Lucania, Torino, Regione Piemonte-Centro studi piemontesi, 2003. É importante considerar que grande parte das Sociedades de Ajuda Mútua, no início totalmente apolíticas, se aproximou do Partido Socialista, nos inícios de 1900.

salvo das primeiras organizações operárias e camponesas, de diferente orientação política e ideológica (republicanas, socialistas e anarquistas), que se formaram para reivindicar, promover greves e outros tipos de agitação, ainda que a maioria não tivesse uma verdadeira estrutura associativa. O mesmo pode-se dizer das organizações nascidas nos inícios de 1900 com bases associativas mais sólidas e formalizadas; bastando dizer que nenhum arquivo oficial das federações nacionais de categorias profissionais (metalúrgicos, têxteis, construção civil, trabalhadores agrícolas não especializados, etc.) foi preservado, nem mesmo aquele da Confederazione Generale del Lavoro - CGL (Confederação Geral do Trabalho), fundada em 1906. Assim sendo, é também significativo que mesmo do Partido Socialista Italiano (PSI), fundado em Genova, em 1892, não se conheça nenhum arquivo, nem em nível central, nem em nível periférico.

Obviamente, isto não significa que falte, em absoluto, todo tipo de documentação sobre as origens e as primeiras fases de desenvolvimento dos movimentos operários e camponês. Muitas bibliotecas (nacionais e municipais) preservam as coleções dos principais jornais publicados pelas organizações de classe naquele período, que ainda hoje constituem as principais fontes à disposição dos estudiosos; por exemplo, o Diário Nacional do PSI, “Avanti” (Avante), que começou a sair em 25 de dezembro de 1896, publicava regularmente importantes informações sobre a vida interna do partido; e o mesmo faziam os jornais das federações provinciais e regionais (como o “Il Grido del Popolo” - Grito do Povo - de Turim), nos quais também se encontram crônicas das greves, manifestações, comícios e outras iniciativas públicas. Ademais, desde a dispersão da documentação, foram salvos alguns importantes arquivos pessoais, nos quais estão preservados muitos documentos epistolares (cartas, cartões postais, telegramas), coleções de manuais e livros, jornais raros e outros materiais de propaganda³. A maior parte das informações daquele período, todavia, deve ser procurada em outros lugares como nos Atos Parlamentares (onde se encontram, por exemplo, os resultados de alguma das importantes investigações sobre o mundo do trabalho executadas pelo

³ O caso mais significativo é o de Andrea Costa (1851-1910), originário da Romagna, um dos primeiros dirigentes operários italianos, muitas vezes preso ou forçado a fugir para o exterior, que no final dos anos 70 passou do anarquismo ao socialismo e, depois, tornou-se um dirigente nacional do Partido Socialista Italiano, chegando até ao cargo de Vice-presidente da Câmara dos Deputados. Depois de sua morte, seu arquivo foi doado à Biblioteca Municipal da cidade de Imola, na Romagna.

⁴ Entre 1870 -1874, por iniciativa do Parlamento, foi realizada uma Pesquisa industrial; em 1877 iniciou-se uma grande Pesquisa agrária, que durou diversos anos; em 1878 foi instituída uma Comissão ministerial de investigação sobre greves. Grande parte dos conhecimentos, que temos sobre a economia italiana e sobre o mundo do trabalho daquele período histórico, devemos aos Atos daquelas investigações, contidas nos Atos Parlamentares.

⁵ O sistema de arquivamento público italiano está articulado a uma estrutura central, com sede em Roma (o Arquivo

Parlamento Nacional nos anos 1870⁴ e, sobretudo, nos Arquivos do Estado⁵, em particular nos fundos da polícia e nos relatórios dos prefeitos das províncias do Reino⁶. No ano de 1894, por exemplo, foi instituído o Casellario Politico Centrale (Arquivo Político Central) como parte da Direzione Generale di Pubblica Sicurezza del Ministero degli Interni (Direção Geral de Segurança Pública do Ministério do Interior), com a guarda sistemática dos dados de todos os “subversivos” cadastrados pela polícia (com informação de caráter seja biográfico, seja político), que permaneceu em funcionamento até a queda do fascismo⁷.

O que quase tudo acabou destruído ou ficou irremediavelmente disperso, foi a documentação oficial das organizações, seus próprios arquivos, no sentido estrito. As razões deste fenômeno são complexas. Por alguns aspectos elas nos conduzem às modalidades com as quais o movimento operário italiano se formou na segunda metade do século XIX, por meio de um processo lento e difícil em razão do atraso econômico do país e à escassa difusão das modernas relações de produção capitalista, tanto no campo como nas atividades industriais. O sistema político liberal também se encontrava na época um pouco atrasado (até a reforma eleitoral de 1912, que introduziu um sistema de sufrágio masculino quase universal, dando o direito de voto também aos analfabetos, à maioria das classes pobres, sobretudo camponesa, era de fato excluída da vida pública) e as correntes democráticas, republicanas, socialistas, tinham um peso muito reduzido, também por conta das fortes repressões às quais estavam submetidas. O Partido Socialista, por exemplo, foi levado a uma condição quase de ilegalidade em duas ocasiões, em 1894 e 1898. E até o início de 1900, quando se formou um novo governo liberal de orientação democrática (centralizado na personalidade de Giovanni Giolitti), as greves e as atividades sindicais eram consideradas e tratadas, de fato, como casos de polícia.

Em outras palavras, a Itália não conheceu - em sua fase de transformação econômico-social no sentido capitalista moderno - aquela sedimentação progressiva de experiências associativas operárias e camponesas, que caracterizaram, ao contrário, outros países europeus como a Grã Bretanha, França, Alemanha, Bélgica, Suíça, ao longo do século XIX, permitindo a formação de uma verdadeira e própria

Central do Estado) e, além disso, aos Arquivos de Estados periféricos que têm sede nas capitais da província. A respeito do patrimônio arquivístico público italiano, que é um dos mais ricos e antigos de toda a Europa, conferir Piero D’Angiolini e Claudio Pavone, *Gli archivi*, in *Storia d’Italia*, vol. V, I documenti, tomo 2, Torino, Einaudi, 1973, pp. 1657-1691.⁶ No ordenamento italiano, os prefeitos eram (e hoje ainda são) os representantes do governo central nas províncias, a quem são atribuídas diferentes responsabilidades em matéria de controle das atividades administrativas, inclusive daquelas referentes à ordem e segurança pública.

⁷ A listagem dos milhares de cadastros do Arquivo Político Central, com alguns dados essenciais (data e local de nascimento e de morte, e posição política), pode ser consultada em rede, no endereço na Internet do Arquivo Central do Estado.

“tradição” sindical, também no plano cultural. O movimento italiano se desenvolveu, ao contrário, por meio de precipitações improvisadas e tumultuadas, sobretudo a partir dos anos 1901-1902, quando se verificou em todo o país uma forte onda de greves e agitações econômicas (em sua maior parte espontânea). Foi somente naquelas circunstâncias, sob a pressão das greves de massa, que as organizações operárias e camponesas tiveram a força de criar as grandes federações de categoria e pouco depois, em 1906, de dar vida à Confederação Geral do Trabalho. E entre as consequências mais significativas foi a existência, exatamente a partir daqueles anos, de uma dialética sempre mais forte (com traços muitas vezes conflitantes) entre as organizações sindicais propriamente ditas, que eram dirigidas quase todas por personagens moderados e “legalistas” do socialismo reformista, e as Câmaras do Trabalho (organismos de base territorial que haviam sido formadas na década anterior), com hegemonia de correntes mais radicais do movimento: socialistas “maximalistas”⁸, sindicalistas revolucionários e, em alguns casos, também anarquistas.

Se for verdade, em resumo, que a Itália teve no século XX um movimento operário forte e significativo, capaz de influir profundamente na história do país (no plano político e sindical, mas também no plano das culturas de massa, das mentalidades coletivas e dos costumes sociais), é também verdade que as organizações de classe eram recém-formadas e estavam, historicamente, ainda no início do próprio amadurecimento cultural (mesmo em relação à consciência da importância da memória e dos meios para conserva-la e transmiti-la), quando foram violentamente reprimidas pelo fascismo⁹ nos anos 1920-1922. De fato, é preciso ter presente que os saques das sedes políticas e sindicais, os incêndios das Câmaras de Trabalho, assim como as apreensões de materiais, que os “esquadrões” fascistas realizaram sistematicamente contra as organizações consideradas

⁸ O termo “maximalista” indicava as correntes internas do Partido Socialista Italiano, que proclamavam o programa “máximo” do Partido, ou seja, a socialização dos meios de produção e a expropriação da burguesia, contrapondo-se ao programa “mínimo”, que consistia nas reformas que deveriam ser implementadas imediatamente. Ainda hoje, na linguagem sindical italiana, é comum falar de estruturas “horizontais” do movimento, para indicar as organizações territoriais locais (como são exatamente as Câmaras de Trabalho) e de estruturas “verticais” para indicar a organização nacional por categoria.

⁹ O movimento fascista constituiu-se em Milão como rescaldo da primeira guerra mundial, em março de 1919, e se transformou em Partido Nacional Fascista (PNF), em 1921. Depois de ser reforçado graças, sobretudo à ação dos “esquadrões” armados contra as organizações operárias e camponesas, em especial nas áreas agrícolas do Vale do Rio Pó, em outubro de 1922 conseguiu impor o próprio poder ao parlamento e ao Rei, em razão da chamada “Marcha sobre Roma”, ou seja, à mobilização em direção à capital das esquadrões armadas (os “camisas negras”). Cedendo à chantagem da força, o Rei Vitorio Emanuel III entregou o governo ao “chefe” do fascismo Benito Mussolini. No espaço de apenas dois anos, o fascismo esvaziou completamente as instituições liberais e instaurou a ditadura, com total apoio da monarquia e da Igreja Católica.

“subversivas” (mas também contra aquelas do mundo católico popular), foram uma verdadeira e própria catástrofe, pois levaram à destruição ou à dispersão de uma enorme quantidade de documentação. Quando os fascistas invadiam as sedes das organizações, armas em punho, geralmente recolhiam todo o material que encontravam e colocavam fogo, algumas vezes apropriavam-se deles como se fossem troféus de guerra, e de fato, quando em 1932, o regime organizou em Roma uma grande mostra para comemorar o décimo aniversário da conquista do poder, a Mostra da Revolução Fascista, uma parte daquele material (sobretudo bandeiras e insígnias) foi exibido com orgulho, exatamente para reivindicar a obra de destruição executada contra as organizações de classe¹⁰. Em raríssimo caso, a documentação - apreendida pela polícia, por sua vez - foi preservada e depois confiada aos Arquivos do Estado, onde se encontra até hoje¹¹.

O fascismo, portanto, marcou uma profunda ruptura de continuidade na experiência do movimento operário italiano, não somente em relação ao plano histórico-político, mas também em relação à preservação dos documentos e à possibilidade de conhecimento do passado. Logo após a queda do fascismo, depois da segunda guerra mundial, a recuperação da documentação produzida pelas organizações (políticas e sindicais) do movimento operário se revelou, de fato, uma empreitada quase impossível, com exceção dos materiais que algum dirigente havia conseguido, pessoalmente, preservar ou esconder. Foram recuperadas numerosas coleções de jornais, mas bem pouco dos materiais de propaganda e quase nada sobre a vida interna dos partidos e dos sindicatos (atas, correspondência oficial, lista dos filiados, etc.¹²). E é significativo, neste sentido, que mesmo os partidos e os sindicatos, já reorganizados na última fase da guerra, durante a Resistência armada contra a ocupação alemã e ao regime colaboracionista fascista¹³, de fato

¹¹ É o caso dos documentos apreendidos na sede central da FIOM - Federazione italiana operai metallurgici (Federação Italiana dos Operários Metalúrgicos) em Turim, 1901-1925, que se encontram no Arquivo Central do Estado, em Roma, nos Fondi del Ministero degli Interni, Direzione Generale di Pubblica Sicurezza, Divisione affari generali e riservati (Fundos do Ministério do Interior, Diretoria Geral da Segurança Pública, Divisão de Negócios Gerais e Reservados).

¹² A única exceção parcial diz respeito ao Partido Comunista, fundado em 1921, que iniciou sua atuação quando o fascismo já estava triunfando e que procurou adotar regras de segurança clandestinas, conseguindo depois transferir uma parte de sua documentação interna para a Internacional Comunista, em Moscou.

¹³ Em julho de 1943, depois do desembarque das tropas americanas na Sicília, Mussolini foi constrangido pelo Rei e por uma conspiração interna do Partido Nacional Fascista a abandonar o poder e é preso. Em 8 de setembro, é assinado o armistício com os anglo-americanos e, como reação, as tropas alemãs ocuparam todo o norte e o centro da Itália, conseguindo também libertar Mussolini e transferi-lo para o norte, onde foi constituída a República Social Italiana (fascista). Os partidos antifascistas formaram uma coalizão no Comitê de Libertação Nacional, dando lugar à Resistência armada nas zonas ocupadas. E em 1944, em Roma, ainda durante a ocupação alemã, foi constituída a nova CGIL - Confederazione Generale Italiana del Lavoro (Confederação Geral Italiana do Trabalho), à qual aderiram todas as correntes do movimento operário, em uma relação estreitíssima com os partidos antifascistas.

tenham renunciado a recuperar a antiga documentação, concentrando-se mais - compreensivelmente - nos gravíssimos problemas do presente que do passado.

O movimento operário italiano, portanto, durante muitos anos, passou por grandes dificuldades na construção de seus próprios arquivos. É verdade que, pouco depois do fim da guerra, foram criados, sobretudo nos meios culturais ligados ao Partido Comunista e ao Partido Socialista, os primeiros institutos de preservação especializados. Em 1949 foi fundado em Milão o Instituto Giangiacomo Feltrinelli, que é ainda hoje, na Itália, o mais importante centro especializado deste setor, e em 1950 foi instituído em Roma o Instituto Gramsci. Em 1950 nasceu também o Instituto Luigi Sturzo, ligado ao mundo católico popular, e também os Istituti Storici della Resistenza (Institutos Históricos da Resistência), fundados no final do conflito mundial para preservar a documentação relativa à guerra de libertação. Todos iniciaram também a ocupar-se, o mais rápido possível, da recuperação da documentação do início do século¹⁴. No conjunto, porém, pode se dizer que, por algumas décadas, ainda houve na Itália um grande atraso no plano histórico-arquivístico.

O verdadeiro momento de transformação aconteceu somente a partir dos anos 1970, logo após uma nova e impetuosa fase de crescimento e modernização da sociedade (que foi chamada “milagre italiano”¹⁵), particularmente depois do biênio 1968-1969, com uma onda de renovado interesse pela história do movimento operário, que se ligava à retomada das lutas operárias e estudantis, como também à formação de novos movimentos políticos e culturais. As novas paixões, que animavam este retorno ao interesse pela história do movimento operário, se exprimiam - sobretudo nas gerações mais jovens - sob a forma de uma crítica radical das organizações tradicionais, dos partidos oficiais e dos sindicatos, mas também como insatisfação pelos velhos paradigmas históricos e como busca de novos campos de pesquisa e de estudo. A uma história do movimento operário concebida essencialmente como história das organizações e de seus grupos dirigentes, confrontava-se, então, “a história de baixo”, a história material das

¹⁴ Informações sobre estes institutos e sobre seu patrimônio arquivístico são acessíveis pela Internet, com o aviso, porém, de que parte de suas denominações oficiais foram mudadas no período: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli (Fundação Giangiacomo Feltrinelli), Fondazione Istituto Antonio Gramsci (Fundação Instituto Antonio Gramsci) (com algumas subdivisões regionais), Istituti Storici della Resistenza e della Società Contemporanea (Institutos Históricos da Resistência e da Sociedade Contemporânea) - a coordenação central se encontra no Istituti Nazionale per la Storia del Movimento di Liberazione in Italia (Instituto Nacional para a História do Movimento de Libertação na Itália), com sede em Milão.

¹⁵ É importante enfatizar que foi somente no início dos anos 1970 que, na Itália, os trabalhadores da indústria superaram, em número, os trabalhadores agrícolas.

classes trabalhadoras, suas condições de vida e sua cultura. Consequentemente, iniciou-se a tomada de consciência acerca da insuficiência da documentação disponível, que por seu caráter, sobretudo “institucional” não conseguia dar conta da complexidade (e seu caráter contraditório) dos fenômenos sociais, operários e populares. Nesta nova ótica, as cartas de um simples trabalhador braçal à noiva, por exemplo, tinham o mesmo valor documental da correspondência de um dirigente de partido; os militantes mais obscuros e sem nome eram tão interessantes quanto os líderes mais conhecidos (e talvez mais ainda); as fotografias revelavam coisas que os documentos teóricos não mostravam; os cantos populares, transmitidos pela cultura oral das classes trabalhadoras, eram considerados fontes tão importantes quanto os arquivos tradicionais; descobria-se a importância dos testemunhos orais dos trabalhadores, que ainda eram possíveis serem produzidas pelas gerações mais velhas. A história tradicional, em suma, devia transformar-se em história “social”, para ser verdadeiramente história¹⁶.

Foi a partir daquele período e no contexto daquele clima cultural que se multiplicaram, em toda Itália, os institutos e os centros de documentação sobre o movimento operário, ligados a todas as correntes políticas e ideológicas da esquerda (das comunistas e socialistas, às católicas populares, até às liberais democráticas¹⁷). Obviamente não era mais possível recuperar por completo o que tinha sido disperso outrora, sobretudo nos períodos mais remotos. E mesmo assim, tratou-se certamente de um salto de qualidade decisivo, que se manifestou antes de tudo como mudança de comportamento cultural, de atenção para o problema da documentação, da preocupação de preservar todos os traços disponíveis do passado (e não somente daqueles mais tradicionais e consolidados como fontes históricas). É graças a este tipo de sensibilidade histórica, mas também política, que a partir dos anos 80 foi possível, por exemplo, realizar algumas ações, verdadeiramente preciosas, de recuperação do material produzido durante as lutas operárias e estudantis dos anos sucessivos a 1968 (o período de mais intenso conflito social na história da Itália republicana): uma enorme massa de materiais de propaganda, de textos de discussão, de manuais, de manifestos, relativa à

¹⁶ Para uma discussão crítica sobre estes temas, conferir Stefano Musso, *Gli operai nella storiografia contemporanea. Rapporti di lavoro e relazioni sociali*, introduzione al volume *Tra fabbrica e società. Mondì operai nell'Italia del Novecento*, «Annali» della Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, Milano 1999.

¹⁷ Entre os mais relevantes podemos citar o Centro Studi Piero Gobetti (Centro de Estudos Piero Gobetti), fundado em Turim em 1961, e o Istituto Lelio e Lisli Basso (Istituto Lelio e Lisli Basso), fundado em Roma em 1973. O primeiro está ligado às culturas políticas liberal-democrática (teve como presidente por muitos anos o filósofo Norberto Bobbio), o segundo as esquerdas socialistas.

atividade de grupos, coletivos de trabalho, comitês espontâneos, frequentemente de breve duração e de escassa estrutura, ou ainda, que depois se juntaram em organizações maiores, das quais teria sido perdido qualquer traço, sobretudo pelo seu caráter fortemente conflitante em relação aos partidos e sindicatos oficiais (eram pequenos grupos de extrema esquerda), e sobre os quais dispomos de uma vastíssima documentação e de máxima importância histórica¹⁸. É sempre graças a esta mudança de comportamento, sob o impulso dos agentes culturais (arquivistas e bibliotecários) pertencentes às novas gerações, que também os arquivos públicos do mundo do trabalho, aqueles do Estado e dos municipais, começaram a se abrir mais para receber recursos (de pessoas ou de associações), contrapondo-se com o passado, no qual eram considerados de estrita competência da arquivística oficial¹⁹.

A consequência mais relevante desta onda de renovação, entretanto, foi propriamente que, entre o fim dos anos 70 e os primeiros anos de 1980, as grandes centrais sindicais²⁰ finalmente iniciaram, por sua vez, a trabalhar concretamente (com decisões formais assumidas durante os congressos nacionais) na sua documentação e colocaram à disposição do público seus próprios arquivos, até então bastante negligenciados e frequentemente preservados em condições de grande precariedade. Foi um processo bastante longo (e com dificuldades e resistências internas²¹), que levou, contudo, à criação dos arquivos nacionais das três maiores centrais sindicais e dos arquivos nacionais de algumas federações de categoria, que foram mantidos em Roma nas sedes das respectivas organizações, mas também em algumas grandes cidades, como Turim e Milão, foram constituídos

¹⁸ Destas coleções documentais, muitas vezes chamadas “arquivos dos movimentos”, foi realizado há alguns anos um censo nacional, publicado no volume *Guida alle fonti per la storia dei movimenti in Italia (1966-1978)*, a cura di Marco Grispigni e Leonardo Musci, Roma, Ministero per i Beni e le Attività Culturali, 2003. Entre os mais importantes, podemos citar o “Fondo Nuova Sinistra (Fundo Nova Esquerda) da Fundação Giangiacomo Feltrinelli de Milão, o “Fondo Memoria di carta” (Fundo Memoria de Papel) do Istituto Romano per la Storia Italiana dal Fascismo alla Resistenza (Istituto Romano para a História Italiana do Fascismo à Resistência), em Roma, e o Fundo Marcelo Vitale do Centro de Estudos Piero Gobetti, de Turim. Na realidade, entretanto, não são arquivos no sentido propriamente dito (pois nenhum daqueles grupos tinha um verdadeiro arquivo, nem preservava oficialmente os próprios documentos), mas coleções heterogêneas que foram organizadas por alguns centros de pesquisa, recuperando materiais que muitos ex-militantes haviam preservado pessoalmente, por longos anos. Em alguns destes fundos e coleções é possível, entre outros, encontrar raros documentos sobre as atividades dos grupos de extrema esquerda, que nos anos 70 praticaram também a luta armada, atuando dentro dos movimentos sociais de massa.

¹⁹ É preciso ter presente que, no ordenamento arquivístico italiano, uma função fundamental de vigilância é exercida pelas *Sovrintendenze Archivistiche Regionali* (Superintendências Arquivísticas Regionais), submetidas ao Ministério para os Bens e Atividades Culturais. Entre as prerrogativas das Superintendências está a “Declaração de notável interesse histórico” que pode ser emitida por qualquer fundo arquivístico presente no território de competência. Nos últimos decênios, muitas Superintendências começaram a emitir estas Declarações também

arquivos históricos locais, confiando-os, em alguns casos por razões de espaço e funcionalidade, a institutos externos de preservação, como o Instituto per la Storia dell'età Contemporânea - ISEC (Instituto para a História da Idade Contemporânea) de Sesto San Giovanni, um grande centro industrial perto de Milão. Ao mesmo tempo, trabalhou-se nos arquivos de alguns grandes dirigentes sindicais do passado, nos quais - quase sempre - a documentação de caráter pessoal encontra-se estreitamente ligada aos documentos acerca da vida e das atividades das organizações.

Foi graças a este complexo processo de transformação, em suma, que se chegou à situação atual, que pode ser considerada indubitavelmente satisfatória, do ponto de vista da quantidade da documentação preservada, dos instrumentos de consulta disponíveis, das normas sobre a consulta e sobre a possibilidade de reprodução de materiais (acerca da qual a maior parte dos institutos de preservação privados é, em geral, mais liberal e permissiva do que os arquivos públicos²²). A despeito das grandes críticas, a primeira entre todas referente ao enorme desequilíbrio territorial existente entre as regiões norte e central, onde a documentação é muito rica, e a do sul, onde é muito reduzida ou quase ausente (o que confirma o caráter histórico fortemente desequilibrado dos processos de crescimento econômico e social do país), a realidade arquivística dos movimentos dos trabalhadores no conjunto é, certamente, de bom nível.

Todavia, ainda há alguns problemas sérios. Não se trata da documentação,

para os arquivos ligados ao mundo do trabalho

²⁰ As principais organizações sindicais italianas são ainda aquelas que se constituíram em 1944 dentro da Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL) já citada. Em 1948, entretanto, depois de acirradas polémicas ligadas à “guerra fira” e à ruptura da unidade entre os partidos antifascistas, os militantes ligados ao Partido da Democracia Cristã se separaram dando vida à Confederazione Italiana Sindacati dei Lavoratori - CISL (Confederação Italiana dos Sindicatos dos Trabalhadores), ao passo que aqueles ligados aos partidos da esquerda democrática formaram a Unione Italiana del Lavoro - UIL (União Italiana do Trabalho). Na CGIL, que ainda hoje é a central sindical mais forte na Itália, com cerca de 6 milhões de inscritos, permaneceram os militantes ligados ao Partido Comunista e à maioria do Partido Socialista. Cada confederação contém as próprias federações de categoria (metalúrgicos, químicos, têxteis, professores, etc.) e está articulada em estruturas territoriais, presentes em cada província em todo o território nacional. Além disso, há diversos sindicatos “autônomos” de categoria, quase todos nos setores da administração pública. Nos últimos anos, finalmente, aumentaram também alguns sindicatos “de bases” menores (como a Confederação Unitária de Base e a União Sindical de Base), que contestam as grandes confederações com tendências anarcosindicalistas ou sindicalistas revolucionárias. Em geral, quando se fala de “centrais sindicais”, refere-se à CGIL, CISL e UIL.

²¹ Sobre este ponto, consultar Claudio Dellavalle, *Gli archivi sindacali*, compreso nel volume dell'Istituto Nazionale per la Storia del Movimento di Liberazione in Italia (INSMLI), *Storia d'Italia nel secolo ventesimo. Strumenti e fonti*, a cura di Claudio Pavone, Roma 2006 (parte III, “Le fonti documentarie”, pp. 437-438).

²² Conforme as normas de leis vigentes para os arquivos públicos, a consulta à documentação é permitida 40 anos após seu arquivamento. Para acessar documentos mais recentes é preciso apresentar um pedido justificado.

em si, e nem mesmo das consequências da crise econômica atual (que, nos últimos anos, causou também uma grande redução do recurso estatal destinado às atividades de organização dos arquivos), mas também da forte queda do interesse público (e sobretudo político) em relação a estes temas, que se verificou nas últimas décadas. Um fenômeno que não diz respeito somente à Itália, obviamente, mas que aqui se manifestou com evidência particular, por meio de uma diminuição sempre mais marcante dos estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho, da escassíssima (agora quase nula) atenção dos grandes meios de comunicação de massa, da falta de interesse crescente das grandes editoras, da mudança de nome dos cursos universitários e do desaparecimento de revistas especializadas (hoje, na Itália, não existe mais nenhuma revista específica sobre a história do movimento operário), da conversão de muitos intelectuais a novos e mais gratificantes interesses.

As razões mais profundas deste tipo de fenômeno são bem claras: a grande derrota dos movimentos sindicais que ocorreu em todo o mundo ocidental a partir da grande crise econômica dos anos 70, o triunfo nos anos 80 das políticas econômicas neoliberais, às quais terminaram por se alinhar substancialmente também as esquerdas políticas; a implementação das grandes reestruturações produtivas que pulverizaram a classe operária em tantos grupos sociais diferentes, as grandes migrações de povos extra europeus, o desaparecimento da União Soviética que foi usada como uma excepcional arma ideológica contra todas as correntes socialistas e comunistas, e contra a própria ideia de uma sociedade igualitária e baseada na propriedade coletiva dos meios de produção; o abandono progressivo de parte das mesmas esquerdas (políticas e sindicais) dos valores da luta de classe. Em consequência de tudo isso, nos inícios dos anos 1990, também entrou em colapso, na Itália, todo o sistema de partidos nascido na metade do século passado²³ e abriu-se uma crise político-institucional que ainda não encontrou saída.

Em um contexto deste tipo, as organizações dos trabalhadores não só foram enormemente fragilizadas²⁴, mas também começaram a perder a própria memória histórica. A maior parte dos trabalhadores (mesmo aqueles mais comprometidos sindicalmente) não conhece mais a própria história e também ignora quase todos os períodos, nos quais suas organizações foram mais fortes e combativas: as lutas dos anos 50, por exemplo, que custaram dezenas de mortes durante as manifestações de rua, ou aquelas dos anos 70, nas quais o poder dos trabalhadores dentro dos

²³ A Itália é, deste ponto de vista, um caso absolutamente único da Europa Ocidental, pois desapareceram todos os partidos políticos que fundaram a República e que dirigiram o Estado até os primeiros anos de 1990. Nenhum dos partidos maiores, hoje existentes, se considera de tradição socialista, seja a liberal ou aquela cristã-social.

²⁴ Basta considerar que nas grandes centrais sindicais a categoria mais representada é, em número de filiados, há muitos anos, aquela dos aposentados. Dentro da CGIL, por exemplo, a federação mais numerosa é o Sindacato Pensionati Italiani - SPI (Sindicato dos Aposentados Italianos).

locais de trabalho (também das trabalhadoras mulheres, protagonistas diretas das lutas pela primeira vez) alcançou níveis altíssimos. E as responsabilidades das organizações, neste sentido, são sem dúvida, bastante grandes.

Talvez alguma coisa esteja começando a mudar, ainda que lentamente e com muitas contradições. Entre os jovens - homens e mulheres - das últimas gerações parece ter voltado algum interesse pela história dos movimentos dos trabalhadores e de suas lutas; nas universidades, as teses de conclusão de curso e de doutorado sobre estes assuntos estão se tornando mais frequentes; e algumas vezes há pequenos grupos de trabalhadores (sindicalizados e não) que procuram algum centro de pesquisa, ou algum professor, para organizar cursos breves de história. Representa um sinal estimulante, sobretudo, a fundação em 2012 da Società Italiana per la Storia del Lavoro - SISLAV (Sociedade Italiana para a História do Trabalho), que já tem um bom número de sócios, equitativamente dividido entre estudiosos já consagrados e jovens pesquisadores, e que está promovendo diversas iniciativas, também em nível internacional²⁵.

Creio que seja importante trabalhar para que estas tendências se reforcem e se ampliem. Para que os movimentos dos trabalhadores que estiveram (e ainda estão) entre os fenômenos mais importantes da sociedade capitalista, sejam estudados, documentados, recontados. E porque há ainda, neste sentido, muito trabalho para fazer. Também nos arquivos italianos.

Referencias bibliográficas

ABRATE. Mario, *L'imprenditorialità italiana dopo l'Unità. L'inchiesta industriale del 1870-1874*, Milano, Etas Kompass, 1970

CAROCCI. Giampiero, *Storia d'Italia dall'Unità a oggi*, Milano, Feltrinelli, 1975

CARACCIOLO. Alberto, *L'inchiesta agraria Jacini*, Torino, Einaudi, 1958

D'ANGIOLINI. Piero e PAVONE. Claudio, *Gli archivi*, in *Storia d'Italia*, vol. V, *I documenti*, tomo 2, Torino, Einaudi, 1973, pp. 1657-1691

DELLAVALLE. Claudio, *Gli archivi sindacali*, in: INSMLI (Istituto Nazionale per la Storia del Movimento di Liberazione in Italia), *Storia d'Italia nel secolo ventesimo*.

²⁵ A SISLAV tem, entre outras, ligação com o International Institut of Social History (Instituto Internacional de História Social) de Amsterdã, na Holanda, que é o mais importante centro de pesquisa e preservação de arquivos sobre os movimentos operários e socialistas da Europa.

Strumenti e fonti, a cura di Claudio Pavone, Roma 2006

Guida alle fonti per la storia dei movimenti in Italia (1966-1978), a cura di Marco Grispiogni e Leonardo Musci, Roma, Ministero per i Beni e le Attività Culturali, 2003

MUSSO. Stefano, a cura di, *Tra fabbrica e società. Mondi operai nell'Italia del Novecento*, «Annali» della Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, Milano 1999

Il mutuo soccorso ha i numeri. Catalogo bibliografico, a cura di Francesco Lucania, Torino, Regione Piemonte - Centro studi piemontesi, 2003

Un'altra Italia nelle bandiere dei lavoratori. Simboli e cultura dall'Unità d'Italia al fascismo, Torino 1980

VALLAURI. Carlo, *Scioperi e conflitti sociali nell'Italia liberale. La relazione finale della Commissione ministeriale d'inchiesta sugli scioperi (1878)*, Roma, Edizioni Lavoro, 2000

ARQUIVOS DOS TRABALHADORES NO MÉXICO: UM PATRIMÔNIO EM PERIGO

Elvira Concheiro Bórquez
Centro de Estudos do Movimento Operário e Socialista
Cidade do México - México

No México as coisas acontecem, com frequência, de forma anormal ou, pelo menos, contraditória. Sem dúvida, se trata de um país em que a memória histórica tem um grande peso na consciência popular, e por sua vez o Estado estabeleceu por décadas uma história oficial, na qual, certamente, se exaltavam as proezas populares como meio de erigir uma poderosa ideologia da submissão.

Os grandes momentos da nação e os heróicos e emblemáticos personagens que habitam essa história cheia de revoluções, rebeliões, reviravoltas de diverso alcance, estão presentes tanto na memória histórica como nos mitos populares. É nisto que se reflete a diversa e rica cultura popular que existe no México e que põe em jogo variadas e intrincadas maneiras de se defender das derrotas e da vassalagem; que de diversas formas não deixa na “desmemória” morrer seus mortos. Trata-se, também de uma forma peculiar de entender o tempo; como a visão de mundo Náhuatl*, que como pode se ver nos ensina que o passado está na frente, e do qual se devem extrair ensinamentos. O futuro, diferentemente, fica atrás, nas nossas costas, pois não o conhecemos, não o vemos. Vem daí a maneira cultural de se relacionar com a morte e o peso que têm nossos ancestrais e seus atos no presente.

No entanto, não existe uma política que zele pela preservação da memória; muito pelo contrário, o Estado patrimonialista e autoritário existente no México, produto do movimento armado de 1910-1917, tentou monopolizar a memória histórica, da qual fez um uso ideológico permanente e que deu suporte para o priismo** governante.

* A visão de mundo náhuatl se refere à compreensão do universo, a vida, a cultura e a história que teve e tem o povo náhuatl, o qual é originário da Meso-América, assentado no território que depois se conheceu como império azteca. A partir dessa visão de mundo interpretam sua própria natureza e a do seu entorno, e se definem noções comuns sobre o tempo, o espaço, a vida, a morte, etc.

** O Partido Revolucionário Institucional (PRI) deteve a hegemonia política no México entre os anos de 1929 - 2000 e ainda hoje é um dos principais partidos políticos mexicanos.

Embora com o desgaste político e as transformações regressivas que o México tem sofrido nas últimas décadas, algumas coisas se modificaram a este respeito, que tanto distinguiu a força política que por sete décadas consecutivas teve o comando estatal. A verdade é que neste país a história continua sendo terreno de disputa hegemônica, tal como mostraram os zapatistas de Chiapas nos últimos vinte anos da sua existência.

Esta situação explica o motivo pelo qual é comum ainda o uso discreto dos arquivos, a falta de apoio suficiente e que, com frequência, os governantes de plantão considerem a documentação estatal como propriedade pessoal.

Por outro lado, a grande maioria dos trabalhadores carece de organizações autônomas e independentes do poder estatal, que resguardem a história das suas lutas. Os agrupamentos que lutaram por sua independência sempre foram muito pequenos. Ainda assim realizam, de forma muito precária e sem apoio, a tarefa de preservar a memória dos próprios trabalhadores e suas organizações políticas.

A questão acima tem, principalmente, uma explicação histórica que possui relação com a estrutura de poder existente no país. Mas também se explica pela situação que sob tal regime político se formaram as esquerdas no México.

Abordar uma e outra questão ultrapassa sobremaneira o propósito deste artigo, porém com a intenção de poder compartilhar a experiência e os desafios que temos no terreno dos arquivos dos trabalhadores e das esquerdas mexicanas, faremos uma pausa breve para assinalar alguns elementos que se destacam e que procuram explicar tal situação.

Um Estado corporativo, dono da memória histórica.

No México, como mencionamos, os segmentos de trabalhadores que conquistaram independência e autonomia frente ao Estado e os partidos tradicionais das esquerdas foram sempre extremamente frágeis e as condições nas quais atuaram eram sempre difíceis e complexas.

Entre as razões desses fatos, em primeiro lugar, temos que assinalar a condição política e ideológica dos trabalhadores mexicanos, os quais ficaram logo aprisionados nas redes intrincadas do corporativismo “à mexicana”, ou seja, em uma rede que entrelaçou de forma muito estreita os fios da corrupção, das concessões e favorecimentos, combinados com os do autoritarismo, da repressão, da prisão e assassinatos de dirigentes. Tudo isso impediu sua configuração como um setor independente, com consciência dos seus interesses e autonomia das suas agremiações frente ao Estado.

Esta combinação de consenso político ideológico e violência repressiva é a característica que manteve por décadas o regime presidencialista e autoritário que surge do *acontecimento constitutivo* que foi a revolução mexicana de princípios do século XX. É naquele momento que se definem as formas específicas que vai adquirir a dominação, assim como as características singulares do Estado mexicano. Mas não só isso, também os diversos sujeitos que conformam aquela sociedade mexicana em confronto de princípios do século passado adquirem, a partir do papel que cumpriram nesse momento originário e definitivo, uma visão de si mesmos e dos outros, que deixou a marca das suas ações, suas capacidades e seus limites.

Assim, produto dessa violenta e longa luta armada na qual estiveram imersos os mexicanos, que realmente dizimou o país, as coisas no México resultaram frequentemente contraditórias, como dissemos.

Por um lado, a ação revolucionária de amplos contingentes populares, sobretudo de camponeses, conseguiu, sem dúvida, deixar sua marca em um poder que os reconhecia como seu suporte, mas esse poder precisava controlar e subordinar esses mesmos contingentes. Os trabalhadores foram considerados durante décadas um fator fundamental para o regime e, a sólida burocracia que conformaram os dirigentes das organizações operárias e camponesas estava submetida à burocracia estatal.

Por outro lado, ao contrário, a classe capitalista mais retrógrada e poderosa não só não se reconhece no acontecimento revolucionário, como também em grande medida, havia sido o sustentáculo do velho regime de Porfirio Díaz derrotado e durante o confronto armado ficou paralisada e fora das forças em disputa; de maneira que o novo Estado não podia se sustentar nela e no seu discurso com frequência a criticava.

Dito em outras palavras, o que caracteriza o regime político no México é a existência de sólidas estruturas de domínio sustentadas no controle corporativo dos grandes segmentos da população, da sua intervenção nos diversos processos sociais e da organização específica dos vários setores produtivos e populares. Enquanto os trabalhadores da cidade e do campo foram incorporados através do partido oficial e de um conjunto de mecanismos de controle político para dentro da estrutura do Estado, os donos do dinheiro, a indústria e o comércio ficaram marginalizados da ação política aberta e ficaram restritos a uma estrutura também controlada pelo Estado que permitia a fiscalização das suas atividades.

Todavia, há que considerar que no México a luta operária começou a adquirir certa relevância no momento em que as forças camponesas mais radicais, que na revolução montaram poderosos exércitos, foram derrotadas ou conseguiram a divisão das terras, o que as levou a abandonar a mobilização. Diferentemente de outros países latino-americanos - para não fazer referência, obviamente, aos

trabalhadores europeus - os operários mexicanos careciam de organizações fortes e seu programa e ideário eram ainda muito precários, apesar de haverem participado intensamente na luta contra a ditadura de Porfírio Díaz. Esse regime submeteu o país a uma custosa via de desenvolvimento dependente e a uma asfixia política durante o último terço do século XIX.

O anarquismo foi, sem dúvida, a corrente que teve maior influência entre os incipientes grupos de trabalhadores de uma indústria, em grande parte artesanal, e em alguns serviços, como os transportes. No entanto, há que destacar que esse anarquismo teve algumas peculiaridades importantes que, na versão apresentada por Ricardo Flores Magón¹, lhe permitiram converter-se na corrente de maior influência ideológica entre os setores de trabalhadores da cidade e em certa medida também dos camponeses². Embora o anarquismo chegue aqui, como em toda América Latina, com a imigração operária da Europa da segunda metade do século XIX, no México surge nos meios liberais e se mistura com a luta política contra a ditadura de Porfírio Díaz, o que permite a esta corrente converter-se em um dos fundamentos ideológicos do movimento armado com o qual o país entrou no século XX. Conhecedor e crítico dos limites da revolução francesa, Flores Magón expressou com clareza a necessidade de concretizar uma revolução social, que não só fosse política, para superar tanto a ditadura que durante três décadas manteve o poder do Estado, como a profunda desigualdade que dilacerava o país.

Há que assinalar, no entanto, que estas tendências sofreram perseguições e foram marginalizadas no percurso da revolução e, finalmente, não conseguiram se transformar em ideias - força que sustentassem a organização autônoma dos trabalhadores. Estes trabalhadores, diferentemente, se mantiveram na sua maioria sob a influência de outras forças políticas que promoveram sua subordinação às estruturas estatais.

Nesse sentido, um ato de enorme relevância é o fato de que os diversos grupos socialistas de todo o país (na realidade pequenos grupos) convocaram um congresso unitário apenas dois anos depois de ter sido realizado o Congresso Constituinte, com o qual finalizou a luta armada, e no meio de um violento ajuste de contas entre as

¹ Ricardo Flores Magón (1873-1922), junto com seu irmão Enrique fundaram em 1900 o jornal *Regeneración*, onde realizaram uma crítica mais profunda à ditadura e elaboraram o que terminou constituindo o lado mais radical do programa de transformações dos exércitos revolucionários. Cf. A compilação feita por Armando Bartra, Ricardo Flores Magón, et.al., *Regeneración, 1900-1918. La corriente más radical de la revolución mexicana de 1910 a través de su periódico de combate*, Ed. Era, México, 1977, p. 437.

² Com a sua luta na defesa do modo de vida e da propriedade comum dos povos indígenas do país, o "magonismo" resumiu em seu lema de Terra e Liberdade o conteúdo da insurreição camponesa que se produziu naqueles anos. Em particular, foi a principal bandeira do Exército Libertador do Sul, comandado por Emiliano Zapata.

diversas forças revolucionárias, quando se consegue derrotar as forças camponesas mais radicais e importantes. Foi em 1919, ano do assassinato de Emiliano Zapata, que surgiu o partido socialista que, diante das notícias do acontecido na longínqua Rússia, logo adota o nome de Partido Comunista Mexicano, sendo assim, o primeiro partido da América Latina que adere a esta nova corrente mundial. Coisas estranhas que costumam acontecer no México, pois isto não correspondia a uma clara lógica política³.

Seja como for, o relevante é que essas correntes próprias dos trabalhadores ficaram em condições de extrema fragilidade diante a coação da maioria. Trata-se, efetivamente, de um processo no qual a impressionante força popular sublevada dá lugar “não à transformação da subversão revolucionária em Estado, mas sim na mediação do Estado”⁴.

Na realidade, diante da força e violência que caracteriza o novo Estado, o conjunto da sociedade mexicana careceu durante décadas da capacidade de representar-se a si mesma e apresentar seus diversos programas e projetos em benefício de toda a nação, já que aqui tal assunto era monopólio da burocracia estatal. Este fato “anormal” é o que levou - como analisa René Zavaleta - para a formação da “classe geral” no México, ou seja, a uma burocracia com o status de “classe política”, “um corpo racional submetido a lealdades e com uma espécie de constituição não escrita, mas irresistível, produtora de normativas”⁵. Tratamos, portanto, de um singular caminho de construção hegemônica.

A burocracia estatal é a única que emerge com legítima autoridade para falar em nome dos fatos revolucionários, que são acomodados na sua versão oficial, de maneira que não existam vencedores nem vencidos. A “Revolução Mexicana” aparecia, nesse momento, como o grande acontecimento unificador e a expressão de um nacionalismo imaculado, em nome do qual se submeteria qualquer voz discordante.

³ Em agosto de 1919, se produziu a convocatória para realizar uma Conferência Socialista com o propósito de criar um novo partido unitário das diversas tendências da esquerda socialista. O partido que surgiria daquela conferência, entusiasmado pelos acontecimentos russos e confiante nas possibilidades de ainda alcançar conquistas revolucionárias de fundo no seu convulsionado país, adotaria em uma reunião, realizada em novembro desse mesmo ano, e por uma questão mais acidental, o nome de Partido Comunista Mexicano (PCM) e iniciaria seus vínculos com a recém formada Internacional Comunista. Do lado do PCM houve, logicamente, vários outros partidos das esquerdas, mas, diferentemente de muitos outros países, no México não existiu um partido socialista aderente à social democracia internacional, mas sim o Partido Revolucionário Institucional (PRI) que seria muitas décadas depois, o que participaria como observador nesta agrupação.

⁴ René Zavaleta, *El Estado en América Latina*, Ed. Los amigos del pueblo, La Paz, Bolivia, 1990, p. 201.

⁵ *Ibid*, p. 199.

É ao redor desse poderoso discurso ideológico, que dota de vida eterna o acontecimento armado, que gira a vida política do país. Todas as forças, sem exceção (os anarco-sindicalistas, os comunistas, os socialistas, os democratas revolucionários, etc.) foram incapazes de compreender na sua plenitude o caráter desse fato, as forças que o definiram, o alcance das suas tarefas, seus limites de classe. Na disputa pela herança da revolução, foram derrotados.

Em tal situação, os governantes, e particularmente o presidente da República como encarnação do “regime revolucionário”, podia falar em nome dos operários e camponeses, proclamar suas lutas e propósitos, se pronunciar inclusive partidário do socialismo como meta, e ao mesmo tempo dividir, controlar, corromper e reprimir não só as suas agrupações mais combativas e seus líderes rebeldes, como também o conjunto dos trabalhadores. O resultado foi um regime que integrou e submeteu as organizações de operários e camponeses à estrutura do que por décadas foi o partido oficial, o partido do Estado.

A face visível, e até louvável, foi o poderoso e legitimado Estado que conseguiu a maior estabilidade política de toda América Latina e um considerável desenvolvimento econômico. A contrapartida foi, por outro lado, um poder estatal que impediu qualquer expressão própria da sociedade e, particularmente, dos setores mais avançados dos trabalhadores; criador de instituições nas quais organizou compulsoriamente os diversos setores sociais e gerador de uma persistente repressão que chegou aos extremos da violência, tais como o massacre de estudantes em 2 de outubro de 1968***.

Uma legislação limitada

Não é de estranhar, então, o fato de que este caráter autoritário, corporativo e corrupto do Estado mexicano, tenha como uma de suas maiores expressões a arbitrariedade com que tratam os arquivos no país e também no que diz respeito ao direito à informação. Isso explica, por exemplo, que o Instituto Federal de Acesso à Informação, desde a sua fundação em 2003, tenha respondido 15 mil vezes com a frase “não existem os documentos”.

Outro dos agudos problemas que enfrenta o México é a falta de atenção com os arquivos e carência de recursos para os mesmos. “Não nos surpreende que arquivos do passado, como o de Tlatelolco, recentemente desclassificado, permaneçam fechados na prática porque não dispõem de instrumentos de

*** Naquela data, as forças governamentais dispararam e mataram centenas de estudantes que participavam de uma manifestação exigindo, entre outras reivindicações, liberdade de expressão.

consulta?”, se pergunta a pesquisadora e Diretora do Arquivo Geral do Estado de Yucatán⁶.

No México, não existia uma legislação nacional sobre arquivos até o dia 23 de janeiro de 2012, quando finalmente foi aprovada pelo Senado da República a primeira Lei Federal de Arquivos. O México era, portanto, um dos poucos países na comunidade internacional que não contava com nenhuma lei de arquivos em nível federal.

Apesar do avanço que representou para o país, logo ficaram evidentes as limitações e problemas de uma lei feita sem cuidado e sem uma visão ampla, de forma que agora está na pauta legislativa para ser revisada.

Se tal é a situação nos arquivos históricos nacionais, é simples imaginar a precariedade na qual se encontram os arquivos independentes dos trabalhadores e suas organizações. Nesse quadro, vou apresentar, de forma sintética, um dos mais relevantes: o Centro de Estudos do Movimento Operário e Socialista (CEMOS).

A Fundação do CEMOS

Em 1983, o novo partido resultado da unificação das principais forças das esquerdas, o Partido Socialista Unificado do México, impulsionou a iniciativa de formar o Centro de Estudos do Movimento Operário e Socialista (CEMOS), com a finalidade de preservar tanto a documentação do extinto Partido Comunista Mexicano (PCM), como de outros partidos e movimentos dos trabalhadores mexicanos.

A partir desse momento se iniciou no México um trabalhoso processo não só para conseguir criar uma instituição encarregada de reunir e preservar essa documentação, como para propiciar e gerar no país uma cultura da preservação da memória das lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores mexicanos.

Convencido de que o patrimônio documental dos trabalhadores no México esteve “à mercê do saque que realizam centros do exterior que dispõem de recursos para comprar e transferir para seus países as fontes testemunhais, devido a que carecemos, como regra, de uma legislação nacional que as proteja”,

⁶ Piedad Peniche Rivero, “Archivos y transparencia en México: ¿Los bueyes detrás de la carreta?” Cf, www.archivogeneral.yucatan.gob.mx/.../ArchivosYTransparenciaEnMexico.pdf

Nesse interessante artigo a autora faz uma séria crítica sobre o estado em que se encontram os arquivos no país.

Arnoldo Martínez Verdugo, que foi dirigente do PCM durante seus últimos vinte anos, promoveu o debate e procurou somar esforços para alcançar uma nova normativa que realmente defendesse tal patrimônio. Como dissemos, até agora não se conseguiu contar com uma regulamentação eficaz, o que não é só resultado de uma ineficiência legislativa, mas também da deterioração política do país.

Inicialmente, o arquivo do CEMOS foi constituído pelos acervos que lhe entregaram os partidos e organizações políticas que estavam efetuando o processo de unificação das esquerdas. Entre as primeiras doações se encontram os fundos e coleções do Partido Comunista Mexicano (que é sem dúvida o fundo documental mais importante), do Partido Socialista Revolucionário, do Movimento de Ação Política, do Movimento de Ação e Unidade Socialista, do Partido do Povo Mexicano e do Movimento de Ação Popular. Posteriormente se recebeu o fundo do Partido Socialista Unificado do México, assim como as doações das coleções particulares de alguns dirigentes operários de destaque, como é o caso de Valentín Campa e Miguel Ángel Velasco, ambos participantes da fundação da principal central operária, a Central dos Trabalhadores Mexicanos, e renomados líderes da grande luta dos ferroviários no fim dos anos cinquenta. Também dirigentes políticos de partidos das esquerdas, tais como Carlos Sánchez Cárdenas e Gerardo Unzueta Lorenzana, doaram seus arquivos pessoais que vão enriquecendo o acervo. O CEMOS também recebeu documentação de outras organizações políticas, sindicais, camponesas e estudantis de menor porte, que foram doadas por alguns pesquisadores, acadêmicos e militantes.

Atualmente estão identificados 125 conjuntos documentais que integram o núcleo básico do arquivo do CEMOS. Em seu conjunto, a documentação representa um dos mais importantes arquivos dos trabalhadores no México, não só pela sua quantidade como também pelo amplo espectro que atinge, e que é único no país. Em geral, nas últimas décadas as centrais sindicais e outras agremiações, assim como as empresas, têm descuidado consideravelmente dos seus arquivos históricos, o que acrescenta importância ao arquivo do CEMOS.

O papel que cumpre o CEMOS

Diante de um regime como o que tentamos expor acima, se entende a importância e o valor de um projeto como o que liderou Martínez Verdugo. Recuperar a história das lutas operárias; abrir os arquivos comunistas (o primeiro partido comunista que o fez isto foi o PCM), reivindicar e recuperar documentação das outras facções das esquerdas, por pequenas que elas fossem, são algumas das

árduas tarefas cumpridas em condições de total precariedade financeira e em um clima geral de incompreensão da relevância desses arquivos.

O CEMOS se constituiu como uma associação civil com o único propósito de salvaguardar um valioso patrimônio dos trabalhadores, sua memória militante e mais avançada, e o fez com a estreita colaboração dos pesquisadores, protagonistas do movimento operário mexicano e membros de organizações políticas. Seu objetivo imediato foi uma compilação documental das lutas partidárias e sindicais da esquerda, com o propósito de colocá-los imediatamente à disposição dos pesquisadores, o que não era prática comum dos partidos comunista e socialista até esse momento.

Desde a sua fundação o CEMOS ingressou no palco do debate político e intelectual através da revista *Memória*, que esteve em circulação durante vinte e nove anos, consolidando-se como uma das revistas de conteúdo político e cultural mais importante do México e da América Latina. Pelas páginas dos seus 242 números desfilaram as penas dos mais renomados políticos, intelectuais, acadêmicos e jornalistas que foram testemunhas e protagonistas das transformações sociais e políticas do México nas últimas décadas do século XX e começo do século XXI.

Após um longo período de dificuldades financeiras, a revista deixou de ser publicada em 2012. O fato de que este importante esforço político-intelectual não tenha continuado expressa com clareza a difícil situação que atravessa o CEMOS e os riscos de se perder um patrimônio que parece carecer de herdeiros.

Desafios no meio de uma profunda crise das esquerdas

A situação que prevalece nas fileiras das esquerdas mexicanas é particularmente complexa. Por uma parte, os trabalhadores mexicanos da cidade e do campo levaram décadas em uma situação defensiva, sem poder deter as políticas neoliberais que surrupiaram seus direitos e, em troca, acrescentaram as péssimas condições de trabalho e os baixos salários. O México é até hoje um dos países da América Latina que tem levado com maior rigor as políticas impostas pelos grandes centros de poder econômico mundial. Isto graças ao fato de que, desde 1988, através de sofisticadas formas de fraude e coação eleitoral se impediu a mudança política que a maioria do país anseia e que teria colocado, pelo menos, um freio à exploração dos trabalhadores e de vastos segmentos da sociedade extremamente empobrecidos e, de forma geral, um freio à roubalheira de recursos que sofre a nação.

Por outra parte, os organismos partidários que foram criados a partir de cruentas lutas democráticas e que enfrentaram o regime do partido de Estado,

sofreram significativas transformações que os deixaram inoperantes para muitas das tarefas que haviam cumprido no passado. Convertidos em grandes máquinas eleitorais e, mergulhados na corrupção política generalizada, hoje a história das lutas dos trabalhadores diz muito pouco a esses partidos das esquerdas mexicanas e as atuais demonstrações de descontentamento e mobilização popular com frequência não passam pelas suas fileiras.

Um aspecto relevante é que carecem das referências ideológicas mais avançadas que moldaram a sua fisionomia no passado, com o qual se converteram em organismos massivos que atendem aos fatos políticos imediatos, do momento, com muito pragmatismo e sem o fôlego de uma visão de longo prazo. Desta forma temos grandes organizações que congregam uma multidão disforme que não consegue achar o caminho das transformações que proclama sua luta popular e que deixou de ver nas suas origens uma fonte de aprendizagem e identidade.

Em poucas palavras, as circunstâncias que se apresentam no México se colocam de tal forma que, quanto mais se faz necessário, as esquerdas de hoje não pensam sobre si mesmas, não se analisam, não debatem seus erros e suas perspectivas. Seus instrumentos de reflexão e elaboração coletiva, como jornais ou revistas, praticamente não existem, assim como as suas instâncias de formação e estudo, apesar dos diversos esforços de pequenos grupos e as muitas reclamações que ecoam por aí.

Neste panorama, expressado de forma muito sintética e por isso mesmo, seguramente imperfeito, é o que nos faz enxergar com grande preocupação o destino que possa vir a ter o patrimônio que representa o CEMOS. No entanto, no México costuma se encontrar peculiares caminhos para driblar as dificuldades. Empenhados nisto nos encontramos, convencidos do enorme valor do patrimônio que temos sob nossa custódia e que na relação a seguir apresentamos a modo ilustrativo.

ANEXO

Conjuntos Documentais do Arquivo Histórico do CEMOS

NOME DO CONJUNTO DOCUMENTAL	DATAS-LIMITE	VOLUME
Fundo Partido Comunista Mexicano (PCM)	1919-1982	147 caixas.
Fundo PCM-Locales	1923-1981	30 caixas.
Socorro Rojo Internacional	1930-1935	1 caixa.

NOME DO CONJUNTO DOCUMENTAL	DATAS-LIMITE	VOLUME
Fundo Partido Socialista Unificado de México (PSUM)	1979-1989	14 caixas.
Partidos Políticos (AGN)	1916-1973	3 caixas.
Partidos Políticos y movimientos	1973-1988	1 caixa.
PAN, PSD, PMS, PRI, PPS, PSUM-PRT,	1985-1987	1 caixa.
Documentos de la Comisión Federal Electoral	1971-1976	1 caixa.
STUNAM, IPN, PPS, POR trotskista.	1979-1981	1 caixa.
Movimiento de Acción Popular (MAP)	1988-1989	3 caixas.
Movimiento al Socialismo (MAS)	1948-1981	11 caixas.
Partido Popular Socialista (PPS)	1969-1986	11 caixas.
Movimiento de Acción y Unidad Socialista (MAUS)*	1983-1985	2 caixas.
Corriente Socialista	1969-1986	3 caixas.
Partido Mexicano de los Trabajadores (PMT)	1935-1989	9 caixas.
Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT)	1989-1996	4 caixas.
Partido de la Revolución Democrática (PRD)	1941-1989	7 caixas.
Partido Patriótico Revolucionario (PPR)	1962	1 caixa.
Partido Auténtico de la Revolución Mexicana (PARM)	1972-1982	4 caixas.
Partido Socialista de los Trabajadores (PST)	1978	1 caixa.
Partido Laborista Mexicano (PLM)	1964-1989	1 caixa
Partido Revolucionario Institucional (PRI)	1947-1949	1 caixa.
Partido del Pueblo Mexicano (PPM)	1978-1981	1 caixa.
Partido Comunista (Internacional)	1961-1980	1 caixa.
Partido Socialista Revolucionario (PSR)	1987-1992	1 caixa.

NOME DO CONJUNTO DOCUMENTAL	DATAS-LIMITE	VOLUME
Partido Mexicano Socialista (PMS)	1977-1982	1 caixa.
Partido Social Demócrata (PSD)	1968-1986	2 caixas.
Partido Acción Nacional (PAN)	1932-1960	1 caixa
Partido Obrero Campesino de México (POCM)	1969-1971	1 caixa.
Partido Obrero Revolucionario (POR)	1963-1983	1 caixa.
Partido Comunista de Honduras	1943-1993	1 caixa.
Partidos Comunistas de España y El Salvador	1958-1965	2 caixas.
Frente Electoral del Pueblo	1988-1991	1 caixa.
Investigaciones sobre elecciones	1953-1980	2 caixas.
Miscelánea Internacional. Partidos Comunistas	1920-1979	1 caixa.
Miscelánea PCM	1935-1981	1 caixa.
Documentos PCM	1970-1982	1 caixa.
Miscelánea Nacional	1912-1986	13 caixas.
AGN-Izquierda	1985-1988	9 caixas.
Diario de Debates, LIII Legislatura	1922-1979	1 caixa.
Iniciativas de Ley	1937-1977	1 caixa.
Diputados	1978-1981	3 caixas.
Coalición de Izquierda. Grupo Parlamentario Comunista	1979-1980	2 caixas.
Coalición de izquierda. Cámara de Diputados	1979-1980	1 caixa.
Iniciativas de ley, José López Portillo	1959	1 caixa.
Congreso Nacional Agrario	1924-1976	1 caixa.
Primo Tapia	1936-1963	1 caixa.
Agrarismo	1933-1980	2 caixas.
Movimiento campesino	1935-1946	1 caixa.

NOME DO CONJUNTO DOCUMENTAL	DATAS-LIMITE	VOLUME
Liga de Agrónomos Socialistas	1936-1937	1 caixa.
Cedillismo	1974-1983	2 caixas.
Sindicalismo Universitario	1961-1987	1 caixa.
Comisión Sindical PCM	1978-1984	2 caixas.
Sindicatos	1957	1 caixa.
IV Congreso Sindical Mundial	1930-1935	1 caixa.
CSUM	1964-1978	1 caixa.
CROC	1922-1936	1 caixa.
CGT	1922-1936	1 caixa.
CROM	1935-1972	1 caixa.
FSROC	1920-1976	2 caixas
Ferrocarrileros	1923-1927	1 caixa.
Mineros	1965-1984	1 caixa.
OGOCM	1987	1 caixa.
Huelgas SME	1924-1985	1 caixa.
SME. Electricistas, Tampico, Tamaulipas	1978-1987	1 caixa.
SME. Periódicos del PROCUP, Periódicos Unión del Pueblo.	1977-1981	1 caixa.
Sindicato de Telefonistas de la República Mexicana (STRM)	1914	1 caixa.
Textiles	1936-1983	1 caixa.
CTAL, CTM	1970-1976	1 caixa.
Congreso del Trabajo	1921-1984	3 caixas
Petroleros	1915-1980	6 caixas.
Movimiento obrero	1916-1986	7 caixas.

NOME DO CONJUNTO DOCUMENTAL	DATAS-LIMITE	VOLUME
Movimiento obrero (ponencias)	1956-1978	1 caixa.
Universidad Obrera	1933-1978	2 caixas.
Movimiento estudiantil	1968-1978	2 caixas.
Juventud Comunista de México (JCM)	1955-1982	1 caixa.
Juventud Socialista Unitaria de México (JSUM)	1936-1937	1 caixa.
Liga de Escritores y Artistas Revolucionarios (LEAR)	1936-1969	1 caixa.
Confederación de Jóvenes Mexicanos y Asamblea Mundial por la Paz	1950-1970	2 caixas.
Movimiento por la Paz	1961-1966	1 caixa.
Movimiento de Liberación Nacional	1961	1 caixa.
Declaración de la Conferencia Latinoamericana por la Soberanía Nacional, por la Emancipación Económica y la Paz	1945-1982	3 caixas.
Movimiento Revolucionario del Magisterio	1973	1 caixa
Seminario "Clases sociales y crisis política en América Latina" (UNAM)	1981-1984	1 caixa.
Seminario "Partidos políticos y democracia emergente" (UNAM)	1967-1980	1 caixa.
Ponencias, conferencias y artículos varios. Modernización del capitalismo y clases sociales	1991-1992	1 caixa.
Ponencias del Umbral del Socialismo en el Siglo XXI	1980-1982	1 caixa.
Seminarios sobre política sindical y clase obrera	1989	1 caixa.
II Coloquio sobre una reestructuración productiva y reorganización social, Veracruz.	1989	1 caixa.
Perestroika	1934-1986	1 caixa.
Periódicos Iskira y El Obrero de Monterrey	1929-1981	1 caixa.

NOME DO CONJUNTO DOCUMENTAL	DATAS-LIMITE	VOLUME
Unión Nacional de Mujeres Mexicanas (y otras organizaciones femeniles)	1962-1979	1 caixa.
Sección Femenil	1922-1970	1 caixa.
Anticomunismo	1929-1939	2 caixas.
Comunismo en los Estados	1935-1955	1 caixa.
Solicitudes de ingreso al PCM	1983	1 caixa.
Documentos de la IV Internacional	1963-1982	2 caixas
Izquierda marginal	1930-1979	1 caixa.
Presos políticos	1973-1976	1 caixa.
Cámaras industriales	1927-1948	1 caixa.
Secretaría de Gobernación	1924-1937	1 caixa.
Estados de la República	1972-1982	1 caixa.
Periódicos	1944-1982	1 caixa.
Periódicos y revistas	1943-1979	1 caixa.
Boletines y periódicos	1973-1981	1 caixa.
Boletines	1933-1983	2 caixas.
Revistas (varias)	1980-1988	1 caixa.
Revista y folletos	1986-1988	1 caixa.
Publicaciones	1971-1988	1 caixa.
Folletos y libros	1941-1981	1 caixa.
Cuadernos de Consulta Popular	1975-1988	2 caixas.
Boletín Interno de Discusión Internacional	1937-1981	21 caixas.
Valentín Campa Salazar	1941-1986	2 caixas.
Miguel Ángel Velasco	1929-1934	1 caixa.

NOME DO CONJUNTO DOCUMENTAL	DATAS-LIMITE	VOLUME
Augusto César Sandino	1926-1933	1 caixa.
Julio Antonio Mella	1938-1993	4 caixas.
Ricardo Pascoe	1961-1982	1 caixa.
Gerardo Peláez	1932-1985	3 caixas.
Pedro Pomar	1988	1 caixa.
Caso Mario Ramón Beteta en Cámara de Diputados. La Quina.	s/f	1 caixa.
Catálogo AGN y CEMOS	s/f	1 caixa.
Catálogo CEMOS	1925-1988	6 caixas.
Documentos varios	1975-1982	1 caixa.
Documentos oficiales	1991-1993.	1 caixa.
Diskettes	1983-1984	2 caixas.
Cassettes		

FONTES ALTERNATIVAS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: HISTÓRIA ORAL DE VIDA DOS TRABALHADORES¹

Michel Marie Le Ven*
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte - Brasil

I - Introdução

A coordenação deste “Seminário Internacional: O Mundo dos trabalhadores e seus arquivos” sugeriu que nessa mesa redonda “**Fontes alternativas de preservação da memória**”, abordasse a história Oral “a partir de minhas pesquisas e projetos para dialogar com colegas da mesa”. O que vou tentar, buscando relatar a minha própria experiência de vida, de trabalho e de opções teóricas, como professor e pesquisador. A confiança demonstrada pelos organizadores desse evento aparece como uma provocação e uma convocação a falar de mim e dos meus companheiros de vida de pesquisador em ciências sociais e políticas. Por isso, me remeto a Montaigne para dizer “não somente ousar falar de mim; e quando falo de outra coisa, engano-me, fujo ao assunto”. Mas como entender essa provocação de falar de si, quando o coletivo está no centro das questões, como aqui nesse seminário? Logo, pergunto-me, por exemplo, a “memória coletiva é algo que se preserva ou se ativa”? E em que ela é fonte alternativa? Ela é alternativa, a que? Resumindo são duas, as questões. De um lado, tornar presente a memória, mantê-la viva, e, de outro, inventar algo diferente.

Nas últimas décadas me envolvi em diferentes pesquisas no que gosto de chamar de “História oral de vida”. Período em que, eu também me tornei um contador de história, sendo objeto de várias entrevistas. E me tornei, ainda, discípulo de Roland Barthes (1977), na sua afirmação de que “narrar é próprio do homem”.

¹ Texto elaborado em co-autoria com a pesquisadora Rosely Carlos Augusto. Doutora em educação.

* Professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: milven@uol.com.br

Mas falar em História Oral², como metodologia científica alternativa significa, de um lado, falar de história e de outro em oralidade - alguém que fala e outro que escuta palavra e escuta interlocução e conversa, e possivelmente, escrever e publicar. Revendo minha trajetória teórica e de pesquisas encontro referências marcantes sobre isso, ainda antes de me inserir profissionalmente no movimento brasileiro e internacional de HO. O que já aparece nos meus objetos da dissertação e tese de doutorado, quando ainda se dizia que o método de HO não era confiável, como prática científica em ciências humanas.

É preciso dizer que a História Oral, como metodologia, pode e deve ser exercida de múltiplas formas e objetivos: fonte de informação histórica, constituição de acervos e no uso de variadas formas de linguagem. Optei pela HO como encontro de subjetividades, que cria um vínculo social, que pode vir a ser laços coletivos, ou seja, compromisso político. Isso é fruto de um movimento internacional de sociologia clínica, cujo objetivo principal é cuidar do social-político, protagonizando o sujeito da ação. Isso quer dizer, fazer do objeto o sujeito da narração e da ação. O que nos remete a enfatizar a importância do momento da restituição da pesquisa aos sujeitos dela, não apenas para constituição de acervos, e nem apenas para publicações (muitas sem leitores!), mas como parte de novos processos de ação e reflexão que se abre para as questões do tempo presente.

Nessa perspectiva os conceitos fundamentais se enriquecem de outros conceitos como memória, vida, afeto, ética e cultura, que se articulam intrinsecamente na noção de “história de vida”. O ator falante se faz autor. Autoridade. Ator-leitor-escritor. A se pensar no mundo dos trabalhadores e na memória das lutas dos trabalhadores, esses conceitos se entrelaçam ao contexto e às representações do trabalho na atualidade e suas profundas transformações nas últimas décadas... O trabalho no contexto atual não é mais substantivo. Tornou-se adjetivo na confusão dos termos empregabilidade, colaboradores, fornecedores, flexibilidade, prestadores de serviços, gerentes, gestores, coach...

Gostaria de abordar e desenvolver essas questões em três pontos: 1) história de vida e opções teóricas; 2) reflexões metodológicas acerca do entrevistar, da interpretação e a devolução aos sujeitos - autores e leitores - das histórias sociais coletadas e 3) HO e os arquivos das lutas da classe trabalhadora, hoje.

² A partir daqui referida, muitas vezes, apenas por “HO”.

II. História de vida e opções teóricas

Inicialmente, quando revejo, hoje, minha trajetória como pesquisador percebo uma linha de permanência na postura e perspectiva teórica, de um olhar aguçado ao ponto de vista dos sujeitos da própria ação e uma escuta atenta à palavra do outro, mesmo ainda bem antes de encontrar a HO, como metodologia científica. Isso me filiou ao pensamento de Roland Barthes (1977) quando nos realça que “narrar é próprio do homem; a narrativa está ali, como a vida”. Esse ponto de vista orientou minha história de vida e minhas opções teóricas. Mas do ponto de vista da metodologia científica, isso nos remete a pelo menos dois pontos:

Primeiro: O lugar do “eu” na escrita da história. Vou tentar ser mais breve porque acho que me reconciliei com esta questão tanto no plano pessoal, teórico e histórico. Fui formado na cultura do que virou “clássico”, o “*le moi est haïssable*”, dizer “eu” antes do outro não faz parte da boa educação, e ainda mais quando se é católico, não convém falar de si (provavelmente mais ainda na minha Bretanha onde o silêncio, o não dizer de si é cultivado ou foi imposto). Hoje, me fazendo discípulo de Montaigne esta questão se tornou mais tranquila: *“Não somente ousar falar de mim mas ainda falar só de mim; e quando falo de outra coisa engano-me, fujo ao assunto...É grande em mim a curiosidade pela alma e o espírito dos autores que leio”*.

Podemos reconhecer aí questões sempre rediscutidas da relação objetividade versus subjetividade, da neutralidade versus a implicação do pesquisador. Esta questão vai e vem. Recentemente, em novembro de 2007, em um Encontro Sudeste de HO, cujo tema era “Memória e Política”, quis dialogar sobre isso e mostrar a minha discordância com uma historiadora argentina, Beatriz Sarlo (2007), muito ativa no meio universitário e autora de um livro intitulado *“Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva”*. Ela diz temer uma invasão dos “eus”, que viriam impedir uma compreensão da História, *“pela vitória do “eu” sobre o “nós”, com o hábito de olhar o próprio umbigo”* (2007). Mas, eu entendi que tinha chegado a hora, uma vez que se tratava de memória e política, de contar uma história pessoal - mas não tão pessoal - do que representa hoje para indivíduos pleitear uma Anistia por fatos ocorridos há quarenta anos e que perduraram durante um longo tempo passado-presente. Foi preciso aprender a esperar, mesmo depois de cantarmos desde 1968 o *“Quem sabe faz a hora. Não espera acontecer”*... , que se tornou quase um hino nacional.

Mas vamos à minha formação e experiência no que gosto de chamar metodologia de **história oral de vida...**

Como eu cheguei e me formei no campo da pesquisa em História Oral? A partir de 1989 encontrei o “movimento de História Oral”, onde ainda aprendo e

prático a HO, como metodologia científica. Constando de três momentos: entrevista, interpretação e restituição. Isso se concretizou em minha participação atuante no Núcleo de HO da FAFICH/UFMG e também na Escola Sindical 7 de Outubro, nas décadas de 80 e 90.

Assim, faço parte, desde 1989, de um Programa de Pesquisa em História Oral da Faculdade Filosofia da UFMG³, que se iniciou com uma pesquisa chamada de “Visões e Vozes de Minas”, com a tarefa de recolher a história e a memória dos trabalhadores que se fizeram militantes sindicalistas e operário-deputado, mineiros, antes do Golpe Militar de 1964. Mas já estava envolvido na história dos trabalhadores, desde a minha chegada ao Brasil. Esse Programa foi uma novidade e sempre ficou um pouco estranho no universo universitário, que prezava mais as metodologias quantitativas. Experimentei e me debrucei sobre a questão da relação, sempre questionada, do lugar do “eu” na ciência. A Oralidade custou a ser vista como fonte de ciência. Falar, escutar, transcrever histórias individuais e assim fazer ciência nos custou muito estudo, muita prática, mas também muitos êxitos.

Mas surpreendi-me quando encontrei em um dos meus primeiro textos (escrito em português!), de 1971, a expressão história oral. E em todas as minhas pesquisas devo ter trabalhado com observação pessoal, vivência e entrevista. Contudo, me foi necessário um desaprender e um aprender de novo... Principalmente sendo atento à experiência de vida, ao sujeito histórico. É assim que tento praticá-la: aprendendo, fazendo, escrevendo. Inclusive em minha pesquisa do doutorado (1988), intitulada “O trabalho e democracia: a experiência dos metalúrgicos mineiros (1978-1984)”, é possível perceber evidências da mesma sensibilidade, o mesmo olhar aguçado ao ponto de vista do outro na história. Em 1997, dentro desse Programa, escrevi, com a participação de outros colaboradores, “*Dazinho, um cristão nas Minas, minas do ouro, minas d’ água, minas de gente*”. Em 2008, publicamos o livro “*Afeto e Política: metodologia qualitativa e sociologia clínica*” fruto de um curso de formação em metodologias qualitativas e sociologia clínica.

Segundo: história e memória. Enfim uma questão sempre renovada que tem a ver com o conceito e a prática da História. Refiro-me, no caso, à chamada “Nova História” que inclusive deve muito a historiadores franceses. Hoje temos o importante livro-testemunho do Le Goff (2008) “*Uma vida para a História*”. Mas devo dizer que já tinha uma sensibilidade aguçada como professor de “política” pela minha busca e pelo ensino da formação do “*Imagário político brasileiro*”.

³ O Programa de HO da FAFICH/UFMG, criado em 1989, é ainda um Programa de pesquisa interdisciplinar muito produtivo e reconhecido pelo movimento brasileiro de HO. Em 1998 o Brasil foi escolhido para sediar o Encontro Internacional também pela relevância que a oralidade tem na nossa América.

Trabalhava a partir, de um lado, da leitura de Castoriadis (1982) *“A Instituição Imaginária da sociedade”*, e do outro, de um estudo de Eni P. Orlandi (1990) *“Terra à Vista - Discurso do confronto: velho e novo mundo”* “... Ou seja, estamos tratando de conceitos como “colonização”⁴ e “autonomia” dos sujeitos, dos trabalhadores na sua história coletiva.

Então se trata do lugar dos homens na história, dos “pequenos grandes homens” que fazem a história de um lado, e do outro, da maneira como esses homens situados historicamente se relacionam, se entreolham se dizem se dominam e se assujeitam... Enfim exatamente os processos de dominação e de emancipação que não se fazem só pelas armas mortíferas, mas pelo discurso, pelo dizer, de fato, pela palavra, pela escrita, pelo olhar de um a respeito do Outro.

Assim, durante muitos anos, acompanhei de perto o movimento operário e o imaginário do trabalho no Brasil. E nos anos 2003-2005 estive envolvido na criação do Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte. Nessa aproximação da área museológica, me foi dada a possibilidade de relacionar trabalho e obra, trabalho e história. Assim Artes e Ofícios se tornaram palavras e conceitos muito significativos: trabalho como arte, obra bem feita; trabalho como profissão, o que implica uma exposição social e também um serviço, portanto uma função pública. Convencemos-nos, então, da possível relação do trabalho de história oral com o trabalho do artesão, enquanto um “métier” e, portanto, uma ocupação com função social.

Então, qual pode ser esse lugar do historiador oral, do oralista? Que sentido dar à relação “História Oral e contemporaneidade”? A nossa questão agora é esta: quem somos nós? Porque estamos falando de “arte e ofício” nesse tempo presente? Quem somos nós cuja profissão é escutar pessoas, com elas construir um pensamento, e ainda prestar um serviço pessoal e social de restituir a palavra a seu legítimo sujeito que se faz narrador e **autor** de sua própria história de vida? Acredito que podemos avançar no nosso esforço de nos entendermos como fazedores de arte e praticantes de um ofício. Somos, como oralistas, artesãos da escuta e a nossa atuação interfere na história e na sociedade. De que maneira? Aprendemos a ser artesãos-artistas da escuta das histórias dos outros e guardiões da palavra pronunciada na interlocução, sempre em busca de uma interpretação respeitosa dos sentidos, e até dos não-ditos, da memória e enfim, dos sentidos sociais e políticos nas narrativas abertas ao público. E assim, construindo para a

⁴ Hoje tem excelentes trabalhos a esse respeito, por exemplo: Bosi, Ecléa em “O tempo vivo da memória” (2003) e Bosi, Alfredo “A Dialética da Colonização” (1992).

sociedade um trabalho de memória coletiva. Escutar aqui, então, significa ser (estar) atento a alguém e à sua vida.

É verdade também que aprendemos na prática, nos estudos e na experiência coletiva da participação, se fazer um artesão-oralista que domina e ama o seu trabalho, que *sabe* fazê-lo, para poder interpretar com ciência e interferir no mundo, com consciência. É nessa prática que nos tornamos intelectuais responsáveis dos dizeres, nossos e de nossos falantes e sobre a vida dos homens e mulheres.

E como ofício, o *oralista* abre espaço à palavra de indivíduos, garantindo uma compreensão social entre indivíduos e grupos nas diferenças e nas “múltiplas interpretações”, como diz Portelli (1997). Fazendo isso com competência participamos da produção das sociedades, damos formas ao imaginário dessas sociedades, produzimos e às vezes reforçamos juízos e valores, enfim nós nos fazemos instituintes desse imaginário que constrói o que Castoriadis (1982) chamou de “social-histórico”. E é preciso tomar cuidado para que o nosso discurso não se faça “discurso sobre o outro”, que às vezes vem reforçar conceitos e preconceitos. E um *oralista* tem que ter todos os sentimentos e sentidos em ação, tem que achar alguma coisa que nos faça vibrar... Vibrar significa que tem energia na relação, na experiência vivida ali. Até provocar uma cumplicidade, algo que faça vibrar em uma energia presente que passa pela minha experiência. E cada um de nós tem o seu estilo, sua sensibilidade, sua história de vida.

III. Reflexões metodológicas acerca de um modo “alternativo” de fazer HO: pesquisas e projetos desenvolvidos nas últimas décadas

Nesta parte do texto quero relatar algumas das pesquisas e projetos, que estamos desenvolvendo e fazer considerações acerca dos sentidos e valores (públicos, políticos, culturais) produzidos no processo de pesquisar e de construir memórias coletivas da classe trabalhadora. Assim como, refletir sobre alguns aspectos dos três momentos da HO: entre-vestir, interpretação e a restituição. Chamamos a atenção para o modo “alternativo” de fazer História Oral de Vida, referindo-se tanto a uma forma particular de exercer o ofício de historiador em HO, que chamamos de “sociologia clínica”⁵, como ao debate, sempre polêmico, acerca das metodologias científicas quantitativas e qualitativas.

⁵ Sobre essa abordagem e movimento internacional de pesquisar e intervir sobre as realidades psicossociais ver mais em Le Ven, M. Afeto e Política, 2008.

Na história oral - talvez seja isso o fundamental - a entrevista não é uma conversa como uma repetição, um interrogatório, um relatório sem vida, ela sempre é uma nova história, uma **outra** história. Eu gosto de falar em oralidade, mais do que em história oral ou então considero que o adjetivo dá mais sentido do que o substantivo. No mínimo, os dois juntos, inseparáveis. Então o falar, o narrar - que dizem é próprio do homem - tem essa força das pessoas se revelarem a outras pessoas, que são interlocutoras, em um diálogo que se cria e vai se fazendo em um acontecer. Se der um testemunho da história, alguma coisa boa para o Acervo de um programa, ótimo. Mas não é só isso. Trata-se de sujeitos vivos, que falam que desejam e fazem acontecer. Então, a história oral é a arte dos indivíduos que se revelam através da fala e da escuta e isso muda as pessoas e o mundo. A história oral é “uma Arte e um Ofício”, não é uma disciplina, não é só uma técnica, ela não é uma teoria. É uma postura diante da vida, que exige muito tato, muito cuidado, ela é uma estratégia de pesquisar e intervir que não pode ser tocada de qualquer maneira, ela é uma coisa a ser bem feita, como uma obra, um artifício, enfim uma arte de dar sequência ao falar e escutar, de criar uma relação humana e política, portanto de fazer história que precisa ser contada. Talvez seja isso precisamente, o necessário nesse século XXI. Temos que falar mais de nós, da nossa história, e não esperar, quem sabe, um século para dizer algo de nós ou para ter outro discurso, quem sabe, o oficial, dos homens do poder. Não estou negando o conhecimento científico. Pelo contrário, proponho uma ciência, com consciência. Também porque estou mais interessado na vida do que na “verdade”.

Nesse sentido, vou relatar algumas de minhas pesquisas, dos últimos dez anos.

1. Memórias do Horto (1968-2008): Uma “aventura coletiva de gente miúda”⁶

Em maio de 1998, trinta anos da ditadura de 1968, o Centro Cultural de Belo Horizonte promoveu com o jornal O Tempo, um primeiro evento público sobre a questão, com o nome os “Passageiros da Utopia”. Fui convidado a participar da mesa de debate “1968 na França, no Brasil, no Mundo”. O amigo Bernardo da Mata Machado me convidou para falar da minha prisão em novembro de 1968, com mais companheiros da comunidade do Horto, fatos conhecidos como “A prisão dos padres franceses do Horto”. Falei com sofrimento desse acontecimento,

⁶ Pesquisa desenvolvida por mim e a pesquisadora Rosely Carlos Augusto, juntamente com moradores/as do bairro Horto, em Belo Horizonte, membros da JOC (Juventude Católica Operária) e outras testemunhas dos acontecimentos de dezembro de 1968.

da violência descarada da época, e desse longo e opaco silêncio, onde, contudo, tínhamos conseguido cada um à sua maneira, viver dignamente. Eu falava em público pela primeira vez como sujeito de palavra revelando um não-dito até esta data. Falei com sofrimento, mas ao mesmo tempo convencido que era chegada a hora de falar. Mas falar com quem? Havia gente disposta a escutar a nossa história desse passado-presente? Fez-se uma irrupção na minha vida do direito e do dever da “palavra” após longos anos de restrição ao dizer de si, de um longo processo de silenciamento, deslançou a convicção que tinha chegado a hora de falar, dizer na primeira pessoa, mas em nome dos companheiros dispersos, hoje, pelo mundo. Durante mais de 30 anos tinha ouvido, escutado muito... Tinha sido falado e tinha sido feito uma imagem que podia ser de criminoso ou de herói. Outros tinham falado de mim...

Então, um dia chega a hora de poder falar, porque tem ouvidos que escutam, em uma escuta qualificada que sabe dar os sentidos afetivo, cultural e político dos acontecimentos. Assim se constitui a história de uma cidade, de um lugar, de sujeitos coletivos. O tempo então se conjuga com o espaço, o tempo da experiência dos homens e o espaço criado pelos seus habitantes. Experiências de gente, memória de uma cidade. Tempo do passado que se torna experiência transcendente. E é preciso tempo para elaborar os sentimentos, as experiências.

Aprendemos pelos anos de 1960, a nos fazer atentos aos fatos, a ver os sinais do tempo... Isso o papa camponês, João XXIII, nos ensinou. Um cristão procura entender os sentidos dos acontecimentos, ele presta atenção nas coisas. Assim pequenos fatos se deram no final de 2007. Então, foi uma sucessão de fatos pequenos, só aparentemente pequenos. Em setembro de 2007, recebo em casa um telefonema do Padre Elias, na época, vigário da Paróquia do Horto me perguntando se eu era o Padre Michel envolvido em acontecimentos de 1968 na paróquia do Horto conhecidos como “A Prisão dos Padres Franceses do Horto”..., e se eu aceitava conversar com ele. Acho que respondi prontamente que esperava isso havia muito tempo, quase quarenta anos.

O Padre Elias queria entender melhor os seus novos paroquianos que parecia um povo “sem identidade”, aparentemente “sem memória”... E mais, ele constatava nos arquivos da Paróquia, um longo período de 25 anos, sem anotações... Conversamos, contei um pouco da minha história e que tinha recebido, recentemente, o deferimento de meu processo de anistia.

Trocamos os nossos telefones e fomos lembrando e nomeando algumas pessoas... Eram nomes recentemente conhecidos por ele e nunca esquecidos da minha parte: Alene, Vilma, Imaculada, Zé Luiz... Anotei os telefones e logo as procurei. Quis reunir na minha casa os meus familiares, as pessoas mais próximas, amigos novos de Ribeirão das Neves, onde vivo hoje, e evidentemente, esses

antigos do Horto reencontrados, após 40 anos. Foi uma festa. Sobretudo, queria partilhar a Anistia Política, um reconhecimento do Estado Brasileiro, que havia sido declarado recentemente. Era outubro de 2007 e aí nasceu o Projeto de pesquisa e documentação da “Memória do Horto- 1968-2008”.

Eu pessoalmente sentia a necessidade de falar, de comunicar com outros, estava muito tocado, incomodado pela questão pessoal e nacional da Anistia. Mas enfim, e, sobretudo, de novo, fatos que tiveram muito sentido e que acabaram nos confirmando nessa vontade de falar. Outros atos importantes aconteceram no primeiro semestre deste ano de 2008, em lembranças de 1968⁷.

O Horto de 2008, assim, tinha encontrado os seus irmãos de 1968. As nossas histórias pessoais podem ser diferentes, mas a nossa História social é comum. Todas precisam ser contadas. E é preciso religá-las... Religar passado e presente. Religar o ano de 1968, às décadas seguintes, todas significantes, 78, 88, 98 e 2008... Fizemos muitas coisas, é preciso dizê-las, é preciso ainda cuidar de muitos sofrimentos que perduram, mas reconhecer a nossa persistência. Todos têm muita coisa para dizer, muito cuidado para nos dar, muitos sentimentos para expressar. Temos muito a dizer desse passado-presente, sofrido, mas do qual orgulhamos-nos...

Nessa pesquisa estamos contando a nossa história, como vivemos no nosso bairro, na nossa comunidade, na nossa fé cristã, como fomos atravessados por acontecimentos políticos sob a Ditadura do Golpe de 1964, enfim “escancarada”

⁷ Em abril de 2008, 40 anos da primeira greve dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem... não podia ficar no silêncio... A iniciativa veio evidentemente do Sindicato dos Metalúrgicos, em união com a Secretaria de Cultura de Contagem. Foram dias de reencontro de companheiros e companheiras militantes de todos os ideais, comunistas, socialistas, cristãos. De reafirmação e reconhecimento de nossa audácia de enfrentar pela força do trabalho metalúrgico e da crença na nossa capacidade de “autonomia” frente aos ditadores... Foram feitas com emoção as devidas homenagens aos lutadores presentes e a alguns a título póstumo. Há inclusive uma mostra de fotos, feitos pelo jornalista Marcelo Resende, “Belo Horizonte-Contagem, no Brasil, e no mundo... 1968”, relatando e revelando imagens, dos fatos e das palavras dos atores desses acontecimentos.

Esse evento lembrava que a presença operária em 1968 tinha feito História, histórias marcadas até hoje nos corpos e nas almas, a repressão no final de 68 foi de uma crueldade desumana... E lembrava que o Horto tinha sido solidário o ano todo... Era então preciso religar tudo isso que tinha uma alma, um sentido espiritual e político, uma afirmação de uma classe dizendo de sua capacidade de ser sujeito autônomo da história nas fábricas e nas periferias... E as coisas foram se ligando, o nosso ano de 68 estava ali exposto: o Comitê de Apoio à Greve dos Metalúrgicos, criado logo depois da greve de abril na Casa das Domésticas; os operários e operárias latino-americanas reunidos no Congresso Nacional da JOC em julho, em Olinda-Recife; a segunda greve dos metalúrgicos em outubro, logo reprimida pela Polícia em toda a Cidade Industrial, quando os metalúrgicos mais ameaçados e já desempregados se refugiaram na casa da comunidade do Horto; a prisão dos “Padres Franceses” em 28 de novembro e a terrível noite do 12 de dezembro com a imposição do Ato Institucional V quando a Ditadura se fez “escancarada” como diz Elio Gaspari... Ela agora mostrava a sua cara...

na noite do 12 de dezembro de 1968. Foi o nosso 68 com suas alegrias e seus sofrimentos... Como o foi em Praga, no Vietnã, na França...

Fomos produzidos, nesse período, sem fala, mas não sem memória. Fomos os esquecidos pela História, a Grande História... Tampouco nesses anos todos nós pudemos nos encontrar, nos reunir. A nossa vitória é de hoje ousarmos falar em público de nós, somente dizer e nos dizer, liberar a palavra e soltar a voz... sobretudo em nome dos que já se foram e a quem ninguém pediu perdão.. Nós somos capazes de perdão.

O historiador Le Goff não nos falou que somos feitos do passado-presente? Ele não tem gosto para contar histórias em livro e em filme. Ele diz que gosta de recolher e contar para os homens de hoje, as **“Aventuras coletivas de heróis “comuns” da História...** Então estamos aí como ele, que nos mostra o caminho para sermos historiadores de nós mesmos contando histórias de gente comum, mas forte, viva.

Assim, ainda não éramos (formalmente) um grupo de pesquisa, mas fomos nos fazendo pesquisadores de nós mesmos. Pesquisar é ter uma questão para viver e fazer melhor para mim, para os outros... É um serviço público, democrático, político.

E quais foram as primeiras questões colocadas por nós nas primeiras reuniões na casa familiar da Além? Conversando, espontaneamente, foram ditas palavras - **que podem vir a ser nossas questões** - por duas participantes que encarnam a história do Horto... Imaculada falou estranhando: “mas porque toda essa brutalidade conosco, nós aqui no Horto, a gente não fazia nada de extraordinário...” e Vilma, na mesma reunião:” Mas sim. Aqui no Horto havia algo novo, que nos animava, que nos fazia diferentes “... Éramos sim, diferentes, um povo operário, da periferia, mas na procura de algo vivo que atraía jovens dos bairros e favelas em busca de diálogo, estudantes de filosofia e teologia, líderes estudantis nacionais, militantes políticos da Ação Popular (AP)⁸ que respiravam a Revolução... O Horto era então como uma casa aberta, sem muro nem cerca. Era viva por dentro e aberta aos apelos da comunidade, da cidade. Na época, Belo Horizonte era cidade aberta... Isto era nossa vida no Horto, o bairro, a igreja, as associações, as pessoas, o mundo, o clima da época, os sonhos e as promessas...

Vamos falar **de vida de pessoas**, inteiras e atravessadas no tempo e no espaço por acontecimentos que interferiram tanto na existência pessoal como nos rumos políticos e culturais do país... O nosso tempo não só o cronológico. É o tempo

⁸ Organização política da década de 60 oriunda dos movimentos de ação católica.

que significa, que gera sentidos. Somos feitos da substancia simbólica desse tempo vivido como grupo, como comunidade... Não se trata de padre fulano de tal, que sofreu isso ou aquilo...

O que nos interessa dizer é que não paramos de viver após a Ditadura “escancarada”, sabendo que há sempre possibilidade de muitas formas de ditadura. Podemos hoje ser ferroviários, funcionários públicos, professores aposentados, mas ainda tendo muitos sonhos e projetos mesmo se eles ficaram muito tempo reservados. Não esperamos acontecer e fomos para a batalha, cada um do seu jeito com prudência e perseverança. Somos contemporâneos dos “100 milhões de homens em ação” e dos Milagres Econômicos... mas soubemos participar do renascimento dos novos movimentos sociais (gosto de dizer que a década de 70 realizou muitas das conquistas almejadas nos anos 60)... Somos também tributários dos anos de resistência afirmativa que nenhum ditador da época conseguiu coibir, na cidade e no campo, nas igrejas e nas escolas, e no movimento que culminou com a Anistia, essa que estamos lutando até hoje... A democracia não se faz por decreto, nem por procedimentos técnicos. Queremos contar isso para que não triunfe a ignorância, e que desse passado-presente possamos deixar aos nossos contemporâneos a nossa palavra e a nossa presença ativa e fértil.

Quero indicar um caminho, uma direção com a ajuda de Jacques Le Goff (2007). Esse grande historiador é um apaixonado pela história do povo miúdo da Idade Média, nos séculos 12 e 13. Assim ele e outros historiadores criaram um conceito diferente chamado “Nova História”. Para ele, a Idade Média, distante, mas nem tanto, não foi o “Tempo das Trevas”, pelo contrário, o “**povo miúdo**” dessa época estava inventando muitas coisas nas artes, na agricultura, na vida cotidiana...

Ele recorre a outro grande historiador para dizer de sua vontade de fazer uma história “total”, quer dizer material e espiritual, do homem, em um longo tempo. Sem separação no homem vivo e na ciência.

“A partir disso, Marc Bloch ficou convencido de que “se a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado, não é menos verdadeiro que é necessário compreender o passado pelo presente”... **Assim se esboça a importância do método regressivo**”.

O que isso quer dizer? É preciso unir o presente e o passado na vida de um homem, de uma sociedade, de um tempo e de um espaço. Isso para que a narração da história seja mestre de vida, seja fértil humanamente... Fazemos a história porque aprendemos com ela. A experiência da história é para que possamos viver melhor hoje... Toda história é transformadora. Na época a gente falava em “Revolução”, aliás, os generais e seus servidores também. Conhecer esse passado, esse longo tempo, é poder entender melhor o tempo presente...

Esses sujeitos “anônimos”, que falam, são de fato “testemunhas”? De quê? Suas muitas histórias também podem colaborar para escrever a História de uma nação? Essas histórias contadas contribuem para tecer fragmentos de uma “narrativa”, uma obra de narradores? E, ainda de qual História estamos falando? Como podemos entender a narração (escrita e falada) dessas histórias individuais e coletivas. É isso uma história “total”, (Le Goff, 2007), quer dizer “material” e “espiritual” no sentido que “o povo não vive somente de pão, mas também de ideias, ideais e paixões”. Paixões que permanecem: “somos os mesmos”, disse uma das testemunhas.

Nós não estamos na Idade Média. Estamos no século XXI, em plena “pós-modernidade”, dizem. Vamos ativar a nossa memória e dar vida ao nosso presente procurando o sentido de tudo o que vivemos, **ontem e hoje**. Será também uma história feita de sombras e de muitas claridades, porque a vida é assim, sobretudo, para os homens e mulheres, “comuns”...

Assim queremos falar de nós, como nossa história e nossa memória de “**gente**”, heróis comuns, talvez “**anônimos**”, mas nem por isso deixando de sermos “criadores” de História. Hoje nós nos propomos falar, contar, quer dizer fazedores e contadores de histórias, **nossas** histórias, que são um pedaço da história não-escrita do povo brasileiro, mas vivida, com muitos sonhos, muitas ações. E para muitos de nós, na experiência de um cristianismo vivo e solidário, esse do tempo do Papa João XXIII e na esperança dos cristãos da América Latina.

Então, estamos falando, nessa pesquisa, da história de gente do Horto, de um bairro de periferia de Belo Horizonte, que também teve e tem seu sonho, que inventou um modo de viver, que conheceu a tormenta e teve sua palavra sequestrada pelos usurpadores do poder. Mas hoje eles querem falar em público, porque chegou a hora.

2. Lideranças camponesas: histórias de lutas e lições sociais

Quero, ainda, abordar aspectos metodológicos e inovadores da pesquisa realizada por Rosely Carlos Augusto⁹ com lideranças camponesas, da qual participei muito ativamente. Esta pesquisa nos provoca nos aspectos empíricos de suas entrevistas de campo e traz reflexões interessantes sobre o momento da restituição aos sujeitos-autores. Considero, hoje, a restituição um dos nossos maiores desafios das pesquisas engajadas, como as de história oral com trabalhadores. É

⁹ Aprender na prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão Norte de Minas, nas três últimas décadas”. Tese de Doutorado, FAE/UFMG, 2011.

importante, ainda, destacar que relato essa pesquisa por uma postura política que temos defendido de se superar, no Brasil, a oposição ideológica campo e cidade, explicitando a sua unidade complexa, interdependente e contraditória.

Para realizar esta pesquisa, foram entrevistadas lideranças, homens e mulheres, envolvidas, desde a década de 80, em movimentos sociais de luta por terra e direitos fundamentais. Suas narrativas abordam seus itinerários de vida, trabalho e formação *na luta*. Eles reconhecem nos movimentos sociais uma dimensão pedagógica e um princípio educativo que se desenvolve no próprio processo de experiências vividas na prática cotidiana. Não por um acaso, os movimentos sociais e sindicais, hoje em Minas Gerais, se articulam em uma rede que denominam “lutar educa”. As lideranças camponesas pesquisadas são pouco escolarizadas ou não escolarizadas, e produzem um saber prático, válido e útil à vida. Suas trajetórias políticas, que se iniciam na atuação em atividades comunitárias ou escolares e no ideário da Teologia da Libertação, ganharam visibilidade no novo sindicalismo da década de 80 e, mais recentemente, vêm se expressando em novas formas de luta pela terra e de defesa de princípios agroecológicos. Quando se autodenominam como lavradores, geraizeiros, Sem Terra, assentados da reforma agrária, agricultores familiares, guardiões do cerrado, camponeses, conhecedores populares, sindicalistas e ambientalistas, eles indicam o entrecruzamento intrincado de identidades, papéis sociais e práticas políticas, que marcam as histórias pessoais e as transformações coletivas - econômicas, políticas e culturais - produzindo um *patrimônio de experiências, valores e saberes eco-sociais*, que vão se formando, se transformando e se incorporando às trajetórias pessoais e sociais a cada *geração de lideranças* e no conjunto das *lutas sociais*. Trata-se de um entrecruzamento indissociável da experiência do tempo vivido e do pertencimento ao “lugar”: de identidade política e identidade territorial.

Relata que no longo processo que realizou de imergir no campo de pesquisa foi aprendendo um modo particular de abordagem e de entrevistar os sujeitos em seus próprios locais de vida e trabalho, a qual chamou de “**entrevista narrativa e situada**”. Desenvolveu uma *conversa* bem ao gosto das expressões e narrativas próprias dos sujeitos entrevistados, sendo que quase todas elas foram feitas em suas próprias casas, em seu quintal e em visita à sua área produtiva - no assentamento de reforma agrária, nas comunidades rurais. Quando isso não foi possível, realizou as entrevistas no escritório do sindicato, do MST, da CPT. O que possibilitou que a pesquisadora vivesse e compreendesse, de forma contextualizada, a narrativa dos sujeitos, em uma perspectiva interdisciplinar. Buscando nas narrativas históricas e nos itinerários vividos pelas lideranças camponesas, a compreensão do próprio processo de participação, as mudanças e identidades aprendidas em sua prática social, como expressão da constituição de “sujeitos políticos”, participantes ativos

na construção de ações coletivas, organizações e movimentos sociais voltados para a transformação da realidade de seu tempo.

Foi um diálogo compartilhado sem, contudo, perder-se a consciência do caráter *artificial* de uma entrevista de pesquisa, comprovado pela própria existência do gravador. Nesse sentido, a **entrevista narrativa e situada** proposta pela pesquisadora, como uma relação social e “um exercício de amor intelectual” (Bourdieu, 1997) chama a atenção não só para a oralidade presente, mas também para o contexto de sua realização - um “contexto de conversação” e um acontecimento imerso no momento da entrevista e de sua fenomenologia de percepções, sensações, memórias e trocas de saberes. Também chamei a atenção para esse “instante da entrevista”, em HO, como um momento de especial atenção de produção coletiva e de vínculo social e fenomenológico entre entrevistado e entrevistador, em outro artigo.¹⁰

Contudo, a autora nos lembra de que a entrevista é “um exercício espiritual” (Bourdieu, 1997), mas nada tem de miraculoso: é uma relação social e, portanto, de poder, que resulta em um acordo realista entre as antecipações e os cuidados do pesquisador e as expectativas do pesquisado. Mesmo tendo gestos, muitas vezes, de gratuidade e cuidados, enquanto relação social ela é sempre uma relação de intervenção e, portanto, envolve questões éticas.

Não vamos abordar o longo e trabalhoso processo de análise e compreensão das entrevistas, muito bem descrito pela autora e com questões instigantes tratadas por ela, porque embora, se tratem ainda de aspectos desafiantes da metodologia no Brasil, gostaria de tratar do momento da restituição. Aqui, ainda cabem muito debate e esforço intelectual, para garantir aos sujeitos, a difusão e o retorno pessoal e político de suas histórias, dotando-as de valor social, ético e público.

A autora realizou, após a defesa de sua tese, um momento de devolução dos resultados da pesquisa na comunidade de origem de uma das lideranças ouvidas, durante um Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, programado com esse objetivo. Segundo ela, esse momento se constituiu em uma “nova roda de conversas”, de recuperação histórica e de produção coletiva não só de conhecimentos novos e ampliados, mas de ação prática diante dos novos desafios vividos por aquela comunidade.

Na “roda de histórias” que se formou, foram relatadas histórias de lutas contra a discriminação e o “rebaixamento” das mulheres no sindicalismo, as lutas

¹⁰Ver Le Ven, Michel M. In SIMSON, Olga R. de M. Von (org.) Os desafios contemporâneos da História Oral, Campinas, CMU/UNICAMP, 1996

por direitos e qualidade de vida, assim como avaliações críticas das transformações econômicas e políticas nas últimas décadas na região e da conjuntura nacional, assim como, de seu município¹¹. Em uma demonstração de que a memória é sempre coletiva e processual. E de que a história não se refere ao passado, mas é, necessariamente, uma *relação* dinâmica entre o passado, presente e futuro.

Posso destacar pelos menos mais dois importantes aspectos teóricos e metodológicos desse momento: de que as lutas e as organizações populares no campo são herdeiras e carregam um legado de saberes e valores que vão se corporificando e se transformando a cada geração e a cada novo movimento social que surge na contraditória realidade vivida. E por outro lado, a pesquisa explicitou a concepção de que a pesquisa em HO é um processo interminável de novas revelações históricas e de abertura para novos processos de ações e construções. Dos relatos ali ouvidos, logo, se gerou ideias e perspectivas de ações. O que pode tornar essa metodologia qualitativa importante instrumento para a formulação e a execução de processos grupais e políticos que envolvem as intervenções sociais e as políticas públicas.

III. Os arquivos dos trabalhadores - memória viva, memória ativa

Antes de terminar queria ainda fazer algumas considerações. Em que essas reflexões sobre minha experiência pessoal em “história oral” se insere nessa mesa sobre “fontes alternativas de preservação da memória”? Como se encontram fontes orais e arquivos, fontes orais e expressões culturais e artísticas (museológicas) e ainda mais, frente às novas linguagens e tecnologias digitais? Aparentemente essas possibilidades não se encontram, não se complementam. Há evidentemente muitas diferenças... Além da substituição das técnicas de gravação e conservação/arquivamento pelas técnicas digitalizadas e de informatização. Entendo, contudo, que é melhor pensar que se convive com múltiplas formas de linguagens, com diferenças e continuidades. O que nos faz retomar as palavras de Barthes (1977) “narrar é próprio do homem, a narração começa com a humanidade... Ela pode ser oral e escrita, a imagem, fixa ou móvel, o gesto... A narração está presente no mito,

¹¹ Talvez pela presença na reunião do vice-prefeito da cidade, também um dos entrevistados, a conversa passou por avaliações e reivindicações das políticas municipais, como a melhoria da estrada quase intransitável até chegar à comunidade ou a assistência técnica para a execução do projeto de economia solidária da associação das trabalhadoras rurais da comunidade, uma fabriqueta de rapadura e mandioca, que está quase parada por falta de manutenção de uma máquina.

na lenda, na fábula, na tragédia, no drama, na comédia, na pintura, no cinema, na história em quadrinhos, na notícia, na conversa... a narração está ali, como a vida...”.

Assim a memória trabalha com todos os sentidos da humanidade para se tornar viva, ativa, comunicativa... A memória é a capacidade do homem de viver, dizer e de ligar presente-passado-futuro... O que nos remonta a duas pequenas histórias: dizem que Michelet (Thompson, 1992) depois de percorrer cidades e campos medievais, a serviço dos “revolucionários” para ouvir a voz do povo, chegando a Paris e encontrando um monte de documentos amontoados no que veio a ser a Biblioteca Nacional, teria dito a esses escritos: “eu vou fazer falar vocês!”. E tornou a letra viva. Dizem também de Miguelangelo terminando a sua escultura da Pieta, fez-lhe uma marca no joelho de sua obra e gritou-lhe: “agora fala”! Falar deve, então, concentrar todas as potências dos sentidos. É fazer e se fazer homens... É revolucionário... Só as ditaduras e os colonialismos querem matar a memória e silenciar!

Por fim, ainda é necessário dizer que nos dias de hoje, nossos contemporâneos demandam serem ouvidos e querem dizer de si, de sua vida... As manifestações nas ruas no Brasil, nos meses de junho e julho**, nos mostrou bem isso como expressões máximas desse desejo popular. E isso não tem a ver com o campo da política, da democracia no tempo presente? De como podemos atender as demandas da sociedade contemporânea? Essa não é, exatamente, a questão que estamos tentando refletir coletivamente, aqui, quando discutimos a importância da experiência da classe trabalhadora e seus arquivos, na história recente do Brasil? Será que a nossa profissão de pesquisadores e historiadores orais não nos leva a participar da produção da “cultura” e da “história”, mais atentos à palavra, à memória, à história, a partir da realidade do tempo presente?

A história oral que trabalha necessariamente com contemporaneidade - é um *exercício presencial*. Ela tem como perspectiva uma atenção às demandas reais de uma sociedade. No Brasil não teria chegada a hora de dizer certas coisas depois de várias décadas (e séculos) de silenciamento? Claro que a resposta é dura e difícil, mas chegamos ao momento de se ter muitas respostas a essa pergunta. Além disso, o que importa é a questão: que papel político, cultural, científico se tem dentro de uma sociedade que está cheia de demandas? Enfim, é preciso ser capaz de atender e responder as perguntas fundamentais da sociedade. Então somos contadores de histórias, mas acreditamos que podemos ser ao mesmo tempo, produto e produtores da história, não só contadores dela. Seria um pouco a busca de nós mesmo como sujeitos e o “outro”, não só como nosso “objeto”, mas como sujeitos

** O autor está se referindo as manifestações de junho e julho de 2013 que ocorreram em todo o Brasil.

que narram histórias suas, de seu tempo e lugar. E quem sabe seremos capazes de contar não só pequenos episódios da vida dos indivíduos, mas fazer grandes narrações da sociedade. Narrativas, romances que sejam trajetórias, experiências e não fatos isolados no tempo e espaço. Há várias formas de ser contemporâneos, de ser ao mesmo tempo. Então, o presente não é nem o atual, nem o fatural, é muito mais que isso, é a consciência da vida, de uma trajetória, de um movimento temporal e espacial...

Assim, dialogando com a história e a contemporaneidade podemos nos perguntar: em que e onde esse Seminário pode abrir novas possibilidades de trabalhar com arquivos, memória, histórias de vida? Seria sonhar demais, sonhar de novo? Acredito que os organizadores tem uma grande responsabilidade. Mesmo se não resolverem tudo, mas podem abrir novos caminhos. A tarefa é de religar, juntar histórias de vida e novas tecnologias, linguagens e imagens.

Mas acredito também que saímos do silêncio, do silenciamento, da amnésia. Reconhecemos o direito à justiça de transição, criamos novas formas de organização e a própria Comissão Nacional da Verdade, mesmo com todos os limites e polêmicas em torno dela. O tempo hoje é de aprender com esse passado tão recente, de ler os “sinais do tempo” e encarar o momento crucial que vivemos e que pede mudanças criativas.

Referências bibliográficas

AUGUSTO, Rosely C. *Aprender na prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no Norte de Minas Gerais, nas últimas décadas*. Tese de Doutorado, Belo Horizonte, FAE/UFMG.

BARTHES, R. *Poétique du récit*. Éditions du Seuil, 1977.

BOURDIEU, P (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOSI, Ecléa, *O tempo vivo da memória. Ensaios de Psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, A. *Dialética da Civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LE GOFF, Jacques. *Uma vida para a História - conversações com Marc heurgon*. São Paulo: Unesp, 2008

LE VEN, Michel M. *O trabalho e democracia: a experiência dos metalúrgicos mineiros (1978-1984)*. Tese de Doutorado, USP, 1988.

_____ *Afeto e Política: metodologia qualitativa - História Oral de Vida e Sociologia Clínica*. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG/Ed. A tela e o Texto, 2008.

_____ O instante da entrevista In SIMSON, Olga R. de M. Von (org.) *Os desafios contemporâneos da História Oral*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista! - Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1990.

PORTELLI, A. *Tentando aprender um pouquinho - algumas reflexões sobre a ética na história oral*. In: *Projeto História - história oral e ética*. PUC-SP, nº 15, 1997.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado - História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

O PATRIMÔNIO IMATERIAL NAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E O PAPEL DO PESQUISADOR

Célia Maria Corsino*
Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN)
Rio de Janeiro - Brasil

“...devemos cuidar do imaterial que é a memória e o coração dos homens.”
Papa Francisco, em uma de suas falas na JMJ.

Lidar com patrimônio imaterial é penetrar um campo a um só tempo vasto e denso; mas também fluido, etéreo, sutil, muitas vezes impossível de precisar em recortes sobre territórios físicos. Mais que um campo, é uma dimensão da existência humana. Dimensão imaterial do patrimônio. Podemos dizer que está entre as Ciências do Impreciso, conceito criado por Abraham Moles para tratar “(...) conjuntos de conhecimentos que, permanecendo perfeitamente operacionais no nível do pensamento e da criação, possuem definições bastante vagas e que não é útil que sejam precisadas abusivamente, pois uma definição estreita demais evacua seu valor heurístico e, de fato, os esvazia de seus conteúdos.”¹

Não é coisa para ser estudada em laboratório, dissecada com instrumentos finos ou com o olhar microscópico que examina a matéria (pedras, madeiras, terra, metais e similares).

Considerado nesta dimensão, o patrimônio é impossível de ser capturado inteiramente. Não há arcabouço teórico nem recurso metodológico que consiga fazê-lo. Mesmo quando o registramos nos suportes mais avançados da tecnologia digital, não vai ser possível “trazê-lo do campo conosco” para ser cultivado como em um viveiro, fora de seu

* Museóloga. Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN

¹ MOLES, Abraham. As Ciências do Impreciso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, pp 51-52.

contexto de origem ou em outro ambiente propício ao “bicho homem”. Por mais que tentemos exaustivamente, não conseguimos (a não ser por breve tempo), organizá-lo em categorias, circunscrevê-lo em áreas como objeto de pensamento acadêmico ou de ação institucional. Há algo que sempre escapa ou migra de gaveta. O que de fato alcançamos são manifestações, apenas expressões de momentos ocorridos “naquele lugar” e envolvendo “aquelas pessoas”.

Tomamos aqui a noção de Patrimônio Imaterial apresentada pela Convenção de Salvaguarda dos Bens Imateriais, de 2003, da UNESCO²:

“Se entende por Patrimônio Cultural Imaterial os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhe são inerentes - que as comunidades, grupos e, em alguns casos indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu entorno, sua interação com a natureza e sua história, infundindo neles um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo, assim, para a promoção ao respeito da diversidade cultural e a criatividade humana”.

Nota-se ao ler esta definição que a noção de patrimônio imaterial está ligada àqueles elementos que compõem parte daquilo que constitui a identidade de determinados grupos ou comunidades.

A reflexão que se coloca neste aspecto é que os grupos sociais, ao vivenciarem e produzirem suas próprias referências (morar, celebrar, divertir, trabalhar e cultivar sua fé) não estão preocupados com o “papel institucional” que estas práticas possuem, mas estão interessados no “sentido interno” que elas carregam, ou seja, pela organização do mundo que estas práticas possibilitam.

Assim, tem-se, por um lado, que as práticas denominadas como patrimônio

² Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>

não são naturalmente percebidas assim pelo grupo. Na realidade, elas são identificadas como elementos importantes, fundamentais, para o cotidiano da comunidade sem, contudo, carregarem uma “aura superior” em relação a nenhuma outra atividade de sua existência. São referências culturais. O olhar que patrimonializa é, portanto, um olhar externo ao grupo, um olhar de fora.

Por outro lado, entretanto, não se pode dizer que o Patrimônio Imaterial surge apenas a partir do olhar do “agente cultural” responsável pela identificação das práticas culturais.

Neste caso, o papel do pesquisador é identificar dentre as práticas mais significativas dos grupos sociais, aquelas que possuem a força de aglutinar e representar a identidade deste grupo ou, em determinados casos, da própria nação.

Ressalta-se, ainda, que a permanência e salvaguarda do patrimônio cultural estão associadas a alguns aspectos:

1. a reiteração do sentido dessas práticas para seus realizadores;
2. a transmissão dos conhecimentos tradicionais de mestres para aprendizes;
3. a manutenção das condições ambientais e materiais necessárias à sua realização (local, matérias-primas, etc.).

Podemos dizer que práticas culturais são a manifestação do que os antigos romanos chamavam de *Genius Loci*, espírito guardião que habitava os lugares junto com as pessoas e dentro delas. Fazia com que se reconhecessem entre si e se diferenciavam de forasteiros. Segundo Christian Norberg-Schulz (1980), “Este espírito dá vida a pessoas e lugares, acompanha-os do nascimento à morte e determina o caráter de suas essências (...) O homem antigo (...) reconhecia que era de grande importância existencial chegar a um acordo com o *genius* da localidade onde sua vida transcorria”³.

Nesse sentido, as ações de salvaguarda realizadas entre os que vivem e fazem a cultura “naquele lugar” e os agentes culturais externos é essencialmente relacional, fruto de um processo social. A identificação demanda, então, que o agente cultural seja capaz de ter um olhar de dentro, que seja capaz de apreender o sentido que aquela determinada prática tem para as pessoas daquele grupo para, a partir

³ NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci - O espírito do Lugar - Por uma Fenomenologia da Arquitetura*. Rev. Architectural design 7/8, 1980.

de então, fazer o exercício de um olhar externo e perceber as conexões com outras manifestações e práticas daquele contexto. Ou seja, ao trabalhar na identificação de um patrimônio imaterial deve-se estar atento não somente ao sentido que seus praticantes dão àquela manifestação, mas à centralidade - ou polarização - que esta exerce sobre outras práticas locais e sua capacidade emblemática de representação da vida das pessoas de determinado local ou território.

Pode-se tomar, então, emprestada a noção de Geertz⁴ sobre o papel do antropólogo como mediador e estendê-lo a seus pares profissionais. De fato, todo agente cultural envolvido nesse tipo de trabalho e pesquisa deve considerar as “teias de significados” das comunidades ou grupos dos quais ele se aproxima, bem como ter consciência das suas próprias teias de significados e motivações para o desenvolvimento dessa aproximação.

O que parece central ressaltar aqui é que o processo de identificação, documentação e salvaguarda de um bem denominado patrimônio imaterial implica em um encontro entre dois olhares - o de dentro e o de fora - sobre o mesmo objeto: o bem imaterial.

No contexto da valorização e salvaguarda do patrimônio imaterial, os cientistas sociais ganharam as atribuições de pesquisar, documentar, formular e implementar políticas públicas para comunidades, grupos, povos e segmentos sociais até então à margem das políticas de definição e proteção de patrimônio cultural.

Do ponto de vista da metodologia isso significa que o pesquisador deve relativizar seu próprio ponto de vista (o que é ou não é patrimonializável para mim e minha comunidade pode ser ou não ser para o “outro”). Nesse sentido é crucial o exercício de estranhamento da própria cultura e o entendimento da cultura do outro através da interpretação dos signos e símbolos em seu contexto cultural. É preciso, ainda, garantir ao “outro” a possibilidade de se expressar por si próprio, dar voz ao outro, como parte do processo de reflexão sobre sua cultura.

Utilizam-se métodos clássicos das Ciências Sociais para documentar, descrever e analisar; deduzir o que é passível de patrimonialização para os grupos sociais investigados; diagnosticar questões e formular políticas em comum acordo com os segmentos sociais envolvidos.

Nesse sentido, a pesquisa deixa de ser solitária e, até certo ponto, passiva ou restrita ao meio acadêmico. E tem que ser “engajada” em projeto coletivo, de interesse público.

⁴ GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1985.

A propalada neutralidade científica fica suspensa e entendida como construção imperfeita, invariavelmente. E trabalha-se na medida do possível, na direção do consenso, cumplicidade, e construção de meios de inclusão social e conquista da cidadania. Isso não quer dizer que tudo seja harmonioso e perfeito. O conflito, de várias naturezas, é sempre presente e é motivação e orientação para os projetos na área⁵.

Ainda sobre este aspecto, da relação entre os agentes culturais e pesquisadores com as comunidades, grupos e pessoas detentoras de saberes tradicionais, destacamos a posição do antropólogo José Jorge de Carvalho que delinea:

Princípios básicos de uma política para o patrimônio performático tradicional

(...) Alguns princípios básicos norteadores de uma revisão da política de relação dos pesquisadores enquanto sujeitos de um pacto de integração nacional, com as comunidades guardiãs do patrimônio performático tradicional, principalmente indígena e afro-brasileiro.

1. Admitir a autoria dos saberes performático como postura do pesquisador frente à comunidade, independente dos resultados, da luta jurídica que ora travamos pela legitimidade dos direitos comunitários e pela diminuição do tempo de vigência dos direitos de autor.

2. Ser crítico da ideia difundida de autoria coletiva de canções, danças e formas dramáticas e da noção, igualmente falsa e conveniente para o canibalismo, de “domínio público”.

3. Assumir um compromisso com a devolução para as comunidades guardiãs de origem, dos materiais, publicações e atos públicos que os pesquisadores venham a realizar na condição de especialistas nas tradições por elas preservadas.

4. Assumir um compromisso com a inclusão social e tentar contribuir para a formulação de políticas públicas preferencialmente na forma de ações afirmativas, que permitam, pelo menos em um futuro próximo, diminuir o fosso da desigualdade racial e étnica que mantém nos piores índices econômicos e sociais justamente

⁵ VIANA, Letícia C. R. Metodologias de inventário e pesquisa aplicada ao patrimônio imaterial. Curso Virtual de Patrimônio Imaterial. DUO informação e Cultura, 2009.

*os guardiões das valiosas tradições e saberes de origem africana e indígena preservados e recriados no Brasil. Mediante sua inclusão em espaços sociais e políticos privilegiados, os artistas populares terão mais condições de veicular eles mesmos suas expressões performáticas, do modo com julgar mais apropriado”.*⁶

A motivação para realização de um processo de identificação e documentação do patrimônio imaterial ocorre devido a sua representatividade em âmbito local, regional ou federal, ou em função do risco a que esta manifestação cultural está submetida.

As ações de inventário, registro e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil antecedem a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, da UNESCO.

O Decreto nº 3.551, de agosto de 2000, é o marco na trajetória das políticas de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. A criação do instrumento do REGISTRO veio conferir aos bens culturais de natureza imaterial o status de **Patrimônio Nacional** assim como o Tombamento, instituído desde a década de 30, pelo Decreto-Lei 25/37, legitima bens de natureza material como documentos escritos, arquitetura, cidades, monumentos, paisagens e exemplares da arte, objetos históricos, como **Patrimônio Nacional**.

É muito importante lembrar que, no Brasil, iniciativas no sentido de conhecer, documentar e preservar manifestações da cultura dita “popular” estão na gênese de movimentos culturais de vanguarda, como o Modernismo nos anos 20 e 30, do século XX, e na conformação das políticas públicas voltadas para aquele universo, cujo marco é a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1958, conforme nos conta Maria Laura Viveiros de Castro:

O Preâmbulo da Convenção de Londres, de 16 de novembro de 1946, que instituiu a UNESCO, determinou o estabelecimento, em cada país, de organismos compostos de delegados governamentais, e de grupos interessados em educação, ciência e cultura destinados a coordenar esforços nacionais e associá-los à atividade daquela organização, assessorando os respectivos governos e delegados nas conferências e congressos. Com esse espírito, o Brasil institui, pelo decreto-lei de 13 de junho de 1948, o Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura (IBECC), ligado ao Ministério das Relações Exteriores. Para a definição do campo hoje abrangido pelo PCI, vale destacar, entre as Comissões então instaladas, a Comissão Nacional do Folclore, tendo como secretário geral o diplomata Renato Almeida, um

⁶ CARVALHO, José Jorge de. Metamorfose das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultura a indústria do entretenimento. In Celebrações e saberes da cultura popular. Pesquisa, inventário, críticas e perspectivas. Série Encontro e Estudos nº 5. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, 2004, pp 81-82.

dos expoentes desse processo de articulação nacional e internacional. A Comissão Nacional de Folclore teve atuação importante no país, articulando comissões regionais em cada estado e promovendo o amplo registro, estudo e difusão do folclore. De sua ampla movimentação resulta, em 5 de fevereiro de 1958 (Decreto-lei n. 43.178), a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, ligada ao então Ministério da Educação e Cultura. Essas iniciativas pioneiras já se amparavam, de um lado, na própria trajetória do interesse pelo folclore brasileiro que emerge desde as últimas décadas do século XIX e, de outro, no estímulo trazido pelas recomendações da Unesco que entendiam também o folclore como um instrumento a favorecer o entendimento e a compreensão entre os povos.

As políticas específicas de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional criaram-se no contexto do Estado Novo (ditadura de Getúlio Vargas 1937-1945) e evoluíram juntamente com a retomada da democracia na virada dos anos 70 e 80, após 25 anos de regime militar instituído após o golpe de 1964.

As ações do Centro Nacional de Referência Cultural e da Fundação Nacional Pró-Memória entre as quais podemos citar os seminários promovidos por Aloísio Magalhães, mentor da nova política cultural brasileira à frente do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) com as comunidades das cidades históricas de Ouro Preto e Diamantina (Minas Gerais), Cachoeira (Bahia) e São Luís (Maranhão), promoveram a implementação das seguintes ações:

- 1) levantamentos sócio-culturais em Alagoas e Sergipe;
- 2) inventários de tecnologias patrimoniais;
- 3) implantação do Museu Aberto de Orleans, em Santa Catarina;
- 4) tombamento da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva, na Paraíba;
- 5) uso do computador na documentação visual de padrões de tecelagem manual e de trançado indígena;
- 6) debate sobre a questão da propriedade intelectual de processos culturais coletivos;
- 7) desenvolvimento da ideia de criação de um selo de qualidade conferido a produtos de reconhecido valor cultural, como o queijo Minas e a cachaça de alambique;
- 8) inclusão das culturas locais nos processos de educação básica;
- 9) proteção da qualidade cultural de produtos artesanais nos programas de fomento governamental à atividade;
- 10) documentação da memória oral das frentes de expansão territorial e

dos povos indígenas ágrafos.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, as noções de cultura, de bem cultural, dinâmica cultural e de referência cultural, antes adotadas pelo Centro Nacional de Referências Culturais e, posteriormente, pela Fundação Nacional Pró-Memória, voltaram a ser objetos de reflexão e de experiências na área patrimonial.

Nas comemorações de sessenta anos do estabelecimento do estatuto legal do tombamento, em 1997, é retomada a discussão sobre as outras formas de proteção e acautelamento do patrimônio, entre elas, o registro e o inventário. O resultado é uma legislação criando o instrumento jurídico do Registro do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial, em 2000, além do estabelecimento de parâmetros de inventário e uma ação mais presente e eficiente junto aos organismos internacionais que culminou com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, de 2003.

Em 2006, O Brasil ratifica a Convenção da UNESCO e o IPHAN regulamenta os procedimentos para os processos administrativos de registro pela Resolução 001, de 03 de agosto de 2006.

Cabe lembrar ainda que no Brasil, por exemplo, a motivação que deu origem ao Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) foi a necessidade, para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura - IPHAN -, de ampliar e aprofundar o conhecimento sobre referências culturais presentes em lugares, sítios e territórios já reconhecidos como patrimônio histórico nacional em função de seu acervo arquitetônico e urbanístico.

A metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais foi testada e consolidada entre 1999 e 2000, na região de Porto Seguro, Bahia, batizada como Museu Aberto do Descobrimento (MADE), por ocasião das comemorações dos 500 anos do Brasil. Coroava as ideias e iniciativas desenvolvidas desde a década de oitenta do século XX, na Fundação Nacional Pró-Memória e consolidadas na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 216 diz:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I- as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

De maneira geral, pode-se dizer que a identificação e a documentação de determinada prática cultural está associada a um processo de acautelamento dessas práticas, em função de maior ou menor risco de perda e sempre associada a um tipo de ação governamental (ainda que muitas vezes executada por ONG's).

Isso significa que o trabalho de identificação, documentação e Registro (como instrumento de salvaguarda instituído pelo Decreto nº 3.551/2000) implica em uma ação externa aos grupos responsáveis pelas práticas. Essa análise remete, novamente, para a discussão do agente cultural como mediador entre o vivido e o institucionalizado.

Um ponto pacífico neste processo é o entendimento do conceito de cultura não meramente como erudição ou produção de arte; mas como modo de vida em sociedade, visão de mundo, ação humana dotada de significado. Também é ponto pacífico a superação, pelo menos conceitual, de um certo etnocentrismo e a afirmação da pluralidade cultural como lócus de interesse e ação.⁷

Rigoberta Menchú, líder indigenista e Prêmio Nobel da Paz (1992) defende o conceito de interculturalidade que no seu entendimento:

(...) traz uma carga irrefutável de valores, relações e ideologias. Este conceito refere-se ao grau de verticalidade ou horizontalidade do diálogo e das relações entre os povos e suas culturas na difícil estruturação de nossas sociedades como sociedades plurais, nas quais se reconhece o direito de todos os seus componentes a defender e cultivar suas visões cosmológicas particulares e suas próprias tradições sem menosprezo e com total respeito pelas demais.

Assim, não só os ícones de uma cultura oficial de elite são patrimônio cultural da nação, mas toda uma gama de fatos culturais de diferentes tradições se torna potencialmente patrimonializável. E o processo de patrimonialização deve ser encarado como instrumento, como política cultural, que objetiva garantir que determinadas práticas significativas de um território sejam valorizadas em função de seu papel social e/ou histórico.

Categorias e entendimentos

Ao compararmos os textos do Decreto nº 3.551/2000 e da Convenção de 2003, duas diferenças importantes se colocam:

- Língua - uma das maiores diferenças entre as categorias do Brasil e da UNESCO é a questão da língua. Este assunto foi tratado, na política brasileira, em separado a partir de demandas que chegaram ao IPHAN logo após o estabelecimento do Registro e culminou com a assinatura do Decreto nº 7.387, de 09/12/2010 -

⁷ VIANA, Letícia C. R. Op. Cit.

que estabelece o Inventário Nacional da Diversidade Linguística - que passou a ser utilizado para reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e estabelece a declaração das línguas inventariadas como Referência Cultural Brasileira, mas até agora nenhuma língua foi declarada.

- Lugar - No Brasil, desenvolveu-se a noção de “Lugar” como sendo aqueles locais “que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais” (Manual do INRC). Esta definição não foi adotada no âmbito da Convenção de 2003, entretanto, considerando esta noção como fundamental.

DECRETO BRASILEIRO	CONVENÇÃO DA UNESCO DE 2003
Formas de Expressão	Tradições e expressões orais, inclusive a língua enquanto vetor do Patrimônio Cultural e Imaterial Artes Cênicas
Celebrações	Práticas sociais, rituais e eventos festivos
Saberes	Conhecimentos e práticas relativos à Natureza e ao Universo. Saberes e fazeres ligados ao Artesanato Tradicional
Lugares	

Figura 1 - Quadro comparativo da classificação do Patrimônio Imaterial no Brasil - Decreto nº 3.551 de 2002 e a Convenção de 2003

Execução da política do Patrimônio Cultural Imaterial

O trabalho que o IPHAN vem desenvolvendo nestes treze anos se assenta em três pilares - identificação, reconhecimento e apoio a sustentabilidade - e é orientado pelos seguintes princípios:

- O patrimônio cultural é uma construção social que diz respeito a todos.
- Gestão participativa dos atores sociais que produzem, mantêm e transmitem

este patrimônio nos processos de identificação, reconhecimento e salvaguarda.

- Produção de informação e documentação como ação de salvaguarda em si mesma.
- Descentralização e socialização de métodos e instrumentos com vistas à autonomia dos atores sociais e dos processos de preservação que conduzem.
- Articulação da política de salvaguarda com as políticas das áreas de educação, meio ambiente e desenvolvimento econômico e social.
- Visão global e integrada das dimensões material e imaterial do patrimônio cultural.

E as seguintes diretrizes:

1. Promover o mapeamento, a identificação e a documentação de referências culturais no território nacional.

2. Apoiar e melhorar as condições sociais e materiais que propiciam a existência e continuidade de bens culturais de natureza imaterial.

3. Desenvolver as bases institucionais, conceituais e técnicas do reconhecimento e valorização da dimensão imaterial do patrimônio cultural nos estados e municípios, consolidando o sistema nacional de patrimônio cultural.

Os instrumentos da Política

Os **instrumentos de identificação** destinam-se à produção de conhecimento e documentação sobre bens de natureza imaterial e à geração de subsídio para a elaboração de políticas públicas. Para além destes objetivos, configuram-se também como instrumentos essenciais para a mobilização e articulação dos grupos sociais envolvidos na pesquisa.

Um instrumento importante nesta política de identificação do Patrimônio Cultural Imaterial, como já foi apontado acima, é o Inventário Nacional de Referências Culturais, mas outras ações de mapeamentos são executadas.

O INRC é uma metodologia de cunho antropológico para a identificação e documentação de bens culturais referenciais, composta por fichas, relatórios e documentos audiovisuais. Possui recorte territorial, definido pela configuração sociocultural do objeto, e se estrutura em torno do conceito de **referência cultural**, trabalhando com as categorias de sítio e localidade, e de bens culturais. Deve ser

desenvolvida por equipe multidisciplinar, em três etapas com graus sucessivos de aprofundamento, engloba tanto pesquisa bibliográfica como de campo. Pode ser aplicada parcialmente, sob a forma de Mapeamento Documental e pode ser cedida a terceiros, mediante assinatura de Termo de Compromisso para Uso do INRC (Normativa Iphan 001/2009).

Ela estabelece cinco categorias de bens culturais a serem identificadas e documentadas:

Celebrações: nesta categoria incluem-se os principais ritos e festividades associados à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, envolvendo práticas complexas com suas regras específicas de distribuição de papéis, a preparação e o consumo de comidas, bebidas, a produção de um vestuário específico, a ornamentação de determinados lugares, o uso de objetos especiais, a execução de música, orações, danças, etc. São atividades que participam fortemente da produção de sentidos específicos de lugar e de território.

Formas de Expressão: formas não-linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas e padrões de qualidade. Trata-se da apreensão das performances culturais de grupos sociais (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas).

Ofícios e Modos de Fazer: atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Refere-se aos conhecimentos tradicionais associados à produção de objetos e/ou prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais. Trata-se da apreensão dos modos de fazer que se relacionam com a identidade de grupos sociais.

Edificações: estruturas físicas associadas a certos usos, a significações históricas e de memória e às imagens que se têm de certos lugares, que as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, independentemente de sua qualidade arquitetônica. São relevantes, além dos aspectos físico-arquitetônicos, as representações sociais associadas às edificações, as narrativas que se conservam a seu respeito, os bens móveis que elas abrigam e determinados usos que nelas se desenvolvem.

Lugares: lugares que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas.

O INRC se desenvolve em três etapas:

Levantamento preliminar - Definição da área a ser inventariada (sítio) e sua subdivisão em localidades; reunião e sistematização de informações disponíveis em material bibliográfico e audiovisual sobre o universo a inventariar; contato preliminar com os grupos sociais envolvidos na pesquisa. Tem como finalidade a elaboração de um mapa das referências culturais fornecendo subsídios para a escolha dos bens a serem identificados e para a definição das estratégias de trabalho da etapa seguinte.

Identificação - Aprofundamento do conhecimento sobre o bem cultural, por intermédio de pesquisa de campo. Implica na descrição sistemática e tipificação das referências culturais relevantes; no mapeamento das relações entre essas referências e outros bens e práticas; e na indicação dos aspectos básicos dos seus processos de formação, produção, reprodução e transmissão.

Documentação - Sistematização, em diferentes suportes e mídias, do conhecimento produzido nas etapas do levantamento preliminar e da identificação. Compreende a elaboração de estudo interpretativo e analítico, de natureza eminentemente etnográfica, acerca dos dados levantados em campo (parte do relatório final), assim como a sistematização dos registros audiovisuais realizados durante a pesquisa. Visa também dar publicidade e retorno à comunidade dos resultados do inventário.

São dois os **instrumentos de reconhecimento** da política federal do patrimônio cultural imaterial:

O **Inventário Nacional da Diversidade Linguística - INDL**, que é um instrumento misto de identificação e reconhecimento e ainda está na fase de implantação.

O **Registro** que reconhece o bem cultural como “Patrimônio Cultural Brasileiro” que são inscritos e quatro livros: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Formas de Expressão, Livro de Registro dos Lugares e Livro de Registro das Celebrações. Pauta-se, entre outros, pelos seguintes critérios: o valor referencial para determinado grupo social, no que tange à memória, história e identidade; a continuidade histórica; caráter coletivo da solicitação; reconhecimento do caráter dinâmico e processual dessas expressões da cultura - a inscrição provisória que a cada 10 anos é revalidada;

Implica na realização de planos de salvaguarda para os bens registrados, que têm como objetivo fortalecer a comunidade detentora/produtora do bem para que ela possa continuar mantendo-o vivo.

O terceiro pilar da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

são os **instrumentos de apoio e fomento**, basicamente aqueles desenvolvidos no âmbito do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial como: editais, planos de salvaguarda, ações emergenciais de salvaguarda e ações de salvaguarda durante processos de inventário ou registro.

É importante destacar que o Plano de Salvaguarda tem como objetivo apoiar a continuidade do **bem cultural registrado** de modo **sustentável**, buscando melhorar **as condições sociais e materiais** de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência.

O ponto de partida do plano é o diagnóstico e a proposição para a salvaguarda apresentados no processo de instrução do registro e pesquisas complementares. O início do processo de salvaguarda é dedicado à **mobilização dos detentores e parceiros** e à constituição de **comitê gestor** para posterior elaboração, execução e avaliação do plano de salvaguarda, assim como o acompanhamento de seus desdobramentos. A implementação do plano de salvaguarda é de médio e longo prazo.

O IPHAN disponibiliza recursos financeiros para apoiar as ações de salvaguarda, cabendo aos produtores dos bens registrados e seus parceiros assumir a continuidade do plano de salvaguarda, em todos os seus níveis.

São ações prioritárias na formulação dos planos:

- melhoria das condições de produção, reprodução e transmissão desses bens;
- valorização de produtores e detentores de bens culturais e ampliação de seu acesso aos benefícios da preservação;
- formação e consolidação de organizações locais e a capacitação de gestores de políticas de preservação do patrimônio cultural oriundos dos grupos produtores do bem cultural registrado;
- difusão e promoção - sensibilização dos demais atores sociais para a preservação dessa dimensão do patrimônio cultural.

O grande desafio é depois de dez anos o processo de revalidação do Registro, estabelecido pelo Decreto nº 3.551/2000 mostrar que o patrimônio imaterial reconhecido continua forte em sua trajetória seguindo com uma referência cultural do grupo social que representa. Estamos iniciando esta fase de revalidação agora e esperamos que todos os esforços dos poucos que tratam da implementação desta política sejam recompensados.

ENTRE A INTENÇÃO DO REGISTRO, A SERENDIPIDADE DA BUSCA E A SELETIVIDADE DA MEMÓRIA: O DILEMA DOCUMENTAL NA ERA DIGITAL

Ricardo Medeiros Pimenta¹
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
Rio de Janeiro - Brasil

Vivemos em uma era em que a cultura informacional parece acreditar ser possível que possamos preservar tudo. De instituições públicas e privadas a sindicatos e militantes, o sentido de “arquivar a própria vida” parece ter se tornado fundamental para participação no cenário político atual. É preciso informar, para se produzir novos conhecimentos ou mesmo legitimar os velhos. Portais eletrônicos comemorativos ou mesmo de propostas quase museais, permitem um acesso sem precedentes às muitas “vozes” que jamais julgavam ser capazes de possuir a abrangência de hoje via *internet*.

O ato de documentar, portanto, no século XXI ganhou novos contornos. Da mesma forma que suscitou novas questões a serem respondidas. Existem, portanto, dois desafios. O primeiro diz respeito à implementação de uma política de memória e informação no seio de instituições historicamente marcadas pela sua condição memorial “subterrânea”. O segundo trata de refletir sobre as dificuldades de se manter o recurso e o espaço digital de forma a propiciar um maior reconhecimento dessas instituições e seus grupos no espaço público. Neste trajeto, muitas informações e memórias se perdem, sem dúvida. Neste ínterim, não é coincidência que a experiência de projetos como o *Internet Archive* tenham ganhado mais e mais visibilidade, uma vez que para o historiador do futuro, as páginas eletrônicas se tornarão documentos preciosos.

O ato de registrar representa *grosso modo* uma ação na qual utilizamos de algum meio para inserirmos determinada informação em um dado suporte. Seja

¹ Historiador. Pesquisador Adjunto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ). É pesquisador associado do Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento da UFRJ (LIINC/UFRJ).

em papéis, documentos legalmente reconhecido por instituições como cartórios e tribunais; seja em um disco rígido cujo acesso torna-se possível pela mediação do computador; as formas de registro de informações são diversas. Um grafite em um muro da cidade, uma intervenção artística em um local inusitado ou um sítio eletrônico são todas formas de registro e, portanto, meios de comunicar-se em sociedade. De fato todos estes meios de expressão e impressão do conhecimento traduzem-se pela tecnicidade utilizada enquanto produção social; capaz de influenciar o próprio lugar da cultura na sociedade contemporânea (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 54).

Fotos antigas guardadas em uma prateleira empoeirada, ou mesmo em uma caixa fechada, por um velho militante sindical, por exemplo, antes indícios de uma memória autobiográfica, parecem ter encontrado novas aplicações pela mediação tecnológica vigente. *Scanners* portáteis, máquinas fotográficas e gravadores de áudio digitais, *smartphones* e *pendrives*; computadores mais e mais rápidos e leves. Toda esta tecnologia não poderia ser estéril às formas como lidamos com nosso passado e como intentamos representa-lo no presente. Nossas memórias tem se tornado cada vez mais midiáticas (VAN DIJCK, 2007) por um conjunto de objetos e tecnologias capazes de paradoxalmente nos libertar da restrição e anonimidade do espaço privado, como de nos aprisionar no espaço público, retirando de seu porta-voz originário a exclusividade do discurso sobre sua própria experiência.

A intenção do registro, contudo, resta ainda como um dos questionamentos principais quando buscamos compreender os motivos e objetivos por trás das diferentes formas de expressão do homem em sociedade. Cartas, livros, fotos, pinturas; palavras de ordem em muros, folhetins e demais periódicos, mesmo alternativos; entrevistas de todo o tipo. Todas as formas de mediação da comunicação entre indivíduos e grupos que atendem a um dado regime de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

Não importando a tecnologia empregada, todo registro deixa traços de sua existência. O assentamento das atividades humanas em sociedade não apenas informam aos seus contemporâneos, como podem ser de extrema importância para o conhecimento futuro. E é nesse ponto que considero indelével o papel da tecnologia em nossa cultura contemporânea. Uma cultura que atende a chamada era digital.

Esta cultura, em amplo movimento de autodescoberta, tem sido marcada por novas formas e dinâmicas comunicacionais e informacionais. Ela tem, quase que de forma ingênua, reconhecido os motores de busca como a forma plena e suficiente de se obter acesso à informação sem, com isso, ponderar mais profundamente sobre o que se mantém de fora do rol de opções disponíveis.

Há diversos motores de busca disponíveis na *world wide web*: *Google*, *Yahoo*, *Sapo*, *Bing* - antigo *MSN* -, *Ask*, entre outros. Mesmo o maior motor de busca da atualidade, o *Google* - que em 2005 indexava cerca de 68,2% da web - não possui condições de indexar todo o conteúdo da rede mundial (GULLI; SIGNORINI, 2005). Dessa forma, se a limitação do conteúdo disponível na web é um fato, também o é a restrição da indexação realizada por meio de diferentes motores de busca e suas respectivas plataformas.

O acesso à informação na rede mundial de computadores é, portanto, limitado ao conteúdo daquilo que se escolhe disponibilizar na própria web. Entre entrevistas, vídeos institucionais e privados, documentos históricos de toda sorte digitalizados, além de outros conteúdos já nascidos digitais como postagens em blogs e demais notícias divulgadas e páginas eletrônicas; um volume informacional sem precedentes parece estar distante de todos nós apenas por um toque no teclado ou na tela de qualquer smartphone. É sabido que os motivos que norteiam tal seletividade são diversos. Apesar disso, algumas reflexões comuns podem e devem ser cogitadas quando o assunto se torna o da preservação digital.

Para Hayles (2012, pp. 55-56) a prática da leitura de obras impressas, sejam elas de quaisquer gêneros, vem caindo; enquanto a leitura digital, em seu escopo tecnológico marcado pela inovação e conexão à rede mundial de computadores, cresceu nos últimos vinte anos. Dessa forma o desafio se apresenta em como fazer com que as práticas da leitura digital possam contribuir para o aperfeiçoamento das habilidades e competências da leitura impressa; como compreender e utilizar globalmente a tecnologia como uma espécie de “aliado” da cultura letrada.

É evidente que a diversificação dos suportes de informação na sociedade contemporânea, por meio do investimento e desenvolvimento da tecnologia, são igualmente expressões de uma sociedade e sua cultura, que se modificam e, que interferem diretamente na manutenção ou reconfiguração dela própria. Não obstante, é igualmente evidente que tais mudanças citadas acima interferem na forma como concebemos e legitimamos nossas memórias coletivas e individuais, pois as maneiras pelas quais nos tornamos capazes de registrar, salvaguardar e compartilhar esta ou aquela experiência, ao passo que se aceleraram e se diversificaram entre mídias e formatos variados, tornaram-se múltiplas em um mundo interconectado.

Com efeito, os crescentes meios de produção e propagação da informação no âmbito da era digital afetarão as maneiras de se compreender e representar o passado; influenciando não somente

o conhecimento produzido como a memória em constante construção. (PIMENTA, 2013, p. 148).

Há, portanto, uma via de mão dupla que torna capaz a promoção do acesso à informação tanto quanto é capaz de atomizar mais e mais referências e fontes de maneira a levar-nos todos à extrema dificuldade em se organizar e partilhar um volume de informação jamais visto e que se apresenta cada vez maior à medida que o conhecimento científico e a tecnologia desenvolvem-se juntamente com suas respectivas indústrias.

Tais desafios já foram expostos por Bush (1945) há pouco mais de setenta anos, ao apontar que as formas de registro realizadas na sociedade de meados do século XX já vinham encontrando grandes mudanças pelo avanço tecnológico e que tais transformações não implicavam apenas nas formas de se produzir e registrar informação, mas sim no desafio de se recuperar tais registros. Bush estava certo no tocante a sua análise. Assim como esteve correto Saracevic (1992; 1996) ao destacar o papel da dimensão tecnológica nas subjetividades da cultura contemporânea.

Produzir conteúdo na internet é hoje uma prática ordinária tanto de indivíduos como de instituições. No caso do mundo do trabalho tal fato não se torna diferente. De fato, o uso da internet é esperado se considerarmos o conjunto de ações no âmbito sindical que requerem o uso de meios de comunicação e disponibilização de informações.

Mesmo antes do advento da internet, sabemos que é presente no universo sindical um “agir comunicativo” (HABERMAS, 2012, p. 221) marcado por um reconhecimento de uma identidade militante, operária e sindical e sua dinâmica no incremento das ações realizadas no seio da sociedade, em seus espaços públicos. A afirmação, feita pela Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) em um congresso no ano de 1973 faz valer o explicitado acima: “a informação está no coração da ação sindical. Nós afirmamos (...) que não há ação sem informação” (CFDT, 1973).

Ainda assim, sabemos que apesar do acesso a um volume cada vez maior de informações no espaço web possibilitarem o contato do público em geral com um grande volume documental, como fotos, entrevistas e documentos escritos, por exemplo; este mesmo acesso só está garantido se, e somente se, houver algumas condições que atendam diretamente à dimensão política do aspecto democrático do acesso à informação. São elas: (1) estrutura e planejamento, recursos, para digitalização de documentos de diferentes suportes; (2) gestão, e uso de recursos tecnológicos suficientes, do material documental já nascido digital; uma política arquivística institucional; (4) um projeto de acesso à informação produzido com o

foco no usuário, entenda-se público, representado pela sociedade civil; (5) garantir que a sociedade civil detenha as competências informacionais (MOURA, 2011, pp. 53-54) necessárias para buscar a informação.

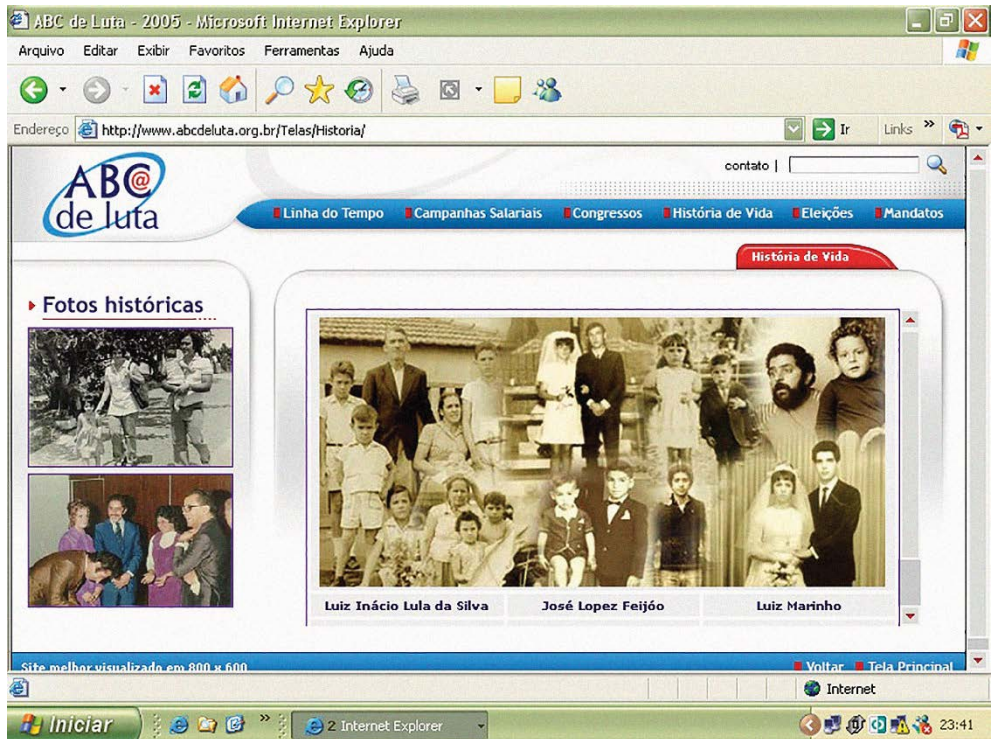


Figura 1: Imagem do sítio eletrônico do projeto ABC de Luta, 2007.
Acervo de Ricardo M. Pimenta.

A organização da informação e sua disponibilização, visando o acesso, é claramente uma ação política que traz no reconhecimento do público usuário dessa informação, seus receptores, a legitimidade de tais documentos como elementos representantes de experiências que, para a manutenção do conhecimento de tal temática, se tornam necessárias. Histórias de vida, entrevistas, fotos e jornais, documentos de toda sorte e suporte digitalizados para o fim de informar e legitimar um já dado conhecimento no âmbito interno da instituição sindical, agora no meio externo do espaço público.

É, em grande medida, por tal razão que as instituições sindicais têm, na medida de suas possibilidades, buscado formas de organizar seus acervos. Identificar

seus documentos, suas fontes; e participar de maneira mais ativa na sociedade da informação como produtora de conhecimento sobre si mesma e sobre o cenário político, social e econômico do quais participaram no passado.



Figura 2: Sítio eletrônico do projeto ABC de Luta, reformulado, 2010.
Acervo de Ricardo M. Pimenta.

De fato, o recurso da preservação em suporte digital, acabou intermediando o desejo de memória, tão pungente para antigos militantes e trabalhadores ligados às suas organizações sindicais, com a política da luta por reconhecimento no espaço público dessas mesmas instituições que constataram há pouco o manancial de um capital cultural e simbólico, portanto político, possível por meio da organização da informação e do conhecimento de seus próprios documentos.

O serviço de arquivo associado à conquista e o controle dos instrumentos necessários para a preservação da memória, em que imagens, escrita, narrativas e demais meios de registro, podem estar juntos em um mesmo espaço eletrônico, possibilita uma espécie de “gestão do capital identitário” (CHEBEL, 1998, p. 193) cada vez mais dependente da interlocução e domínio de conhecimentos nas áreas da comunicação, da gestão da informação e da própria preservação da memória. Ainda assim, é importante frisar que digitalizar não deve ser confundido com eternizar uma vez que a obsolescência tecnológica (PALHARES, 2011) é uma constante na era digital por meio das tecnologias que nela se produz.

Apesar do incremento tecnológico vivido por grande parcela da sociedade, e seus recursos variados, como disse acima, digitalizar não é sinônimo de salvar. A ação da digitalização de documentos, por exemplo, deve ser vista como parte de uma política de salvaguarda do patrimônio documental de qualquer instituição. Mas ela em si é dependente de uma política de memória instituída e atuante. Afinal, sem identificação, classificação e organização da informação, torna-se quase impraticável a recuperação e a circulação da mesma. Em sindicatos brasileiros, essas etapas ainda são um grande desafio às respectivas instituições.



Figura 3: Imagem das dependências onde se guardam documentos referentes aos Arquivos do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, 2009. Foto de Ricardo M. Pimenta.

É interessante pensar que apesar das condições penosas em que alguns sindicatos se encontram, no tocante à preservação de seu patrimônio documental, o recurso da digitalização pode ser tão ou mais arriscado o se tratar de acesso e recuperação da informação no âmbito desses sindicatos.

Segundo Garcia (2008), o papel ainda é o suporte possivelmente mais seguro e de vida mais longa para se registrar uma informação. Recuperá-la, pois, requer apenas o acesso à prateleira, ou às pastas onde estão acondicionadas. Nas mídias eletrônicas, quedas ou oscilações da rede elétrica podem comprometer o suporte. Mudanças constantes de tecnologia sugerem um constante investimento na renovação e atualização de máquinas e sistemas. Recuperar a informação *a priori* parece ser mais “seguro” quando tratamos de suportes de papel e prateleiras repletas de pastas. É por isso que, o ponto nevrálgico de qualquer perspectiva preservacionista e informacional que consiste em lidar com arquivos, e nesse caso falo dos arquivos sindicais, deve ser a manutenção de uma política de arquivo atuante e a respectiva organização da informação produzida e usada pela própria instituição.



Figura 4: Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.
Pastas de fábricas.
Foto de Ricardo M. Pimenta. 2009.

Com tais “fundações” bem estabelecidas, o uso de tecnologias digitais favorecerão o menor manuseio das fontes, maior conservação dos suportes “tradicionais”, e maior acesso à informação de uma maneira geral pela sociedade civil que busque ora em postos de consulta localizados nos próprios arquivos sindicais, ora por meio da rede mundial de computadores, obter acesso à informação.

É sabido, portanto, que sem documentos em papel; sem as fontes das atividades diversas realizadas no âmbito dos movimentos sociais e sindicais, não há o que disponibilizar na web. Neste sentido, cabe lembrar que as páginas eletrônicas de sindicatos e centros de memória ligados aos movimentos sociais desempenham um grande papel na mediação da informação para a sociedade civil.

No caso da preservação da memória por meio de suportes digitais e mesmo, de uma política instituída de preservação do que se produz já em meio eletrônico, a possibilidade palpável a essas instituições é a de gerar no espaço próprio das centrais e dos sindicatos o conhecimento necessário e desejável para se manter um determinado legado (HEYMANN, 2009).

As competências necessárias a tais ações incorrerão em uma menor dependência da serendipidade da busca por informações no ambiente eletrônico. Hoje, ao digitarmos as palavras “sindicato” e “memória” em um dos motores de busca mais populares, como o Google, o que aparece entre as primeiras opções de resultados é: (1) o sítio eletrônico do Centro de Memória Sindical², um centro intersindical de memória cujo acervo contém cartazes, jornais, documentos, fotos e entrevistas; (2) o Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT)³, criado em 1999 com o objetivo de promover a “recuperação, organização e preservação da documentação produzida, recebida e guardada pela CUT e suas entidades” (CEDOC, S/D).

Obviamente, estes mesmo endereços eletrônicos podem ser encontrados por meio de diferentes caminhos, buscas, realizadas pelos usuários da *world wide web*. Mas é o uso adequado das competências e demais recursos informacionais que possibilitam ter o acesso àquilo que se busca.

A internet é uma grande “janela” pela qual poderemos identificar e conhecer algumas das informações de pastas perdidas em prateleiras, como aquelas da foto anterior. Seu uso, e os registros nela criados, no entanto, devem ser alvo de questionamentos e reflexões constantes para que não sejamos vítimas do truísmo, tão presente na geração Z, dos nativos digitais, de que o acesso a tudo e a

² Disponível em <<http://www.memoriasindical.com.br/home.php>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

³ Disponível em <<http://cedoc.cut.org.br/>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

reprodução indiscriminada de fontes, dados, documentos, informações, em nuvem pode garantir a perenidade de uma dada informação.

Até a próxima atualização de sistema operacional, ou até o próximo movimento das grandes empresas de tecnologia, que vem formando verdadeiras corporações de dados, quando descobrir-se-á um *bug* inesperado ou simplesmente a desativação de uma dada conta.

No universo das páginas eletrônicas de sindicatos, centros de memória, movimentos sociais, partidos políticos e grupos, associações e atores sociais diversos, o esquecimento e a perda irremediável da informação, que nesse caso também é memória, é conhecida pelo código 404, cujo significado é o de que não foi possível encontrar o que foi buscado pelo servidor, e que em casos diversos aponta para o fato de que a página não existe mais.

Mas qual o risco aí implícito? A resposta é simples. O que julgamos salvar do ostracismo histórico e político, ao digitalizarmos e disponibilizar no ciberespaço pode ser mais efêmero do que imaginamos.

Grosso modo basta desligar o servidor, o *data center* onde dados e mais dados estão disponibilizados; basta uma alteração ou alguma forma de pane elétrica que comprometa os circuitos, *microchips* e *nanochips*; ou até mesmo uma reestruturação da página eletrônica, visando maior navegabilidade para o usuário, para bytes e mais bytes caírem em um terreno de completa amnésia técnica e eletrônica.

Na passagem do ano de 2007 para 2008 algo parecido aconteceu com a página da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT). Ao reformularem a página, tornando-a mais atraente e intuitiva, apagou-se do rol de opções do usuário, internauta, o acesso a documentos, vídeos e entrevistas sobre a história da CFDT⁴ que estavam inicialmente localizados na página da mesma confederação em decorrência da comemoração de 40 anos de existência, completos em 2004.

Curiosamente, o site só pode ser recuperado hoje graças a ação da fundação *Internet Archive*, responsável por coletar e guardar páginas e mais páginas eletrônicas de todo o mundo desde meados de 1996.

⁴ Disponível em http://web.archive.org/web/20070124025738/http://www.cfdt.fr/cfdt_a_z/40_ans_cfdt/anniversaire_sommaire.htm. Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

INTERNET ARCHIVE
Wayback Machine

http://www.cfdt.fr/cfdt_a_z/40_ans_cfdt/anniversaire_sommaire.htm Go

18 captures
4 Mar 05 - 21 Jan 08

NOV 24 FEB
2005 2007 2008

cfdt
Confédération Française Démocratique du Travail

La CFDT de A à Z **Avec vous**

Accueil

L'actualité
Salle de presse

Emploi
Vie au travail
Formation
Protection sociale
Société

Économie
Fonction publique

International, Europe

La CFDT en action
Agenda
Mobilisation
Négociations

Infos pratiques
Vie quotidienne
Droit du travail
Guides de vos droits

Les 40 ans de la CFDT

1964 - 2004
L'émancipation, jour après jour

- **Les racines de l'avenir**
(40 ans d'histoire en images ; vidéo au format Flash)
- **La CFDT fête ses 40 ans et débat de son projet syndical**
(colloque sur les perspectives du syndicalisme de transformation sociale le 18 novembre)
- **« Notre ambition, recréer l'espoir »**
(intervention de François Chérèque lors du colloque)
- **« Redonner forme à la société »**
(tribune de François Chérèque publiée dans Le Monde)
- **Le chemin parcouru**
(Syndicalisme Hebdo revient sur le congrès de 1964)
- **La force de l'âge**
(numéro Hors série de CFDT Magazine : CFTC-CFDT, 40 ans d'histoire)
- **La CFDT s'affiche**
(10 affiches commentées par François Chérèque)
- **L'émancipation à l'affiche**
(exposition d'affiches à la Confédération)
- **Jalons historiques**
(les grands événements qui ont jalonné l'histoire du syndicalisme et de la CFDT de 1886 à nos jours)
- **Chronologie**
(l'histoire de la CFDT en quelques dates)
- **Bibliographie**
(ouvrages utiles à la connaissance de la CFDT, de ses racines, de son évolution et de ses leaders)
- **40 bougies, des utopies et des réformes**
(revue de presse)



Page d'accueil / Moteur de recherche / Plan du site / Contacts / Mentions légales

Figura 5: Foto tirada da página eletrônica da CFDT, 2007.
Fonte: Wayback Machine, Internet Archive.

Paradoxalmente ao crescente interesse pela memória que marcou o pós-segunda guerra, a tecnologia e seus avanços no tocante aos aspectos informacionais e comunicacionais, possibilitaram termos acesso e por isso descartar muito mais informação que julgávamos ser capazes de administrar. Diariamente o descarte indiscriminado de correspondências eletrônicas e outros documentos, apaga um sem número de livros e pesquisas possíveis de serem realizadas nas ciências sociais e humanas.

Sindicatos, associações de classe, instituições e centros culturais, teatros, escolas e tantas outras instituições continuam a produzir material no decorrer de suas atividades, diálogos e funções. Mas o que se guarda disso tudo hoje? As gavetas de arquivo deram lugar às pastas de um sistema operacional qualquer em uma tela de computador que é substituído, formatado ou depredado regularmente. Para onde vai tudo isso? Informações, textos, imagens, fotos e áudios. Em grande parte desaparecem pelo toque de uma tecla: “delete”.

Dessa forma, vale afirmar que ao mesmo tempo em que vivemos uma era marcada pela “museificação” de falas e experiências, auxiliada por uma miríade de ferramentas tecnológicas, testemunhamos o descaso com o patrimônio que não seduz, vide a lógica da instantaneabilidade da informação e do efêmero.

É fato. Perdemos um número sem igual de informação todos os dias. Na “era digital”, a informação aparenta ser descartável. E o avanço da tecnologia informacional e comunicacional tem total responsabilidade sobre esse cenário. O problema a resolver é evidente.

Contribuir para o debate público sobre as formas de se gerir a documentação nascida digital é o próximo passo. Um passo ainda difícil pois há muito a ser realizado no tocante ao patrimônio documental que foi produzido em suportes “tradicionais” como o papel; e que continua a enfrentar duros desafios calcados pela política, em perspectiva gramsciana, costumeiramente “pequena” de algumas instituições que confundem o capital mnemônico e informacional de seus documentos com o capital político do uso que podem fazer deles de maneira estanque.

No campo das instituições públicas, é necessário que o Estado tenha a questão da preservação digital como aspecto imperativo e estratégico para a manutenção da informação e produção do conhecimento pela sociedade civil organizada. No âmbito privado, sindicatos e demais grupos representantes dessa mesma sociedade precisam contribuir para a circulação da informação e seu acesso.

Tais sugestões não devem ser aplicadas unicamente ao mundo sindical, do qual extraí os exemplos aqui expostos. Mas podem e devem ser pensadas a partir dele enquanto um campo atravessado por amplas lutas e desafios. Devem ser compreendidas como parâmetros essenciais para um estado democrático onde sua história e memória estão tuteladas por ambos, instituições públicas e privadas, por ser parte de suas respectivas histórias.

Referências bibliográficas

BUSH, Vannevar. As we may think. *The Atlantic Monthly*. 01 de Julho 1945. 112-124. Disponível em <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>>. Acesso em 04 fevereiro 2014.

CFDT. *La CFDT et l'information* In: XXXVI Congrès Confédéral de Nantes. Arquivos confederais da CFDT. Paris: CFDT, 1973.

CHEBEL, Malek. *La formation de l'identité politique*. Paris: Payot, 1998.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Gestão e tecnologia da informação: desafios do profissional da informação. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, vol. 9, nº 5, outubro de 2008. Disponível em < http://www.dgz.org.br/out08/Art_01.htm>. Acesso em 20 fevereiro, 2014.

CEDOC. *Apresentação*. [webpage do CEDOC]. S/D. Disponível em <<http://cedoc.cut.org.br/>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 22, nº 3, p. 43-60, 2012.

GULLI, Antonio; Signorini, Alessio. The indexable web is more than 11.5 billion pages. *Special interest tracks and posters of the 14th international conference on World Wide Web (WWW '05)*. ACM, New York: 2005. pp. 902-903. Disponível em <http://www.di.unipi.it/~gulli/papers/f692_gulli_signorini.pdf>. Acesso em 12 dezembro 2013.

HABERMAS, Jurgen. *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. Vol.2. Trad. Flávio Beno Siebeneichler, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HAYLES, N. Katherine. *How we think: digital media and contemporary technogenesis*. Chicago, USA: University Chicago Press, 2012.

HEYMANN, Luciana Quillet. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. In: *VIII Reunião de Antropologia do Mercosul*. GT 33 - processos de patrimonialização da cultura do mundo contemporâneo. Buenos Aires: 29 de setembro a 09 de outubro de 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidade, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis. (org.) *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MOURA, Maria A. Cultura informacional, redes sociais e lideranças comunitárias: uma parceria necessária. In: _____. (org.) *Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas*. Belo Horizonte: Proex/UFMG, 2011. Disponível em: <<https://www3.ufmg.br/proex/cpinfo/cultura/>>. Acesso em: 18 de fevereiro, 2013.

PALHARES, Isabela. O consumo de tecnologia no rastro da aceleração da obsolescência. *Com Ciência*, Campinas, nº 131, 2011. Disponível em <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151976542011000700003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23, fevereiro, 2014.

PIMENTA, Ricardo M. O futuro do passado: desafios entre informação e a memória na sociedade digital. In: ALBAGLI, Sarita. (org.) *Fronteiras da Ciência da Informação*.

Brasília, DF: IBICT, 2013. Disponível em <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1020>>. Acesso em 02, fevereiro, 2014.

SARACEVIC, Tefko. Information science: origen, evolution and relations. In: VAKKARI, P., CRONIN, B. (eds.) *Conceptions of Library and Information Science. Proceedings of the COLIS Conference Tampère*, 1991. Los Angeles, Taylor Graham, 1992.

_____. Relevance reconsidered. Information science: Integration in perspective. In P. Ingwersen & N.O. Pors (eds.). *Proceedings of Second International Conference on Conceptions of Library and Information Science (CoLIS)*. Copenhagen: The Royal School of Librarianship, 1996.

VAN DIJCK, José. *Mediated memories: in the digital future*. Stanford, California: Stanford University Press, 2007.

DESAFIOS EM PROJETOS DE DESCRIÇÃO E DIGITALIZAÇÃO MASSIVA

Augusto Cesar Lunasco Cusi*
La Paz - Bolívia

Um dos principais desafios de qualquer centro de documentação, arquivo ou biblioteca é permitir o acesso a sua documentação da melhor maneira possível, sendo que a digitalização e descrição massiva impõem desafios para a aplicação de padrões internacionais. Há cinco anos venho coordenando grupos de trabalho para digitalizar e descrever um grande volume de documentação. Neste artigo sistematizei esta experiência e gostaria de compartilhá-la porque acho fundamental para o desenvolvimento de projetos futuros.

O último projeto realizado foi sobre a coleção *“Trabalhadores (as): suas vozes e análise da sua história (1982-1997)”* como parte do convênio entre a área de América Latina do Instituto Internacional de História Social - IISH e o Museu Nacional de Etnografia e Folclore - MUSEF. Esta coleção consiste em mais de 1.830 horas de gravação realizada por mais de 30 anos em congressos regionais e nacionais de trabalhadores da Bolívia, sejam estes mineradores, camponeses ou outros setores trabalhistas.

O primeiro e principal desafio deste projeto foi trabalhar com material sonoro; o segundo, organizar de maneira sistemática e otimizada a equipe de trabalho; o terceiro, melhorar o acesso através de todo o trabalho realizado durante e após o projeto. De modo geral o projeto tinha as seguintes características:

- ✓ Suporte de áudio contido em fitas cassete.
- ✓ 1.840 cassetes que correspondem a mais de 1.830 horas de gravação digitalizados e descritos.
- ✓ Equipe de trabalho constituída de seis pessoas entre estudantes, formandos e licenciados.

O produto deveria cumprir certos requisitos:

- Aplicação de normas internacionais de digitalização e descrição.

* Bacharel em Ciência da Computação com formação em Administração de Arquivos.
E-mail: ces.augusto.lc@gmail.com

- Transferência da informação para outros sistemas.
- Organização do material digitalizado e as descrições para melhorar o seu acesso e gerenciamento.
- Gerar instrumentos que melhorassem a acessibilidade ao material trabalhado utilizando o produto do projeto

Pelas características e requisitos a cumprir-se, este trabalho deveria ter um suporte que o coordenasse e mantivesse acessível o material em todas as etapas, durante e após o projeto. Neste sentido a aplicação de software especializado resultou ser a resposta ideal, considerando o desafio que significa trabalhar material sonoro.

I. O desafio de trabalhar com material sonoro

A digitalização e descrição de material sonoro consistem em um trabalho que exige diversas condições a ser consideradas, desde a utilização de equipamentos e software até a precisa descrição do material. Aqui faremos referência a cinco aspectos.

a) *Equipamentos e software apropriado para a digitalização e edição e podemos mencionar os seguintes dispositivos:*

<p>Deck: Dispositivo de digitalização de cassetes que transforma os áudios do formato analógico em digital.</p>	 <p>Figura 1 - Teac Double Autoreverse Cassette Deck W-890R - Imagem de internet</p>
<p>Motu: Dispositivo que permite dotar com mais qualidade o áudio digitalizado.</p>	 <p>Figura 2 - Motu Audio Express - Imagem de Internet</p>

Dispositivos de digitalização utilizados no projeto

Também é importante software especializado para a digitalização e edição do material sonoro:

Sony Sound Forge: Software de edição que contém muitas ferramentas e efeitos para manipular o áudio além de interagir eficientemente com o dispositivo de digitalização. [Sony, 2010]

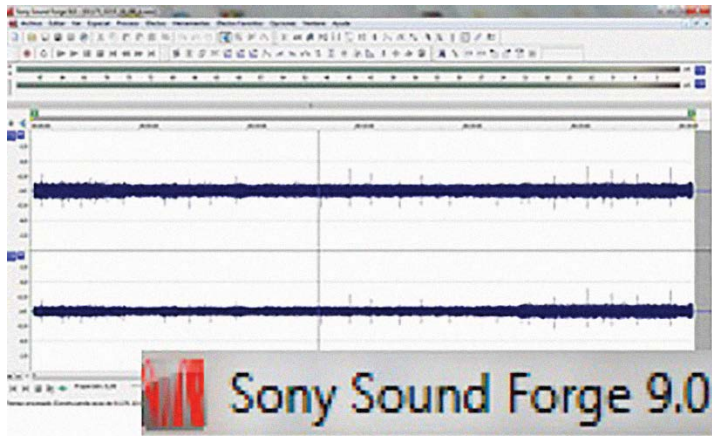


Figura 3 - Software de edição de áudio Sony Sound Forge 9.0
Elaboração própria

Audacity: É um editor de gravação e edição de som livre, de código aberto e multiplataforma (Windows, Mac, GNU/Linux). [Pacher y Ronchi, 2009].

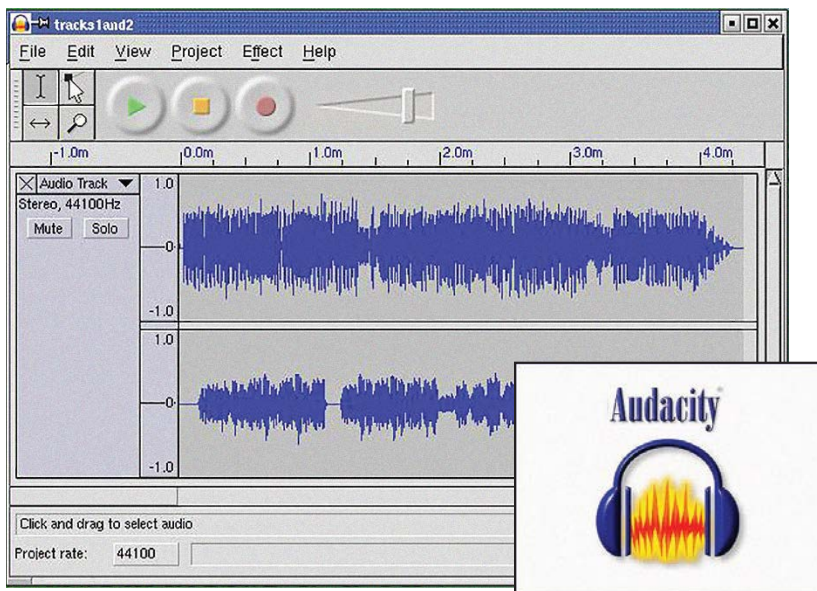


Figura 4 - Software de edição de áudio Audacity. Elaboração própria

b) *Definir um sistema de armazenamento do material digital*, que basicamente consiste, em primeiro lugar, na definição dos formatos de armazenamento e nome dos arquivos digitalizados; no projeto, por exemplo, se definiu assim:

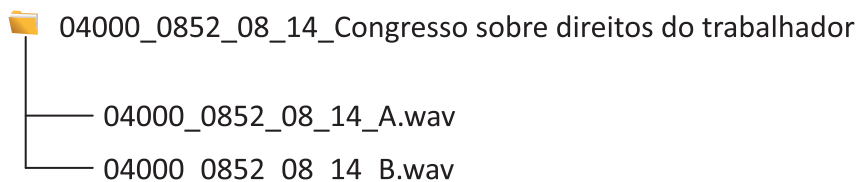
- **Formato do Arquivo Mestre: WAV (WAVEform Audio File Format).** É um formato de áudio digital sem compressão de dados, cuja escolha se baseou na relação que existe entre a qualidade e o tamanho em disco do arquivo digitalizado. digitalizado [Federación de Enseñanza de CC.OO. de Andalucía, 2008].

- **Formato de MP3 (MP3: MPEG-2 Audio Layer III).** É um formato de compressão de áudio digital patenteado, que usa um algoritmo com perda para conseguir um tamanho menor de arquivo. digitalizado [Federación de Enseñanza de CC.OO. de Andalucía, 2008].

E, em segundo lugar, foi necessário definir a estrutura de pastas e nomes de arquivos conforme os campos definidos, sobretudo na área de identificação:

Quando se trata de pasta:	[Código] [Nº de Inventário] [Nº Cassete] [Quantidade Cassetes]
Quando se trata de Arquivo digital:	[Código] [Nº de Inventário] [Nº Cassete] [Quantidade Cassetes]_[Lado do cassete*].wav

* Lado do cassete: pode tomar os valores de A ou B dependendo do lado que se faz referência.



Assim, por exemplo, se pode ter:

Figura 5 - Exemplo do formato de armazenamento definido
Elaboração própria

Esta definição é importante porque é a que une o material digitalizado à descrição.

c) *Trabalhar sob um mesmo fluxo de trabalho sistemático*, que permite a organização da equipe de trabalho, a descrição e outros requerimentos em cada uma das etapas do projeto:

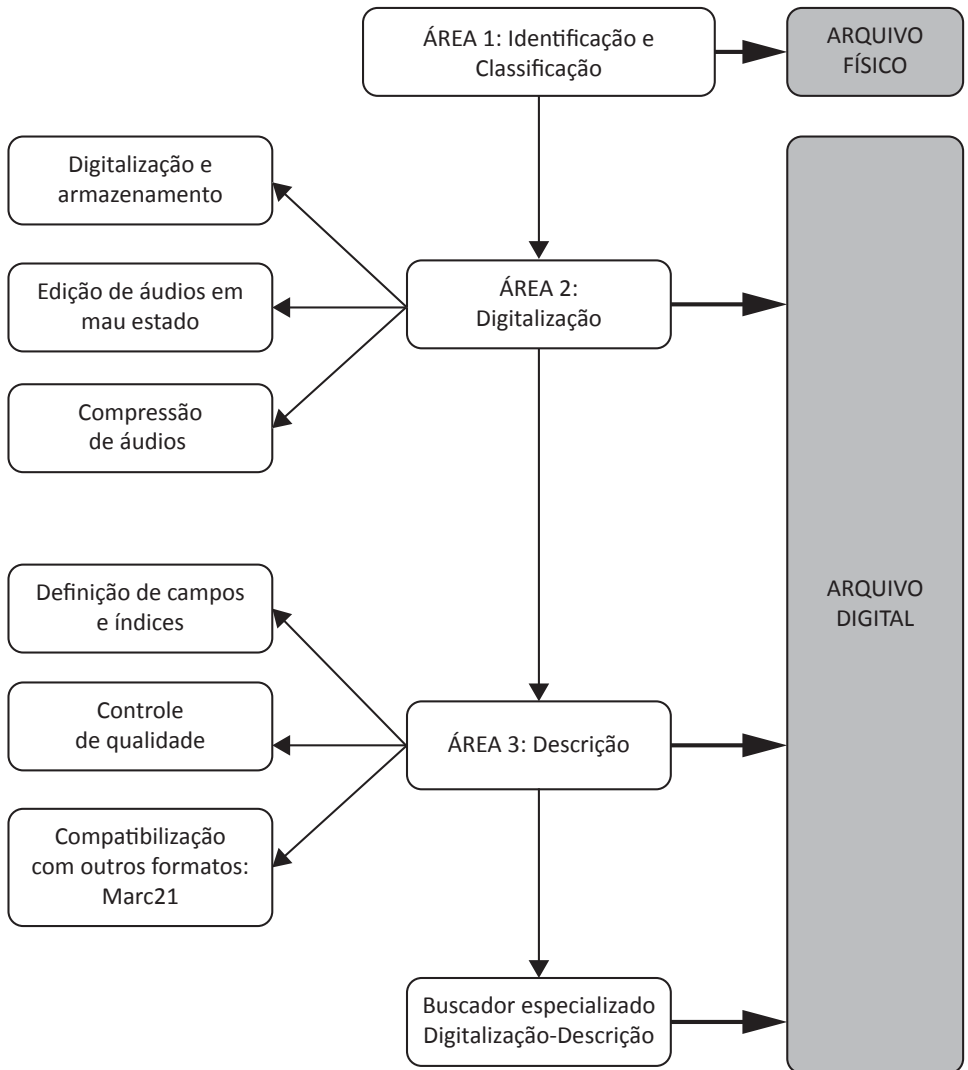


Figura 6 - Fluxo de trabalho definido no projeto
Elaboração Própria

A identificação de áreas e tarefas específicas ajuda a ter uma ideia mais sistemática da relação entre áreas que têm um objetivo comum, assim como também de requerimentos homogêneos, desta forma se pode ter:

Área de Identificação e Classificação: Formulário, Relatório, Controle de qualidade, etc.

Área de Digitalização: Formulário, Relatório, Controle de qualidade, etc.

Área de Descrição: Formulário, Relatório, Controle de qualidade, etc.

As áreas de trabalho estão em função dos diferentes papéis que desempenha cada integrante da equipe de trabalho, na qual o produto de uma área é à base de trabalho de outra, criando desta forma áreas mutuamente dependentes; esta relação pode ver-se esquematizada no seguinte gráfico:

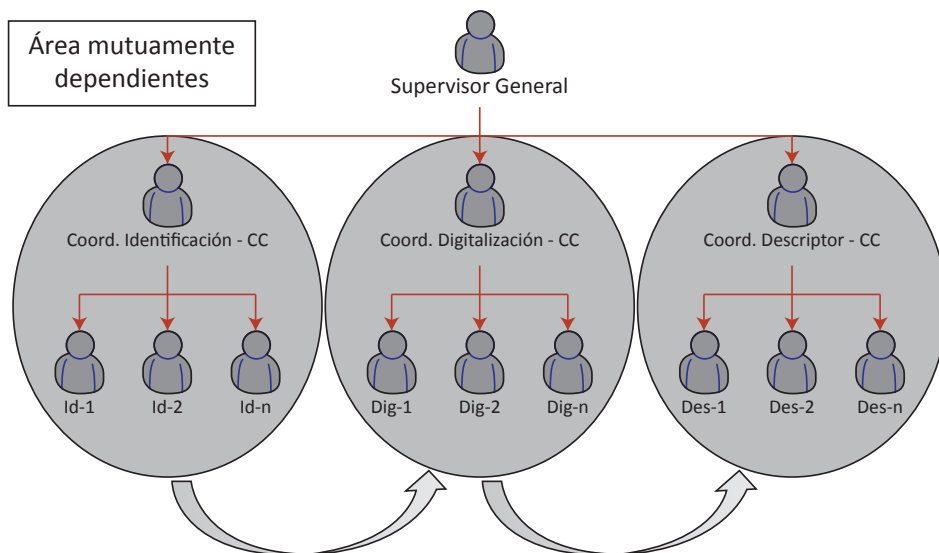


Figura 7 - Relação entre as diversas áreas do projeto
Elaboração própria

Este trabalho é fundamental para evitar alguns aspectos e fortalecer outros como:

- ✓ Uniformidade nos critérios de descrição.
- ✓ Evitar duplicidade de trabalhos sobre uma mesma unidade documental.
- ✓ Encontrar casos especiais e torná-los de conhecimento de todos para que apliquem os mesmos critérios.

- ✓ Controlar o fluxo de trabalho.
- ✓ Controlar o avanço do trabalho.
- ✓ Geração de relatórios personalizados segundo o tipo de usuário: Digitalizador, Descritor, Diretor, Chefe de Área, Patrocinador, etc. Assim como também na elaboração de relatórios para diversos fins como Auditoria e Bibliografia especializada.

d) *Diversidade de critérios de descrição*, quando trabalhamos com grupos de pessoas enfrentamos uma realidade na qual cada integrante tem uma forma diferente de trabalhar e/ou interpretar alguma norma de descrição: uns podem ser muito detalhistas e outros não, o que tem a ver também com o grau de experiência e/ou grau de instrução que se pode ter. Se compararmos o trabalho de cada integrante com o que consideráramos como um “Bom trabalho” poderíamos representá-lo da seguinte maneira:

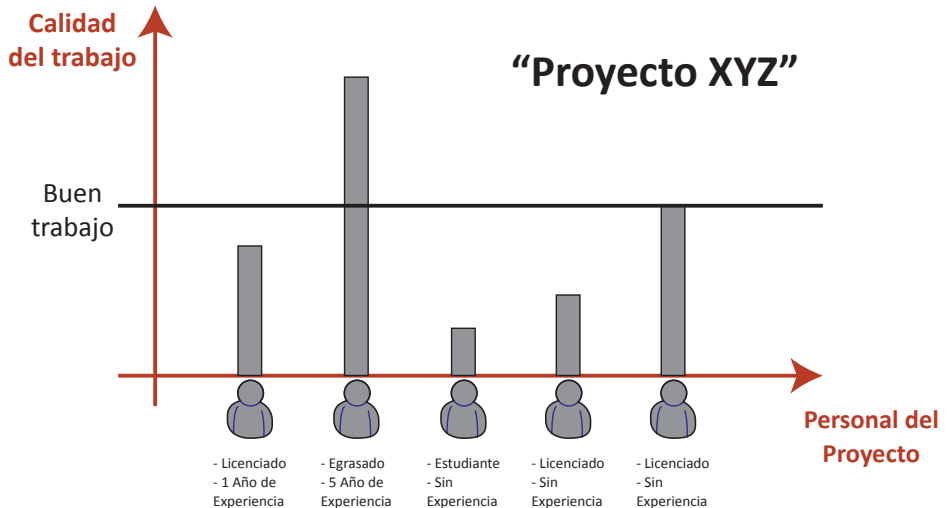


Figura 8 - Esquema que relaciona o conhecimento de cada integrante com o “Bom trabalho”.

Elaboração própria

O objetivo principal é nivelar os critérios de descrição e tentar que fique o mais próximo do “Bom trabalho”.

e) *Definição de campos de descrição* com características diferentes das que tem um documento estático, como um documento de arquivo ou uma fotografia, entre os que podemos mencionar:

- ✓ Que a descrição deve ser realizada enquanto se escuta a fita.
- ✓ Que podem identificar-se muitos detalhes no áudio, como personagens, lugares, comunidades, etc.
- ✓ Que o controle de qualidade considera outros parâmetros, como por exemplo: facilidade de audição, compreensão, idioma, etc.
- ✓ Que a descrição implica em fragmentar o áudio em intervalos de tempo de tal maneira que permita uma descrição mais completa.

Desta maneira definiu-se um conjunto de campos baseados no formato de descrição Marc21 e na Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G). Estes campos foram agrupados em áreas de descrição, com o que se obteve o seguinte:

Área	Quant. de campos
Área de Identificação	7
Área de Contexto	8
Área de Conteúdo e Estrutura	15
Área de Notas	1
Área de Acesso e Utilização	8
Área de Controle da Descrição	5
TOTAL:	44

Figura 9 - Quantidade de campos definidos por área segundo a norma ISAD(G)
 Fonte ISAD(G)

Adicionalmente, foram definidos cinco tipos de índices que são: Eixos temáticos, Personagens, Comunidades, Lugares e Idioma; esses índices deviam ser listas controladas, geradas durante o trabalho de descrição as quais deviam ser compartilhadas pela equipe de trabalho com o objetivo de não duplicar informação e evitar produzir diferentes tipos de índices.

Desta maneira o desafio era criar um software que respondesse à tarefa que implica o trabalho de gestão documental aplicado a material sonoro e, para isso, teve que se adequar o sistema para que atendesse a essa necessidade.

II. Sistema de Descrição Arquivística - SISDA

SISDA é um sistema de descrição e acesso ao material descrito e digitalizado que se adapta a normas internacionais, nacionais e institucionais e que venho desenvolvendo desde o ano 2009, sistema que vem se aprimorando e adequando ao tipo de suporte trabalhado (Gráfico, textual, sonoro, audiovisual, etc.). O software se baseia nos seguintes princípios:

1) Sistema que responde as necessidades dos usuários, que surgem de problemas durante o trabalho.

2) Adequação do sistema as necessidades de um Arquivo, considerando que existem muitas diferenças entre esses, o que implica também diferenças no tratamento de cada unidade documental.

3) Sistema que permite e facilita o trabalho de coordenação entre os diversos integrantes da equipe.

4) Sistema que conta com uma linguagem de formatação que permite a transferência para outros sistemas.

5) Sistema que responde a qualquer necessidade que esteja em função aos campos definidos.

Este software foi desenvolvido para dar suporte ao trabalho de cada membro da equipe durante e após o projeto:

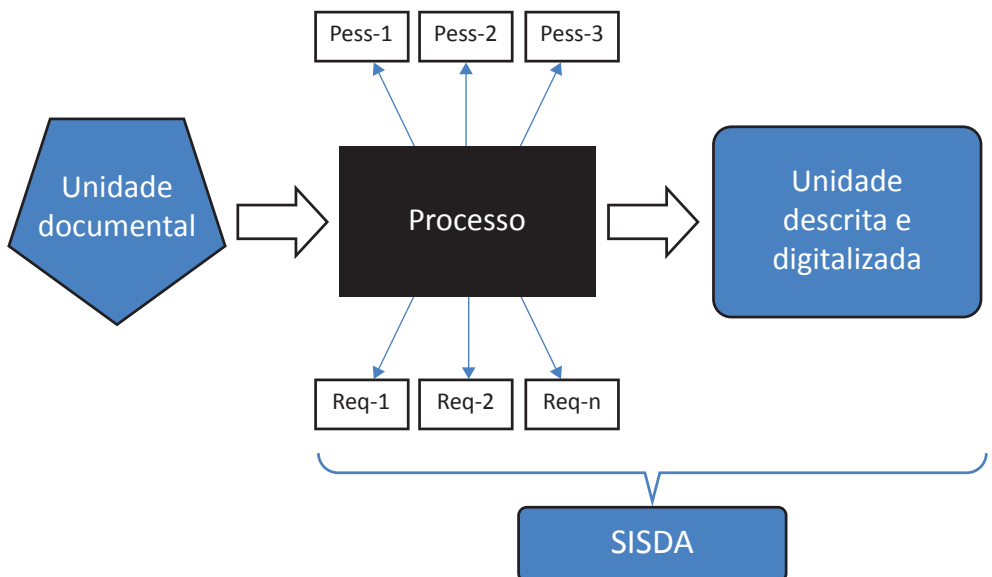


Figura 10 - Esquema que mostra a interação do sistema em um projeto
Elaboração própria

6) Satisfazer as necessidades de um conjunto de usuários que querem acessar a informação descrita e digitalizada e que têm necessidades similares, mas nem sempre coincidentes, não somente durante o projeto como também depois dele. Esses usuários podem ser: Digitalizadores, Arquivistas, Pesquisadores, Estudantes, Bibliotecários, Pessoal de referência, Pessoal administrativo e outros.

Desde a primeira versão até o atual se desenvolveram os seguintes projetos:

- Projeto de Grau UMSA-ALP: Sistematização e acesso a todos seus instrumentos descritivos baseados em normas internacionais.

- Projeto SEPHIS-ALP: 19.587 unidades documentais descritas e digitalizadas entre fotografias, artigos, áudio, vídeo e documentação.

- Projeto PLALA-ALP: 80.000 fotografias descritas e digitalizadas do fundo «Última Hora» e a «Coleção Histórica do ALP»

- Projeto Fundo Oral - MUSEF: Aproximadamente 5.000 áudios descritos e digitalizados.

- Projeto Relatos Oraís, UMSA - Literatura - MUSEF: 8.821 descrições de áudios realizadas em dois níveis que correspondem a 424 cassetes digitalizados.

- Projeto “Trabalhadores (as): suas vozes e análise de sua história (1982-1997)” IISH-MUSEF: 1.840 áudios descritos e digitalizados.

Entre os principais problemas e necessidades que devem ser contemplados podemos mencionar e desenvolver dez:

1. *Dificuldade na aplicação de normas:* quando se descreve uma unidade documental, procura-se descrever suas características internas e externas e, para isto, há muitas normas que indicam como se deve preencher a informação, entre as que podemos mencionar: Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G), Marc21, Normas de Catalogação Anglo-americana, CEPAL, etc. Estas normas são bem completas e explícitas para fazer o preenchimento, no entanto, em alguns casos são muito complexas e difíceis de aplicar ou entender, se não se tem uma longa experiência no trabalho de catalogação. Isto constitui um problema quando se trabalha com um grande volume de documentação, com equipes numerosas, em que cada integrante tem diferente grau de formação e experiência e, portanto, uma forma diferente de aplicar as normas.

O desafio foi, neste caso, pôr em prática uma folha de trabalho¹ como um

¹Subconjunto de campos extraídos de uma norma que se aplica para descrever uma unidade documental.

formulário para facilitar o preenchimento de dados, com explicações breves e simples, permitindo também a correção de dados automaticamente. Este formulário pode ser definido como um resumo da norma, na qual cada campo é definido com simples palavras e mostrado na ajuda, validado com expressões regulares² que legitimam o formato, a verificação de campos obrigatórios e a geração de objetos de formulário para facilitar o registro de dados. O formulário é o seguinte:

Figura 11 - Formulário de descrição--Elaboraçã própria

Almacenamiento digital: 02000_1762_05_09_Resumen del Titulo

02000_1762_05_09_A

02000_1762_05_09_B

FORMULARIO
Codigo: 2000
Archivista: No se distribuyo...

Área de Identificación

Código: 2000

Código fondo: MUSEF1

Código tipo documental: AUD

Código Anterior:

Código de inventario: 1762

No. de Casete: 5

Cantidad Casetes: 9

Área de Contexto

Modo de adquisición:

Productores del registro (Autor Institucional): Museo Nacional de Etnografía y Folklore - MUSEF

Recurso digital

Formulario especializado de descripción

Onde as propriedades dos campos definidos são os seguintes:

COL>Centro de Estudiantes Campesinos de la UMSA / Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia "Bartolina Sisa" / Federación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Norte Potosí (FSUTC-Norte Potosí) / DES>Sindicatos (Sistema) / Política (Sistema) / Movimientos Sociales (Sistema) / Género y Generacional (Sistema) / Educación (Sistema) / Economía (Sistema) / PER>

LUG>Bolivia (País) / La Paz (Departamento) / La Paz (Ciudad) / IDI>Quechua / Aymara / Español /

Indices

Observaciones:

Área de Acceso y Utilización (Técnico)

Unidad de Conservación: Casete

Soporte: Digital Analógico

Forma: Original

Soportes digitales: WAV MP3 CD DVD HD

Digitalizado: 2011-10-03

Ajustes de audio:

Notas de audio: Cortes repetitivos en el lado B.

Área de Control de la descripción

Catálogo Completo: 1

Notas de trabajo:

GRABAR VERIFICAR

Campo obligatorio

Ayuda

Objetos de formulario

Clasificación de campos

Verificación de datos

Figura 12 - Especificação do formulário de descrição - Elaboraçã própria

²Uma expressão regular é uma sequência de caracteres que forma um padrão de busca.

Este formulário cumpre com o objetivo de facilitar o preenchimento e a verificação da informação da unidade documental que está se descrevendo, na qual cada campo está definido de acordo às exigências da norma.

2. *Dificuldade na padronização do registro:* Isto acontece em campos que requerem o critério humano para pode ser verificado. Esse trabalho necessita a interação entre a pessoa que descreve e o supervisor ou coordenador, que normalmente é quem tem mais experiência e conhece o trabalho. Na minha experiência este tipo de campo é o mais complicado de verificar porque nele interfere o critério da pessoa que descreve. Este exemplo ilustra o que dissemos agora: w

	Descrição 1: Comerciantes prejudicados por bloqueio de estradas.
	Descrição 2: Transportadoras prejudicadas por bloqueio de militantes do MAS.
	Descrição 3: A realidade nas estradas da Bolívia.

Figura 13 - Diversos tipos de descrição de uma fotografia - Elaboração própria

Para o caso de áudios se tem, por exemplo, a descrição do cassete Nº 4495. Muito detalhado (cassete Nº 4495):

tenido A:	00:00:05 Ing. Carlos Ernesto de Vilvaure, Presidente del Honorable Consejo Municipal de Trinidad, da la bienvenida a todos los trabajadores obreros y campesinos que asisten al XI Congreso de la COB.&00:01:10 Lectura de la Ordenanza Municipal de Trinidad, dando la bienvenida a la Central Obrera Boliviana (COB), decre como "Huésped de Honor" a los delegados de la Central Obrera Boliviana (COB), de la ciudad de Trinidad.&00:04:00 Tadeo Hernado Rivera, Alcalde de la Ciudad de Trinidad, hace entrega de la Ordenanza Municipal al Secretario General de la COB, Juan Chavez.&00:05:01 Juan Chavez, Secretario General de la Cent Obrera Boliviana (COB), pide disculpas no la ausencia de la autoridad máxima de la COB; Oscar Salas; agrade la hospitalidad del pueblo de Trinidad, manifiesta que los cambios estructurales que realiza el gobierno en tur son en contra del pueblo boliviano y que la COB luchara por defender los intereses del pueblo boliviano.&00:08:52 Se entona el Himno del Departamento del Beni.&00:11:04 Se hace la lectura de los delegados representantes de las federaciones de la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), Federación de Colonizadores de Bolivia.&00:13:47 Lectura de la nómina de los delegados representantes de la Confederación de Maestros Urbanos de Bolivia.&00:14:30 Representante de los maestros urbanos de La Paz, reclama que falta un delegado representante del departamento de La Paz.&00:17:01 El representante de la Comisión de Poderes, manifiesta que la acreditación de los delegados no es saboteada, s la realiza con toda transparencia.&00:17:53 Representante de la Confederación de Maestros Urbanos, manifieste que hará la entrega de los documentos correspondientes del delegado faltante a la Comisión de Poderes.&00:23:13 Compañero Camargo, manifiesta que la Federación de maestros urbanos de La Paz y la Confederación de maestro urbanos de Bolivia deben reunirse internamente.&00:24:29 Lectura de los delegados representantes de la Confederación de Maestros Rurales de Bolivia, Federación Nacional de Trabajadores Municipales de Bolivia, Federación Nacional de Trabajadores de la Prensa en Bolivia, Confederación Nacional de Trabajadores de Radio y Televisión de Bolivia, Confederación Nacional de Trabajadores de Universidades de Bolivia, Confederación Nacional de Trabajadores de ENTEL.&00:28:28 Lectura de la nómina de los delegados de Confederación Nacional de Trabajadores en Salud.&00:28:53 Representante de la Confederación de Trabajado en Salud, manifiesta que hay algunos delegados que no fueron elegidos por las bases.&00:29:52 El representante de la Comisión de Poderes, manifiesta que la acreditación de los delegados fue realizada con los documentos presentados por cada confederación y federaciones.
-----------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Figura 14 - Descrição muito detalhada do áudio - Elaboração própria

Constituído por 402 palavras e 2800 caracteres em aproximadamente 30 minutos de gravação.

Muito resumido (cassete Nº 341):

Contenido A:	00:00:06 Continua intervención del Lic. Fernandez, sobre el trabajo del artesano boliviano.00:08:24 Participación de Pedro Plaza, representante del IADAP en Bolivia, sobre la situación actual del artesano boliviano. Manifiesta que es necesaria la creación de sub-sedes nacionales artesanales en Bolivia, para desarrollar y promover la producción artesanal en todo el país.
---------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Figura 15 - Descrição muito resumida do áudio - Elaboração própria

Constituído de 48 palavras e 333 caracteres em aproximadamente 30 minutos de gravação.

Para solucionar este problema em particular, pusemos em prática um módulo que conta a quantidade de caracteres e os classifica de acordo essa quantidade:

Proyecto de Descripción y Digitalización del fondo oral, Audio

Contenido A

[NO]	[DATO]	[TOTAL]	[VER UD]
1		35	<input type="button" value="Ver UD"/>
2		35	<input type="button" value="Ver UD"/>
3	00:00:02 Descripción de la fecha y título del seminario: Cambio en el agro y campesinado boliviano.00:00:39 Lic. José Roberto Arze, sobre la reforma agraria en Bolivia.00:04:12 Habla el Lic. Ramiro Molina, sobre los parámetros de las exposiciones.00:06:35 Lic. José Roberto Arze, sobre "Antecedentes ideológicos sobre la cuestión agraria". Desarrolla los temas acerca de la concepción de los términos de indio, campesino, indigenismo e indianismo a lo largo de la historia boliviana. Habla sobre la percepción de tres pensadores Gabriel Rene Moreno, Alcides Arguedas y Franz Tamayo.	1	<input type="button" value="Ver UD"/>
4	00:00:03 Exposición sobre la realidad socio económica del agro y campesinado boliviano.00:00:59 Dr. Hugo Romero Bedregal, "Planamiento Andino, Práctica y teoría a partir del proceso de desarrollo histórico de los pueblos americanos". Intento de negación de la tradición de los pueblos americanos, formación de un calendario agrícola, el manejo del espacio físico natural y un idioma estructurado.	1	<input type="button" value="Ver UD"/>
	00:00:03 Continúa respuesta del Dr. Hugo Romero Bedregal.00:01:54 Expone el Lic. Jorge Velarde Chávez, sobre "desarrollo y campos de competencia de		

Figura 16 - Interface que contabiliza o tamanho da descrição - Elaboração própria

O tamanho é em função da quantidade de caracteres e de palavras que são mostradas na interface e que nos permite identificar e classificar as descrições longas e curtas.

3. *Dificuldade na realização de mudanças globais*: isto surge de um erro comum na descrição, causados por erros de transcrição, desconhecimento na escrita de um dado ou devido a não aplicação do formato. Isto ocorre frequentemente em dados como nomes, personagens, lugares, siglas, etc.

Personagem		Instituição produtora	Lugar
Evo Morales Ayma	Morales Evo	Musef	La Paz
Morales Ayma, Evo	Morales Ebo	Museu de Etnografia e Folclore	La Paz-Bolivia
Evo Morales	Juan evo Morales	Museu Nacional de Etnografia e Folclore	Murillo

Figura 17 - Exemplos de erro de padronização de dados
Elaboração própria

Neste tipo de problemas, a correção registro por registro resulta não ser a melhor solução. Para isto foram aplicadas as mudanças globais, que trabalham sobre um conjunto de registros com erros em comum, cuja resolução é feita em questão de segundos com a ajuda do sistema.

Proyecto de Descripción y Digitalización del fondo oral, Audio

Productores del registro (Autor Institucional)

[NO]	[DATO]	[TOTAL]	[VER UD]
1		8583	Ver UD
2	Museo Nacional de Etnografía y Folklore - MUSEF	3980	Ver UD
3	Radio Fides	2	1898 1899
4	Kala Pukara Centro de Documentación Andino	1	1914
5	CIPCA/ILDIS/UNITA/ Radio Fides/MUSEF	1	2094
6	Museo Nacional de Etnografía y Folklore - MUSEF/ILCA	1	Ver UD
7	Confederación Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia - CSUTCB	2	2304 2305
8	Radio Continental	1	Ver UD
9	Museo Nacional de Etnografía y Folklore - MUSEF/Centro de Investigación y Promoción del Campesinado - CIPCA	2	Ver UD
10	Academia de la Lengua Quechua Boliviana/Museo Nacional de Etnografía y Folklore - MUSEF	7	Ver UD
			4806 4807 4808 4809 4810 4811 4812 4813 4814 4815 4816 4817 4818 4819

Figura 18 - Interface de mudanças globais do campo Produtores de registro
Elaboração própria

4. *Armazenamento de intervenções*: este requerimento surge da necessidade de armazenar as mudanças realizadas, considerando que uma mesma unidade documental pode haver sido tratada por mais de uma pessoa, podendo ocorrer erros de correção.

OPERACIONES REALIZADAS

Nº.	Operación	Realizado por:	Fecha-Hora	Observaciones
1	Corrección	ARC-10>>Bushi Vargas, Denisse Beverly (Descripción)	2013-04-24 17:11:46	Ninguna Ver
2	Corrección	ARC-11>>Cuba Cardenas, Caroly (Descripción)	2012-10-06 16:57:46	Ninguna Ver
3	Descripción	ARC-11>>Cuba Cardenas, Caroly (Descripción)	2012-10-06 16:24:22	Ninguna Ver
4	Corrección de Indices	ARC-11>>Cuba Cardenas, Caroly (Descripción)	2012-10-06 16:12:20	Ninguna Ver
5	Nuevo Índice	ARC-11>>Cuba Cardenas, Caroly (Descripción)	2012-10-06 16:11:39	Ninguna Ver
6	Nuevo Índice	ARC-11>>Cuba Cardenas, Caroly (Descripción)	2012-10-06 16:11:23	Ninguna Ver
7	Nuevo Índice	ARC-11>>Cuba Cardenas, Caroly (Descripción)	2012-10-06 16:11:10	Ninguna Ver

Almacenamiento digital: 02414_1024_06_10_Resumen del Título

Historial UD - Mozilla Firefox

localhost/system/sys/work/historial_ud.php?codigo=19932

Código UD: 2414 (MUSEF1->AUD)
Operación: Descripción el 2012-10-06 16:24:22
Observación:

CAMPOS LLENADOS ->

Catálogo (Completo):	1
Modo de adquisición:	Producción Propia
Productores del registro (Autor Personal):	Galindo, Fernando
Productores del registro (Autor Institucional):	Museo Nacional de Etnografía y Folklore - MUSEF
Fecha:	1984-09-27
Fecha Inicio:	1984-09-27
Fecha Final:	1984-09-27

Área de Identificación

Código: 2414

Código fondo: MUSEF1

Código tipo documental: AUD

Código Anterior:

Código de inventario: 1024

Figura 19 - Interface do histórico de mudanças realizadas - Elaboração própria

Isto nos permite voltar para alguma correção realizada no passado ou simplesmente ver a evolução das descrições realizadas, consequência, por exemplo, de um controle de qualidade.

5. *Limitação no armazenamento de dados:* o conceito de registro não se restringe somente a um conjunto limitado de caracteres alfanuméricos, o conceito se expande a grandes conjuntos de caracteres, como o texto de um artigo ou livro, ou pode ser relacionado com um arquivo digital. Desta maneira se pode obter o seguinte conjunto:

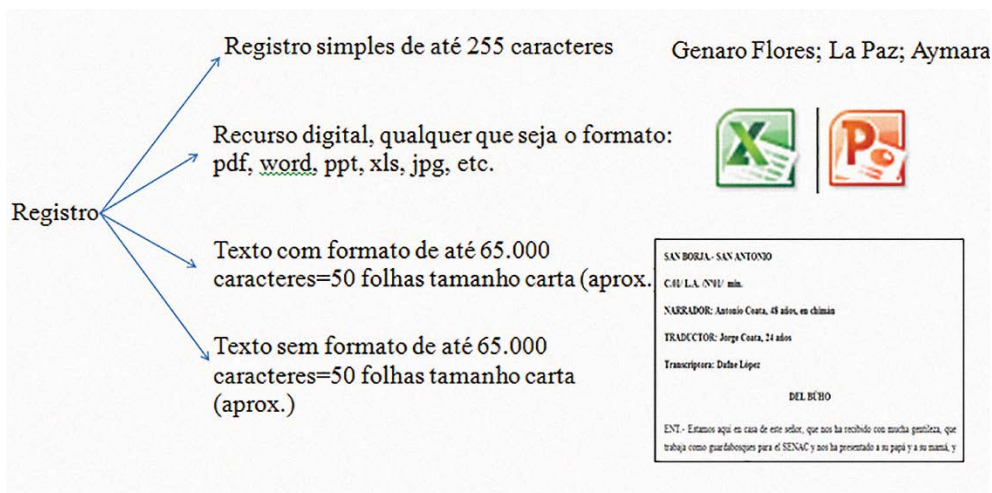


Figura 20 - Esquema de tipos de dados armazenados - Elaboração própria

6. *Descrição em dois níveis:* que surge da mesma natureza dos suportes documentais quando é insuficiente descrever somente em termos do suporte físico, o que nos obriga a descrever as partes que o integram. No caso das fitas cassete temos:

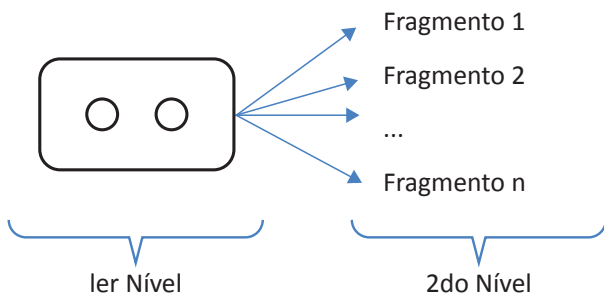


Figura 21 - Esquema que reflete a fragmentação de uma unidade documental sonora - Elaboração própria

na qual cada fragmento descreve um intervalo de tempo que representa um fato fragmentado da gravação total; em termos do formulário implementado aparece da seguinte maneira:

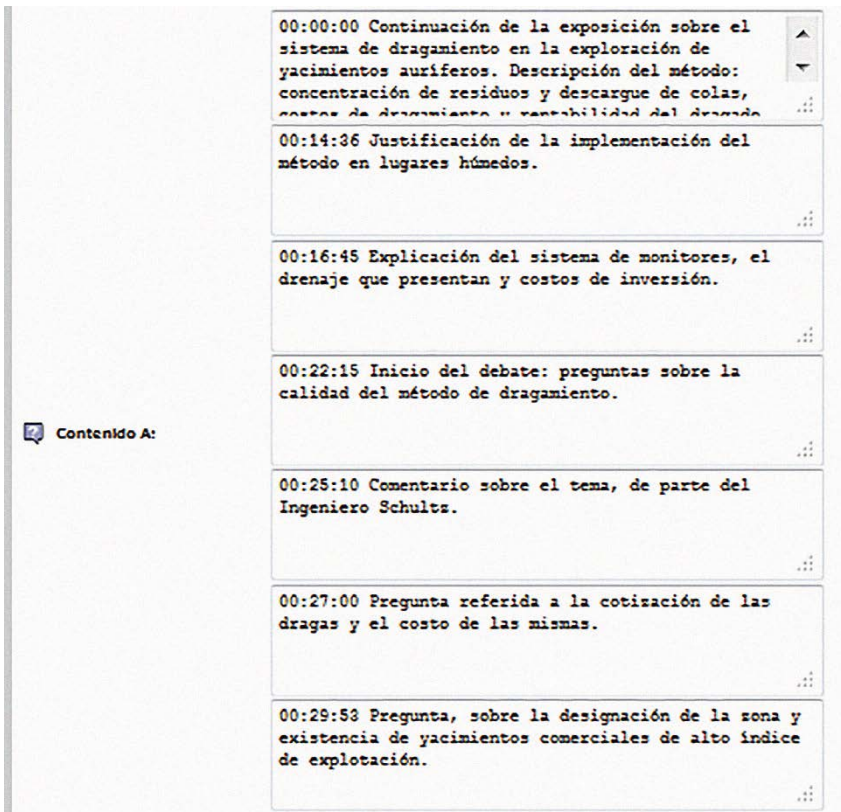


Figura 22 - Interface que facilita a fragmentação do áudio
Elaboração própria

7. Dificuldade no controle de palavras descritivas: quando se trabalha com palavras-chave, catálogos ou outros conjuntos de termos descritivos se procura descrever a unidade documental com base em listas controladas, que fazem parte de um vocabulário especializado ou de uma linguagem comum. Baseados nesta ideia, expandimos o conceito para pôr em prática listas estáticas, que aumentam controladamente e listas dinâmicas que aumentam conforme vão aparecendo durante a descrição do áudio. A grande diferença com outros sistemas é que não são somente termos temáticos fixos senão também podem se definir outros termos que oferecem outros pontos de acesso como: Lugares, Personagens, Comunidades,

Idiomas, etc. que aumentam durante o trabalho de descrição.

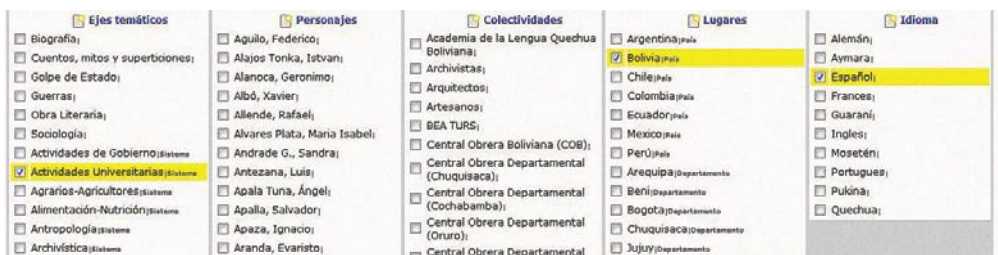


Figura 23 - Índices definidos no projeto - Elaboração própria

8. *Dificuldade na transferência para outros sistemas:* a transferência para outros formatos e/ou sistemas é um fator importante para facilitar o acesso ao nosso trabalho através de sistemas universais como CDS/Isis, IsisMarc, Evergreen, Koha, etc. Para este trabalho se implementou uma linguagem de formatos que se adapta a outros formatos como o Marc21. A ideia principal é transferir para um sistema de linhas e colunas³ onde cada dado tem um formato determinado e compatível segundo a norma. Para cada sistema de catalogação existe um processo técnico de importação diferente. Assim, por exemplo, o processo de transferência para o sistema IsisMarc e para o Filemaker se realiza com o seguinte procedimento:



Figura 24 - Esquema de exportação para o Marc21 e FileMaker - Elaboração própria

³ O sistema de linhas ou colunas é o que utiliza um cabeçalho (nomes das colunas) e um corpo (dados propriamente ditos) com o qual trabalha o software Microsoft Excel.

Este trabalho é muito importante já que permite o relacionamento com Bibliotecas e/ou Arquivos de outros países mundialmente conhecidos como a Organização Mundial da Saúde - OMS, Arquivo e Biblioteca Nacional de Bolívia e outros.

9. *Relacionar o material digitalizado às descrições:* considerando que o objetivo principal de digitalizar e descrever é escutar o material digitalizado juntamente com a descrição de suas características internas e/ou externas:

Almacenamiento digital: 04000_0852_08_14_Resumen del Título

04000_0852_08_14_A

04000_0852_08_14_B

[EDITAR]

Archivista: ARC-11>>Cuba Cardenas, Carelay
Archivista-2: No se distribuyó...

Código:	4000
Proyecto IISH:	1
Código de inventario:	852
No. de Casete:	8
Cantidad Casetes:	14
Título:	Derechos del trabajo.
Subtítulo:	Derechos de los trabajadores.
Duración A:	00:31:37
Contenido A:	00:00:09 Continúa intervencion de Luis Zegada, participan del debate, Santos Velasco, Patricio Cuentas y Suazo, sobre la ley de trabajo, el decreto 21060 y sus consecuencias en el sector minero. Responde Zegada, sobre la ley General de Trabajo, y las ventajas para el trabajador.
Duración B:	00:31:41
Contenido B:	00:00:07 Continúa respuesta de Luis Zegada, sobre el trabajo del Ministerio de Trabajo&00:04:08 Habla Jorge Vicenty, sobre el 21060 y el retiro forzado de los trabajadores mineros&00:05:05 Comenta Anibal Aguilar Penarrieta, sobre las exposiciones de los participantes, la eliminacion de la burguesia y del decreto 21060, junto con la re-localizacion de los mineros que fueron obligados a su retiro.

Figura 25 - Visualização do material digitalizado juntamente com a descrição
Elaboração própria

Este trabalho implica uma relação entre as descrições e, basicamente, o nome do arquivo digital constituído pelos campos de identificação.

10. *Implantação de módulos específicos segundo o suporte,* os quais se adaptam ao trabalho com material sonoro, entre esses podemos mencionar:

- Implantação de um objeto de reprodução do áudio no formulário:

Almacenamiento digital: 02000_1762_05_09_Resumen del Titulo

02000_1762_05_09_A

02000_1762_05_09_B

FORMULARIO
Codigo: 2000
Archivista: No se distribuyo...

Area de Identificación

Código: 2000

Código fondo: MUSEF1

Código tipo documental: AUD

Código Anterior:

Código de inventario: 1762

No. de Casete: 5

Cantidad Casetes: 9

Area de Contexto

Modo de adquisición:

Productores del registro (Autor Institucional): Museo Nacional de Etnografía y Folklore - MUSEF

Figura 26 - Implantação do áudio no formulário - Elaboração própria

- Controle do avanço do trabalho em função a quantidade de áudios trabalhados e o tempo de gravação:

Seleccione el usuario: ARC-9>>Sinche Aguilar, Hilda (Descripción)

Nombre	Definición	Total
Total de casetes digitalizados	Cantidad total de casetes digitalizados.	84
Total de horas digitalizadas-Lado A	Cantidad total de horas digitalizadas del lado A.	42:37:33
Total de horas digitalizadas-Lado B	Cantidad total de horas digitalizadas del lado B.	36:54:36
Cantidad-Catálogo completo	Cantidad total de registros catálogo completo.	84
Cantidad-Catálogo incompleto	Cantidad total de registros catálogo incompleto.	84

84 registros mostrados...

	Código	Catalogo Completo	Digitalizado	Fecha de creación del audio digital	Duración A	Duración B	Acum. Lado A	Acum. Lado B
[EDITAR]	1563	1	1	2012-04-25	00:30:06	00:30:30	0:30:6	0:30:30
[EDITAR]	1564	0	1	2012-04-25	00:30:00	00:30:04	1:0:6	1:0:34
[EDITAR]	1570	0	1	2012-04-25	00:30:22	00:06:36	1:30:28	1:7:10
					1:30:28	1:7:10		
[EDITAR]	1560	1	1	2012-04-24	00:29:55	00:30:04	2:0:23	1:37:14
[EDITAR]	1561	1	1	2012-04-24	00:30:28	00:30:28	2:30:51	2:7:42
[EDITAR]	1562	1	1	2012-04-24	00:29:59	00:29:55	3:0:50	2:37:37
[EDITAR]	1568	0	1	2012-04-24	00:30:54	00:30:41	3:31:44	3:8:18
[EDITAR]	1569	0	1	2012-04-24	00:30:25	00:30:00	4:2:9	3:38:18
					2:31:41	2:31:8		
[EDITAR]	1558	1	1	2012-04-23	00:30:01	00:29:58	4:32:10	4:8:16

Figura 27 - Interface do controle do avanço do trabalho - Elaboração própria

III. Acesso: Sistema de busca

Os campos e índices são considerados pontos de acesso à descrição de cada unidade documental: data, nomes, descrições, descritores e outros. Quando uma pessoa pesquisa um material, se faz todo o possível para reduzir ao máximo o conjunto de resultados com base em parâmetros que surgem da linguagem comum. Desta maneira se puseram em prática três tipos de busca:

Busca rápida, que requer de um só parâmetro, seja um nome, parte de um título, um lugar ou outro. Este tipo de busca é para pessoas que não estão muito familiarizadas com operadores lógicos e/ou campos, por exemplo.

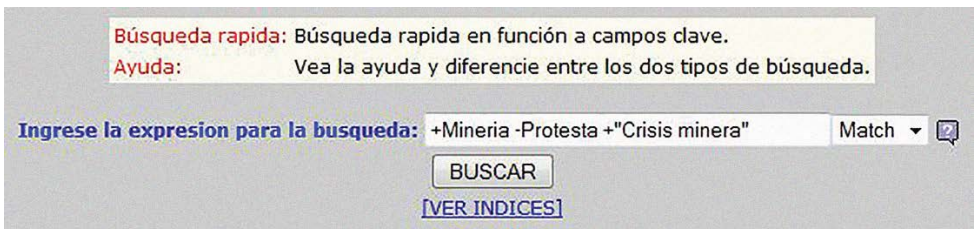


Figura 28 - Interface da busca rápida
Elaboração própria

No entanto, dentro deste tipo de busca há dois tipos de algoritmos um tanto complexos:

- Like, que é um algoritmo de busca que procura uma palavra ou um conjunto de palavras separadas por um hífen "-", para este tipo de busca, somente se devem colocar palavras referentes ao que se está procurando, separadas por hífens sem espaços. Ex.: *Mineiro-Sindical-Protesto*

Implicitamente este algoritmo aplica o operador de registro OR soma de resultados de cada termo.

- Match, Permite realizar buscas escrevendo uma ou mais palavras no qual se podem aplicar os seguintes operadores:

- ✓ +.....: Um sinal de mais indica que a palavra SIM deve estar presente em cada registro que se retorne. Ex. *+Mineiro +Protesto* (Mostra todos os registros que contenham as palavras Mineiro e Protesto em um mesmo registro).

- ✓ -.....: Um sinal de menos indica que esta palavra NÃO deve estar presente em quaisquer dos registros que se retorne. Ex. *+Mineração - Protesto* (Mostra todos os registros que contenham Mineração, mas que não contenham Protesto em um mesmo registro).

✓ [sem operador]: Encontra os registros que contenham ao menos uma das palavras. Ex. *Mineração Protesto* (Mostra todos os registros que contenham Mineração e Protesto em um mesmo registro).

✓ *.....: O asterisco serve como operador de registro truncado, deve se colocar no final da palavra procurada. Ex. *Mine** (Mostra todos os registros que contenham palavras que comecem com Mine como: Mineração, Mineiro, etc.).

✓ ".....: Encontra os registros que contêm a frase exata colocada entre aspas. Ex. *"Crise Mineira"*.


Também podem combinar-se operadores Ex. *+Mineração - Protesto +"Crise mineira"*.

Busca por campos, que surge da necessidade de traduzir uma solicitação de busca que está em linguagem comum à linguagem do sistema. Desta maneira optou-se em trabalhar com dois operadores: lógico e de comparação que relacionam um ou mais campos e índices definidos de tal maneira que se possam realizar buscas combinando os campos com os operadores:

1	Código:	OR	=	
	Código libro:	OR	=	
	Código Casete:	OR	=	Descripción: Código del casete que especifica la ubicación del relato en el audio.
	Página:	OR	=	
	Título:	OR	*	
	Autor:	OR	*	
	Transcripción español:	OR	*	Descripción: Transcripción en español del relato, sin formato (para búsquedas).
	Idioma nativo:	AND	*	
	Transcripción nativo:	OR	*	
	Lugar:	OR	*	
	Casete:	OR	*	Descripción: Código casete según Texto Madre.
	Lado:	OR	*	
	Fechas:	OR	*	Descripción: Fecha de las grabaciones.
	Narrador:	OR	*	
	Entrevistador:	OR	*	
	Transcriptor:	OR	*	
	Traductor:	OR	*	

Figura 29 - Interface da busca por campos - Elaboração própria

Onde:

1. , Tecla que mostra uma breve descrição do campo, exemplos e notas adicionais.

2. AND/OR, Operadores lógicos, que servem para combinar critérios nos diversos campos.

3. [Operadores de comparação], Que basicamente constam dos seguintes:

✓ =....Busca com a ocorrência exata inserida em toda a inbox.

✓ >=...Operador utilizado com campos número e datas que mostra os resultados maiores ou iguais ao dado inserido na inbox.

✓ <=... Operador utilizado com campos número e datas que mostra os resultados menores ou iguais ao dado inserido na inbox.

✓ <>... Operador utilizado com campos número e datas que mostra os resultados de um intervalo do dado inserido na inbox. O formato é [Número menor]/ [Número maior] Ex. 1990-01-01/2000-03-01 (Mostra todos os registros que estiverem no intervalo de data Desde 1990-01-01 até 2000-03-01).

✓ *.....Operador de registro truncado que pode procurar a palavra sem importar que esta faça parte de outra palavra diferente.

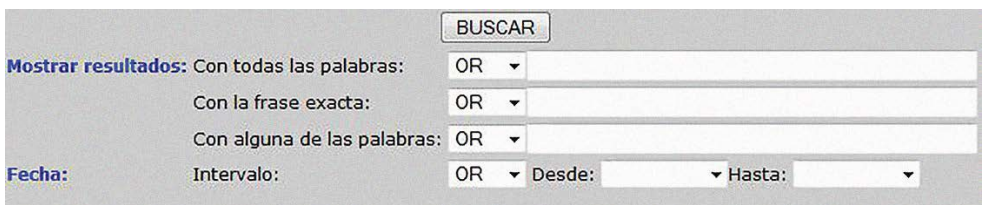
A *busca abreviada*, que é uma busca que combina e resume algumas funções das duas buscas anteriores. Assim podemos ter:

✓ Com todas as palavras: Realiza uma busca nos registros que contêm todas as palavras inseridas na inbox.

✓ Com a frase exata: Busca a frase exata inserida na inbox.

✓ Com alguma das palavras: Realiza uma busca nos registros que contêm alguma das palavras inseridas nesta inbox.

Intervalo: Que realiza buscas com base em um intervalo de datas.



The image shows a search interface with a 'BUSCAR' button at the top. Below it, there are three rows of search criteria under the heading 'Mostrar resultados':

- Con todas las palabras: OR [dropdown] [input field]
- Con la frase exacta: OR [dropdown] [input field]
- Con alguna de las palabras: OR [dropdown] [input field]

Below these is a section for 'Fecha' (Date) with the label 'Intervalo:' and the following options:

- OR [dropdown] Desde: [dropdown] Hasta: [dropdown]

Figura 30 - Interface de busca abreviada - Elaboração do autor

Recomendo não utilizar conectores, preposições, conjunções e outros como: em, a, com, etc. Neste tipo de busca também podem realizar-se combinações com operadores lógicos.

Referências bibliográficas

Sony. Sony Sound Forge Pro 9 User Manual. Disponible en: http://dspcdn.sonycreativesoftware.com/manuals/soundforgepro10_manual_enu.pdf

PACHER A. y RONCHI R. Audacity Tutorial Básico. 2009. Disponible en: http://www.fac.org.ar/material/varios/audacity_fac-fiuner.pdf

Federación de Enseñanza de CC.OO. de Andalucía. Formatos de áudio y uso didáctico. 2008. Disponible en: <http://www.feandalucia.ccoo.es/docu/p5sd7527.pdf>

ISAD(G) - Norma Internacional General de Descripción Archivística. Segunda Edición. Consejo Internacional de Archivos. Ministerio de Educación Cultura y Deporte. Madrid España, 2000.

A PRESERVAÇÃO DE REGISTROS TRABALHISTAS DIGITAIS: DESAFIOS

Vanderlei Batista dos Santos*
Doutor em Ciência da Informação
Brasília - DF

1. Introdução

Ao ser convidado para expor a temática “preservação digital” no âmbito do 3º Seminário Internacional “O mundo dos trabalhadores e seus arquivos” procurei pensar em uma nuance pragmática objetivando que os participantes do evento pudessem transformar em ações e incorporarem ao seu cotidiano a preocupação com a memória dos trabalhadores registrada em meio digital.

Gostaria de começar afirmando que os “registros” do título não é uma tradução para “records”. A tradução de “records” seria “documentos arquivísticos”. Prefiro utilizar o termo registro porque há muitos profissionais que não aceitam que bases e bancos de dados também podem ser considerados documentos¹. Afinal não há que se discutir que se tem, em qualquer dos casos, informação vinculada, ou, no mínimo, existem dados contextualizáveis em relatórios e conversíveis em informação. Além disso, entendo que a preservação do documento digital é uma ação contínua que deve se iniciar mesmo antes da produção do documento, abranger sua tramitação e acompanhar sua manutenção da fase intermediária e, se for o caso, durante sua guarda permanente.

No contexto deste artigo, deve-se entender documento arquivístico como:

(...) um conjunto de dados estruturados, apresentados em uma forma fixa, representando um conteúdo estável, produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica (pública ou privada), no exercício de uma atividade, observando os requisitos

*E-mail: vanderbsantos@uol.com.br

¹ Cujas confiabilidade depende dos requisitos de produção e procedimentos de controle adotados pela instituição.

normativos da atividade à qual está relacionado, e preservado como evidência da realização dessa atividade (SANTOS, 2011, p.).

Como os documentos digitais constituem-se de “informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional” (CÂMARA TÉCNICA..., 2009, p.13), então os documentos digitais arquivísticos são os “documentos digitais reconhecidos e tratados como documentos arquivísticos” (CÂMARA TÉCNICA..., 2009, p.12). Nessa interpretação fica embutida a ideia de que a instituição deve adotar uma atitude ativa em relação ao documento digital que deseja manter como indício de suas atividades. Deve reconhecê-lo como arquivístico, capturando-o para um sistema de gestão de documentos, gerenciando toda e qualquer alteração que possa ocorrer durante seu ciclo vital e, com isso, colaborando para a presunção de sua autenticidade.

Os documentos arquivísticos são as unidades que compõem os arquivos. Assim, para iniciar a discussão, observando seu contexto arquivístico, poder-se-ia dizer que os documentos que se encaixaram no tema o “mundo dos trabalhadores e seus arquivos” seriam aqueles classificáveis na classe “000 Administração Geral”, subclasse “020 Pessoal” do Plano de Classificação aprovado pela Resolução nº 14/2001 do Conselho Nacional de Arquivos, afinal é lá que estariam agrupados:

se os documentos relativos aos direitos e obrigações dos servidores lotados no órgão, de acordo com a legislação vigente, bem como os direitos e obrigações da instituição empregadora no que tange à assistência, proteção ao trabalho e concessão de benefícios (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p.11).

Essa classificação, apesar de atender ao escopo do evento, não é uma visão completa de todas as relações entre os profissionais e a instituição no qual executam suas atividades, visto que abrangeria apenas a ação das pessoas como recurso da instituição e não seu papel com produtor de informações de interesse institucional.

Por exemplo, um fotógrafo - para além da relação trabalhista com a instituição - faz a cobertura de um determinado evento e, conforme dispõe seu contrato de trabalho, entrega as imagens para a unidade ao qual está subordinado, que, para atender aos objetivos institucionais, as avalia, indexa, classifica, podendo torna-las públicas de acordo com sua conveniência. Onde estariam classificados

os documentos sobre o gerenciamento do direito autoral do empregado sobre as fotografias? Esse exemplo, entre diversas possibilidades, também se aplica a outras produções intelectuais dos empregados e ao uso de patentes.

Observamos que, apesar do exposto, a Resolução nº 14/2001 apresenta, na verdade, um modelo que deve ser analisado e, caso necessário, alinhado às necessidades específicas da instituição. Em outras palavras, há questões relativas à gestão de pessoas que podem ser incorporadas à versão final do plano adotado por uma dada instituição, mas, certamente, existem documentos que envolvem a relação empregado e empregador que fogem ao escopo dessa classe.

A gestão dos documentos relativos aos trabalhadores se inicia, portanto, no conhecimento da instituição sobre si própria e sobre as diversas relações que mantém com seus empregados. Essas relações deverão ser incorporadas ao plano de classificação adotado para a organização e, posteriormente, vinculadas a avaliação de seus documentos.

2. O mundo dos trabalhadores e as tecnologias

O cidadão chegar ao seu local de trabalho, bater um cartão de ponto com um sistema perfurador ou um carimbo datador, precisar preencher uma ficha de justificativa de ausência, anexar um atestado médico, preencher e assinar um formulário de solicitação de férias, receber um contracheque em papel e assinar uma folha de controle do recebimento do pagamento são algumas ações cotidianas do mundo dos trabalhadores cada vez menos praticadas pelas instituições.

Na atualidade, as empresas tem preferido migrar seus processos para o meio eletrônico, informatizando-os. Hoje, entre outras ações, apresentam Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF², Relação Anual de Informações Cadastrais - RAIS (<http://www.rais.gov.br>), pagam impostos, geram, quitam e homologam rescisões de contrato de trabalho (HomologNet, disponível em: <http://www.mte.gov.br/homolognet/>) via internet e mantêm atualizados os dados sobre a situação dos trabalhadores no Brasil por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.³

² Mais informações podem ser obtidas no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte - Portal e-CAC (<http://www.receita.fazenda.gov.br/atendvirtual/defaultatendcertdigital.htm>) da Secretaria da Fazenda.

³ Criado pela Lei nº 4.923/65, que instituiu o registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, o CAGED (<http://portal.mte.gov.br/caged/>), desde 2013, tem como obrigatória sua declaração com uso de certificação digital padrão ICP-Brasil, inclusive para órgãos da Administração Pública.

Internamente, as instituições disponibilizam contracheques eletrônicos em suas intranets, realizam controle de frequência por meio de ponto eletrônico⁴, adotam *workflows* para solicitação de férias e licenças etc. Passa-se a não mais emitir folhas de pagamento ficando todas as informações de vencimentos e descontos dos empregados armazenadas em bancos de dados de gestão e pagamento de pessoas.

Além disso, os empregados são incentivados a utilizar o correio eletrônico institucional como ferramenta de trabalho, a realizarem conferências *online* com filiais e colaboradores, compartilhar recursos por meio de sistemas de armazenamento nas nuvens, desenvolver pesquisas por meio de ferramentas edição colaborativa (*wiki*) e utilizar recursos FTP (*file transfer protocol*) para enviar e receber documentos digitais muito extensos e que seria inviável por meio do correio eletrônico tradicional.

Infelizmente, esta adoção inexorável da tecnologia na realização de ações institucionais cotidianas não tem sido acompanhada de equivalente análise de suas repercussões na instituição, nem da definição de políticas que permitam ampliar para o mundo digital os procedimentos de gestão e preservação que tinham o papel como principal suporte e limitações espaciais e temporais como princípios norteadores.

Empregados já foram demitidos por transmitirem conteúdo erótico por meio de mensagens de correio eletrônico utilizando a caixa postal fornecida pela empresa (SANTOS, 2005), bem como a Justiça já aceitou a troca de mensagens como indício para comprovar carga extraordinária de trabalho (Processo 01410-2007-054-01-00-9, correndo no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região). Há legislação (Lei nº 9.983/2000)⁵, pouco difundida, apesar de existir a mais de uma década, que torna criminalizável a “pausa pro cafezinho”. Isso ocorre sempre que o servidor afastar-se de seu terminal de computador sem realizar o *logout* do sistema no qual está trabalhando, permitindo que um terceiro possa, sem autorização, acessar os bancos de dados da instituição.

É necessário questionar, para além dos objetivos da instituição, se os empregados estão sendo atualizados quanto as possíveis consequências do uso inadequado dos recursos tecnológicos colocados à sua disposição? Aqui cabe tanto

⁴ O Registrador de Ponto Eletrônico (RPE) é obrigatório desde 1º de setembro de 2011 (MINISTÉRIO DO TRABALHO..., 2011), disciplinado pela Portaria nº 1.510/2009 (MINISTÉRIO DO TRABALHO..., 2009) que também aborda o Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP.

⁵ Detenção de 1 a 4 anos e multa para quem “permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública” (Lei nº 9.983/2000, Art. 2º).

o viés da instituição quanto do empregado. O que ocorrerá se, ao executar um *link* que veio em uma mensagem de correio eletrônico, parte do sistema de pagamento de pessoal fique inoperável? E se informações cruciais do sistema de gestão de pessoas forem apagadas por inabilidade? E se registros importantes de negócios forem apagados das caixas postais de correio eletrônico apenas porque a “caixa excedeu o limite de armazenamento”?

Entende-se que a preservação digital não deve se iniciar no momento em que se constata a existência de um documento armazenado nos computadores, em disquetes, CDROM, Blu-ray etc., que precisa ir para o arquivo (ou guardado por um longo tempo), mas quando a instituição começa a se reestruturar para incorporar as tecnologias ao seu cotidiano. A instituição precisa entender seus processos, analisar as tecnologias disponíveis e investir na compatibilização entre eles e no treinamento de seus empregados. Sabe-se, contudo, que o sistema instituição não é fechado e que, sendo assim, precisa responder e estar aderente aos ditames do ambiente que a cerca, o que inclui seus parceiros, colaboradores e a forma como operam e registram suas ações.

Outro fator importante é a conformidade legal à qual toda instituição precisa atender. Como não se preparar para gerenciar documentos digitais se, sob determinadas condições (Medida Provisória nº 2.200-2/2001, Art. 10º), sejam público ou particulares, eles já são considerados como válidos para todos os fins legais? Existem, ainda, o prontuário eletrônico do paciente (Resolução-CFM nº 1.821/2007)⁶ e o assentamento funcional digital (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO..., 2011) que podem contribuir para solucionar o problema do espaço físico, habitual discurso feito pelas instituições sobre o volume ocupado pelos arquivos médicos e de pessoal.⁷

No sentido exposto até o momento, é exemplar a disposição da NBR/IEC 38500:2009 (ABNT, 2009, pp.6-14) sobre os princípios de boa governança de TI, quais sejam:

⁶ A despeito desta norma estar confrontando a Lei nº 8.159/1991 na qual está explícita a compreensão de que a caracterização de um documento como histórico não tem a ver com seu suporte de armazenamento (Art. 2º), mas com as informações nele registradas, complementando que aqueles que forem históricos, mesmo que microfilmados terão que ser mantidos, também, em seus formatos originais. Essa resolução registra que os prontuários em papel podem ser eliminados (Art. 6º) enquanto que suas versões em microfilme ou em meio digital são permanentes (Art. 7º).

⁷ Embora ambas as iniciativas estejam focadas na digitalização e não a produção de documentos digitais originais. Ressalte-se que digitalizar não é preservar, completando que embora se ganhe muito digitalizando, no contexto do desenvolvimento tecnológico, a perenidade e a autenticidade dos documentos não estão entre esses ganhos (Smith apud MENA e GONZÁLEZ, 2013, p.17).

1. Responsabilidade: visando “garantir o uso e entrega eficaz, eficiente e aceitável da TI no apoio dos objetivos atuais e futuros” da instituição, o que pode resultar na rejeição de uma demanda setorial não congruente com o planejamento estratégico corporativo;
2. Estratégia: visando garantir que a TI apoiará as necessidades futuras, expandindo seu foco para além das demandas atuais;
3. Aquisição: avaliar opções para o fornecimento de TI, “buscando o equilíbrio entre os riscos e o retorno nos investimentos”;
4. Desempenho: “assegurar que a TI apoiará os processos [...] com a capacidade e competência necessárias”, o que implica, muitas vezes, em repensar os processos em uso;
5. Conformidade: avaliar regularmente se a TI cumpre “com as obrigações (regulamentares, legislativas, legais, contratuais), políticas internas, Normas e melhores práticas profissionais”.
6. Comportamento humano: é necessário respeitar “as necessidades atuais e futuras de todas as pessoas” envolvidas, afinal, adequar a TI à cultura institucional, ao mesmo tempo em que provoca mudanças nas atividades cotidianas dos empregados, é um dos principais desafios da governança.

Em resumo, há muito mais entre a produção do documento digital e os investimentos para sua preservação do que as técnicas para a preservação de documentos digitais, sendo os requisitos de gestão documental, com viés arquivístico, seu ponto nevrálgico.

3. A preservação digital dos documentos trabalhistas

A preservação de documentos digitais está suportada por um conjunto de ações que devem abranger desde a produção documental até a eliminação ou guarda permanente. Se tomarmos como base os “Dez mandamentos da preservação digital” (INNARELLI, 2011) e as “Diretrizes do produtor” (INTERPARES PROJECT, 2010), essas ações podem ser resumidas em uma política de gestão e preservação digital que contemple:

- adotar recursos que mantenham a forma fixa e o conteúdo estável dos documentos: assim serão mais bem aceitos em relação aos documentos tradicionais, cuja perenidade do conteúdo e da forma está implícita na sua existência e é condição para seu reconhecimento como documento;

- selecionar formatos de arquivos que forneçam melhor expectativa de perenidade para manter os documentos digitais acessíveis ao longo do tempo, buscando independência de *softwares*, mas realizando migrações periódicas: formatos proprietários como o .DOC devem ser evitados, dando-se preferência àqueles padronizados e abertos, como o .PDF-A;
- identificar os documentos digitais arquivísticos, classificando-os (agrupamento lógico), descrevendo-os e identificando-os adequadamente e às suas mídias de armazenamento: nem todos os documentos digitais são documentos arquivísticos, é preciso que a instituição identifique aqueles que são e lhes dê tratamento adequado;
- avaliar e aplicar tabela de temporalidade nos documentos digitais, eliminando os documentos que já tenha vencido seu prazo de guarda: apesar do discurso tecnológico corrente, não há espaço de armazenamento infinito, nem necessidade de se guardar tudo que é produzido pela instituição;
- escolher suportes de armazenamento com expectativa de perenidade e, ainda assim, executar migração periódica, precavendo-se quanto às condições físicas dos suportes e quanto à obsolescência em relação ao *hardware*: comprar mídias baratas, de marcas desconhecidas e sem referência sobre seu processo de produção é um tipo de economia que pode sair caro, afinal podem se deteriorar mais cedo que aquelas produzidas por indústrias que têm a qualidade do produto vinculada à sua marca.
- replicar as informações em locais fisicamente separados, realizar *backups* e cópias de segurança como regras mínimas contra perda e corrupção acidentais, também os protegendo contra ações não autorizadas;
- assegurar que os documentos digitais carregam informações que irão ajudar a verificar a sua integridade e sua autenticidade: reconhecer a importância dos metadados no processo de preservação dos documentos digitais.
- prover acesso aos documentos digitais por meios que não sejam exclusivamente os recursos dos sistemas gerenciadores: é necessário desenvolver contingências de acesso para situações em que o sistema de gerenciamento apresentar algum problema.

É evidente que esse conjunto contínuo de ações não tem data para acabar e, por causa disso, não pode se restringir a um projeto. Deve ser

tratado em um programa corporativo, envolvendo as áreas de negócio, de tecnologia e de informação, além de contar com suporte jurídico e com apoio estratégico da alta administração. Esse programa que, na fase inicial pode ser tratado como um projeto de implantação, deve contemplar:

- Política de gestão documental

A gestão e a preservação de documentos digitais, geralmente, não podem ser encaradas como um problema novo, é apenas a continuação de uma situação que a instituição vinha postergando, o desenvolvimento e a adoção de uma política de gestão arquivística de documento e seus instrumentos, incluindo: plano de classificação, tabela de temporalidade, manual de redação, vocabulário controlado, regras para concessão ou limitação de acesso, planos de contingência e de prevenção contra desastres etc. Assim, é necessário que a instituição crie e adote esses instrumentos antes de iniciar, propriamente, o tratamento dos documentos digitais.

O desenvolvimento dos instrumentos de gestão, incluindo a adoção de um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos que abrange os digitais e não digitais deve contemplar o levantamento, mapeamento e modelagem dos processos de trabalho, principalmente quanto à sua atualização ocasionada pela adoção de tecnologias. Nesse âmbito estariam incluídos estudos quando aos *softwares* e formatos a serem adotados pela instituição, bem como tecnologias voltadas para a autenticidade dos documentos como marcas d'água e certificação digital.

- Conscientização, mudança cultural e treinamento

Mudanças são sempre carregadas de incertezas e, por isso, muita gente tende a rejeitá-las, mesmo antes de conhecê-las. O grande desafio para os gestores do projeto é convencer cada um dos servidores e diretores da instituição de que a gestão de documentos (digitais e não digitais) é uma ação colaborativa que envolve cada um deles e que, se bem executada, trará benefícios para suas atividades e para a instituição.

Uma vez suplantada a etapa inicial de convencimento, deverão ser criados manuais e um programa permanente de treinamento quanto ao uso dos instrumentos de gestão e dos recursos tecnológicos, contemplando, inclusive, a movimentação dos servidores entre as diversas unidades.

- Disponibilidade financeira

A preservação de documentos digitais envolve o planejamento e implantação de infraestrutura tecnológica de redes, *softwares* e equipamentos, bem como de uma área de armazenamento com condições mínimas de controle de temperatura e umidade.

Também deve incluir previsão orçamentária de gastos periódicos, por exemplo, a cada ciclo de três anos, visando atualização de mídias e/ou migração de formatos.

Recomenda-se, ainda, a assunção de uma função de prospecção tecnológica pelas áreas de informática, a fim de identificar tendências do mercado quanto a novos formatos, *softwares* e *hardware*, por exemplo, com tempo suficiente para realocar recursos para atualizar a infraestrutura tecnológica da instituição.

- Capacitação técnica e cooperação interinstitucional

São necessários novos conhecimentos e práticas para o tratamento de documentos digitais, que podem ser conseguidos por meio de iniciativas envolvendo outras instituições, seja na análise ou adoção de experiências realizadas (*benchmarking*), seja na execução de projetos colaborativos por meio de convênio, incluindo investimentos para a utilização de repositórios digitais.

Adicionalmente se podem enviar empregados para participarem de eventos técnicos e *workshops* sobre o tratamento de documentos digitais.

Essas ações, realizadas adequadamente, permitirão que documentos digitais sejam criados e tramitados de acordo com padrões internacionalmente aceitos, o que resultará em uma ação de preservação mais eficaz.

De forma complementar aos recursos institucionais, atualmente há uma tendência a utilizar a disponibilidade de armazenamento de computação nas nuvens (*cloud computing*) e tecnologias de *Big Data*⁸. Deve-se observar, contudo, que, conforme orientação da Presidência da República (2012),

⁸ Refere-se ao conjunto de dados cujo tamanho ultrapassa a capacidade de armazenamento das atuais tecnologias de base de dados.

O contrato de prestação de serviço [de computação nas nuvens], quando for o caso, deve conter cláusulas que garantam a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações hospedadas na nuvem, em especial aquelas sob custódia e gerenciamento do prestador de serviço;

Cabe à instituição atentar para as questões de segurança e sigilo vinculadas ao acervo que deseja armazenar nas nuvens. Parte dos computadores utilizados por esse tipo de serviço encontra-se nos Estados Unidos e está sujeita às leis americanas, como o Ato Patriótico⁹, pelo qual o Governo daquele país tem autorização para acessar as informações lá armazenadas.

Por outro lado, a disponibilidade de dados não sigilosos na grande rede permite a filtragem e correlação de inúmeras fontes de informações, aprimorando o relacionamento de diversas fontes e permitindo análises até pouco tempo impensáveis. O *Big Data* baseia-se em uma infraestrutura que aproveita o acúmulo de dados e conhecimentos produzidos por comunidades de pesquisa, aperfeiçoa a transmissão de dados entre disciplinas científicas e o grande aumento multi e interdisciplinar das ciências, enquanto reduz a duplicação de esforços e recursos, e integra os dados da pesquisa com a literatura publicada (THANOS; MANEGOLD; KERSTEN, 2012).

É um recurso cujo potencial de pesquisa pode produzir excelentes análises sobre o mundo dos trabalhadores no Brasil e no mundo. Vejamos, por exemplo, as possibilidades que tecnologias de mineração de dados (*data mining*) oferecem aos pesquisadores quando permitem localizar e vincular informações sobre: a) legislação federal, estadual e municipal com impacto nas relações trabalhistas; b) estatísticas do IBGE sobre emprego e desemprego, nível educacional, índice de desenvolvimento das cidades e regiões; c) papel da população na redação final de legislação trabalhista, por meio das discussões temáticas recuperadas de redes sociais; d) listagens de eliminação de documentos de pessoal produzidas pela administração pública; e) artigos acadêmicos e colunas de jornais tratando da temática trabalhista.

⁹ Do inglês Patriotic (Provide Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism). Pacote legal aprovado pelo presidente dos EUA, George Bush, em 2001, sem consulta à população, à reboque do ataque às Torres Gêmeas, em Nova Iorque.

4. Considerações finais

A mediação digital se instala como um enorme papel carbono oferecendo às ciências sociais mais dados do que jamais sonhara. Com a rastreabilidade digital, os pesquisadores não são mais obrigados a escolher entre a precisão e a escala de suas observações: agora é possível acompanhar uma infinidade de interações e distinguir, simultaneamente, a contribuição específica que cada um traz para a construção dos fenômenos coletivos. Nascidas em uma época de escassez, as ciências sociais estão numa época de abundância.

(LATOIR e VENTURINI, 2010 *apud* BRUNO, 2012)

Toda ação humana deixa rastros seja ou não de forma intencional. Assim não há porque temer que o mesmo não ocorra com as atividades que registram o papel dos trabalhadores na sociedade e sua relação com as instituições e seus dirigentes. Quando nos reportamos aos registros digitais, a situação não é diferente. Na verdade se intensifica, sobremaneira quando envolve a internet. Isso ocorre porque, segundo Bruno (2012, p.687-688):

- comunicar é deixar rastro, então não se pode não deixar rastro: tudo que se realiza deixa vestígios suscetíveis de captura e recuperação;
- a guarda não exige gesto adicional do autor: a internet é contrária ao esquecimento, para que ocorra o esquecimento é que se faz necessário uma ação deliberada;
- rastros digitais são persistentes e recuperáveis: mesmo que nem todos sejam rastreáveis, e a tecnologia facilita e possibilita diversas vias de recuperação;
- a topologia e a visibilidade dos rastros digitais são multiformes: há informações declarativas e respectivas inscrições intencionalmente comunicadas, quando aquelas que derivam da passagem do autor pela internet enquanto executava suas declarações (lista de sites visitados, buscas realizadas, perfis consultados etc.) que alimentam bancos de dados com visibilidade variável e oferecem novos contextos sob os quais analisar a informação declarada.

A questão, portanto, não é se existem ou existirão registros, pois eles existem, são muitos, bastantes diversificados e difíceis de serem apagados da Internet¹⁰. A dúvida é sobre o quanto essas informações digitais estão completas e são confiáveis. Essa sempre será a dúvida central daqueles que se dedicam a pesquisa e à divulgação da História, mesmo quando seu âmbito de pesquisa limitar-se a documentos em suporte papel. Infelizmente, é somente no confronto entre diversas fontes de pesquisa que o pesquisador poderá chegar a uma conclusão sobre o viés que lhe parece mais consistente e, nesse sentido, passível de defesa.

Tradicionalmente, a ingerência dos Arquivos sobre a documentação de valor permanente, aí incluídos os procedimentos de preservação, se inicia uma vez que tenha se esgotado o valor primário dos documentos. Como o suporte papel é resistente e não precisa de tecnologias para acessar as informações nele registradas, era possível “esquecer” documentos em depósitos sem condições mínimas de higiene e acondicionados em caixas sem identificação que, ainda assim, ficariam preservados por vários anos, até que alguém precisasse deles ou que fosse necessários trata-lo e recolhê-los aos Arquivos.

De uma forma geral, esses comportamentos relativos à “preservação” de documentos em suporte papel estão sendo reproduzidos em relação aos documentos digitais. Todavia, quando a memória institucional está cada vez mais reduzida aos registros digitais não podemos mais nos dar a esse luxo. Por exemplo, um CD-ROM armazenado em uma área com umidade alta pode oxidar ou ter sua camada metálica descolada do policarbonato que o compõe, impedindo sua leitura. Os disquetes de 5” ¼ (5,25 polegadas), produzidos na década de 1980 e 1990, já não possuem *hardware* de leitura no mercado, além de serem suscetíveis a problemas decorrentes do manuseio ou da presença de campos magnéticos. Em nenhum dos casos teria passado mais de cinco anos antes que as informações neles registradas tivessem se perdido.

Se poderia mencionar, também, a imensa gama de *softwares* utilizados pelas instituições para produzir seus documentos em inúmeros formatos proprietários e

¹⁰ A situação é tão séria que existem serviços especializados em auxiliar as pessoas a apagarem seus registros da web. Destacam-se, por exemplo: <http://justdelete.me/> e <http://www.accountkiller.com>.

¹¹ Da Microsoft, por exemplo, o Frontpage (criação de sites), Photodraw (desenho vetorial). A Adobe descontinuou o Pagemaker (publicações) há alguns anos e anunciou este ano (<http://tecnoblog.net/130513/adobe-fim-creative-suite-fireworks/>) que descontinuará o Fireworks e sua Creative Suit, com aplicativos de criação e edição de fotos, vídeos e páginas web, com dez anos de uso.

que foram descontinuados¹¹. Esse fato resultou em documentos inacessíveis ou que demandarão considerável investimento e/ou esforço para recuperar parte deles.

A naturalização do uso dos documentos digitais, a falta de entendimento sobre os vários aspectos que envolvem o uso das tecnologias da informação e da comunicação no cotidiano institucional e a omissão no enfrentamento dos problemas de obsolescência de *software* e *hardware* compõem um contexto prejudicial à memória dos trabalhadores.

Tão importante quanto à seleção de formatos padronizados, políticas de migração, utilização de certificação etc. é o controle da produção dos documentos digitais no escopo de uma política de gestão documental. Nesse sentido, entendo que, ao discutir preservação digital, é essencial registrar que ela deve se iniciar junto com o ciclo de vida dos documentos digitais.

O monitoramento do documento digital desde sua produção contribui de forma substantiva para sua preservação, após o encerramento de sua fase corrente. Se a área responsável pela preservação da memória não reconhece e monitora os documentos de valor histórico desde o momento em que foram criados e ainda estão exercendo seus objetivos de criação, dificilmente conseguirá afirmar se a parte do acervo que chegou a fase permanente corresponde aos documentos que, efetivamente, foram identificados como de valor secundário entre todos os produzidos. Pode ser que sejam apenas aqueles que “sobreviveram” à ausência de gestão de documentos.

É ilustrativo para o entendimento dos problemas da preservação digital observar que a grande maioria das instituições brasileiras não possui sequer plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos arquivísticos, o que é previsto em legislação. O plano de classificação e a tabela de temporalidade são instrumentos muito úteis à preservação digital porque, primeiro, organizam intelectualmente o acervo permitindo sua compreensão e, segundo, ao registrar os prazos de guarda dos documentos, possibilitam que a instituição eleja como principais alvos das políticas de preservação aqueles com maior prazo de guarda ou destinados ao arquivo permanente.

Fica a pergunta, na ausência dos instrumentos mínimos de gestão, como demandar, então, a existência de políticas de preservação digital?

A memória das instituições e de seus trabalhadores está ameaçada pela falta de gestão de documentos, fato que o advento dos documentos digitais apenas exacerbou. Apesar de muitas dessas informações hoje estarem disponíveis nos bancos de dados governamentais, são apenas parte da história dos trabalhadores que precisamos conhecer. É preciso que as instituições façam sua parte.

Referências bibliográficas

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO/IEC 38500: 2009**. Governança corporativa de tecnologia da informação. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.

ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.983**, de 14 de julho de 2000. Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9983.htm Acesso em: 10 set. 2013.

BRUNO, Fernanda. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 19, nº 3, pp.681-709, set./dez. 2012.

CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS. **Glossário**: versão 5.0. 2009. Disponível em: www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/glossario/2009ctdeglossariov5.pdf Acesso em: 10 jun. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº 1.821**, de 11 de julho de 2007. Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde. D.O.U. de 23 nov. 2007, Seção I, p. 252. Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/cfm/2007/1821_2007.htm Acesso em: 15 ago. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Informatização de processos e contratação de pessoal não melhoram desempenho da Justiça**, diz Ipea. (20/04/2011) Disponível em: <http://cnj.myclipp.inf.br/default.asp?smenu=noticias&dtlh=165717&iABA=Not%EDcias&exp=Acesso> em: 07 jul. 2012.

INNARELLI, Humberto Celeste. Os dez mandamentos da preservação digital In: SANTOS, V. B. (org.). **Arquivística**: temas contemporâneos. Brasília : Senac-DF, 2012. 3ª ed., p.19-76.

INTERPARES PROJECT. **Diretrizes do produtor** - a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos, 2010. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/ip2_produtoresiteip3.pdf. Acesso em: 10 jul. 2011.

MENA, Mayra M.; GONZÁLEZ, Arien. Una imagen, mil palabras: la digitalización como estrategia de preservación de documentos archivísticos. In: BARNARD, Alicia (coord.). **Archivos electrónicos: textos y contexto II**. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013. Serie Formación Archivística VIII. pp. 9-36.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Portaria Normativa MP nº 3**, de 18 de novembro de 2011. Cria o Assentamento Funcional Digital - AFD e estabelece orientação aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos procedimentos relativos à organização, digitalização e armazenamento dos assentamentos funcionais. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=195&sid=170&tpl=printerview> Acesso em: 10 ago. 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Portaria nº 1.752**, de 31 de agosto de 2011. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC88201356863B65D4D35/Portaria%201752%202011%20altera%20prazo%20para%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20REP.pdf> Acesso em: 10 set. 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Portaria nº 1.510**, de 21 de agosto de 2009. Disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135685CC74E1DCE/Portaria%201510%202009%20consolidada.pdf> Acesso em: 10 set. 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Departamento de Segurança da Informação e Comunicações. **Norma Complementar 14/IN01/DSIC/GSIPR**: diretrizes relacionadas à segurança da informação e comunicações para uso de computação em nuvem nos órgãos e entidades da administração pública federal. (10/FEV/12). Disponível em:

<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=10/02/2012&jornal=1&pagina=6&-totalArquivos=264> Acesso em: 10.ago.2013.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística**. Brasília: ABARQ, 2005. 2ª ed.

THANOS, Costantino; MANEGOLD, Stefan. KERSTEN, Martin. Introduction to the special theme Big Data. In: ERCIM. Special theme: Big Data. **ERCIM News** 89, April 2012.

**3º SEMINÁRIO INTERNACIONAL
“O MUNDO DOS TRABALHADORES
E SEUS ARQUIVOS -
DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE”
RIO DE JANEIRO - BRASIL
16 A 20 DE SETEMBRO DE 2013**

PROGRAMAÇÃO

16/09/2013

Segunda-feira

8h

Início do credenciamento e entrega dos materiais

9h às 10h

Abertura

CUT Nacional / CUT RJ / Arquivo Nacional

10h às 12h

Homenagem à Confederação Operária Brasileira (COB) no centenário do seu 2º congresso: 1913 - 2013

Coordenação: Inez Stampa: Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas - Arquivo Nacional (MR/AN) e PUC-Rio - Rio de Janeiro - Brasil

- Michael Hall - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - Campinas - Brasil
- Beatriz Kushnir - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) - Rio de Janeiro - Brasil

12h às 14h

Almoço

14h às 17h

Mesa Redonda: COB: A militância, a organização sindical e a repressão

Coordenação: Antonio Thomaz Junior - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Presidente Prudente - Brasil

- Claudio Batalha - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - Campinas Brasil
- Marcelo Badaró Mattos - Universidade Federal Fluminense (UFF) - Niterói - Brasil
- Beatriz Loner - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Santa Maria - Brasil

17/09/2013 -

Terça-feira

9h às 12h / 14h às 17h

Minicursos

- **Implantação de centros de documentação: noções básicas voltadas para movimentos sociais** - Ana Célia Navarro de Andrade - Centro de Documentação e Informação Científica “Professor Casemiro dos Reis Filho” (Cedic/PUC-SP) - São Paulo - Brasil
- **A pesquisa em arquivos** - Vitor Manoel Marques da Fonseca - Arquivo Nacional (AN) - Rio de Janeiro - Brasil

18h

Exibição do vídeo “A charge no sindicalismo”. Produção: TVT, duração 20m.

18h30minh

Saudações

- Jaime Antunes da Silva - Diretor-Geral do Arquivo Nacional do Brasil (AN)
- Vagner Freitas - Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

19h

Conferência Magna - Direito à memória e à verdade

- Rosa Maria Cardoso da Cunha - coordenadora da Comissão Nacional da Verdade do Brasil (CNV) - Rio de Janeiro - Brasil

18/09/2013

Quarta-feira

09h às 12h

Mesa Redonda: Trabalho atípico, arquivos e memória

Coordenação: Marco Aurelio Santana - Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ) - Rio de Janeiro - Brasil

- Ana Maria Camargo - Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo - Brasil
- Luiz Antonio Machado da Silva - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Rio de Janeiro - Brasil

12h às 14h

Almoço

14h às 17h

Mesa Redonda: Arquivos/ memórias dos trabalhadores e repressão

Coordenação: Leonilde Servolo de Medeiros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Rio de Janeiro - Brasil

- Moacir Palmeira - Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro - Brasil
- Tiago Bernardon de Oliveira - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - Guarabira - Brasil
- Mariana Nazar - Archivo General de La Nación - Buenos Aires - Argentina

18h

Apresentação da peça teatral “Maria sou eu” - com o Grupo Por Volta de Logo Depois; Texto: Alessandra San Martin; Diretor Convidado: João Nalão

19/09/2012

Quinta-feira

9h às 12h

Mesa Redonda: Arquivos sindicais e dos movimentos sociais: as experiências internacionais

Coordenação: Elina Pessanha - Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Amorj/UFRJ) - Rio de Janeiro - Brasil

- Rodolfo Porrini - Universidad de la República - Montevidéu - Uruguai
- Marco Scavino - Università di Torino - Turim - Itália
- Elvira Concheiro Bórquez - Centro de Estudios del Movimiento Obrero y Socialista e Universidad Nacional Autónoma de México (Unam) - Cidade do México - México

14h às 18h

Sessão de Comunicações I - Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo (Miniauditório bloco C)

Coordenação: Tatiani Carmona Regos - Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (Cedoc/CUT) - São Paulo - Brasil

Sessão de Comunicações II - Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo (Auditório principal)

Coordenação: Débora Lerrer - Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) - Rio de Janeiro - Brasil

Sessão de Comunicações III - Ditadura e repressão aos trabalhadores da cidade e do campo (sala 204 Bloco E)

Coordenação: Dayane Garcia - Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes" - (Cemosi/Unesp) - Presidente Prudente - Brasil

Sessão de Comunicações IV - Direito à memória e à verdade (Salão nobre, Prédio P)

Coordenação: Vicente Rodrigues - Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas - Arquivo Nacional (MR/AN) - Rio de Janeiro - Brasil

20/09/2012

Sexta-feira

9h às 12h

Mesa Redonda: Fontes alternativas de preservação da memória

Coordenação: Rita de Cássia Mendes Pereira - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) - Vitória da Conquista - Brasil

- Michel Marie Le Ven - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Ribeirão das Neves - Brasil
- Cosette de Castro - Universidade Católica de Brasília (UCB) - Brasília - Brasil
- Célia Maria Corsino - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) - Brasília - Brasil

12h às 14h

Almoço

14h às 17h

Mesa Redonda: Desafios da preservação digital

Coordenação: Cláudia Lacombe Rocha - Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos - Arquivo Nacional (Conarq/AN) - Rio de Janeiro - Brasil

- Augusto César Lunasco Cusi - Museo Nacional de Etnografía y Folklore - La Paz - Bolívia e International Institute of Social History (IISH)
- Vanderlei Batista dos Santos - Câmara dos Deputados - Brasília - Brasil

- Ricardo Medeiros Pimenta - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) - Rio de Janeiro - Brasil

17h às 18h

Plenária Final: Relatório dos coordenadores de mesas, recomendações e moções

Coordenação: Comissão Organizadora

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Amorj/UFRJ

Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT - Cedoc/CUT

Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas - MR/AN

Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” da Universidade Estadual Paulista - Unesp/Cemosi

Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual da Sudoeste da Bahia - LHIST/Uesb

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

18h

Encerramento

3º SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O MUNDO DOS TRABALHADORES E SEUS ARQUIVOS DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE” RIO DE JANEIRO - BRASIL 16 A 20 DE SETEMBRO DE 2013

Promoção

Arquivo Nacional

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Organização

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Amorj/UFRJ

Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT - Cedoc/CUT

Centro de Referência Memórias Reveladas - Arquivo Nacional - MR/NA

Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” - Universidade Estadual Paulista - Unesp/Cemosi

Laboratório de História Social do Trabalho - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - LHIST/Uesb

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Apoio

Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Cedic/PUC-SP

Departamento de Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - DSS/PUC-Rio

International Institute of Social History - IISH

Programa de Apoio do Desenvolvimento de Arquivos Ibero-americanos -
Programa Adai

Comissão Organizadora

Antonio José Marques

Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT - Cedoc/CUT

Antonio Thomaz Junior e Dayane Garcia

Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”
- Universidade Estadual Paulista - Unesp/Cemosi

Elina Pessanha e Marco Aurélio Santana

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Amorj/UFRJ

Inez Terezinha Stampa e Vicente Arruda Câmara Rodrigues

Centro de Referência Memórias Reveladas - Arquivo Nacional - MR/AN

Leonilde Servolo de Medeiros

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Rita de Cássia Mendes Pereira

Laboratório de História Social do Trabalho - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - LHIST/Uesb

Direção Executiva Nacional - CUT Brasil

Gestão 2012-2015

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Vice-Presidenta

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Godói de Faria

Secretário de Administração e Finanças

Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Administração e Finanças

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

João Antônio Felício

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária de Comunicação

Rosane Bertotti

Secretário de Formação

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretário-Adjunto de Formação

Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg)

Secretário de Juventude

Alfredo Santana Santos Júnior

Secretário de Meio Ambiente

Jasseir Alves Fernandes

Secretária da Mulher Trabalhadora

Rosane Silva

Secretário de Organização

Jacy Afonso de Melo

Secretário-Adjunto de Organização

Valeir Ertle

Secretário de Políticas Sociais

Expedito Solaney Pereira de Magalhães

Secretária de Relações do Trabalho

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho

Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador

Junéia Martins Batista

Secretário-Adjunto de Saúde do Trabalhador

Eduardo Guterra

Diretoras e Diretores Executivos

Daniel Gaio

Elisângela dos Santos Araújo

Jandyra Uehara

Júlio Turra Filho

Rogério Pantoja

Roni Barbosa

Rosana Sousa Fernandes

Shakespeare Martins de Jesus

Vítor Carvalho

Conselho Fiscal

Antonio Guntzel
Dulce Rodrigues Sena Mendonça
Manoel Messias Vale

Suplentes

Raimunda Audinete de Araújo
Severino Nascimento (Faustão)
Simone Soares Lopes

Esta obra foi composta na fonte Calibri Regular,
corpo 11, entrelinhas de 13 pontos,
em papel AP 75 g/m² (miolo) e Papel Supremo 250 g/m² (capa),
e impressa pela Gráfica Editora Matsunaga,
em Santo André, julho de 2015.
Tiragem 1.000 exemplares

Promoção



Apoio



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-60207-73-2



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-89210-52-2

